

REDE SOCIAL



das Caldas da Rainha

DIAGNÓSTICO SOCIAL

MUNICÍPIO DAS CALDAS DA RAINHA

PROJETO RADAR SOCIAL

Novembro de 2024

FICHA TÉCNICA

TÍTULO | DIAGNÓSTICO SOCIAL DAS CALDAS DA RAINHA 2024

NOVEMBRO 2024

EQUIPA DE ELABORAÇÃO

RADAR SOCIAL

UNIDADE DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL

NÚCLEO EXECUTIVO DO CLAS

EDIÇÃO, PROPRIEDADE E REPRODUÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DAS CALDAS DA RAINHA

PRAÇA 25 DE ABRIL

2500-110 CALDAS DA RAINHA

67 Parceiros da Rede Social

Conselho Local de Ação Social das Caldas da Rainha

ACCCRO - Associação Comercial dos Concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos ●

Agrupamento de Escolas D. João II ●

Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro ●

Agrupamento de Escolas Raúl Proença ●

AIRO – Associação Industrial da Região do Oeste ●

APEPO – Associação para o Ensino Profissional do Oeste ●

Associação Atelier Arte e expressão ●

Associação Coração com Vida ●

Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia de Alvorninha ●

Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia do Coto ●

Associação de Desenvolvimento Social de Salir do Porto ●

Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos ●

Associação de Solidariedade Social da Foz do Arelho ●

Associação Foz ●

Associação Ordem do Trevo ●

Associação Recreio Club Olha-te ●

Associação Social e Cultural Paradense ●

Associação Viagem de Volta ●

Banco Alimentar Contra a Fome do Oeste ●

Câmara Municipal das Caldas da Rainha ●

Casa do Povo de A-dos-Francos ●

Centro de Apoio Social da Freguesia de São Gregório ●

Centro de Apoio Social do Nadadouro ●

Centro de Desenvolvimento Comunitário do Landal ●

Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor ●

Centro Distrital de Leiria, ISS, IP ●

Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha ●

Centro Social Paroquial de Nossa Sra. da Piedade dos Vidais ●

7 Núcleo Executivo

do Conselho Local de Ação Social das Caldas da Rainha

Unidade Local de Saúde do Oeste

Associação Social e Cultural Paradense

Câmara Municipal das Caldas da Rainha

Casa do Povo de A-dos-Francos

Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor

Centro Distrital de Leiria, ISS, I.P.

Centro Social Paroquial Nossa Sra. da Piedade dos Vidais

Legenda | Áreas de Intervenção

Risco de Pobreza e Exclusão Social ●

Habitação ●

Saúde ●

Idoso(a)s ●

Infância e Juventude ●

Saúde Mental ●

Deficiência, Incapacidade e Doença Mental ●

Migrações ●

Comportamentos aditivos ●

Sem abrigo ●

Igualdade de Género e não discriminação ●

Violência Doméstica ●

Emprego e formação ●

Criminalidade e Segurança ●

Centro Social Paroquial de Santa Catarina	●●●	SOPROFOR - Sociedade Promotora de Formação, Lda.	●
Centro Social Paroquial Nossa Sra. das Mercês	●●	União de Beneficência do Campo – ADS	●
Colégio Frei Cristóvão	●	União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto	●●●●●●●●
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens das Caldas da Rainha	●	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Sra. Pópulo, Coto e São Gregório	●●●●●●●●●●●●●●●●
Commodos, Residência Geriátrica, LDA	●	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro	●●●●●●●●●●●●●●●●
Condomínio D. Dinis	●	Unidade Local de Saúde do Oeste - Cuidados Hospitalares	●●●●●
Cruz Vermelha Portuguesa, Centro Humanitário Litoral Oeste Norte	●●●●	Unidade Local de Saúde do Oeste - Cuidados de Saúde Primários	●●●●
Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais	●		
Equipa Técnica Especializada de Tratamento	●●		
Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste	●		
Fonte Santa – Centro Social da Serra do Bouro	●●		
Grupo de Acolhimento Nossa Sra. da Conceição	●		
Guarda Nacional Republicana	●●●●		
IEFP, I.P. – Centro de Emprego de Oeste Norte – Serviço de Emprego de Caldas da Rainha	●●●●●●●●		
Infancoop - Cooperativa de Pais Trabalhadores Para Apoio à Infância	●		
Instituto Politécnico de Leiria – ESAD	●		
Junta de Freguesia de A-Dos-Francos	●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●		
Junta de Freguesia de Alvorninha	●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●		
Junta de Freguesia de Carvalhal Benfeito	●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●		
Junta de Freguesia de Foz do Arelho	●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●		
Junta de Freguesia de Landal	●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●		
Junta de Freguesia de Nadadouro	●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●		
Junta de Freguesia de Salir de Matos	●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●		
Junta de Freguesia de Santa Catarina	●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●		
Junta de Freguesia dos Vidais	●●●●●●●●●●●●●●●●●●●●		
Liga dos Combatentes - Núcleo de Caldas da Rainha	●		
Montepio Rainha D. Leonor – Associação Mutualista	●●		
Nuclisol - Jean Piaget	●		
Polícia de Segurança Pública	●●●●●		
Refood	●		
Rotary Club das Caldas da Rainha	●		
Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha	●●●●		

Siglas e Acrónimos

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
ADI	Apoio Domiciliário Integrado
ADV	Atividades da Vida Diária
ARU	Área de Reabilitação Urbana
ATL	Atividades de Tempos Livres
CACI	Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão
CAT	Centro de Acolhimento Temporário
CCC	Centro Cultural e de Congressos
CEI	Contrato Emprego-Inserção
CIG	Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
CINP	Cuidador Informal Não Principal
CIP	Cuidador Informal Principal
CLAIM	Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CLAS	Conselho Local da Ação Social
CMAPI	Conselho Municipal de Apoio à Pessoa Idosa
CMI	Cartão Municipal do Idoso
CRI	Centro de Respostas Integradas
CSP	Cuidados de Saúde Primários
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
EAT	Estrutura de Acolhimento Temporário
ECI	Estatuto do Cuidador Informal
ELH	Estratégia Local de Habitação
ELI	Equipa Local de Intervenção
EMAEI	Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva
ENCP	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza
ENIND	Estratégia Nacional Para a Igualdade e Não Discriminação
ENIPSSA	Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
ERPI	Estrutura Residencial para Idosos
ETET	Equipa Técnica Especializada de Tratamento
FEAC	Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas
GAVVD	Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica
GIMAE	Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia
GPI	Garantia para a Infância
ICAD	Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IHRU	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IPI	Intervenção Precoce na Infância
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
ISS	Instituto da Segurança Social
LIJ	Lar de Infância e Juventude
NIAVE	Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas
NLGI	Núcleo Local de Garantia para a Infância

NLI	Núcleos Locais de Inserção
NPISA	Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável
ORU	Operações de Reabilitação Urbana
PAEAS	Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável
PF	Processos Familiares
PNSM	Programa Nacional para a Saúde Mental
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
PSSA	Pessoas em Situação de Sem-Abrigo
RIIVD	Rede Integrada de Intervenção na Violência Doméstica do Distrito de Leiria
RSI	Rendimento Social de Inserção
SAAS	Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SNS	Serviço Nacional de Saúde
UDS	Unidade de Desenvolvimento Social

Índice:

⁶⁷ Parceiros da Rede Social	2
Siglas e Acrónimos	4
Capítulo I – Nota Introdutória	22
Capítulo II – Caracterização do concelho	25
1. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO	27
População residente no concelho	27
População residente por freguesia	28
Densidade Populacional	29
População residente por sexo e grupo etário	29
População jovem e idosa	32
Famílias	34
2. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL	37
2.1. Caracterização	38
2.2. Respostas e equipamentos sociais	39
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)	39
Rendimento Social de Inserção (RSI)	43
Núcleos Locais de Inserção (NLI)	44
Apoios Alimentares	45
Estatuto do Cuidador Informal	49
Linha Nacional de Emergência Social (LNES)	51
Outros Apoios Sociais	52
2.3. POBREZA INFANTIL	56
2.3.1. Caracterização	56
2.3.2. Respostas e equipamentos sociais	58
Núcleo Local da Garantia para a Infância das Caldas da Rainha (NLGPI / CR)	58
Subsídios de ação social escolar	59
Bolsas de Estudo Ensino Superior	60
3. IDOSOS	60
3.1. Caracterização	61

3.2.	Respostas e equipamentos sociais	62
	Projeto Sénior Mais.....	66
	Programas Apoio ao Idoso (PSP) e Idoso em Segurança (GNR)	67
	Conselho Municipal de Apoio à Pessoa Idosa.....	68
	Cartão Municipal do Idoso	70
	Clube Sénior	70
	Grupo Concelhio de Apoio à Pessoa Idosa.....	71
	Universidade Sénior Rainha D. Leonor	71
	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G.....	71
	Teleassistência	72
4.	SEM-ABRIGO.....	73
4.1.	Caracterização	74
4.2.	Respostas e equipamentos sociais	76
	Giros de rua.....	76
	Projeto “Casa da Rainha” - Habitação de Transição	76
	Projeto "Caldas + Inclusiva 2.0"	77
	Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA)	77
5.	COMPORTAMENTOS ADITIVOS.....	79
5.1.	Caracterização	80
5.2.	Respostas e equipamentos sociais	82
	Centro de Respostas Integradas, CRI do Oeste.....	82
	Associação Viagem de Volta	82
	Programa Ganhar Saúde, trabalhar com Saúde.....	83
6.	MIGRAÇÃO	83
6.1.	Caracterização	84
6.2.	Respostas e equipamentos sociais	86
	Estrutura de Acolhimento Temporário (EAT)	88
	Apoios económicos do Centro Distrital de Leiria, ISS.IP	89
	Associação Casa da Mãe Joana	90
7.	IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO.....	90
7.1.	Caracterização	91
7.2.	Respostas e equipamentos sociais	93

7.3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	94
7.3.1. Caracterização.....	95
7.3.2. Respostas e equipamentos sociais	98
Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (GAVVD)	98
Rede Integrada de Intervenção na Violência Doméstica do Distrito de Leiria (RIIVD)	100
Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE)	100
Equipa para a Prevenção da Violência em Adultos (EPVA).....	101
8. INFÂNCIA E JUVENTUDE	101
8.1. Caracterização ao nível educacional.....	101
8.2. Respostas e equipamentos sociais	108
Ensino Público	108
Ensino Particular não lucrativo	112
Ensino Particular Lucrativo.....	114
Ensino Profissional	115
Ensino Superior	118
Outras respostas existentes	119
Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)	122
Concurso de empreendedorismo nas escolas	123
Conselho Municipal da Juventude (CMJ)	123
Conselho Municipal da Educação (CME).....	124
Gabinete da Juventude	124
Serviço Educativo do Centro Cultural e de Congressos	124
Programa Escola Segura (PSP)	125
Oeste+Grávida.....	126
Programa de Apoio à Natalidade	127
Incentivos à natalidade das Juntas de Freguesia	127
8.3. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO	128
8.3.1. Caracterização.....	128
8.3.2. Respostas e equipamentos sociais	131
9. SAÚDE	132
9.1. Caracterização	132
9.2. Respostas e equipamentos	139

Cuidados de Saúde Primários.....	139
Cuidados de Saúde Hospitalares.....	142
Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados	143
Projeto “Estamos Cá” - Projeto de Apoio ao Luto	145
Programa Nacional de Vacinação e Rastreios Populacionais	145
Termalismo	146
Grupo terapêutico de apoio aos cuidadores informais em saúde mental	147
Plano Local de Saúde Pública	147
OLHA-TE	148
Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) – Centro Humanitário Litoral Oeste Norte.....	149
Gabinete médico do CDCL - Certificado pela ERS	149
Programa de Rastreio de Saúde à Comunidade	149
10. SAÚDE MENTAL	150
10.1. Caracterização.....	150
10.2. Respostas e equipamentos sociais	151
Gabinetes de Psicologia e Apoio Psicológico	151
11. DEFICIÊNCIA, INCAPACIDADE E DOENÇA MENTAL	154
11.1. Deficiência e Incapacidade.....	154
11.1.1. Caracterização.....	154
11.1.2. Respostas e equipamentos sociais	159
Equipa Local de Intervenção Precoce de Caldas da Rainha e Óbidos.....	159
Educação Inclusiva	161
Respostas Formativas e Respostas Sociais.....	163
Inclusão Profissional.....	164
Balcão de Inclusão - Câmara Municipal das Caldas da Rainha	165
Produtos de Apoio	165
11.2. Doença Mental e Incapacidade	166
11.2.1. Caracterização.....	166
11.2.2. Respostas e equipamentos sociais	167
Programa Nacional para a Saúde Mental (PNSM)	167
Cuidados de Saúde.....	168
12. HABITAÇÃO	169

12.1.	Caracterização.....	169
12.2.	Respostas e equipamentos sociais	172
	Estratégia Local de Habitação (ELH).....	172
	Habitação Social.....	173
	Programa Arrendar para Subarrendar PAS.....	174
	Lotes para Habitação Jovem	174
	Incentivos à Reabilitação Urbana.....	174
	Programa Porta de Entrada - ACM.....	175
13.	CRIMINALIDADE E SEGURANÇA	176
13.1.	Caracterização.....	176
13.2.	Respostas.....	179
14.	EMPREGO E FORMAÇÃO	180
14.1.	Caracterização.....	180
14.2.	Formação Profissional	187
14.3.	Respostas.....	198
	Apoios Sociais do ISS.....	198
	Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G.....	199
15.	MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE.....	199
15.1.	Caracterização.....	199
15.2.	Respostas.....	200
16.	CIDADANIA, ASSOCIATIVISMO E LAZER.....	204
16.1.	Caracterização.....	204
Capítulo III – Metodologia utilizada.....		218
1.	Análise dos dados Grupos de Trabalho / Grupos Participativos.....	221
	IDOSOS.....	222
	Análise complementar – IDOSOS.....	222
	DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE.....	224
	Análise Complementar – DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE	224
	SAÚDE MENTAL.....	226
	Análise Complementar – SAÚDE MENTAL	226
	SAÚDE	228

Análise Complementar – SAÚDE.....	228
IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO	230
Análise Complementar – IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO.....	230
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	232
Análise Complementar – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.....	232
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO.....	234
Análise Complementar – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO	234
CRIMINALIDADE E SEGURANÇA	236
Análise Complementar – CRIMINALIDADE E SEGURANÇA	236
COMPORTAMENTOS ADITIVOS.....	238
Análise Complementar – COMPORTAMENTOS ADITIVOS	238
EMPREGO E FORMAÇÃO.....	240
Análise Complementar – EMPREGO E FORMAÇÃO	240
MIGRAÇÃO	242
Análise Complementar – MIGRAÇÃO	242
INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	244
Análise Complementar – INFÂNCIA E JUVENTUDE	244
HABITAÇÃO	246
Análise Complementar – HABITAÇÃO.....	246
RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL / RISCO DE POBREZA INFANTIL.....	247
Análise Complementar – RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL / RISCO DE POBREZA INFANTIL	249
2. PRINCIPAIS DESAFIOS SOCIAIS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS	252
Capítulo IV – Priorização das necessidades sociais	256
1. Priorização das áreas de intervenção	256
2. Respostas Sociais/Infraestruturas.....	257
Capítulo V – Considerações finais.....	259
Capítulo VI - Glossário de Conceitos.....	260
Capítulo VII – Anexos	268
Anexo 1 – Tabelas com dados estatísticos do concelho das Caldas da Rainha.....	269
Anexo 2 – Planos de sessão dos Grupos de Trabalho	293

Anexo 3 – Imagens da dinâmica da priorização das áreas de intervenção	305
Capítulo VIII – Bibliografia e Webgrafia	306

Índice de figuras:

Figura 1 - Localização do concelho das Caldas da Rainha	25
Figura 2 - Evolução da população residente no concelho das Caldas da Rainha, nos últimos 20 anos	27
Figura 3 - População residente por freguesia, em 2021.....	28
Figura 4 - Pirâmide etária da população residente em 2021, segundo o sexo (Nº), Caldas da Rainha	29
Figura 5 – Percentagem da população residente no concelho das Caldas da Rainha por grandes grupos etários (estimativa para 2023)	32
Figura 6 - Evolução da população com mais de 65 anos, residente no concelho das Caldas da Rainha, nos últimos 20 anos	33
Figura 7 - Número de atendimentos realizados pelo SAAS, por mês (2023)	41
Figura 8 - Apoios económicos atribuídos pelo SAAS, em 2023	41
Figura 9 - Tipos de famílias que recorreram SAAS, em 2023	42
Figura 10 - Número de atendimentos realizados pelo SAAS, por mês (2024)	42
Figura 11 - Tipologia dos Agregados Familiares acompanhados pelo SAAS (2024)	42
Figura 12 - Processos Familiares de RSI, por mês (2023)	45
Figura 13 - Número de pessoas com estatuto de cuidador informal, por freguesia.....	50
Figura 14 - Perfil do Cuidados com Estatuto Reconhecido Ativo	51
Figura 15 - Respostas sociais para a população idosa, existentes no concelho	64
Figura 16 - Respostas sociais para a população idosa, por freguesia.....	65
Figura 17 - Respostas sociais para a população idosa, caracterizadas em entidades lucrativas e não lucrativas	65
Figura 18 – Taxa média de ocupação das respostas sociais para idosos em IPSS, em setembro de 2024	66
Figura 19 - Número de utentes acompanhados pelo Centro de Respostas Integradas, CRI do Oeste	80
Figura 20 - Grupo etário dos utentes em acompanhamento pelo CRI do Oeste	81
Figura 21 - População estrangeira com estatuto legal de residente, nas Caldas da Rainha (2021, 2022, 2023)	84
Figura 22 - Evolução do n.º de alunos estrangeiros em algumas escolas do concelho	85
Figura 23 - País de origem dos atendimentos realizados pelo CLAIM (jan.-ago. 2024)	86
Figura 24 - Taxa média de ocupação da EAT da ASESIM	89
Figura 25 - Número de crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais,	96
nas Caldas da Rainha, nos últimos 10 anos	96

Figura 26 - Número de processos acompanhados pelo GAVVD, por ano e por género	96
Figura 27 - Número de processos acompanhados pelo GAVVD, por ano e por grupo etário.....	97
Figura 28 - Novos processos do Gabinete de Apoio à Víctima de Violência Doméstica, por ano	98
Figura 29 - Processos em acompanhamento pelo GAVVD, em 2024.....	99
Figura 30 - Determinantes de Saúde e Bem-Estar.....	133
Figura 31 - Proporção de utentes inscritos nas UF do município das Caldas da Rainha, com e sem médico de família, 2016-2022.....	141
Figura 32 - População residente com pelo menos uma dificuldade, no concelho das Caldas - dados de 2021	155
Figura 33 - População residente por tipo de dificuldade, no concelho das Caldas - dados de 2021	156
Figura 34 - Número de alojamentos familiares, por subsecção, 2021	170
Figura 35 – Taxa de variação dos alojamentos familiares, por freguesia, 2011-2021	171
Figura 36 - Número de pedidos de habitação social (2024).....	172
Figura 37 - Tipos de apoio económico do SAAS, ao nível da habitação (2024).....	175
Figura 38 – Evolução do n.º total de desempregados, inscritos no Centro de Emprego de Oeste Norte, no concelho das Caldas da Rainha – Total e por sexo	181
Figura 39 - N.º de inscritos no Centro de Emprego de Oeste Norte, Caldas da Rainha, por nacionalidade .	183
Figura 40 - Fotografia Grupo Trabalho 17.10.2024	251
Figura 41 - Áreas de prioridade	305
Figura 42 - Áreas de prioridade	305

Índice de tabelas:

Tabela 1 - Densidade populacional (N.º/ km ²) por Local de residência (NUTS - 2024).....	29
Tabela 2 - Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência.....	30
Tabela 3 - Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência.....	30
Tabela 4 - Taxa de fecundidade geral (‰) por Local de residência	30
Tabela 5 - Contributo dos saldos natural e migratório para a variação populacional anual (%)	31
Tabela 6 - Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório	31
Tabela 7 – Índice de dependência de jovens.....	32
Tabela 8 – Agregados domésticos privados: total e por tipo de composição	34
Tabela 9 – Dimensão média das famílias segundo os Censos	34
Tabela 10 – Famílias segundo os Censos: Total e por número de indivíduos	34
Tabela 11 – Famílias unipessoais segundo os Censos (%)	35
Tabela 12 – Famílias unipessoais segundo os Censos: Total e com 65 e mais anos	35
Tabela 13 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo	38
Tabela 14 - Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem por Setor de Atividade Económica	38
Tabela 15 - Proporção do poder de compra (%)	39
Tabela 16 - Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%)	39
Tabela 17 - Nº de Beneficiários residentes no Concelho das Caldas da Rainha, com lançamento de RSI, por ano e por sexo	43
Tabela 18 - Nº de Beneficiários residentes no Concelho das Caldas da Rainha, com lançamento de RSI, por ano e por grupo etário.....	43
Tabela 19 – Resumo do apoio dado pelo Banco Alimentar entre 2022 e 2024	45
Tabela 20 – Pólos distribuidores do Banco Alimentar contra a Fome do Oeste	46
Tabela 21 - Acordos para a cantina social	48
Tabela 22 – Agregados e pessoas apoiados pela Refood	48
Tabela 23 – Agregados e pessoas apoiados pelo	49
Grupo de Acolhimento Nossa Sra. da Conceição	49
Tabela 23 – Agregados e pessoas apoiados pela Ordem do Trevo	52
Tabela 24 – Informação relativa ao cartão ABEM no Concelho (2024)	55

Tabela 25 -Beneficiárias/os do Abono de Família para Crianças e Jovens da Segurança Social (N.º) por local de residência	57
Tabela 26 - Crianças abrangidas pela GPI (setembro/2024)	59
Tabela 27 - N.º de Titulares residentes no concelho das Caldas da Rainha, com lançamento de Garantia para a Infância por ano e tipo de benefício.....	59
Tabela 28 – Índice de Dependência de idosos (N.º) e Índice de Envelhecimento (N.º), por local de residência	62
Tabela 29 – Número de beneficiários residentes no concelho das Caldas da Rainha, com lançamento de CSI e respetivos montantes lançados, por ano	62
Tabela 30 - Número de idosos participantes nas atividades do Projeto Sénior Mais	67
Tabela 31 - Número de idosos acompanhados pelas forças de segurança.....	67
Tabela 32 - Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho das Caldas da Rainha	74
Tabela 33 – Principais fontes de rendimento dos sem-abrigo no concelho das Caldas da Rainha.....	75
Tabela 34 – Principais consumos dos sem-abrigo no concelho das Caldas da Rainha.....	75
Tabela 35 – Giros de rua efetuados no concelho das Caldas da Rainha	76
Tabela 36 – Caracterização dos utentes em acompanhamento pelo CRI do Oeste	81
Tabela 37 - Número de nacionalidades diferentes dos alunos em algumas escolas do concelho (ano letivo 2024/2025)	85
Tabela 38 – Pedidos efetuados através do CLAIM (janeiro a agosto de 2024)	87
Tabela 39 - Número e nacionalidades dos refugiados acolhidos na EAT, em 2024	88
Tabela 40 - Nacionalidade das vítimas de violência doméstica, de 2019 a setembro de 2024	97
Tabela 41 - Número de atendimentos realizados pelo GAVVD, em 2024.....	99
Tabela 42 - População residente com 10 e mais anos de idade (analfabetos) (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] e Sexo	103
Tabela 43 - Indivíduos com 18 e mais anos de idade certificados pelo sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Nível de ensino	103
Tabela 44 - Taxa de abandono escolar (%) por local de residência: total e por sexo.....	103
Tabela 45 -Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo	104
Tabela 46 -Taxa de retenção e desistência no ensino básico: total e por ano de escolaridade (%)	104
Tabela 47 -Alunos matriculados no ensino pré-escolar: total e por sexo	104
Tabela 48 - Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: por nível de ensino ..	105

Tabela 49 - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino	105
Tabela 50 - Computadores com ligação à Internet no ensino básico e secundário: total e por nível de ensino	105
Tabela 51 – N.º de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro (ano letivo 2024/2024)	108
Tabela 52 – N.º de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas D. João II (ano letivo 2024/2024)	109
Tabela 53 – N.º de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas Raúl Proença (ano letivo 2024/2024)	110
Tabela 54 – Estabelecimentos de Ensino Particular Não Lucrativo	112
Tabela 55 – Estabelecimentos de Ensino Privado Lucrativo (creche, pré-escolar e 1º ciclo)	113
Tabela 56 – Estabelecimentos de Ensino Privado Lucrativo (2º ciclo, 3º ciclo e secundário)	114
Tabela 57 - Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (ano letivo 2024/2025)	115
Tabela 58 - Escola Técnica e Empresarial do Oeste (ano letivo 2024/2025)	116
Tabela 59 - CENFIM – Núcleo das Caldas da Rainha	117
Jovens a frequentar cursos de dupla certificação (escolar + profissional)	117
Tabela 60 – ESAD - Escola Superior de Artes e Design (ano letivo 2024/2025)	118
Tabela 61 - Centro de Atividades de Tempos Livres	119
Tabela 62 - Número de crianças inscritas no ATL (ano letivo 2023/2024)	120
Tabela 63 - Número de crianças inscritas nas AAAP (ano letivo 2024/2025)	121
Tabela 64 - Número de crianças inscritas nas AEC (ano letivo 2023/2024)	122
Tabela 65 - Kits entregues aos recém-nascidos, entre 2022 e 2024	127
Tabela 66 – Estruturas Residenciais para crianças e jovens	131
Tabela 67 - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	131
Tabela 68 - Esperança de vida à nascença e Esperança de vida aos 65 anos (Metodologia 2007 - Anos) por Sexo, em Portugal	133
Tabela 69 – Óbitos por algumas causas de morte (%) - Proporção	134
Tabela 70 – Profissionais de saúde: Médicos, Dentistas, Enfermeiros e Farmacêuticos	136
Tabela 71 – Farmácias e Postos Farmacêuticos Móveis	138
Tabela 72 – Farmácias existentes no concelho das Caldas da Rainha	138
Tabela 73- Distribuição de profissionais de saúde nas Caldas da Rainha	140
Tabela 74 - Lotação no CHO e na Unidade das Caldas da Rainha, por serviços, 2022	143
Tabela 75 - Dados sobre a Unidade de Convalescença do Montepio Rainha Dona Leonor	144

Tabela 76 – Capacidade, ocupação média e vagas da Unidade de Convalescença do Montepio Rainha Dona Leonor.....	144
Tabela 77 – Gabinete de Psicologia e Apoio Psicológico da União das Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro	152
Tabela 78 – Gabinete de Psicologia e Apoio Psicológico da União das Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	152
Tabela 79 – Número de beneficiários de apoios sociais, no concelho	158
Tabela 80 – Número de pensionistas ativos em dezembro de 2022 e 2023, no concelho.....	158
Tabela 81 – Número de crianças acompanhadas pela ELI, no concelho.....	160
Tabela 82 – Contexto de Atendimento das crianças em acompanhamento pela ELI	160
Tabela 83 – Nº de alunos c/ medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão atendidos nos Agrupamentos de Escolas	162
Tabela 84 – Nº de alunos c/ medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão atendidos nas escolas do Ensino Privado Lucrativo	162
Tabela 85 – Respostas sociais protocoladas pelo ISS com o CEERDL	163
Tabela 86– Respostas Formativas no CEERDL.....	164
Tabela 87 – Número de beneficiários dos programas de emprego e apoio às pessoas com deficiência e incapacidade, no concelho	164
Tabela 88 – Número de alunos com necessidades especiais nas escolas profissionais e de ensino superior do concelho	165
Tabela 89 – Número de beneficiários das medidas de Apoio ao Emprego (na área da deficiência) no concelho	165
Tabela 90 - Produtos de apoio financiados no concelho, por ano	166
Tabela 91 - Número de produtos de apoio disponibilizados pelas diferentes entidades.....	166
Tabela 92 - Fórum Sócio-ocupacional CEERDL	168
Tabela 93 – Pilares Estratégicos, definidas na Estratégia Local da Habitação (ELH)	173
Tabela 94 - Habitação Social existente no Concelho.....	173
Tabela 95 - Número de crimes registados pelas autoridades policiais	178
Tabela 96 - Número de crimes registados pela GNR.....	178
Tabela 97 – Faixas etárias das vítimas e dos agressores (crimes registados pela GNR)	178
Tabela 98 - Número de crimes realizados nas escolas do concelho	179
Tabela 99 - Número de crimes realizados por grupo etário e sexo nas escolas do concelho.....	179

Tabela 100 - Taxa de Desemprego Nacional: total e por sexo (%).....	181
Tabela 101 - Trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade.....	182
Tabela 102 – N.º de Beneficiárias/os do Subsídio de Desemprego, da Segurança Social (N.º), por local de residência	183
Tabela 103 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo	184
Tabela 104 - Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem por Sector de Atividade Económica ⁴²	184
Tabela 105 - População empregada feminina (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Situação na profissão.....	185
Tabela 106 - População empregada do sexo feminino segundo os Censos: total e por profissões	186
Tabela 107 - Entidades de formação certificada pela DGERT, nas Caldas da Rainha	188
Tabela 108 - N.º de formando no CENCAL, por modalidades	189
Tabela 109 - N.º de formando no CENCAL, por área de formação	189
Tabela 110 - N.º de formando na AIRO, por área de formação	191
Tabela 111 - N.º de formando no Grupo Sentidos Dinâmicos, por área de formação	192
Tabela 112 - N.º de formando no CENFIM, por área de formação	194
Tabela 113 - N.º de formando no CENFIM, por modalidades	194
Tabela 114 - N.º de formando no CENFIM, por cursos	194
Tabela 115 - N.º de formando no Colégio Rainha D. Leonor, por área de formação	196
Tabela 116 - N.º de formando no Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor-Centro de Reabilitação Profissional, por área de formação	197
Tabela 117 – Número de beneficiários de subsídios de desemprego, no concelho	198
Tabela 118 - Número de viagens por mês e por linha (2024)	201
Tabela 119 – Serviços da Rodoviária do Oeste	203
Tabela 120 - Lista de associações existentes no concelho das Caldas da rainha, por freguesia.....	204
Tabela 121 - Instalações desportivas existentes no concelho	213
Tabela 122 - Instalações desportivas existentes no concelho, por freguesia.....	214
Tabela 123 - Priorização das áreas de intervenção social	257
Tabela 124 - População residente (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2001) e grupo etário ..	269
Tabela 125 - População residente (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011) e grupo etário ..	270
Tabela 126 - População residente (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2021) (NUTS - 2024) e grupo etário	271

Tabela 127 - População residente (N.º) estimada em 2023 por local de residência (NUTS - 2024) e grupo etário	272
Tabela 128 - População residente, por sexo e grupo etário (2021)	273
Tabela 129 - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades	274
Tabela 130 - População residente com pelo menos uma dificuldade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024 - Município).....	275
Tabela 131 – População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades (N.º de dificuldades) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS – 2024)	275
Tabela 132 – Instituições com resposta social de SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)	276
Tabela 133 – Instituições com resposta social de ADI (Apoio Domiciliário Integrado)	277
Tabela 134 – Instituições com resposta social de Centro de Dia	278
Tabela 135 – Instituições com resposta social de ERPI (Estrutura Residencial para Idosos)	279
Tabela 136 – Instituições com resposta social de Centro de Convívio	280
Tabela 137 – Instituições com resposta social em Casa de Repouso - Apartamentos Assistidos	280
Tabela 138 – Instituições que prestam outros serviços na área do idoso	281
Tabela 139 - Número de crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, nas Caldas da Rainha, nos últimos 10 anos.....	281
Tabela 140 - Novos processos do Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica	281
Tabela 141 - Número de processos acompanhados pelo GAVVD, por ano e por género	282
Tabela 142 - Número de processos acompanhados pelo GAVVD, por ano e por grupo etário	282
Tabela 143 - Sinalização de processos de violência doméstica, por entidade, de 2019 a setembro de 2024	282
Tabela 144 - Número de novos pedidos de habitação social, em 2024	283
Tabela 145 - Número de alunos no Agrupamento de Escolas D. João II, por ano letivo	283
Tabela 146 - Nacionalidades dos alunos dos Agrupamentos de Escolas do concelho	286
Tabela 147 - Nacionalidades dos alunos da Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste	288
Tabela 148 - Nacionalidades dos alunos da Escola Técnica Empresarial do Oeste (ETEO) / Associação para o Ensino Profissional do Oeste (APEPO)	288
Tabela 149 - Desemprego segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego (situação no fim do mês) – Concelho das Caldas da Rainha	289
Tabela 150 - Desemprego segundo Grupo Etário (situação no fim do mês) – Concelho das Caldas da Rainha	290

Tabela 151 - Desemprego segundo os Níveis de Escolaridade – Concelho das Caldas da Rainha.....	290
Tabela 152 - Desempregados Inscritos e Colocações Efetuadas – Concelho das Caldas da Rainha	291
Tabela 153 - Desempregados Inscritos por Motivos de Inscrição (movimento ao longo do mês) – Concelho das Caldas da Rainha	291
Tabela 154 -N.º de inscritos no Centro de Emprego de Oeste Norte, Caldas da Rainha, por nacionalidade	292
Tabela 155 - Grupos de trabalho realizados.....	294

Capítulo I – Nota Introdutória

A Rede Social constitui uma plataforma de articulação entre parceiros públicos e privados, com o objetivo de coordenar esforços para promover a inclusão social, combater a pobreza e fortalecer a coesão social. Regulamentada pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 115/2006, de 14 de junho, a Rede Social assume como objetivos principais:

- Combater a pobreza e a exclusão social, promovendo a inclusão e a coesão sociais;
- Fomentar o desenvolvimento social integrado e sustentável;
- Incentivar um planeamento integrado e sistemático, aproveitando sinergias, competências e recursos existentes no território;
- Garantir uma cobertura mais eficaz e organizada das respostas e equipamentos sociais, ajustada às necessidades locais;
- Criar e manter canais regulares de comunicação entre os parceiros e a comunidade, promovendo a transparência e a circulação de informações úteis para o bem-estar social.

A atuação da Rede Social deve alinhar-se com estratégias e instrumentos de planeamento a nível nacional, como a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP), o Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável (PAEAS), o Plano de Ação da Garantia para a Infância, a Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENIND), o Programa Nacional para a Saúde Mental (PNSM), e o Plano de Ação para as Migrações. Estes instrumentos reforçam o compromisso com a promoção da inclusão e da coesão social e territorial, além de visarem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, abordando problemáticas emergentes e necessidades específicas dos diversos grupos sociais.

Para alcançar seus objetivos, a Rede Social adota um **planeamento integrado de intervenção**, sustentado em vários instrumentos estratégicos, conforme estabelecido pelo artigo 34º do Decreto-Lei nº 115/2006. Entre estes instrumentos, destacam-se:

1. **Diagnóstico Social** – Um instrumento dinâmico, sujeito a atualizações periódicas, que resulta da colaboração dos diferentes parceiros. O diagnóstico permite o conhecimento aprofundado da realidade social, identificando necessidades, problemas prioritários e suas causas, assim como os recursos, potencialidades e limitações locais. Conforme o artigo 35º do Decreto-Lei nº 115/2006, este diagnóstico oferece uma visão abrangente, tanto sobre as necessidades e problemas sociais prioritários como sobre os recursos e potencialidades locais.

2. **Plano de Desenvolvimento Social** – Com base nas conclusões do Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social define as linhas estratégicas e metas para o desenvolvimento social, promovendo a criação de ações e projetos concretos.
3. **Planos de Ação** – Estabelecem ações específicas, de curto e médio prazo, para enfrentar as necessidades identificadas no Diagnóstico Social, sempre em articulação com o Plano de Desenvolvimento Social.
4. **Sistema de Informação** – Ferramenta que facilita o acompanhamento, monitorização e avaliação das ações implementadas, promovendo uma gestão transparente e eficiente dos recursos.

Para a elaboração do presente Diagnóstico Social, foram seguidas as seguintes fases metodológicas:

1. **Identificação exploratória dos principais problemas** – Nesta fase inicial, foram analisados problemas sociais emergentes e crónicos que afetam o concelho.
2. **Recolha e produção de dados quantitativos e qualitativos** – A partir dos problemas previamente identificados, foram coletados dados pertinentes, que oferecem uma visão detalhada e fidedigna das necessidades e condições da população.
3. **Tratamento e análise das informações recolhidas** – Os dados foram sistematicamente organizados e analisados para uma compreensão integral dos desafios e potencialidades locais.
4. **Definição de prioridades de intervenção** – Com base na análise de dados, foram estabelecidas prioridades para guiar a atuação da Rede Social de forma estratégica e eficaz.

Este documento está organizado em capítulos que refletem uma estrutura lógica e compreensiva:

- **Capítulo I** – Nota Introdutória: contextualiza a Rede Social, seus objetivos e a metodologia de planeamento integrada
- **Capítulo II** – Caracterização do Concelho: oferece um retrato demográfico, económico e social das Caldas da Rainha
- **Capítulo III** – Metodologia utilizada: Detalhamento do processo metodológico adotado para a recolha e análise de dados
- **Capítulo IV** – Priorização de áreas de intervenção: Identificação das áreas prioritárias para intervenção
- **Capítulo V** – Considerações finais: Síntese dos resultados e recomendações estratégicas
- **Capítulo VI** – Glossário de conceitos: Definições de termos utilizados no diagnóstico
- **Capítulo VII** – Anexos: Informação adicional e documentos de apoio
- **Capítulo VIII** – Bibliografia e Webgrafia: Fontes de pesquisa e referência para o diagnóstico

O diagnóstico social proporciona uma compreensão aprofundada da realidade do concelho, identificando desafios prioritários e recursos locais, o que permite orientar políticas públicas e ações concretas que promovem a coesão social e o bem-estar dos cidadãos.

Ao integrar diversos atores sociais, facilita uma abordagem colaborativa e intersectorial, onde instituições públicas e privadas colaboram para combater a exclusão e reduzir desigualdades.

Este processo é essencial para desenvolver políticas de intervenção ajustadas às necessidades específicas do concelho, promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo, que abrange todas as faixas etárias e grupos sociais. Com atualizações periódicas e a participação ativa dos parceiros locais, o diagnóstico social torna-se um instrumento dinâmico e adaptativo, assegurando que as intervenções respondam de forma eficaz às mudanças e novos desafios que possam surgir.

Essa metodologia de planeamento contribui para fortalecer as respostas sociais, otimizando recursos e potenciando as capacidades locais. Através da implementação de políticas alinhadas aos princípios de equidade e inclusão, o diagnóstico social fomenta um concelho mais coeso e resiliente, garantindo uma melhor qualidade de vida para todos os seus habitantes.

Capítulo II – Caracterização do concelho

O concelho das Caldas da Rainha, localizado no Distrito de Leiria, integra a Região de Lisboa e Vale do Tejo e está inserido na Sub-Região Oeste. Desde 1 de janeiro de 2024, faz parte das NUTS II Oeste e Vale do Tejo e da NUTS III Oeste, posicionando-se a aproximadamente 50 km de Leiria e 80 km de Lisboa. Este posicionamento estratégico e as boas acessibilidades viárias facilitam uma ligação rápida e eficiente à Grande Lisboa, aumentando a sua atratividade tanto a nível regional quanto nacional. Esta conectividade impulsiona setores chave do concelho, como o comércio, educação, cultura, serviços de saúde e várias instituições sociais, contribuindo para um crescimento socioeconómico diversificado.

O concelho é constituído por 10 freguesias e 3 Uniões de freguesias: A-dos-Francos, Alvorninha, Carvalhal Benfeito, Landal, Nadadouro, Vidais, Foz do Arelho, Salir de Matos, Santa Catarina, União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, União das Freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro e União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto. Esta diversidade territorial oferece um leque de realidades distintas, desde áreas urbanas mais dinâmicas até zonas rurais de grande valor natural e paisagístico.

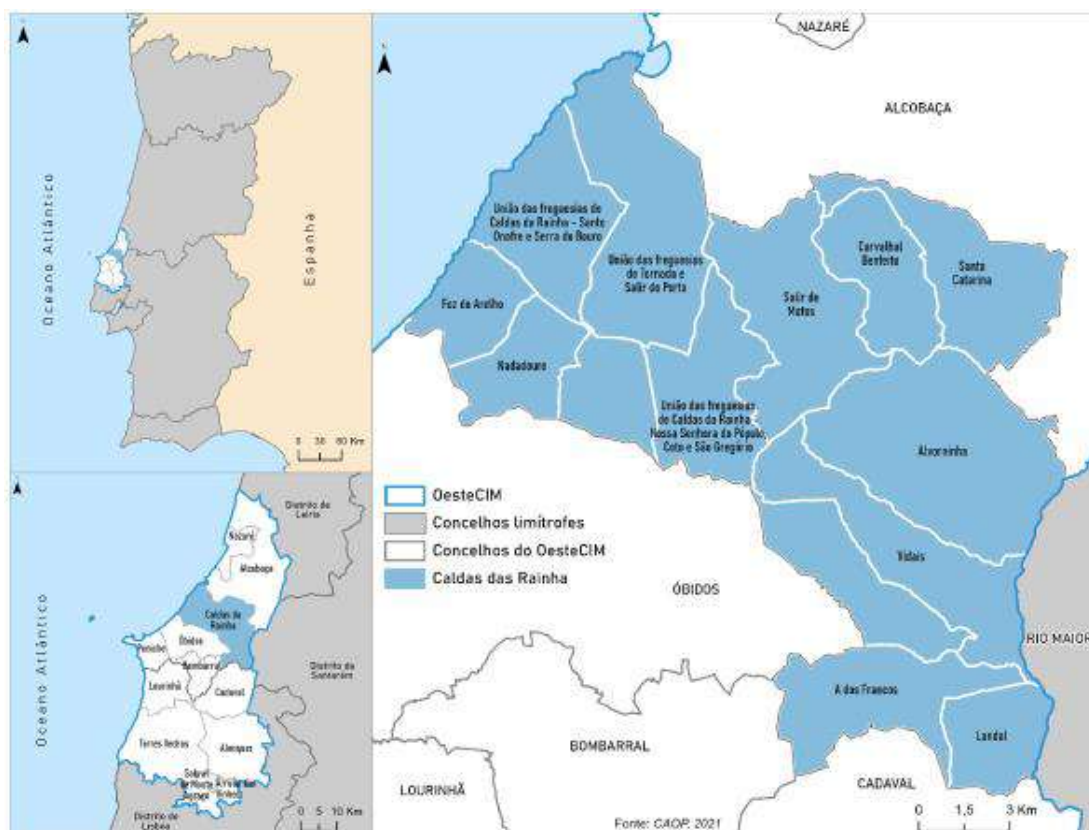


Figura 1 - Localização do concelho das Caldas da Rainha

Economicamente, Caldas da Rainha destaca-se pela produção de cerâmica, um setor de tradição e identidade do concelho, que se alia a outros segmentos, como a agricultura, cutelaria e turismo. A produção cerâmica tem especial relevância, sendo reconhecida pelo seu valor artesanal e artístico, uma tradição enriquecida pela presença de profissionais e designers formados na Escola Superior de Artes e Design do Politécnico de Leiria, que se tornou um polo de inovação e criação cultural na região. Em 2019, o concelho foi reconhecido pela UNESCO como Cidade Criativa na área de Artesanato e Artes Populares, distinção que destaca o papel das Caldas da Rainha no panorama cultural global, celebrando a criatividade e o talento local.

O concelho abriga uma vasta rede de instituições culturais e criativas, incluindo museus, centros de arte, associações culturais e o dinâmico setor empresarial, que contribuem para a economia e a identidade local. Entre os seus espaços mais icónicos encontram-se o Parque D. Carlos I, a Mata Rainha D. Leonor, o Mercado da Fruta, o Museu do Ciclismo, o Teatro da Rainha, e o histórico Hospital Termal, considerado o mais antigo do mundo na área de termalismo. Adicionalmente, o concelho é dotado de um rico património ambiental, com destaque para a Praia da Foz do Arelho, a Praia de Salir do Porto, a Lagoa de Óbidos e o Paúl de Tornada, que atraem visitantes durante todo o ano e promovem o turismo sustentável.

Em termos de reconhecimento, o concelho das Caldas da Rainha foi distinguido com várias premiações devido ao seu compromisso com políticas de inclusão e desenvolvimento social. No período 2022-2024, recebeu o *Selo Comunidade Pró-Envelhecimento*, atribuído pela Ordem dos Psicólogos Portugueses, que reconhece boas práticas para promover o envelhecimento ativo e saudável.

Em 2024, foi também agraciado com o *Selo Amigo da Juventude* pela Federação Nacional de Associações Juvenis, valorizando o apoio dado à juventude e as iniciativas voltadas para os jovens. Além disso, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) atribuiu ao concelho o *Prémio Viver em Igualdade*, em 2024, premiando o esforço contínuo em prol da igualdade de género e da inclusão social.

A riqueza e diversidade do património cultural e ambiental, a dinâmica económica impulsionada por setores tradicionais e criativos e o reconhecimento das suas boas práticas sociais, fazem das Caldas da Rainha um concelho de referência a nível nacional.

1. ENQUADRAMENTO DEMOGRÁFICO

População residente no concelho

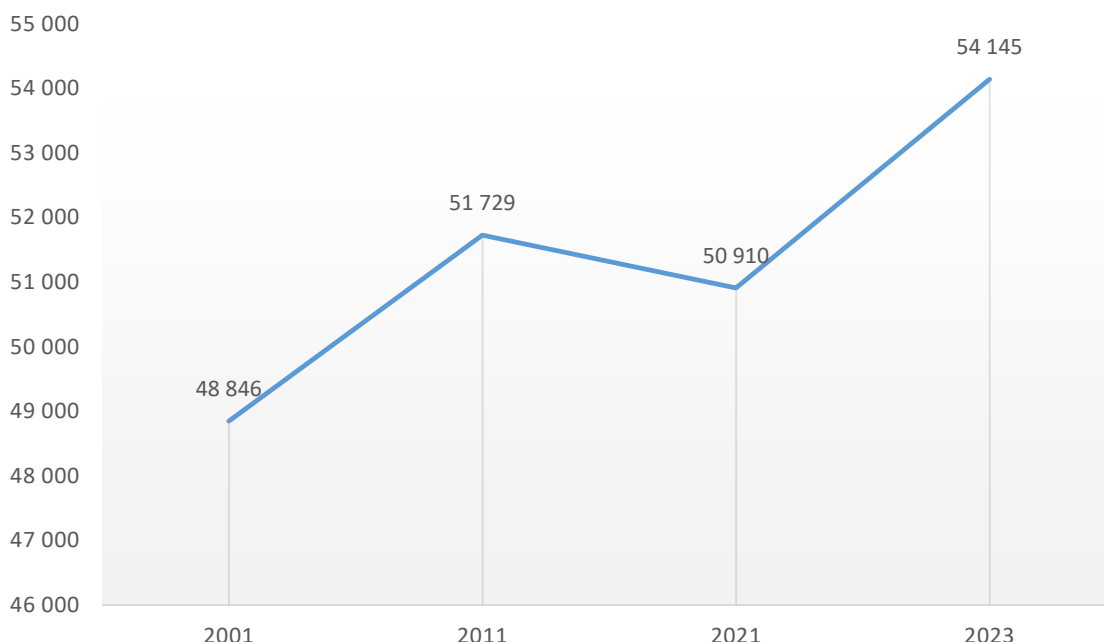


Figura 2 - Evolução da população residente no concelho das Caldas da Rainha, nos últimos 20 anos¹

O concelho das Caldas da Rainha tem vindo a registar um aumento significativo do número de população residente, com um valor de **50 910 habitantes em 2021** e uma estimativa de **54 145 habitantes em 2023**, como se observa no gráfico anterior, conforme os dados do INE.

¹ Fontes: INE - Censos 2001, 2011, 2021

INE - Estimativas anuais da população residente

Para mais informação sobre estes dados, consultar as tabelas do [Anexo 1 – Tabelas com dados estatísticos do concelho](#).

População residente por freguesia

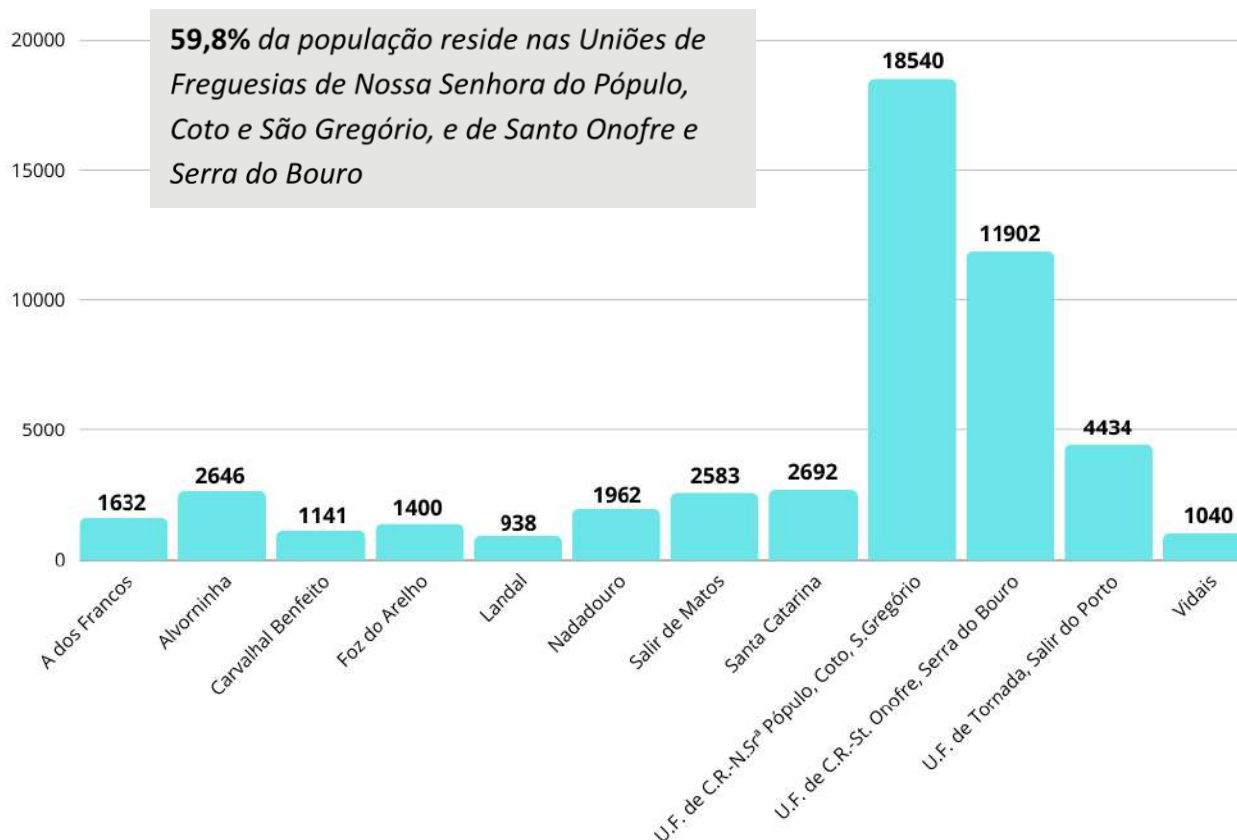


Figura 3 - População residente por freguesia, em 2012

A maioria dos habitantes das Caldas da Rainha reside na **União das Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório** e na **União das Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro**, com 18 540 e 11 902 habitantes, respetivamente. O Landal é a freguesia do concelho com menor população residente.

² Fonte: INE – Censos 2021

Última atualização dos dados: 19 de março de 2024

Para mais informação sobre estes dados, consultar a [Tabela 126](#).

Densidade Populacional

Tabela 1 - Densidade populacional (N.º/ km²) por Local de residência (NUTS - 2024)³

Territórios	2021	2023
Portugal	113,0	115,4
Oeste	167,7	174,9
Caldas da Rainha	203,3	211,8

Os dados indicam um pequeno aumento na densidade populacional tanto a nível nacional como na região Oeste e nas Caldas da Rainha.

População residente por sexo e grupo etário

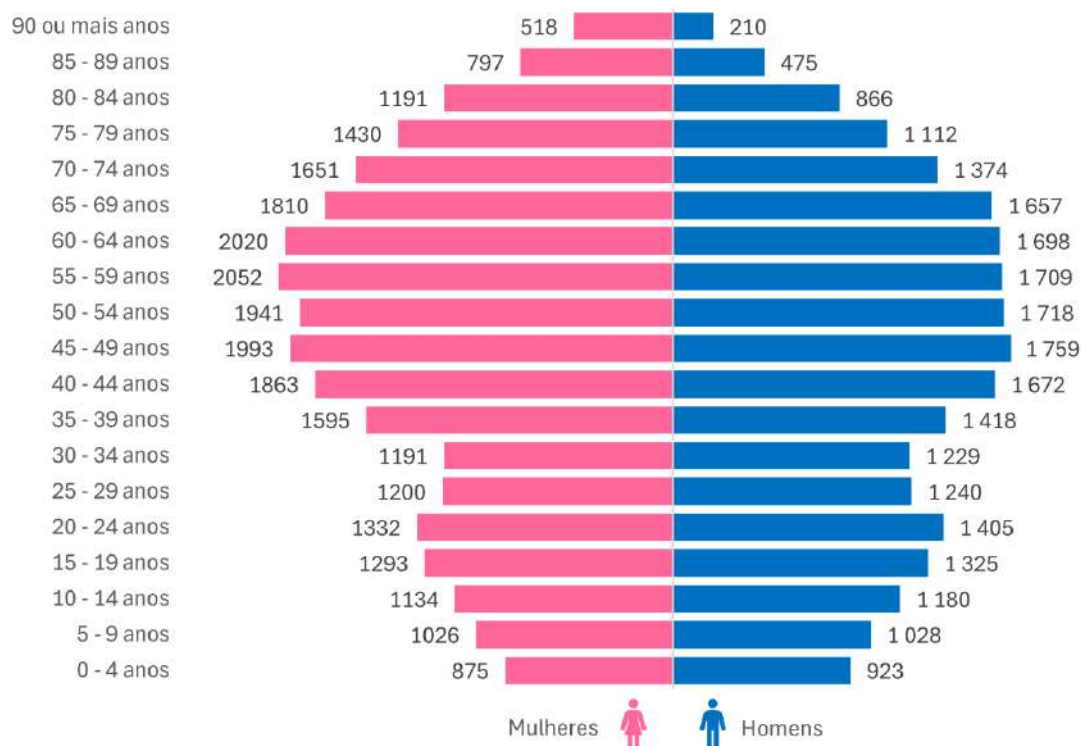


Figura 4 - Pirâmide etária da população residente em 2021, segundo o sexo (N.º), Caldas da Rainha⁴

³ Fonte: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Última atualização dos dados: 19 de junho de 2024

⁴ Fonte: População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Escalão de dimensão populacional (do lugar); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Última atualização dos dados: 19 de março de 2024

Em 2021, o concelho das Caldas da Rainha tinha **26 912 mulheres** e **23 998 homens**. A pirâmide etária do concelho evidencia um duplo envelhecimento da população: um envelhecimento pela base, devido à diminuição da população jovem, e um envelhecimento pelo topo, devido ao aumento da proporção de idosos. As taxas de natalidade, mortalidade e fecundidade, apresentam-se nas tabelas seguintes.

Tabela 2 - Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência⁵

Local de residência (NUTS - 2024)	2021	2023
Portugal	7,6	8,1
Oeste	7,5	7,9
Caldas da Rainha	6,3	7,4



Tabela 3 - Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência⁶

Local de residência (NUTS - 2024)	2021	2023
Portugal	12,0	11,2
Oeste	13,5	11,5
Caldas da Rainha	13,9	12,0



Tabela 4 - Taxa de fecundidade geral (‰) por Local de residência⁷

Local de residência (NUTS - 2024)	2021	2023
Portugal	35,8	38,6
Oeste	36,2	37,9
Caldas da Rainha	30,9	36,1



⁵ Fonte: INE: Taxa bruta de natalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Indicadores demográficos

Data atualização dos dados: 18 de junho de 2024.

⁶ Fonte: INE: Taxa bruta de mortalidade (‰) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Indicadores demográficos.

Data atualização dos dados: 18 de junho de 2024.

⁷ Fonte: INE: Taxa de fecundidade geral (‰) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Indicadores demográficos.

Data atualização dos dados: 18 de junho de 2024.

Tabela 5 - Contributo dos saldos natural e migratório para a variação populacional anual (%)⁸

Territórios	Total		Saldo Natural		Saldo Migratório	
	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Portugal	100,0	100,0	38,6	17,3	61,4	82,7
Oeste	100,0	100,0	20,1	11,5	79,9	88,5
Caldas da Rainha	100,0	100,0	25,7	12,9	74,3	87,1

Tabela 6 - Saldos populacionais anuais: total, natural e migratório⁹

Territórios	Saldo Total		Saldo Natural		Saldo Migratório	
	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Portugal	26 820	(R) 123 105	-45 259	-32.596	72 079	(R) 155 701
Oeste	6 613	(R) 9 311	-2 220	-1 396	8 833	(R) 10 707
Caldas da Rainha	737	(R) 1 406	-390	-245	1 127	(R) 1 651

(R) Dados retificados pela entidade responsável

Nos últimos anos, as taxas de natalidade e de fecundidade têm registado um ligeiro aumento que se deve, em parte, ao aumento da população estrangeira a residir no concelho das Caldas da Rainha e, de uma forma geral, em todo o país, conforme os dados da [Tabela 129](#) e do gráfico da [Figura 21](#).

Registou-se aumento geral do saldo total e do saldo migratório, e um decréscimo significativo do saldo natural, assim como, o seu contributo para a variação populacional anual no Concelho das Caldas da Rainha, no Oeste e em Portugal. Assim, verificou-se que, no Concelho das Caldas da Rainha, o saldo populacional total quase que duplicou, passando de 737 para 1406, como se pode observar na tabela anterior.

⁸ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente | Estatísticas de Nados-Vivos | Estatísticas de Óbito

Última atualização dos dados: 19 de junho de 2024

⁹ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

INE - Estatísticas de Óbitos

INE - Estatísticas de Nados-Vivos

Última atualização dos dados: 19 de junho de 2024

População jovem e idosa

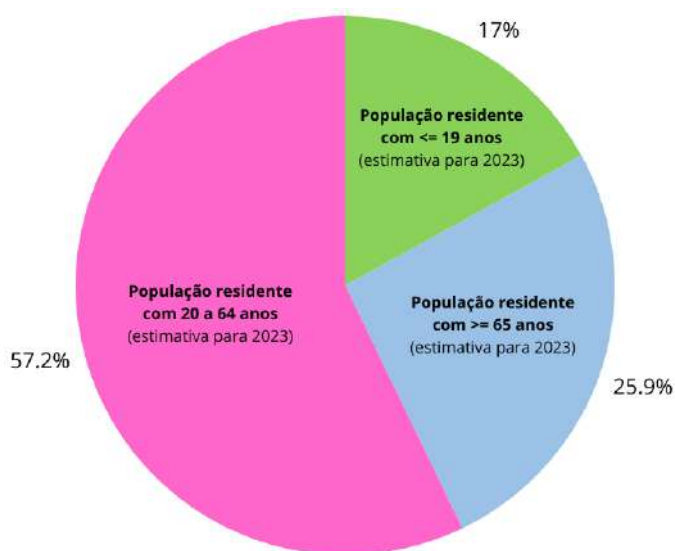
De seguida, apresentam-se o índice de dependência dos jovens, a percentagem de pessoas com mais de 65 anos, comparando com os menores de 19 anos e a restante população, assim como a evolução da população com mais de 65 anos ao longo dos últimos 20 anos no concelho das Caldas da Rainha.

Tabela 7 – Índice de dependência de jovens¹⁰

Territórios	2021	2023
Portugal	20,7	(R) 20,4
Oeste	21,3	(R) 20,9
Caldas da Rainha	19,8	(R) 19,3



(R) Dados retificados pela entidade responsável



Nas Caldas da Rainha, quase 26% da população residente tem mais de 65 anos e 17% menos de 19 anos, segundo as estimativas anuais do INE.

Figura 5 – Percentagem da população residente no concelho das Caldas da Rainha por grandes grupos etários (estimativa para 2023)¹¹

¹⁰ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - Estimativas Anuais da População Residente

Última atualização dos dados: 25 de junho de 2024

¹¹ Fonte: População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente

Última atualização dos dados: 18 de junho de 2024.

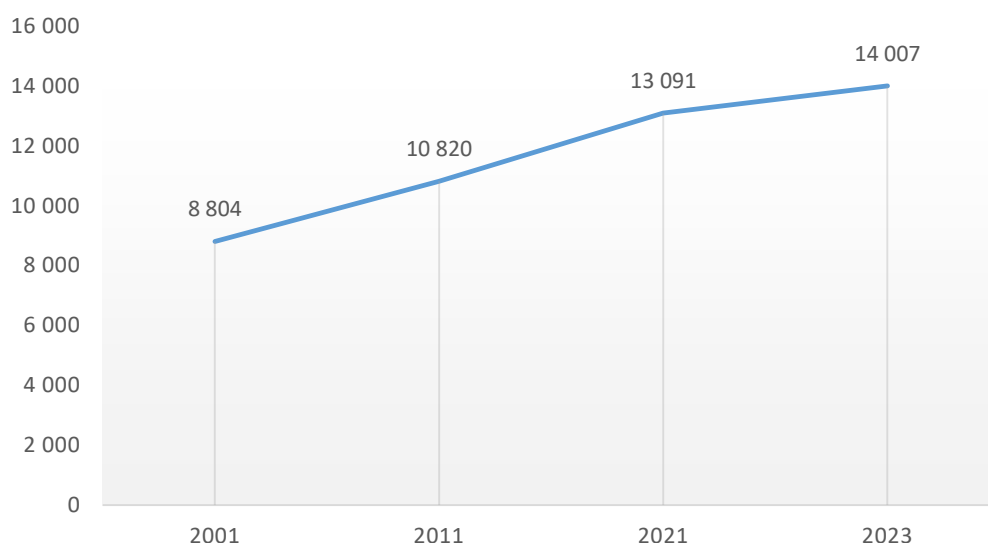


Figura 6 - Evolução da população com mais de 65 anos, residente no concelho das Caldas da Rainha, nos últimos 20 anos¹²

Dos dados acima explanados, verifica-se um aumento do número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, assim como, um aumento dos índices de envelhecimento e de dependência, igualando assim a tendência nacional e, o verificado na zona Oeste.

No entanto, verifica-se que as percentagens dos indicadores do índice de envelhecimento e da taxa de dependência, é superior no concelho das Caldas da Rainha, quando comparadas com as taxas nacionais.

¹² Fontes: INE - Censos 2001, 2011, 2021

INE - Estimativas anuais da população residente

Para mais informação sobre estes dados, consultar as tabelas do [Anexo 1 – Tabelas com dados estatísticos do concelho](#).

Famílias

Tabela 8 – Agregados domésticos privados: total e por tipo de composição¹³

	Portugal		Oeste e Vale do Tejo	
	2021	2023	2021	2023
Total	⊥ 3.939,9	4.382,0	⊥ 325,1	357,9
1 indivíduo	⊥ 740,9	1.091,4	⊥ 69,2	95,0
Casal sem filhos	⊥ 811,8	1.082,2	⊥ 82,5	91,6
Casal com filhos	⊥ 1.518,1	1.366,8	⊥ 114,5	109,3
Família monoparental	⊥ 492,8	473,2	⊥ 34,5	37,4
Outros	⊥ 376,4	368,5	⊥ 24,4	24,7

⊥ [Quebra de série](#) (consultar glossário de conceitos)

Tabela 9 – Dimensão média das famílias segundo os Censos¹⁴

Territórios	2011	2021
Portugal	2,6	⊥ 2,5
Oeste	2,5	⊥ 2,4
Caldas da Rainha	2,5	⊥ 2,3

⊥ [Quebra de série](#) (consultar glossário de conceitos)

Tabela 10 – Famílias segundo os Censos: Total e por número de indivíduos¹⁵

	Portugal		Oeste		Caldas da Rainha	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Total	4 043 726	⊥ 4 149 096	140 694	⊥ 146 538	20 550	⊥ 21 313
1	866 827	1 027 871	30 121	36 100	4 866	5 817
2	1 277 558	1 382 996	45 819	50 022	6 737	7 453
3	965 781	894 451	33 330	30 992	4 680	4 290
4	671 066	611 861	23 752	21 912	3 197	2 817
5+	262 494	231 917	7 672	7 512	1 070	936

⊥ [Quebra de série](#) (consultar glossário de conceitos)

¹³ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego

Última atualização dos dados: 17 de setembro de 2024

Não estão disponíveis dados para o concelho das Caldas da Rainha.

¹⁴ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024

¹⁵ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024

Tabela 11 – Famílias unipessoais segundo os Censos (%)¹⁶

Territórios	2011	2021
Portugal	21,4	⊥ 24,8
Oeste	21,4	⊥ 24,6
Caldas da Rainha	23,7	⊥ 27,3

⊥ [Quebra de série](#) (consultar glossário de conceitos)

Tabela 12 – Famílias unipessoais segundo os Censos: Total e com 65 e mais anos¹⁷

Territórios	Total		65+	
	2011	2021	2011	2021
Portugal	866.827	1.027.871	406.942	517.146
Oeste	30.121	36.100	15.342	18.942
Caldas da Rainha	4.866	5.817	2.313	2.934

As tabelas anteriores revelam importantes tendências nas dinâmicas familiares em Portugal nos últimos anos, que são as mesmas que se verificam no concelho das Caldas da Rainha. Observa-se um aumento no número total de famílias, o que sugere uma maior diversificação na composição dos lares. Esta mudança pode ser motivada pela crescente urbanização e migração para as cidades, onde as pessoas, especialmente os jovens, tendem a viver sozinhas devido a oportunidades de emprego, de estudo ou simplesmente por preferirem um estilo de vida mais independente e centrado em si mesmos. Além disso, a evolução das normas sociais, com uma maior aceitação da vida a solo e uma diminuição da pressão para casar ou viver em família, também pode estar a contribuir para este fenómeno. Além disso, há uma clara tendência de crescimento no número de casais sem filhos, o que pode estar associado a mudanças nas prioridades sociais, económicas e pessoais. Por outro lado, o número de casais com filhos tem diminuído, o que indica possíveis desafios relacionados com a natalidade ou com a reorganização das estruturas familiares tradicionais.

As famílias monoparentais e outros tipos de agregados apresentam variações menores, mas que ainda assim apontam para uma crescente diversidade na forma como as pessoas organizam as suas vidas familiares. A proporção crescente de famílias unipessoais, especialmente em áreas específicas como as Caldas da Rainha,

¹⁶ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024

¹⁷ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - X, XII, XIII, XIV, XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024

reforça a ideia de que o envelhecimento e a independência individual são fatores cada vez mais presentes na sociedade.

Os dados relativos aos indivíduos com 65 anos ou mais mostram um ligeiro aumento no número da população idosa a viver sozinha, o que reforça a tendência de envelhecimento populacional e a necessidade de políticas públicas direcionadas para este segmento da população.

2. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza e a exclusão social são problemas estruturais que impactam diretamente a coesão social e o bem-estar da população, exigindo uma resposta ágil e integrada por parte de todos os agentes locais.

Estando os dois conceitos interligados, traduzem-se na falta de recursos que impedem o acesso à satisfação plena das necessidades básicas dos cidadãos, assim como o acesso a serviços e oportunidades que são fundamentais para a participação plena na sociedade.

Estando os dois conceitos interligados, traduzem-se na falta de recursos que impedem o acesso à satisfação plena das necessidades básicas dos cidadãos, assim como o acesso a serviços e oportunidades que são fundamentais para a participação plena na sociedade.

Importa referir que, com a transferência de competências para os municípios na área da Ação Social, os municípios desempenham um papel essencial no atendimento e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, com o objetivo de oferecer respostas rápidas e adequadas às necessidades locais.

Essa transferência de competências, regulamentada pela Portaria n.º 63/2021, de 17 de março, estabelece que as Câmaras Municipais devem assegurar o desenvolvimento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), que inclui o atendimento de situações de emergência social. Entre as atribuições do município estão a elaboração de relatórios de diagnóstico e de acompanhamento, bem como a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de comprovada carência económica e risco social, assim como o acompanhamento dos beneficiários do rendimento social de inserção. Este processo de proximidade visa garantir que o apoio chegue rapidamente a quem mais necessita, minimizando os efeitos da vulnerabilidade socioeconómica.

No âmbito da operacionalização dessas competências, a Câmara Municipal das Caldas da Rainha, em janeiro de 2023 assumiu esta responsabilidade e tem atuado em parceria com a Rede Social, fortalecendo os vínculos com outros parceiros locais e promovendo a coesão social do território.

Só com a articulação entre todos os parceiros/agentes locais que compõem a Rede Social e com recursos específicos destinados à ação social, conseguirá ser dada uma resposta capaz aos problemas da pobreza e exclusão social, contribuindo para um território mais justo, inclusivo e coeso.

2.1. Caracterização

Os dados mais recentes sobre a remuneração média mensal e o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem disponíveis para o concelho das Caldas da Rainha indicam que a remuneração é mais baixa do que a média nacional, sendo a remuneração dos homens superior à das mulheres, de uma forma geral. Relativamente ao ganho médio por setor de atividade, a tendência é a mesma, ou seja, o valor é inferior à média nacional, como se pode observar nas tabelas seguintes. Os setores com ganhos mensais mais elevados são os da indústria, construção, energia e água, assim como das indústrias transformadoras.

Tabela 13 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo¹⁸

Territórios	Total			Masculino			Feminino		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Portugal	1 001,5	x	x	1 069,3	x	x	920,1	x	x
Oeste	848,7	x	x	912,0	x	x	774,6	x	x
Caldas da Rainha	784,1	x	x	846,1	x	x	730,1	x	x

x – Valor não disponível

Tabela 14 - Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem por Setor de Atividade Económica¹⁹

Setores de Atividade	Portugal			Oeste			Caldas da Rainha		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura	943,7	949,7	1 011,4	942,1	x	x	818,7	x	x
Indústria, construção, energia e água	1 143,5	x	x	1 070,7	x	x	1 059,1	x	x
Indústrias transformadoras	1 152,9	x	x	1 099,5	x	x	1 062,4	x	x
Construção	1.024,9	x	x	884,2	x	x	911,2	x	x
Serviços	1.242,4	x	x	998,7	x	x	934,9	x	x
Total	1.206,3	x	x	1.019,3	x	x	959,4	x	x

x – Valor não disponível

¹⁸ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024

¹⁹ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024

Relativamente ao poder de compra no concelho, entre 2019 e 2021, manteve-se baixo. Verificou-se também que, entre 2021 e 2023, houve uma ligeira diminuição das pensões na população residente com mais de 15 anos, não só no concelho das Caldas da Rainha, como no Oeste e em Portugal, como se pode observar nas tabelas seguintes.

Tabela 15 - Proporção do poder de compra (%)²⁰

Territórios	Proporção do poder de compra	
	2019	2021
Portugal	100,000	100,000
Oeste	3,128	3,223
Caldas da Rainha	0,494	0,493

Tabela 16 - Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações no total da população residente com 15 e mais anos (%)²¹

Territórios	Total de pensões		Pensões da Segurança Social		Pensões da CGA	
	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Portugal	40,0	39,6	32,9	32,6	7,1	7,1
Oeste	37,5	36,6	32,4	31,6	6,1	5,0
Caldas da Rainha	38,8	38,0	32,3	31,6	6,5	6,4

2.2. Respostas e equipamentos sociais

Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), regulamentado pela Portaria nº 188/2014 de 18 de setembro, na sua redação atual, é um serviço que assegura o atendimento e acompanhamento de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como, de emergência social. O SAAS, constitui-

²⁰ Fonte: PORDATA.

Fonte de dados: Fontes de Dados: INE - Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024.

²¹ Fonte: PORDATA.

ISS/MTSSS

INE - Estimativas Anuais da População Residente

CGA/MTSSS-MF

Última atualização dos dados: 16 de julho de 2024.

se como uma resposta de elevada importância na medida em que, ao disponibilizar informação e mobilizando os recursos adequados a cada situação, visa a promoção da melhoria das condições de vida e bem-estar das populações, condições essas facilitadoras de inclusão social. No exercício das competências pelas Autarquias locais, em matéria de ação social e, por forma a criar mecanismos de proximidade efetiva e sinergias entre os recursos e competências da comunidade.

No ano de 2023, foram efetuados um total de 4429 atendimentos no SAAS, dos quais 265 foram visitas domiciliárias.

A este propósito, há a salientar que, os pedidos de apoio são, maioritariamente, ao nível alimentar, medicação, destacando-se, atualmente, um acréscimo de pedidos de apoio para pagamento de despesas de habitação, nomeadamente, rendas, água, luz, gás, assim como inscrição para habitação social. Destacam-se ainda apoios ao nível de alojamento de cidadãos, por se encontrarem em situação de sem-abrigo e outros por via de ações de despejo.

A Câmara Municipal das Caldas da Rainha, através do SAAS, atribui apoios económicos de carácter eventual a indivíduos isolados ou agregados familiares, quando se verifica uma situação de carência económica momentânea e/ou quando o percurso de inserção do indivíduo ou agregado familiar, assim o justifique.

As condições de acesso e os procedimentos para atribuição dos apoios económicos, encontram-se estatuídos no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios Económicos.

Este apoio constitui-se como um instrumento de intervenção de ação social, na prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade socioeconómica, de exclusão ou vulnerabilidade social, conjugada com outras políticas sociais públicas e articulada com a atividade de Instituições Particulares de Solidariedade Social e instituições equiparadas, e com outros relevantes interlocutores do setor social.

Para assegurar que o apoio económico chegue de forma justa e transparente às pessoas e famílias em maior situação de necessidade, foram definidos critérios rigorosos para a atribuição de apoios. Estes critérios estão regulamentados no Regulamento Municipal de Apoios Económicos, publicado em Diário da República a 1 de junho de 2023. Este regulamento detalha os procedimentos e as verbas destinadas aos apoios sociais, incluindo aquelas previstas no Fundo de Maneio, no Fundo de Emergência Social e nos montantes transferidos ao abrigo das novas competências. Este Fundo de Emergência Social é um mecanismo de apoio específico para casos de emergência, garantindo que situações de carência económica ou risco social possam ser atendidas rapidamente e de forma eficaz.

A definição de critérios claros e mecanismos de avaliação e aprovação eficazes reforça a transparência e a eficácia das políticas sociais municipais, promovendo a confiança da população nas instituições e assegurando que os recursos são aplicados de maneira eficiente.

No ano civil 2023, foram efetuados 173 apoios eventuais.

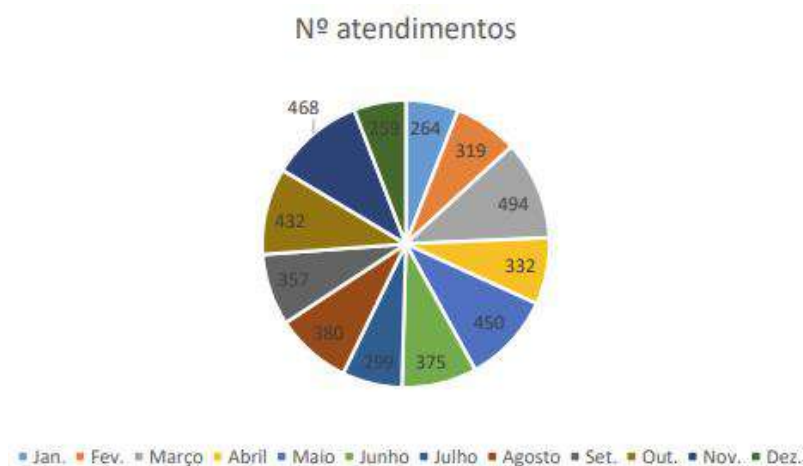


Figura 7 - Número de atendimentos realizados pelo SAAS, por mês (2023)

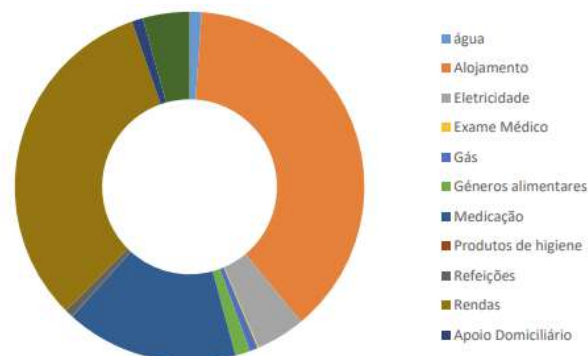


Figura 8 - Apoios económicos atribuídos pelo SAAS, em 2023 23

Ao nível das famílias que recorrem ao SAAS, destacam-se as famílias isoladas, seguindo-se as famílias nucleares com filhos menores a cargo, as famílias monoparentais femininas com filhos menores a cargo e as famílias nucleares sem filhos.

²² FONTE: SAAS Caldas da Rainha (2023).

²³ FONTE: SAAS Caldas da Rainha (2023).

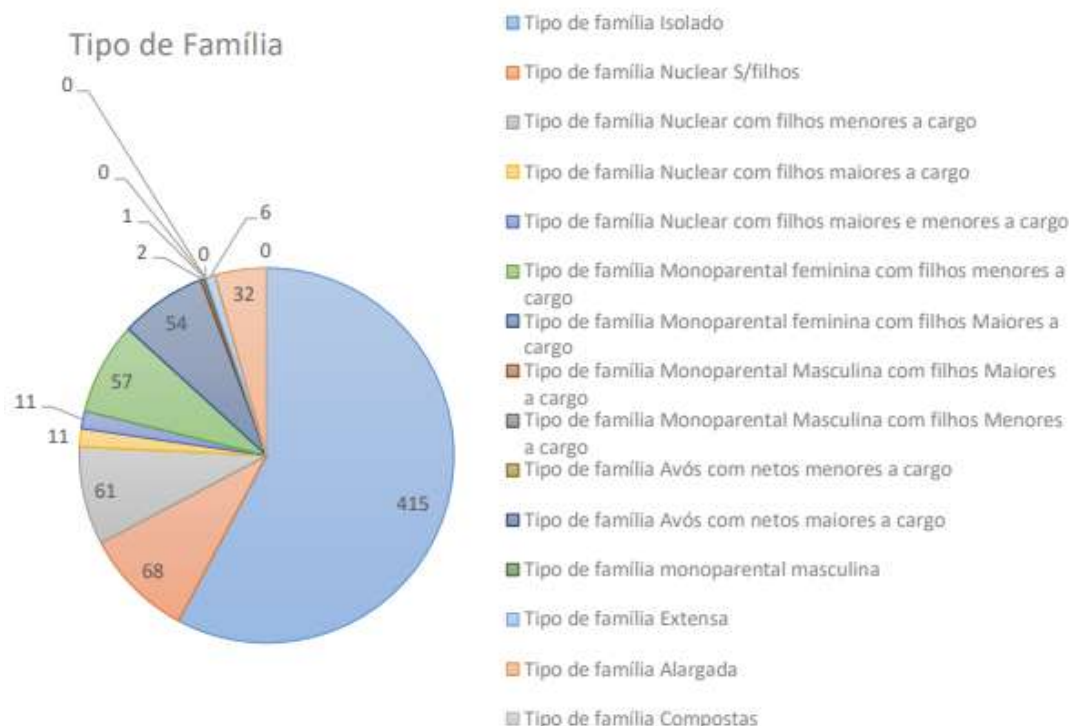


Figura 9 - Tipos de famílias que recorreram SAAS, em 2023 ²⁴

No mês de junho de 2024, encontravam-se em acompanhamento um total de 1996 processos familiares, repartidos pelas seguintes tipologias: Ação social - 1789 e Rendimento Social de Inserção- 207.



Figura 10 - Número de atendimentos realizados pelo SAAS, por mês (2024)



Figura 11 - Tipologia dos Agregados Familiares acompanhados pelo SAAS (2024)

²⁴ FONTE: SAAS Caldas da Rainha (2023).

Rendimento Social de Inserção (RSI)

O RSI constitui uma medida de política social de combate à pobreza, suportada pelo Instituto da Segurança Social, tendo como principal objetivo assegurar aos cidadãos e aos seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas necessidades mínimas e, paralelamente, favorecer a progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social.

Para o desenvolvimento e concretização de um projeto de vida, os agregados familiares beneficiários do RSI terão acesso a uma prestação, de carácter transitório e a um programa de inserção, adequado a cada beneficiário.

Tabela 17 - Nº de Beneficiários residentes no Concelho das Caldas da Rainha, com lançamento de RSI, por ano e por sexo²⁵

	2022	2023	1º Semestre de 2024
Feminino	443	315	215
Masculino	299	223	176
Total	742	538	391

Tabela 18 - Nº de Beneficiários residentes no Concelho das Caldas da Rainha, com lançamento de RSI, por ano e por grupo etário²⁶

Escalão Etário	2022	2023	1º Semestre de 2024
<=24 anos	287	178	133
25 a 39 anos	127	77	44
40 a 54 anos	160	122	84
>=55 anos	168	161	130
TOTAL	742	538	391

O número de beneficiários de RSI no concelho diminuiu significativamente entre 2022 e 2023. O valor de 2024 também é inferior, mas refere-se apenas ao primeiro semestre do ano, não sendo possível comparar com os anteriores.

²⁵ Fonte: Centro Distrital de Leiria, ISS, IP (novembro de 2024).

²⁶ Fonte: Centro Distrital de Leiria, ISS, IP (novembro de 2024).

Núcleos Locais de Inserção (NLI)

Os NLI são os órgãos locais a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, conforme o instituído na Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, e no disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 283/2003, de 08 de novembro na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 42/2006, de 23 de fevereiro.

A estes Núcleos está cometida a responsabilidade da elaboração e aprovação dos programas de inserção, a organização dos meios inerentes à sua prossecução e ainda o acompanhamento e avaliação da respetiva execução.

No âmbito da transferência de competências, desde o dia 2 de janeiro de 2023, que o Município coordena o NLI.

O NLI, é um órgão local a quem compete a gestão processual continuada dos percursos de inserção dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI), sendo o mesmo composto pelas seguintes entidades:

- Câmara Municipal das Caldas da Rainha
- IEFP, I.P. – Centro de Emprego de Oeste Norte – Serviço de Emprego de Caldas da Rainha
- Centro Distrital de Leiria, ISS, IP
- Unidade Local de Saúde do Oeste
- Agrupamento de Escolas Raul Proença

Em 2023, encontravam-se em acompanhamento 210 PF (Processos Familiares): 181 pela Câmara Municipal e 29 pelo Instituto da Segurança Social (refugiados).

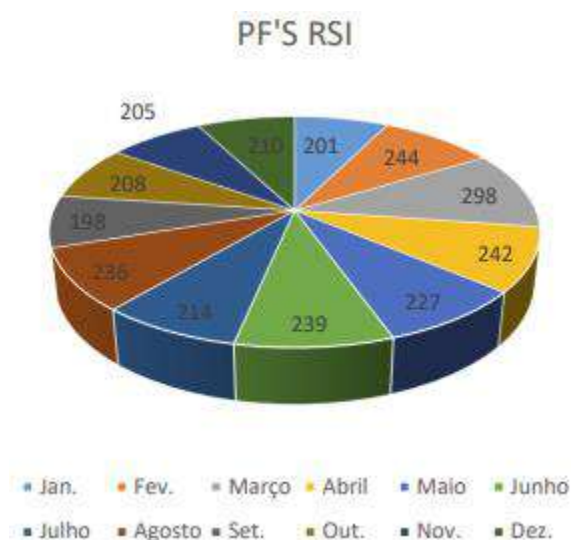


Figura 12 - Processos Familiares de RSI, por mês (2023)

Apoios Alimentares

Polos Distribuidores do Banco Alimentar Contra a Fome do Oeste

O Banco Alimentar Contra a Fome do Oeste, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que luta contra o desperdício de produtos alimentares encaminhando-os para distribuição gratuita às pessoas mais carenciadas. Para esse efeito, estabelece protocolo com outras entidades da comunidade, que mantêm o contacto mais direto com a população mais vulnerável.

No Concelho das Caldas da Rainha, existem 18 Polos Distribuidores, distribuídos pelas 12 Juntas/Uniãos de Freguesias e conjuntamente apoiam, 352 agregados familiares, 956 pessoas através do levantamento do cabaz e 1513 pessoas institucionalizadas.

Tabela 19 – Resumo do apoio dado pelo Banco Alimentar entre 2022 e 2024 ²⁷

	2022	2023	2024
Agregados apoiados	398	397	352
Pessoas com cabaz	1074	1087	956
Pessoas em instituição	1784	1793	1513

²⁷ Fonte: Banco Alimentar Contra a Fome do Oeste (outubro de 2024).

Tabela 20 – Pólos distribuidores do Banco Alimentar contra a Fome do Oeste

Entidade	Freguesia	Pessoas apoiadas (dados de setembro/2024)
ADRA - Ass. Adventista para o Desenv. De Recursos e Assistência	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	50 pessoas / 40 agregados ²⁸
Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia do Coto	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Nossa Sra Pópulo, Coto e São Gregório	25 pessoas / 11 agregados
Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia de Alvorninha	Alvorninha	29 pessoas / 11 agregados
Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos	Salir de Matos	22 pessoas
Associação Social e Cultural Paradense	União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto	47 pessoas / 22 agregados
Casa do Povo de A-dos-Francos	A-dos-Francos	34 pessoas / 10 agregados
Centro de Apoio Social do Nadadouro	Nadadouro	15 pessoas / 8 agregados
Centro de Apoio Social da Freguesia de São Gregório	União das Freguesias das Caldas da Rainha- Nossa Sra Pópulo, Coto e São Gregório	16 pessoas / 6 agregados
Centro de Desenvolvimento Comunitário do Landal	Landal	28 pessoas / 17 agregados
Centro Social Paroquial Nossa Sra da Piedade dos Vidais	Vidais	19 pessoas / 8 agregados
Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário Litoral Oeste Norte	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	190 a 205 pessoas / 70 a 75 agregados
Centro Social e Paroquial de Santa Catarina	Santa Catarina	28 pessoas / 13 agregados
Ordem do Trevo	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	323 pessoas / 70 agregados
Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha – Centro de Recursos Comunitários	União das Freguesias das Caldas da Rainha Nossa Sra Pópulo, Coto e São Gregório	31 pessoas / 11 agregados
Associação de Desenvolvimento Social de Salir do Porto	União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto	23 pessoas / 10 agregados
Associação de Solidariedade Social da Foz do Arelho	Foz do Arelho	27 pessoas
Centro Social Paroquial Nossa Sra das Mercês	Carvalhal Benfeito	9 pessoas / 4 agregados
Conferência de São Vicente de Paulo da Sagrada Família	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	80 pessoas / 35 agregados

²⁸ Em outubro de 2024, a associação encontrava-se a fazer a análise dos agregados com apoio alimentar e informou que iria reduzir bastante o apoio; deverá passar a apoiar aproximadamente 20 agregados, em vez dos atuais 40.

Programa PESSOAS 2030 – Privação Material

O **Programa Combate à Privação Material - Portugal 2030**, surgiu em dezembro de 2023 para substituir o Programa POAPMC visava operacionalizar o Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas (FEAC) e consistia na distribuição mensal de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade.

Programa **Combate à Privação Material - Portugal 2030** visa, com a sua atividade, diminuir as situações de vulnerabilidade que colocam em risco a integração das pessoas e dos agregados familiares mais frágeis, reforçando as respostas das políticas públicas existentes. Tem como objetivo a distribuição de géneros alimentares junto das pessoas mais carenciadas.

No concelho das Caldas da Rainha, cabe à Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha, como polo recetor e distribuidor, distribuir os cabazes mensais às famílias mais carenciadas, sinalizadas pelo município e ISS, através do SAAS, sendo estas entidades, responsáveis ainda por efetuar a avaliação/reavaliação socioeconómica dos agregados familiares beneficiários desta medida.

Atualmente, existem 642 pessoas beneficiárias deste apoio alimentar, tendo 215 processos familiares.

Cantina Social

A Cantina Social é uma resposta social crucial para atender às necessidades alimentares de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade económica que não dispõem de condições para preparar refeições em casa. Este serviço é estruturado para garantir que as populações mais desfavorecidas tenham acesso a refeições nutritivas e adequadas, contribuindo para melhorar a sua qualidade de vida e promovendo a segurança alimentar.

No concelho das Caldas da Rainha, este serviço é assegurado pela Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha e pela Casa do Povo de A-dos-Francos, ambas com uma forte tradição de apoio social à comunidade local. Estas instituições mantêm acordos com o Instituto da Segurança Social, que regula e financia a prestação deste serviço, garantindo que as refeições sejam disponibilizadas de forma regular e contínua.

A existência da Cantina Social não só proporciona um alívio imediato para as necessidades alimentares das famílias em situação de carência, mas também integra uma rede de respostas sociais que procura combater a exclusão social e promover a dignidade e a autonomia dos beneficiários.

No Concelho das Caldas da Rainha, em 2023, 76 pessoas beneficiaram de Cantina Social.

Tabela 21 - Acordos para a cantina social²⁹

Ano	Entidade	Acordo				Extra-Acordo		
		Nº de acordos	Nº de agregados apoiados	Nº de pessoas apoiadas	Nº de vagas	N.º de refeições	Nº de agregados familiares	N.º de pessoas beneficiárias
2022	SCMCR	22 refeições, 11 pessoas	28	29	0	201	9	9
2023	SCMCR	22 refeições, 11 pessoas	38	44	0	1277	22	28
2024 (1º semestre)	SCMCR	22 refeições, 11 pessoas	44	48	0	2078	55	55
2022	Casa do Povo de A-dos-Francos	6 refeições/dia	3	4	0	-	-	-
2023	Casa do Povo de A-dos-Francos	6 refeições/dia	3	4	0	-	-	-
2024 (1º semestre)	Casa do Povo de A-dos-Francos	6 refeições/dia	3	4	0	-	-	-

Refood

A Refood encontra-se juridicamente constituída como associação sem fins lucrativos, tendo também o estatuto de IPSS e tem como missão resgatar alimentos, alimentar as pessoas e incluir toda a comunidade local, contribuindo uma sociedade mais sustentável, justa e solidária.

A Refood é uma organização independente, sustentável, 100% voluntária. É gerida por uma rede de núcleos autónomos, transforma o problema universal do desperdício alimentar numa solução para outro problema maior, o combate à fome.

Nas Caldas da Rainha, em 2023, a Refood apoiou 175 pessoas e até junho de 2024 já apoiou 139 pessoas.

Tabela 22 – Agregados e pessoas apoiados pela Refood³⁰

Ano	Nº de agregados apoiados	Nº de pessoas apoiadas
2022	51	143
2023	63	175
2024 (1º semestre)	53	139

Grupo de Acolhimento Nossa Sra. da Conceição

A Paróquia de Nossa Senhora do Pópulo de Caldas da Rainha constituiu o Grupo de Acolhimento Nossa Senhora da Conceição, em março de 2020. Tem como principal objetivo, a distribuição de um cabaz mensal de géneros

²⁹ Fonte: Santa Casa da Misericórdia e Casa do Povo de A-dos-Francos (outubro de 2024); ISS, IP (novembro de 2024).

³⁰ Fonte: Refood (outubro de 2024).

alimentícios, em favor de famílias necessitadas, contribuindo assim para a resolução de situações com carência alimentar.

***Tabela 23 – Agregados e pessoas apoiados pelo
Grupo de Acolhimento Nossa Sra. da Conceição ³¹***

Ano	Nº de agregados apoiados	Nº de pessoas apoiadas
2023	14	27
1º Semestre de 2024	25	49

No ano de 2023, apoiaram 27 pessoas e até junho de 2024, já apoiaram 49 pessoas.

Estatuto do Cuidador Informal

O cuidador informal é uma pessoa que cuida de forma regular ou permanente de outras pessoas que estejam numa situação de dependência promovendo o bom trato e contribuindo para o seu bem-estar.

Enquadramento Legal do Cuidador Informal:

- Lei n.º 100/2019 de 6 de setembro (aprova o Estatuto do Cuidador Informal - ECI)
- Decreto regulamentar n.º 1/2022 de 10 de janeiro (Estabelece os termos e as condições do Reconhecimento do ECI, bem como as medidas de apoio aos cuidadores informais e às pessoas cuidadas)
- Portaria n.º 100/2022 de 22 de fevereiro (fixa o montante do subsídio a atribuir ao Cuidador Informal principal e do rendimento de referência do seu agregado familiar)
- Lei 20/2024 Alteração ao regime do Estatuto do Cuidador Informal, aprovado em anexo à Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro (Cuidador Informal não principal não tendo com ela laços familiares, viva em comunhão de habitação com a pessoa cuidada)
- Portaria n.º 335-A/2023 (Define e estabelece os termos e as condições para o descanso do cuidador informal)

O cuidador informal pode ser:

- Cuidador informal não principal, se acompanha de forma regular, mas não permanente, a pessoa cuidada, podendo receber remuneração de trabalho, ou receber pelos cuidados que presta à pessoa cuidada;
- Cuidador informal principal, quando se acompanha permanentemente a pessoa cuidada, vive na mesma casa e não recebe remuneração de trabalho ou pelos cuidados que presta à pessoa cuidada. Este cuidador pode ter direito ao subsídio de apoio ao cuidador informal principal.

³¹ Fonte: Grupo de Acolhimento Nossa Senhora da Conceição (outubro de 2024).

As medidas de apoio específicas aos cuidadores são as seguintes:

- Cuidador Informal Principal (CIP):
 - i. Subsídio de apoio ao cuidador informal principal;
 - ii. Promoção na integração no mercado de trabalho;
 - iii. Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.
- Cuidador Informal Não Principal (CINP):
 - i. Possibilidade de teletrabalho até 4 anos;
 - ii. Conciliação da vida profissional com a prestação de cuidados;
 - iii. Equiparação a trabalhador estudante;
 - iv. Aplicação do Regime de Parentalidade previsto no CT.

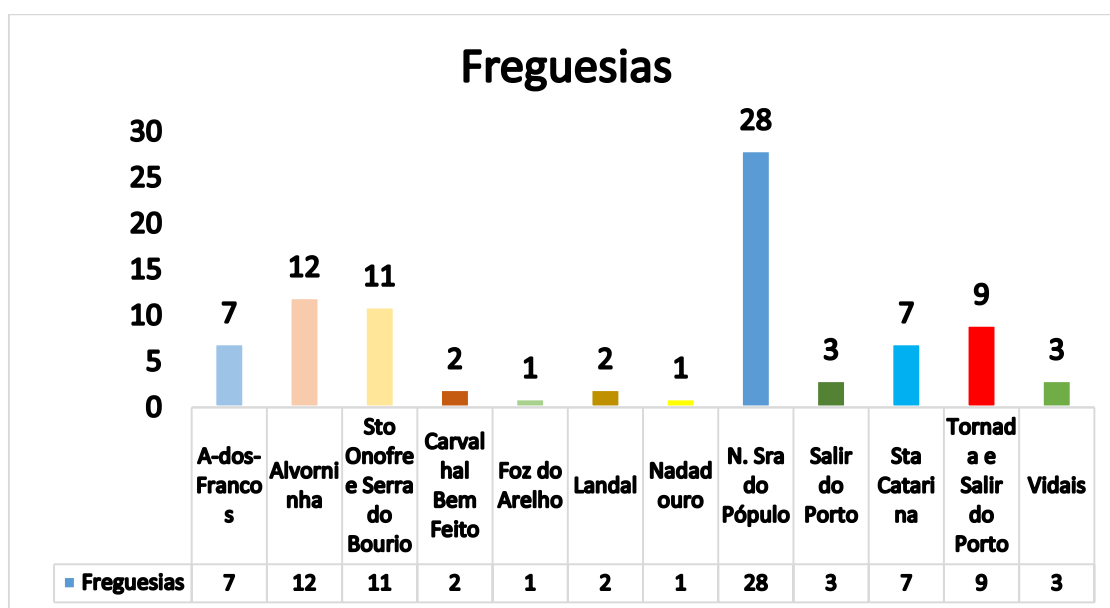


Figura 13 - Número de pessoas com estatuto de cuidador informal, por freguesia³²

³² Fonte: ISS, IP (27 de setembro de 2024)

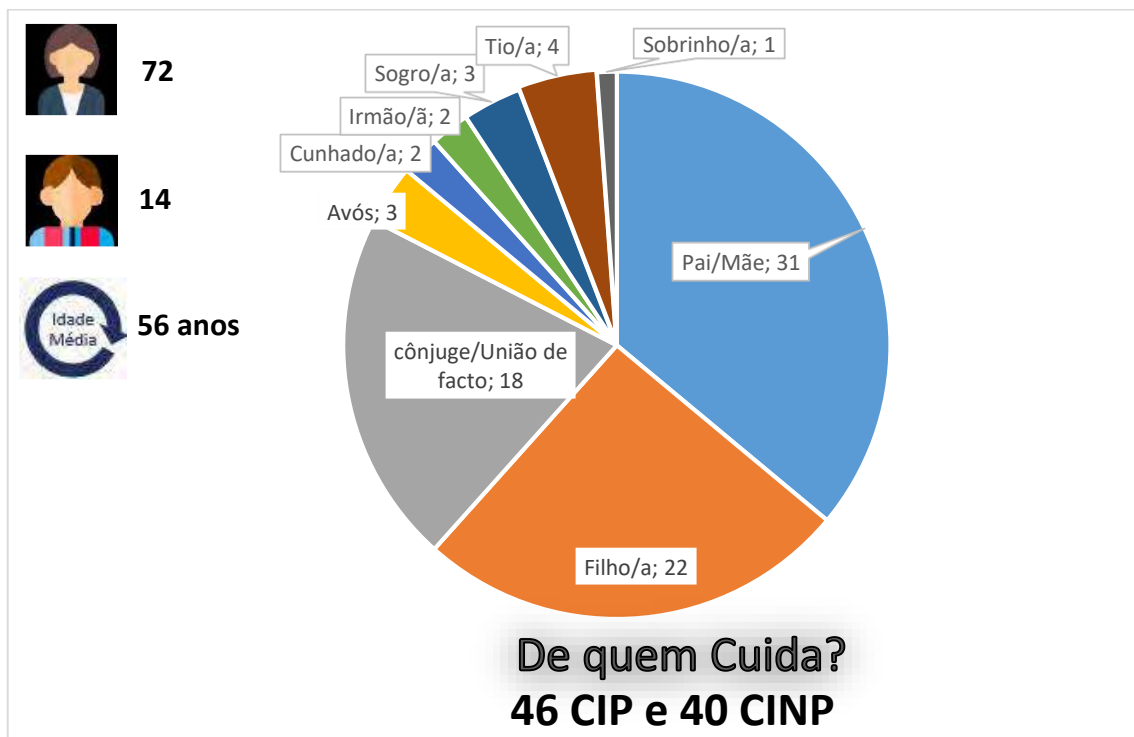


Figura 14 - Perfil do Cuidados com Estatuto Reconhecido Ativo³³

Linha Nacional de Emergência Social (LNES)

O número 144 - Linha Nacional de Emergência Social (LNES) - é um serviço telefónico público, gratuito, de funcionamento ininterrupto, 24h por dia, todos os dias do ano.

Tem como objetivo garantir resposta imediata a situações que necessitem de atuação emergente e urgente no âmbito da proteção social, bem como assegurar a acessibilidade a um posterior encaminhamento/acompanhamento social, numa perspetiva de inserção e autonomia.

Cabe ao SAAS e ao Instituto da Segurança Social efetuar o diagnóstico, avaliação e acompanhamento das situações encaminhadas pela LNES.

³³ Fonte: ISS, IP (27 de setembro de 2024)

Outros Apoios Sociais

Ordem do Trevo

Ordem do Trevo (OT) é uma associação de cariz social, fundada em março de 2012 e sediada em Caldas da Rainha. Com o recurso ao trabalho de voluntariado prestam assistência social a famílias carenciadas e a todos os que ali se dirigem, por forma permitir uma igualdade de oportunidades e o acesso às necessidades básicas de vida.

Para além do apoio alimentar referido na [Tabela 20](#), também ajudam no vestuário, apoio ao estudo e oferta de material escolar, prática desportiva, apoio à saúde às crianças até aos 12 anos, através do Montepio Rainha D. Leonor.

Tabela 23 – Agregados e pessoas apoiados pela Ordem do Trevo³⁴

Ano	Nº de agregados apoiados	Nº de pessoas apoiadas
2022	55	267
2023	60	302
1º semestre 2024	70	323

Em 2023, 302 pessoas foram apoiadas pela Ordem do Trevo e no primeiro semestre de 2024, já apoiaram 323 pessoas.

Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) – Centro Humanitário Litoral Oeste Norte

Constitui missão da CVP prestar assistência humanitária e social, em especial aos mais vulneráveis, prevenindo e reparando o sofrimento e contribuindo para a defesa da vida, da saúde e da dignidade humana. (Artigo 5º, Decreto-lei nº 281/2007, 7 de agosto).

O Centro Humanitário Litoral Oeste Norte, da Cruz Vermelha, delegação das Caldas da Rainha, presta apoio a eventos, com equipas de emergência médica, e presta apoio social à população local através da distribuição de cabazes semanais e mensais do banco alimentar, sempre em articulação com o SAAS e com o Banco Alimentar contra a Fome, distribuição de roupa, consultas de psicologia, projeto da teleassistência para idosos, transporte de idosos a consultas, de vítimas de violência doméstica e de emergência social (incluindo os refugiados).

³⁴ Fonte: Associação Ordem do Trevo (outubro de 2024).

Loja Social do Centro de Recursos Comunitários (CRC) Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha

A Loja Social surge em 2010, no contexto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS's), tendo sido assegurada a sua continuidade pela Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha, com o objetivo de suprir as necessidades imediatas de famílias carenciadas, através da entrega de bens novos ou usados, tais como vestuário, calçado, artigos de lar, puericultura, móveis, produtos de higiene e limpeza, brinquedos, livros, etc.

Em julho de 2019, a Loja Social é integrada no Espaço Dar e Receber, através da assinatura do Protocolo de Parceria entre a Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha, a Câmara Municipal das Caldas da Rainha, a Entajuda e as Uniões de Freguesia.

Loja Social Coração com Vida

A Associação Coração com Vida inaugurou a sua loja social em fevereiro de 2016, com a missão de disponibilizar roupas, calçado e alguns utensílios domésticos, aos utentes que ali se dirigem, a um preço simbólico. Fazem, igualmente, doação deste tipo de bens a sem-abrigo e a algumas associações, tais como a liga dos amigos do centro hospitalar das Caldas da Rainha, com roupa para os enxovais dos bebés.

Para além deste apoio de bens, a associação é um espaço de convívio, acolhimento e aconselhamento das pessoas que os procuram, maioritariamente por pessoas que vivem sozinhas e algumas com problemas de saúde mental.

Por mês, a loja tem uma afluência média de aproximadamente 100 pessoas, contam com a colaboração de uma psicóloga voluntária e realizam também, alguns workshops.

Loja Social do Centro de Desenvolvimento Comunitário do Landal – Landal (CDCL)

A loja social do CDCL, funciona nas antigas instalações da Escola Primária dos Rostos e foi inaugurada a 08/05/2011, disponibiliza os seguintes materiais: roupa; produtos de higiene pessoal, produtos de limpeza, artigos para o lar, material escolar e de escritório.

Em 2023 apoiou cerca de 2955 pessoas, no 1º semestre de 2024 cerca de 1690.

Liga dos Amigos do Hospital

A Liga dos Amigos do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, é uma Associação de utilidade pública sem fins lucrativos, constituída em 1993, tem a sua sede, no Centro Hospitalar, tem como principal objetivo, proporcionar o bem-estar dos doentes internado na ULSO Cuidados Hospitalares, nas seguintes tarefas:

- Distribuição de reforço alimentar aos utentes na sala de espera,
- Ajuda à alimentação aos doentes internados,
- Apoio às consultas externas,
- Entretenimento das crianças na sala de espera e no internamento pediátrico,
- Confeção de enxovais para bebés carenciados nascidos na maternidade e com a colaboração do serviço social do Hospital,
- Comemoração de alguns dias especiais, tais como o dia da mãe, dia do sorriso, dia da criança, entre outros,
- Comparticipação de medicamentos necessários aos doentes do foro mental com carência económica,
- Doação de equipamentos necessários aos diversos serviços do Hospital das Caldas da Rainha,
- Espaço Rainha – espaço solidário, sediado no Bairro Azul, onde recolhem e distribuem gratuitamente bens essenciais de vestuário, calçado, utilitários domésticos.

Atualmente, a Liga dos Amigos do Centro Hospitalar das Caldas da Rainha conta com aproximadamente 60 voluntários.

Programa ABEM

O Programa *Abem* é o primeiro programa solidário da Associação Dignidade, uma instituição particular de solidariedade social, que nasce da parceria entre o setor social – Cáritas Portuguesa e Plataforma Saúde em Diálogo e o setor da saúde – Associação Nacional das Farmácias e Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica. Tem por missão desenvolver programas solidários de grande impacto social que melhorem a qualidade de vida e o bem-estar dos portugueses ao garantir o acesso a medicamentos àqueles que não têm capacidade financeira, com total anonimato e confidencialidade.

O Programa *ABEM* tem âmbito nacional e desenvolve-se localmente, com base numa rede colaborativa de entidades parceiras: Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Cáritas e Misericórdias, Farmácias, Empresas e Cidadãos Solidários. Estas referenciam as famílias carenciadas, recebendo, cada beneficiário, um Cartão **abem** que lhes permitem aceder aos medicamentos, sem custos, numa Farmácia *abem*, sendo a comparticipação de medicamentos feita através do Fundo Solidário abem, constituído por 100% dos donativos ao abem fornecidos pelas empresas, farmácias, entidades parceiras e cidadãos solidários.

Tabela 24 – Informação relativa ao cartão ABEM no Concelho (2024)³⁵

	N.º total de cartões disponíveis	N.º total de beneficiários do cartão	N.º de pedidos em lista de espera (setembro de 2024)
Câmara Municipal das Caldas da Rainha	50	50	75
União das Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	50	13	0

Apoio aos medicamentos da União das Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro

A União das Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro é dotada do seu próprio programa de apoio medicamentoso. Em outubro de 2024 apoiava 25 pessoas.

Cartão Social do Bombeiro Voluntário

O cartão Social do Bombeiro Voluntário é um apoio do Município das Caldas da Rainha e, têm direito os indivíduos integrados de forma voluntária num Corpo de Bombeiros, que têm por atividade cumprir as missões a eles afetas, nomeadamente a proteção de vidas humanas, de bens e do ambiente, mediante a prevenção e extinção de incêndios, o socorro de feridos, doentes ou náufragos e a prestação de outros serviços previstos nos Regulamentos Internos e demais legislação aplicável e que estejam inseridos em quadros de pessoal, homologados pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

O Regulamento n.º 635/2023, de 5 de junho, regula os apoios aos Bombeiros Voluntários das Caldas da Rainha.

De acordo com o seu artigo 6º, têm os seguintes direitos e benefícios, caso preencham os requisitos previstos no artigo 4.º do mesmo regulamento:

- Redução de 30 % na volumetria da água consumida para uso doméstico em habitação própria e permanente em faturas cujo valor mensal não exceda os € 25,00, em contratos de fornecimento de água por si titulados;
- Redução de 25 % do valor do IMI referente à sua habitação própria e permanente, com limite anual de € 100,00;
- Redução de 50 % do valor das taxas relativamente a obras de construção, reconstrução, alteração, conservação ou ampliação destinadas à sua habitação própria e permanente;

³⁵ Fonte: SAAS (outubro de 2024).

- d) Redução de 50 % no preço de bilhetes para eventos culturais realizados em instalações municipais;
- e) Redução de 50 % no valor de utilização de equipamentos desportivos municipais;
- f) Prioridade na atribuição de habitação social promovida pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha, quando em igualdade de condições sociais e de candidatura com outros candidatos;
- g) Beneficiar das comparticipações inerentes à atribuição de escalão “A” no âmbito da Ação Social Escolar (ASE) relativamente aos seus descendentes diretos, independentemente do escalão do abono de família de que sejam beneficiários;
- h) Isenção do pagamento do preço das refeições escolares servidas em Jardins -de -infância e Escolas Básicas do 1.º Ciclo da rede pública para os seus filhos que frequentem esses estabelecimentos;
- i) Redução de 50 % na bilhética da rede de transportes urbanos municipais “TOMA”;
- j) Isenção do pagamento de honorários da consulta médica e redução de 15 % no preço dos serviços termais e de vertente de bem-estar nas Termas das Caldas da Rainha, extensível aos membros do seu agregado familiar e cônjuge ou pessoa que com ele viva em condições análogas às de cônjuge.

2.3. POBREZA INFANTIL

2.3.1. Caracterização

A pobreza infantil é um fenómeno complexo e multifacetado que afeta milhões de crianças em todo o mundo. Não se trata apenas de uma condição de insuficiência de rendimentos nas famílias, mas de uma série de privações que impactam negativamente o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social das crianças. De acordo com a Unicef (2005), a pobreza infantil é definida pela privação de necessidades básicas, como alimentação adequada, água potável, saneamento, educação, serviços de saúde, habitação e proteção. Esta abordagem multidimensional enfatiza que a pobreza não pode ser medida apenas em termos monetários, mas deve considerar a qualidade de vida e o acesso a direitos fundamentais.

O rendimento familiar insuficiente é uma das variáveis mais diretamente associadas à pobreza infantil. Quando as famílias não possuem recursos financeiros suficientes, as crianças tendem a viver em ambientes que não oferecem as condições adequadas para um crescimento saudável (Townsend, 1979). A pobreza de rendimentos resulta frequentemente em alimentação inadequada, falta de acesso a serviços de saúde e condições habitacionais precárias. A proteção infantil é uma área crítica onde a pobreza exerce um impacto negativo significativo. Crianças em situação de pobreza são mais vulneráveis a diversas formas de violência,

exploração e abuso. A falta de uma rede de proteção social adequada e a marginalização das famílias pobres deixam frequentemente as crianças expostas a situações perigosas, como trabalho infantil, tráfico e abuso (Sen, 1999).

Em suma, a pobreza infantil é uma condição que vai muito além da falta de recursos financeiros, abrangendo múltiplas dimensões que comprometem o desenvolvimento integral da criança. A compreensão e o combate à pobreza infantil exigem uma abordagem holística, que leve em conta todas estas variáveis interconectadas e procure garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de alcançar o seu pleno potencial.

Tabela 25 -Beneficiárias/os do Abono de Família para Crianças e Jovens da Segurança Social (N.º) por local de residência³⁶

Territórios	Ano		
	2021 (NUTS-2013)	2022 (NUTS-2013)	2023 (NUTS-2024)
Portugal	799 535	832 999	817 200
Oeste	29 543	30 875	30 500
Caldas da Rainha	3 965	4 123	4 104

Os dados sobre o número de beneficiários do abono de família indicam a prevalência de famílias com crianças que necessitam de apoio financeiro direto para garantir o sustento básico.

Nas Caldas da Rainha, o número de beneficiários do abono de família tem apresentado pequenas variações ao longo dos anos. Em 2024 abrangeu 4104, em 2022 abrangeu 4123 e em 2021 abrangeu 3965. Este indicador é crucial, pois reflete a dependência de um auxílio que visa complementar o rendimento familiar em situações de carência económica, afetando diretamente as condições de vida das crianças. Este apoio é fundamental para combater a pobreza infantil, proporcionando às famílias recursos mínimos para cobrir despesas básicas como alimentação, vestuário e, em alguns casos, educação. **No entanto, o número significativo de beneficiários também sugere que a pobreza infantil é uma questão persistente no município, exigindo políticas sociais robustas que vão além do abono, procurando formas de romper o ciclo de pobreza através de intervenções estruturais.**

³⁶ Fonte: INE

Última atualização dos dados de 2021 e 2022: 25 de agosto de 2023

Última atualização dos dados de 2023: 31 de agosto de 2024

2.3.2. Respostas e equipamentos sociais

Núcleo Local da Garantia para a Infância das Caldas da Rainha (NLGPI / CR)

O **Núcleo Local da Garantia para a Infância das Caldas da Rainha (NLGPI / CR)** é uma estrutura representativa que implementa localmente a Recomendação (UE) 2021/1004 e o Plano de Ação Nacional da Garantia para a Infância. Criado e aprovado em Plenário de CLAS a 23.08.2023 e formalizado a 13.10.2023 com assinatura do Protocolo de Parceria para a Implementação e Acompanhamento do Núcleo da Garantia para a Infância das Caldas da Rainha com a Coordenação Nacional da Garantia para a Infância, tendo a assinatura do protocolo ocorrido no Município da Batalha com a presença de todos os Municípios do Distrito, da Coordenadora Nacional do Programa e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

O NLGPI tem como missão prevenir e combater a exclusão social, garantindo o acesso das crianças e jovens em risco de pobreza ou exclusão social a um conjunto de serviços essenciais, com vista ao combate da pobreza infantil e à promoção da igualdade de oportunidades, numa perspetiva de intervenção social integrada, atenta às particularidades específicas do território, promovendo a otimização dos recursos existentes, o impulso de sinergias e do quadro de uma efetiva cooperação e aplicação conexa de políticas nacionais e locais.

Coordenado pela Unidade de Desenvolvimento Social do Município, congrega 7 parceiros/entidades/serviços do Concelho com competências de intervenção em matéria de acolhimento de primeira infância, promoção dos direitos das crianças e jovens, educação e atividades em contexto escolar, saúde, emprego e formação, habitação, inclusão e integração social (selecionados no âmbito do CLAS): Câmara Municipal, Unidade Local de Saúde do Oeste, Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro, Centro Distrital de Leiria da Segurança Social, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), IEFP, I.P. – Centro de Emprego de Oeste Norte – Serviço de Emprego de Caldas da Rainha, Infancoop e Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS).

O NLGPI / CR reúne mensalmente, tendo como competências:

- Desenvolver atividades de planeamento e diagnóstico do fenómeno da pobreza infantil, elaborando para o efeito um instrumento de Diagnóstico para, em articulação com Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), recolher dados para caracterização da situação de pobreza infantil no concelho das Caldas da Rainha, elaboração de levantamento de recursos e serviços de resposta às crianças e jovens, potenciadoras do combate à situação de pobreza infantil;
- Desenvolver iniciativas de igualdade de oportunidades das crianças e jovens;

- Articular com o SAAS o acompanhamento feito com crianças e jovens abrangidas pela Prestação da Garantia para Infância (prestação de apoio social, que complementa o abono de família de crianças e jovens em risco de pobreza extrema);
- Contribuir para a monitorização do Plano Nacional da Garantia para a Infância, através da participação em grupos de trabalho, preenchimento de formulários, etc.

Em setembro de 2024, no concelho das Caldas da Rainha, estavam identificadas 615 crianças/jovens abrangidas pela Prestação da Garantia para Infância.

Tabela 26 - Crianças abrangidas pela GPI (setembro/2024)³⁷

	N.º de crianças	N.º de processos familiares
Com Processo Familiar	309	180
Sem Processo Familiar	306	211
Total	615	391

Tabela 27 - N.º de Titulares residentes no concelho das Caldas da Rainha, com lançamento de Garantia para a Infância por ano e tipo de benefício³⁸

Tipo de Benefício	N.º de titulares 2022	N.º de titulares 2023	N.º de titulares 1º semestre de 2024
Garantia para a infância do abono de família para jovens entre 3 e 5 anos	195	159	116
Garantia para a infância do abono de família para jovens entre 6 e 17 anos	691	546	509

Subsídios de ação social escolar

Os subsídios escolares, nos termos previstos na Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei nº 46/86, de 14 de outubro e legislação atualizada anualmente, são dirigidos a alunos provenientes de agregados familiares que

³⁷ Fonte: Câmara Municipal das Caldas da Rainha (novembro de 2024).

³⁸ Fonte: Centro Distrital de Leiria, ISS, IP (novembro de 2024).

apresentam dificuldades de ordem económica e frequentam o 1º Ciclo do Ensino Básico, destinando-se os mesmos à aquisição de material Escolar.

No ano letivo 2023/2024, o subsídio de ação social escolar, atribuído pelo Município foi aprovado com os seguintes valores:

- **50€ para os alunos com o 1º Escalão de Abono;**
- **25€ para os alunos com o 2º Escalão de Abono.**

Bolsas de Estudo Ensino Superior

As bolsas de estudo destinam-se a alunos oriundos de agregados familiares carenciados que pretendem prosseguir estudos em estabelecimentos de ensino, sedeados fora do concelho das Caldas da Rainha.

No ano letivo 2023/2024 foram atribuídas 100 Bolsas de Estudo com o valor unitário de 1200€.

3. IDOSOS

O processo de envelhecimento é um processo coletivo, multidimensional e universal, considerado como algo dinâmico e, de certa forma, irreversível, influenciado por fatores biológicos, sociais, psicológicos e ambientais, contemplando todos os seres humanos e refletindo uma panóplia de desafios e oportunidades, traduzindo-se, diretamente, como uma grande conquista para a humanidade.

As perdas de capacidades funcionais fazem, todavia, parte da vida de muitas pessoas idosas, estando associadas a processos que ocorrem em organismos vivos e que, com o passar dos anos, levam a um conjunto de possíveis perdas que no fim desencadeiam a morte.

O conceito envelhecimento ativo, criado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1997, tem por elemento primordial o princípio de permitir à população idosa, que permaneça integrada e motivada na vida laboral e social. Este conceito tornou-se indispensável para difundir e implementar inúmeras medidas para

prolongar a vida de forma saudável e sustentável. É, portanto, possível verificar que, a população idosa que temos em linha de conta, é muito diferente daquela que poderíamos analisar em outras gerações. Nos dias de hoje, assistimos mais do que nunca, a inúmeras oportunidades de envelhecer de forma digna, pró-ativa, dinâmica e proveitosa.

O aumento da população idosa é uma realidade em praticamente todos os países desenvolvidos do mundo, sendo o retrato do progresso dos cuidados de saúde nas suas mais diversas áreas, e da interação multidisciplinar de diversos campos e disciplinas, fazendo assim com que assistamos à chegada à velhice de muitos daqueles que nos rodeiam.

Este envelhecimento demográfico é um processo que não pode passar despercebido à sociedade, pois a população idosa está a refletir-se na Europa, e também em Portugal, como uma população cada vez mais evidente e relevante. Este grupo adquire mais espaço, densidade, organização e força, sendo esta última evidenciada através de força social, devido ao número de idosos, força cultural, pelos seus conhecimentos e experiência, e ainda força económica, pelo seus gastos e consumos, não esquecendo a força política, pelo seu peso nas votações, intervenção e determinação.

Se analisarmos as previsões para o ano de 2025, verificamos que o efeito da conjugação dos níveis de fecundidade, da esperança média de vida e das migrações projetam o envelhecimento demográfico, com maior incidência na base da pirâmide.

Portugal, apesar de ser um país de reduzidas dimensões, é muito diverso internamente, em setores como: tipo e densidade de povoamento, tradições e identidades culturais e étnicas, dinamismo económico e demográfico, e composição social e dos modos de vida. Através dos estudos efetuados, é fácil analisar, que o envelhecimento da população portuguesa tem valores mais significativos nas zonas interiores, onde a atividade económica é praticamente agrícola e comercial, com pouca indústria e baixos níveis de desenvolvimento, e estes elementos associados aos fenómenos da emigração, ao aumento substancial da esperança média de vida e outros indicadores originam uma estrutura socioeconómica e demográfica em crise na sociedade atual.

3.1. Caracterização

Tal como referido anteriormente, no capítulo do enquadramento demográfico do concelho, as Caldas da Rainha e, todo o país de uma forma geral, apresenta um aumento do número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, assim como dos índices de envelhecimento e de dependência. Neste sentido, é premente proporcionar condições adequadas à nossa população idosa, fazendo com que se sinta ativa e importante no meio em que está inserida.

Tabela 28 – Índice de Dependência de idosos (N.º) e Índice de Envelhecimento (N.º), por local de residência³⁹

Local de residência (NUTS - 2024)	Período de referência dos dados	Índice de dependência de idosos	Índice de envelhecimento
Portugal	2021	37,3	181,3
	2023	38,2	188,1
Oeste	2021	38,8	183,0
	2023	38,5	185,4
Caldas da Rainha	2021	41,6	212,3
	2023	41,6	216,8

Ao nível dos apoios atribuídos pelo estado aos idosos, destaca-se a medida do Complemento Solidário para Idosos (CSI).

Esta medida traduz-se num apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos de baixos recursos, com idade igual ou superior à idade normal de acesso à Pensão de Velhice do regime geral de Segurança Social, ou seja, 66 anos e 4 meses e residentes em Portugal. **De acordo com a tabela infra, podemos constatar um aumento do nº de beneficiários deste apoio, fruto do aumento do nº de idosos do concelho.**

Tabela 29 – Número de beneficiários residentes no concelho das Caldas da Rainha, com lançamento de CSI e respetivos montantes lançados, por ano⁴⁰

Ano	N.º de beneficiários
2022	949
2023	956
1º Semestre de 2024	861

3.2. Respostas e equipamentos sociais

O processo de envelhecimento acarreta diversas transformações, que poderão desencadear dificuldades no desempenho das diversas funções das pessoas idosas, não esquecendo que poderão ocorrer ainda patologias

³⁹ Fontes: INE: Índice de dependência de idosos (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Índice de envelhecimento (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024); Anual - INE, Estimativas anuais da população residente
Última atualização dos dados: 18 de junho de 2024

⁴⁰ Centro Distrital de Leiria, ISS, IP (novembro de 2024).

crónicas degenerativas, que alteram os seus hábitos e modo de desempenho das atividades da vida diária (AVD), e do seu autocuidado, devendo levar a uma maior consciencialização das sociedades para este fenómeno.

A perda de desempenho nas AVD, a relação da funcionalidade, autonomia e independência, aliada ao facto da existência de conflitos ou ausência de familiares, despoleta a necessidade/intenção de integração em Respostas Sociais que se apresentem adequadas para fazer face às problemáticas acima mencionadas.

As causas que levam famílias e utentes a procurar respostas institucionais são várias, sendo por vezes uma conjugação de diversos fatores, tendo em conta que muitos idosos se sentem relutantes com esta integração, embora as instituições de cuidados geriátricos, tenham na sua maioria, como objetivo primordial, a qualidade de vida dos utentes, a promoção da sua autonomia e desempenho de um projeto de vida, havendo também uma mudança de paradigma, em que estão cada vez mais despertas para cuidar do ser humano de forma holística.

Devido ao aumento da longevidade e ao envelhecimento populacional, são diversos os desafios que hoje se colocam aos indivíduos, às famílias, às comunidades e à sociedade em geral, no sentido de encontrarmos respostas através da formulação de políticas sociais, que venham ao encontro deste fenómeno com uma prioridade incontornável.

Para além do envelhecimento populacional, assistimos na atualidade, a modificações das estruturas económicas, sociais e familiares que limitam a capacidade de acompanhar e cuidar das gerações mais velhas e implicam a reestruturação de toda a organização social e das relações entre as gerações.

No que respeita à oferta das Instituições com respostas sociais destinadas a pessoas idosas, no Concelho das Caldas da Rainha bastante diversidade (quando comparada com outros concelhos), não só ao nível das Instituições Particulares de Solidariedade Social, como também no que respeita ao setor lucrativo, dividindo-se as respostas em: Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), com 18 instituições; Apoio Domiciliário Integrado (ADI), com 3 instituições; Centro de Dia, com 16 instituições; Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), com 21 instituições; Centro de Convívio, com 2 instituições; Apartamento assistido, com 2 instituições; e 1 instituição com Protocolo para Altas Hospitalares (no âmbito da Portaria Nº 38-A de 2 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Portaria Nº 256/2023 de 10 de Agosto, destinadas a pessoas que, por motivos sociais, permanecem internadas após alta clínica, em hospitais do Serviço Nacional de Saúde).

Os gráficos seguintes representam as respostas sociais existentes, no total do concelho, por freguesia e por natureza jurídica.

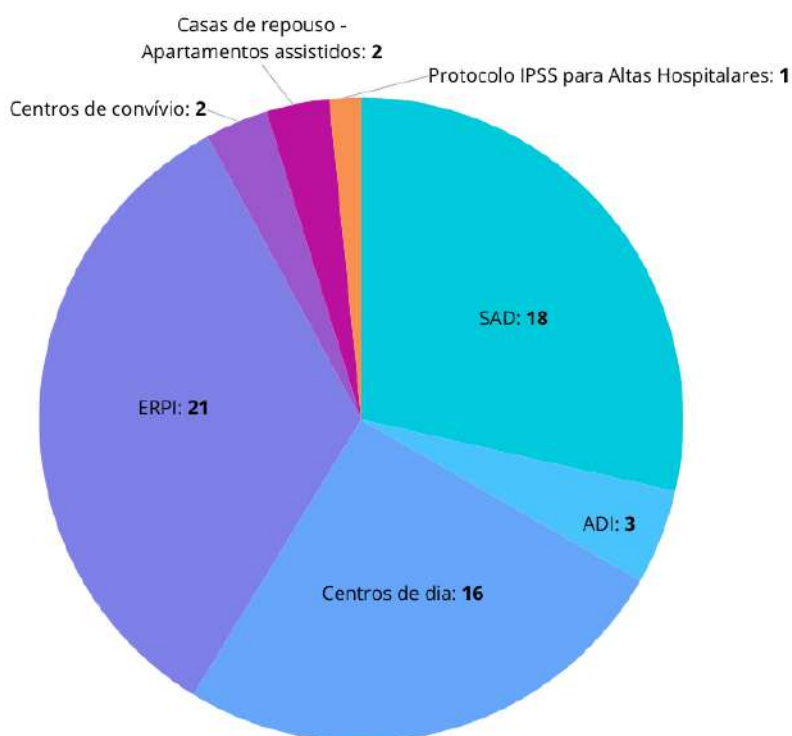


Figura 15 - Respostas sociais para a população idosa, existentes no concelho

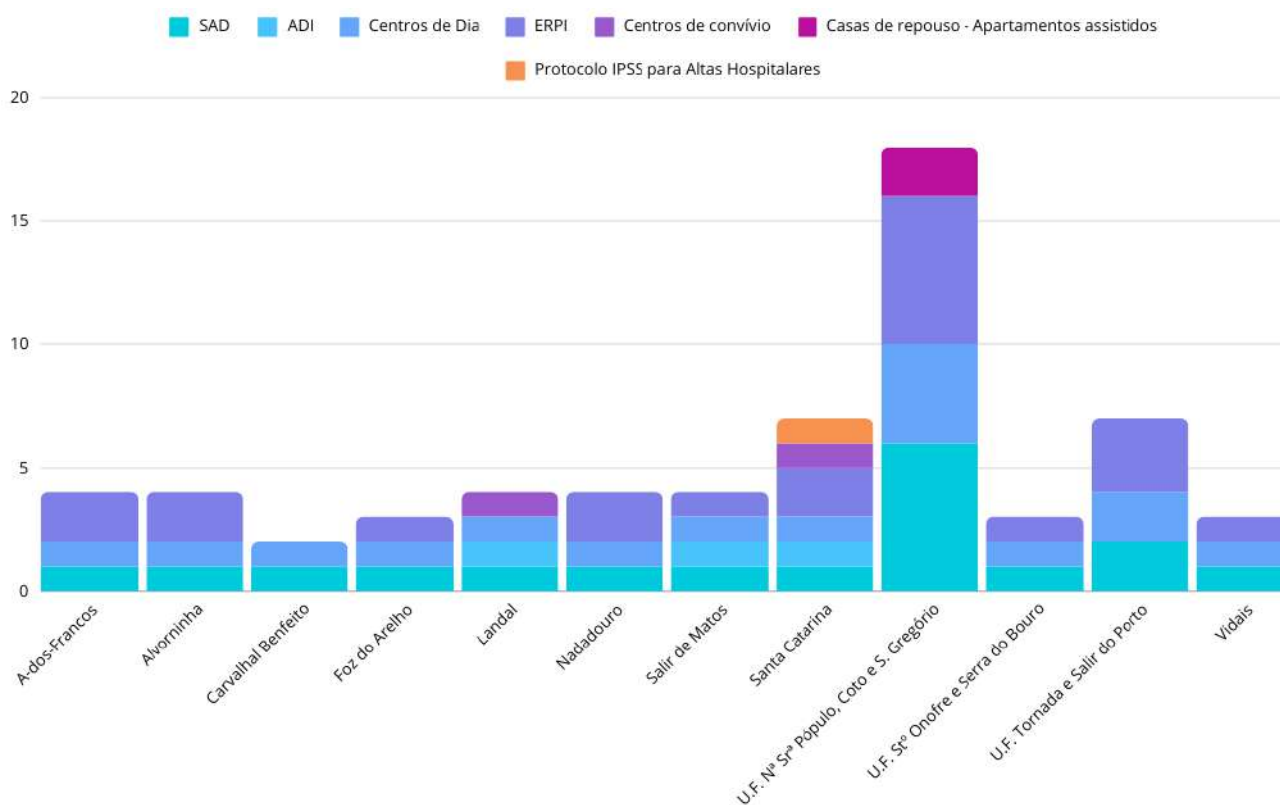


Figura 16 - Respostas sociais para a população idosa, por freguesia

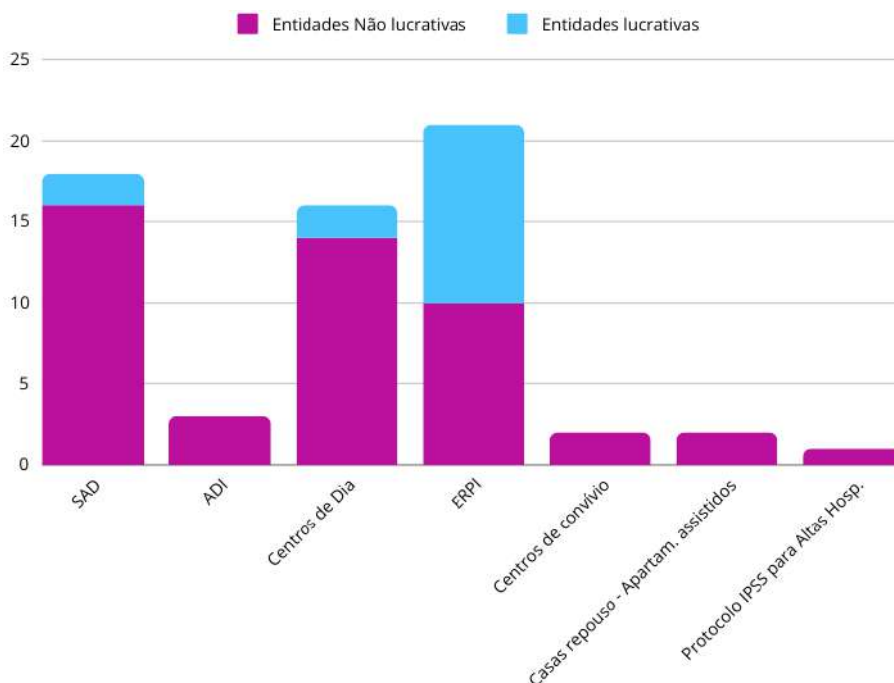


Figura 17 - Respostas sociais para a população idosa, caracterizadas em entidades lucrativas e não lucrativas

Apesar da diversidade, da constante atualização e modernização das Instituições e Equipamentos Sociais, a institucionalização das pessoas idosas, deve ser o último recurso a ser utilizado, devendo valorizar-se a participação social e integração das pessoas idosas, em outras respostas da comunidade, nomeadamente, Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Centro de Convívio, Universidades Seniores e Clubes Seniores.

O gráfico seguinte representa a taxa média de ocupação das respostas sociais que as IPSS do concelho, em setembro de 2024, dispunham para os idosos.

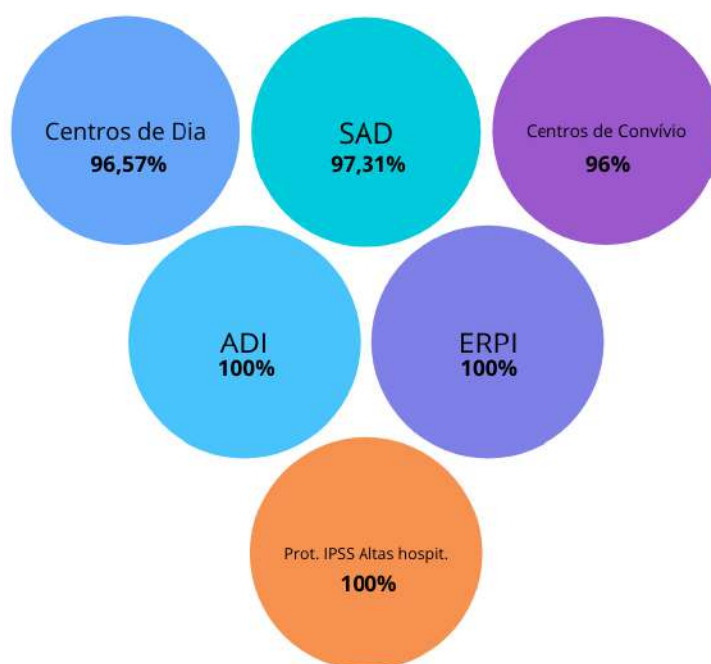


Figura 18 – Taxa média de ocupação das respostas sociais para idosos em IPSS, em setembro de 2024

Da análise do gráfico, conclui-se que no Concelho das Caldas da Rainha, não existem vagas de Apoio Domiciliário Integrado (ADI), Estrutura Residencial para Idosos (ERPI) e protocolos IPSS para Altas hospitalares. A taxa de ocupação das restantes respostas também está muito perto dos 100%, concluindo-se que as respostas existentes são insuficientes para as solicitações e as necessidades da comunidade, apresentando grandes listas de espera. (consultar as [Tabela 132](#) até à [Tabela 138](#)).

Para além das respostas sociais indicadas, existem, no concelho várias iniciativas/projetos de promoção do envelhecimento ativo, segurança e bem-estar que se apresentam de seguida.

Projeto Sénior Mais

O projeto *Seniores +* consiste num programa municipal que visa prevenir a doença e promover a saúde da população sénior através da prática regular de exercício físico. Destina-se a toda a população caldense, com mais de 55 anos, e tem como principal objetivo a melhoria da qualidade de vida de quem participa. Através do mesmo, os seniores têm aulas de ginástica e hidroginástica perto do seu local de residência a preços acessíveis. Todos os seniores têm ainda direito a um cartão Seniores+ que lhes dá vantagens e descontos variados.

Tabela 30 - Número de idosos participantes nas atividades do Projeto Sénior Mais⁴¹

2023		1º semestre de 2024	
Número	Freguesia	Número	Freguesia
27	Alvorninha	27	Alvorninha
17	N. Sr.ª do Pópulo	18	N. Sr.ª do Pópulo
12	Coto	12	Coto
8	São Gregório	8	São Gregório
10	Santo Onofre	10	Santo Onofre
		18	Nadadouro
		16	Foz do Arelho
74		109	

Programas Apoio ao Idoso (PSP) e Idoso em Segurança (GNR)

Policiamento próximo da população idosa que reside sozinha e/ou isolada, de forma a prevenir burlas e garantir a sua segurança nas residências. São realizadas visitas ao domicílio dos idosos e sessões de esclarecimentos em Centros de Dia e Associações⁴².

Tabela 31 - Número de idosos acompanhados pelas forças de segurança

Força de Segurança	Âmbito territorial - Freguesias	Nº de idosos acompanhados	
		2023	1º semestre 2024
Polícia de Segurança Pública (Programa Apoio ao Idoso)	Nossa Sra. do Pópulo, Coto e São Gregório	12	13
	Santo Onofre e Serra do Bouro	5	6
Guarda Nacional Republicana (Programa Idoso em Segurança)	A-dos-Francos	4	5
	U. Freg. Santo Onofre e Serra Do Bouro	3	2
	Nadadouro	4	4
	Foz do Arelho	1	1
	Alvorninha	12	11
	Carvalhal Benfeito	2	2
	U. Freg. Tornada e Salir do Porto	8	10
	U. Freg. N.ª S.ª Pópulo, São Gregório e Coto	8	10
	Santa Catarina	6	6
	Salir de Matos	9	8
	Vidais	7	6
	Landal	8	7

⁴¹ Fonte: Pimpões – Sociedade Recreativa e Desportiva (setembro de 2024).

⁴² Fonte: PSP e GNR (setembro de 2024).

Conselho Municipal de Apoio à Pessoa Idosa

O Conselho Municipal de Apoio à Pessoa Idosa (CMAPI) das Caldas da Rainha iniciou as suas atividades em setembro de 2019, estabelecendo-se como uma entidade de âmbito municipal com caráter consultivo, cuja missão é promover o bem-estar e a proteção da população idosa no concelho. Este conselho visa apoiar especificamente os residentes com idade igual ou superior a 65 anos, com prioridade para aqueles que se encontram em situações de risco, como isolamento social, solidão, marginalização ou que sejam vítimas de maus-tratos.

O CMAPI estava desenhado para prestar apoio direto à população idosa vulnerável, o CMAPI desempenha um papel ativo na identificação e monitorização de projetos e equipamentos necessários para responder às necessidades específicas desta faixa etária. Através desta monitorização, o conselho contribui para o desenvolvimento de infraestruturas e serviços que visam a melhoria da qualidade de vida dos idosos, promovendo uma rede de suporte social mais abrangente e eficaz.

Embora o CMAPI seja direcionado preferencialmente para pessoas com 65 anos ou mais, também estende o seu apoio a adultos com idade inferior a 65 anos que se encontrem em situação de dependência e necessitem de assistência. **Este alargamento permite que o conselho ofereça suporte a uma gama mais ampla de indivíduos vulneráveis, garantindo que as necessidades de todos os residentes em situação de fragilidade sejam devidamente atendidas.**

O CMAPI opera em estreita colaboração com outras entidades e serviços sociais locais, formando uma rede de proteção que visa assegurar a dignidade, a segurança e o bem-estar dos cidadãos idosos no concelho das Caldas da Rainha.

O CMAPI é constituído pelas seguintes entidades:

- Associação de Desenvolvimento da Freguesia de Alvorninha;
- Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos;
- Bombeiros Voluntários das Caldas da Rainha.
- Câmara Municipal das Caldas da Rainha;
- Centro de Apoio Social do Nadadouro;
- Centro Distrital de Leiria, ISS, IP;
- Centro Social e Paroquial de Santa Catarina;
- Guarda Nacional Republicana;
- Junta Freguesia dos Vidais;
- Polícia de Segurança Pública;
- União das Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório;

- União das Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro;
- União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto;
- Unidade Local de Saúde do Oeste – Cuidados de saúde primários;
- Unidade Local de Saúde do Oeste – Cuidados hospitalares;

O Conselho tem como principais objetivos, os seguintes:

- Promover políticas de apoio à pessoa idosa;
- Promover ações que visem proporcionar uma maior qualidade de vida dos idosos;
- Promover a intervenção de forma articulada em situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde e bem-estar dos idosos;
- Diagnosticar as necessidades e os recursos existentes;
- Promover ações de sensibilização;
- Estabelecer parcerias na comunidade, passíveis de dar resposta às necessidades identificadas;
- Promover políticas que permitam manter o idoso na habitação;
- Propor aos parceiros, membros e, em especial ao Município, políticas e estratégias de intervenção adequadas aos objetivos do CMAPI.

Desde o início das suas atividades, o Conselho Municipal de Apoio à Pessoa Idosa (CMAPI) das Caldas da Rainha registou e analisou diversos casos de idosos, permitindo identificar problemáticas frequentes e prioritárias.

Entre as principais questões enfrentadas pela população idosa estão o isolamento social, a falta de suporte familiar e institucional, dificuldades económicas, condições habitacionais precárias, problemas de saúde mental e, em alguns casos, a resistência em aceitar acompanhamento ou encaminhamento para serviços de apoio. Estas problemáticas refletem desafios multidimensionais que afetam o bem-estar dos idosos e evidenciam a importância de uma rede de apoio robusta e integrada.

Com a transferência do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) para a Câmara Municipal, a responsabilidade pelo acompanhamento dos idosos foi integrada diretamente na estrutura municipal, o que alterou a função do CMAPI. Esta mudança teve implicações na dinâmica de apoio do CMAPI, que deixou de ser a entidade principal no acompanhamento direto aos idosos, concentrando-se agora no papel consultivo e de monitorização, enquanto a Câmara assume a gestão e coordenação direta dos casos, promovendo uma resposta mais integrada e próxima das necessidades da população idosa.

Este novo modelo de organização permite que o município articule os recursos e serviços sociais de forma mais eficaz, embora também traga o desafio de garantir que o CMAPI continue a ser uma voz ativa na

identificação e sinalização das necessidades da população idosa, colaborando na formulação de estratégias que respondam aos problemas identificados.

Cartão Municipal do Idoso

Em outubro de 2000, a Autarquia das Caldas da Rainha, lançou o Cartão Municipal do Idoso (CMI), destinado a pessoas com idades iguais ou superiores a 65 anos e residentes no Concelho.

Esta medida de política social municipal, tem como objetivos, garantir algumas vantagens económicas, assim como, o acesso a iniciativas da autarquia que visem o bem-estar, a realização pessoal e a plena participação social das pessoas idosas.

Dos benefícios do referido cartão, destacam-se:

- Redução na faturação do consumo da água
- o acesso a atividades lúdicas, recreativas e culturais, organizadas pela Autarquia e pelo Grupo Concelhio de Apoio à Pessoa idosa
- o desconto no acesso a consultas e tratamentos no Hospital Termal.

No total, em junho de 2024, existiam 3790 utentes com cartão municipal do idoso, dos quais 801 beneficiavam de desconto na água.

Clube Sénior

O Município das Caldas da Rainha, em parceria com as freguesias urbanas – N.º Sr.ª do Pópulo e Santo Onofre - implementaram um espaço destinado a pessoas idosas residentes na cidade, bem como outras pessoas que se encontrem em situação de reforma (independentemente da idade), embora seja, também, visitado por idosos e pessoas em situação de reforma residentes noutras freguesias do Concelho das Caldas da Rainha.

Possui três áreas distintas: uma sala destinada a atividades de leitura, audiovisuais, entre outras; outra sala destinada à execução de atividades manuais e outra vocacionada ao desenvolvimento de atividades lúdicas e de convivência social, onde existe um pequeno serviço de bar, da responsabilidade de utentes voluntários.

Regularmente são efetuados contactos telefónicos com alguns utentes deste espaço para mitigar o afastamento das atividades e identificar necessidades de apoio.

Os utentes deste espaço participaram nas diversas atividades promovidas pelo Grupo Concelhio de Apoio à Pessoa Idosa: Festa dos Santos Populares, Atividades no âmbito do Dia Internacional do Idoso e Festa de Natal, tendo participado em média 50 utentes.

Grupo Concelhio de Apoio à Pessoa Idosa

O Município das Caldas da Rainha, em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e representantes das Juntas/União de Freguesia do Concelho, com objetivo de proporcionar momentos de convívio, culturais e recreativos aos idosos, **organizam anualmente eventos para esta população, nomeadamente, Festa dos Santos Populares, Festa de Natal e Mês da Esperança**, evento realizado no mês de outubro, no âmbito das comemorações do Dia Internacional do Idoso, com a realização de diversas atividades, não só para os idosos, mas também para os colaboradores das IPSS.

Universidade Sénior Rainha D. Leonor

Espaço Cultural, Educacional e de Convívio, destinado a pessoas com idades iguais ou superiores a 50 anos de idade, gerido pela Associação de Desenvolvimento do Conhecimento Rainha D. Leonor e tem como objetivo a atualização sociocultural das pessoas com mais de 50 anos, assim como, fomentar um envelhecimento saudável com qualidade e combater o isolamento social.

No ano letivo 2023/2024 teve um total de 410 alunos; relativamente ao ano letivo de 2024/2025, a 13/09/2024, havia um registo de 430 alunos. Tem desenvolvido a sua regular Atividade Curricular, com diversas disciplinas (línguas estrangeiras, artes, ginástica, entre outras). Desenvolve, igualmente, diversas atividades extracurriculares, como visitas culturais, palestras, workshops, convívios, etc.

Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G

A Portaria 428/2023, de 12 de dezembro procedeu à criação da 5ª geração do programa CLDS 5G e aprovou os seguintes objetivos:

- Aumentar os níveis de coesão social nos concelhos de intervenção.
- Intervenção focada em grupos populacionais vulneráveis.
- Potenciar a colaboração entre o setor público e privado na execução de projetos.
- Fortalecer a ligação entre as intervenções e os instrumentos de planeamento municipal.

A equipa do projeto será constituída conforme os perfis exigidos, tendo em conta os eixos de intervenção.

O projeto será coordenado e desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha, estando o seu início previsto para 01.12.2024 e término para 01.12.2028.

Relativamente aos idosos, estão previstas as seguintes ações, inseridas no seguinte eixo de intervenção:

- Eixo 3- Promoção do Envelhecimento ativo e apoio à População Idosa;

- Acompanhamento individualizado (Gestor 60+);
- Implementação do Fórum Envelhecimento (Espaço Inov);
- Promoção de ações que permitam a participação ativa na sociedade;
- Promoção de autonomia de pessoas idosas e com deficiência;
- Consciencialização sobre a temática da violência;
- Promoção de projetos de voluntariado.

Teleassistência⁴³

A teleassistência é uma resposta da Cruz Vermelha que consiste em acionar os meios mais adequados, de acordo com a necessidade. Sempre que o utente carregar no botão de alarme, é estabelecido um contacto telefónico em alta voz com o utente, identificando-o de imediato. De acordo com o motivo do contacto, o operador atua/apoia acionando os meios mais adequados, como o 112, PSPGNR, Bombeiros, vizinhos e familiares. O operador mantém sempre o contacto com o utente ou com a rede formal ou informal de apoio ate que se solucione o motivo do alarme.

Este serviço destina-se a todas as pessoas que se encontram em situação de dependência (por velhice, doença, incapacidade ou isolamento, de forma permanente ou temporária), bem como as pessoas plenamente autónomas, mas que desejam sentir-se mais acompanhadas e mais protegidas.

⁴³ Fonte: Cruz Vermelha Portuguesa: <https://www.cruzvermelha.pt/sa%C3%BAdo/%C3%A2mbito-nacional/teleassist%C3%A2ncia.html#como-funciona>

4. SEM-ABRIGO

O indivíduo em situação de sem-abrigo é aquele que, independentemente da sua nacionalidade, etnia, religião, idade, sexo, orientação sexual, condições socioeconómicas e condição de saúde física e mental, se encontre nas seguintes situações:

- Sem teto: vivendo no espaço público, em abrigo de emergência, ou em local precário:
 - o Espaço público: locais como jardins, estações, paragens, estacionamento e outros de uso público;
 - o Abrigos de emergência: instalações que acolhem pessoas sem alternativa de pernoita, por curta duração;
 - o Locais precários: áreas como carros abandonados, vãos de escada ou edifícios vazios;
- Sem casa: em alojamento temporário destinado à inserção social:
 - o Alojamento temporário: instalações que oferecem acolhimento temporário com vista à integração social, como Centros de Alojamento Temporário.

A Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 (ENIPSSA 2025-2030), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024, estabelece um plano de ação centrado em quatro eixos estratégicos:

- 1) Promoção do conhecimento, informação e sensibilização sobre o fenómeno das pessoas em risco ou sem-abrigo
- 2) Criação de um Sistema Integrado de Alerta e Prevenção para intervenção precoce
- 3) Reforço de ações de inclusão para pessoas em risco ou sem-abrigo
- 4) Coordenação, monitorização e avaliação

Com a missão de construir um “ecossistema próximo” das pessoas sem-abrigo, a estratégia visa assegurar acesso equitativo e personalizado a serviços de apoio, através de uma abordagem territorializada e centrada na pessoa. A ENIPSSA será operacionalizada por meio de planos de ação para os períodos 2025-2026 e 2027-2030, consolidando um modelo de prevenção e intervenção que reforça a centralidade do indivíduo no seu contexto de vida.

Historicamente, a execução das estratégias ENIPSSA resulta da crescente preocupação social com a situação dos sem-abrigo, alinhando-se com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (contribuindo para 10

dos 17 ODS) e com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, especialmente o Princípio n.º 19 sobre habitação e assistência para sem-abrigo.

A ENIPSSA 2025-2030 reforça, portanto, uma resposta estruturada e multidimensional ao fenómeno da sem-abrigo, com enfoque em medidas preventivas, inclusão e intervenção coordenada, buscando garantir condições de vida dignas e acesso ao apoio necessário para a plena integração social.

4.1. Caracterização

No concelho das Caldas da Rainha, no primeiro semestre de 2024 já estavam sinalizados 37 indivíduos em situação de sem-abrigo. Este número tem vindo sempre a aumentar desde 2022, onde estavam apenas sinalizados 12. A maioria dos sem-abrigo do concelho encontram-se em situação de sem teto, vivendo no espaço público, em abrigo de emergência, ou em local precário, como se pode observar na tabela seguinte.

Tabela 32 - Pessoas em situação de sem-abrigo no concelho das Caldas da Rainha ⁴⁴

	2022	2023	1.º Semestre 2024
Pessoas em situação sem-abrigo (total)	12	34	37
Sem casa	2	2	2
Sem teto	8	28	31
Em risco	2	4	4

No que concerne à caracterização da população em situação de sem-abrigo no concelho, a mesma apresenta as seguintes características:

- Maioritariamente são do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 45 e os 64 anos⁴⁵;
- Há a salientar que os indivíduos se encontram em situação de sem-abrigo estão desempregados, são beneficiários de RSI e/ou Prestação Social para a Inclusão, tendo outras fontes de rendimento, tais como a prática de arrumadores de carros e a mendicidade ([Tabela 33](#));
- A grande maioria, encontra-se na situação de sem-abrigo desde há 1 a 5 anos e têm dependência de álcool e estupefacientes ([Tabela 34](#)).

⁴⁴ Fonte: UDS, Câmara Municipal das Caldas da Rainha (outubro de 2024).

⁴⁵ Em 2023, 77% dos sem-abrigo eram do género masculino e 48% tinham entre 45 e 64 anos de idade. Fonte: Relatório de prestação de contas 2023, UDS.

As problemáticas associadas à situação de sem abrigo, são cumulativas, podendo a mesma pessoa protagonizar uma ou mais problemáticas, sendo possível verificar que a problemática predominante é a situação de carência económica (53%), sendo esta transversal a todas as pessoas identificadas/sinalizadas em 2023, seguida do consumo de estupefacientes (17%) e de problemáticas da Saúde Mental (15%).⁴⁶

Tabela 33 – Principais fontes de rendimento dos sem-abrigo no concelho das Caldas da Rainha⁴⁷

Fontes de Rendimento	
Desempregados	6
PSI	2
Pensão de Invalidez	1
Arrumadores/RSI	2
Arrumadores	5
Pensão Velhice	1
Integrado mercado de trabalho	1
Mendicidade	7
S/ Informação	28

Tabela 34 – Principais consumos dos sem-abrigo no concelho das Caldas da Rainha⁴⁸

Consumos	
Álcool	13
Estupefacientes	12
Álcool e estupefacientes	2
S/ Informação	12

⁴⁶ Fonte: Relatório de prestação de contas 2023, UDS.

⁴⁷ Fonte: SAAS, Câmara Municipal das Caldas da Rainha (outubro de 2024).

⁴⁸ Fonte: SAAS, Câmara Municipal das Caldas da Rainha (outubro de 2024).

4.2. Respostas e equipamentos sociais

Giros de rua

Os giros de rua são realizados por profissionais da Unidade de Desenvolvimento Social do município, em conjunto com técnicos da Associação Viagem de Volta e outras entidades parceiras do CLAS, nomeadamente, as forças de segurança. Têm como objetivo identificar as pessoas que se encontram a deambular pela cidade, estacionam carros, vivem em prédios/casas devolutas ou em espaços públicos, prestar ajuda, assim como efetuar a limpeza dos locais.

Os giros realizados em 2023 e meados de outubro de 2024 encontram-se na tabela seguinte.

Tabela 35 – Giros de rua efetuados no concelho das Caldas da Rainha⁴⁹

Giro	Nº em 2023	N.º em 2024 (1 jan a 21 out)
Diurno	49	49
Noturnos	3	1
Total	52	50

Projeto “Casa da Rainha” - Habitação de Transição

No Concelho das Caldas da Rainha, não existem respostas de emergência, nomeadamente, alojamentos.

Assim sendo, pelos Parceiros da Rede Social das Caldas da Rainha, no anterior diagnóstico social, foi considerado de capital importância a criação de uma resposta temporária ao nível do alojamento e outros apoios, numa perspetiva de melhoria/aquisição de competências e que se enquadre num processo de inclusão comunitária da população em situação de sem-abrigo.

Nesta conformidade, surgiu o **Projeto “Casa da Rainha” - Habitação de Transição**, dinamizado em parceria com a Câmara Municipal das Caldas da Rainha e a Associação Viagem de Volta, para promoção de uma resposta de alojamento a pessoas em situação de Sem-Abrigo, com a finalidade da sua reintegração e autonomização. Encontra-se em funcionamento desde junho 2021, com capacidade para 2 utentes, tendo como principais objetivos:

- Criar e dotar uma resposta social com condições necessárias de conforto, higiene, habitabilidade e segurança;
- Disponibilizar alojamento temporário, em contexto de processo de inclusão social;

⁴⁹ Fonte: SAAS, Câmara Municipal das Caldas da Rainha (outubro de 2024).

- Apoiar os participantes ao nível da autonomização e treino de competências pessoais;
- Facultar o acesso a consultas de psicologia, com vista a promover a sua autoconfiança, orientação, desenvolvimento pessoal e de convivência na comunidade;
- Articular com outras entidades da comunidade com vista à inclusão social destas pessoas, nomeadamente, através de programas específicos de voluntariado, cidadania e intervenção em oficinas de artes;
- Criar e manter uma equipa técnica de apoio/acompanhamento dos utentes.

Projeto "Caldas + Inclusiva 2.0"⁵⁰

A Associação Viagem de Volta teve a sua candidatura ao **projeto "Caldas + Inclusiva 2.0"** aprovada, dando assim continuidade ao projeto já anteriormente implementado no concelho das Caldas da Rainha ("**Caldas + Inclusiva**"). Este projeto enquadra-se na Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023, e na Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. Em conjunto com várias entidades parceiras, visa contribuir ativamente para a erradicação das situações de pobreza e exclusão social, nomeadamente da população em situação de sem-abrigo, assim como, atuar no combate à discriminação e estigma sobre a condição de sem-abrigo, no concelho das Caldas da Rainha. O projeto iniciou em outubro de 2024 e, entre as atividades previstas, destacam-se os giros de rua, o acompanhamento psicossocial e as ações de informação e sensibilização comunitária. O município das Caldas da Rainha é parceiro, comprometendo-se a apoiar na execução e avaliação do projeto, além de fornecer recursos e infraestruturas, quando necessário.

Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA)

O Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) são criados, sempre que a dimensão do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo o justifique. Cada Núcleo deve ser constituído por um representante da Câmara Municipal e das entidades ou organismos do setor público e por todas as entidades com intervenção na área que desejem estabelecer um trabalho articulado e integrado e às quais seja reconhecida competência para tal por todos os outros parceiros.

Este Núcleo tem como principais competências:

⁵⁰ Fonte: Associação Viagem de Volta (novembro de 2024).

Ao nível do Planeamento:

- Diagnóstico local sobre o fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, como contributo para o diagnóstico da rede social e base de planificação da sua atividade;
- Identificação e mobilização dos recursos necessários à resolução do problema – sistematização de um guia de recursos local;
- Planificação das atividades nesta área, através da construção de um Plano de Ação, para conjugação de esforços e rentabilização de recursos na resolução do problema;
- Identificação das necessidades de formação das equipas e programação da mesma;
- Relatórios de atividades anuais.

Ao nível da Intervenção:

- Coordenar os encontros para análise e atribuição de casos de acordo com os diagnósticos e necessidades apresentadas;
- Promover a articulação entre as entidades públicas e privadas visando a conjugação e rentabilização de recursos;
- Monitorizar os processos (controlo da execução dos planos de inserção, identificação e gestão de obstáculos);
- Assegurar a articulação com equipas de supervisão e avaliação externa;
- Promover ações de Sensibilização/Educação da comunidade para as questões da inserção relativamente à população em situação de sem-abrigo;
- Contribuir para assegurar a implementação e monitorização da ENIPSSA 2017-2023, centralizando toda a informação a nível local;
- Articulação permanente com o Núcleo Executivo do GIMAE.

Em 2 de março de 2023, após apresentação de proposta de implementação do NPISA em Caldas da Rainha no Plenário do CLAS, datado de 20 de dezembro de 2022, foi efetuada uma reunião com as Entidades com intervenção na área, onde foi discutido o Protocolo de Parceria e a Elaboração do documento da Constituição dos Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo. Em 7 de junho de 2023, por parte da Associação Viagem de Volta em conjunto com o Município de Caldas da Rainha, foi submetida proposta ao Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (GIMAE) a implementação do NPISA em Caldas da Rainha. A constituição do PPISA das Caldas da Rainha foi aprovada a 10 de janeiro de 2024, encontrando-se nesta fase a serem tomados os procedimentos necessários para a sua constituição formal.

5. COMPORTAMENTOS ADITIVOS

A intervenção no campo dos comportamentos aditivos em Portugal tem evoluído com base num modelo que adota uma visão abrangente e integrada do fenómeno, abordando não só o consumo de substâncias psicoativas, mas também outras formas de dependência. Este modelo é operacionalizado através de cinco áreas fundamentais:

- 1) Prevenção
- 2) Dissuasão
- 3) Tratamento
- 4) Redução de riscos
- 5) Minimização de danos, e reinserção.

Cada uma destas áreas tem um papel específico e interligado, visando abordar o fenómeno da dependência de forma holística e eficaz.

A prevenção foca-se em evitar o início do consumo de substâncias, especialmente entre grupos de risco, através de programas educativos, consciencialização e ações nas escolas e comunidades.

A dissuasão procura desencorajar o uso de substâncias por meio de políticas legais e estratégias de fiscalização, mantendo um equilíbrio entre a redução de consumo e a proteção dos direitos humanos.

No que toca ao tratamento, são oferecidos serviços de saúde especializados que incluem apoio médico, psicológico e social, adaptados às necessidades de cada indivíduo. O objetivo é proporcionar intervenções que auxiliem os indivíduos a alcançar a abstinência ou a manter um consumo controlado, promovendo a recuperação e a melhoria da qualidade de vida.

A redução de riscos e minimização de danos é uma área crucial para aqueles que continuam a consumir, mesmo após tentativas de abstinência. Esta abordagem tem como objetivo promover mudanças nos comportamentos dos consumidores de substâncias psicoativas, reduzindo os riscos associados ao consumo, como a transmissão de doenças infecciosas e outras complicações de saúde. Programas como troca de seringas, disponibilização de salas de consumo assistido e campanhas de educação sobre práticas de consumo seguro são exemplos de intervenções nesta área. A ideia é diminuir os danos tanto para os consumidores quanto para a comunidade, especialmente em contextos onde o consumo é persistente.

Finalmente, a reinserção tem como foco a integração social dos indivíduos em recuperação, proporcionando-lhes oportunidades de educação, formação profissional e emprego. A reinserção é essencial para quebrar o ciclo de dependência e exclusão, promovendo a autonomia e a cidadania ativa.

Este modelo multidimensional reforça o compromisso com uma abordagem que não se limita à erradicação do consumo, mas que visa também melhorar as condições de vida e a saúde dos indivíduos, reduzir o impacto social das dependências e promover a inclusão social de quem vive com este problema.

5.1. Caracterização

O número de pessoas com comportamentos aditivos no concelho das Caldas da Rainha, acompanhados pelo Centro de Respostas Integradas, CRI do Oeste, tem vindo a diminuir, ao longo dos últimos anos, como mostra o gráfico seguinte.

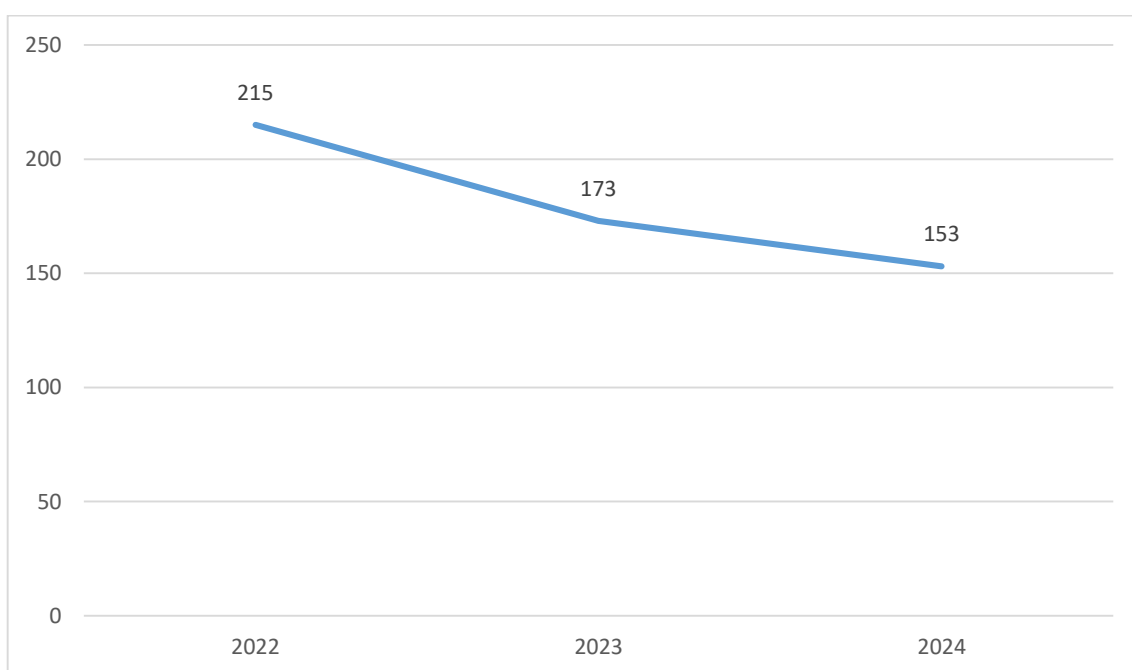


Figura 19 - Número de utentes acompanhados pelo Centro de Respostas Integradas, CRI do Oeste

O gráfico e a tabela seguintes, apresentam a caracterização dos utentes da Equipa Técnica Especializada ao nível do escalão etário, da escolaridade, da situação profissional e das principais substâncias consumidas. Tem igualmente referência à situação, ou não, de sem-abrigo.

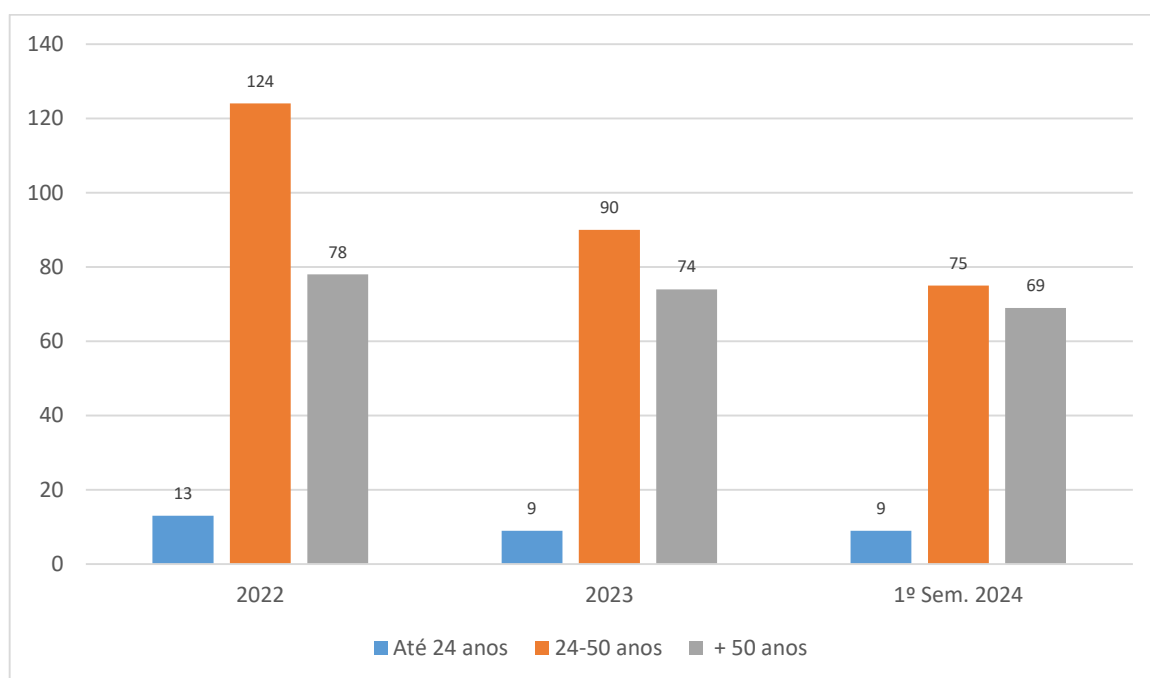


Figura 20 - Grupo etário dos utentes em acompanhamento pelo CRI do Oeste ⁵¹

Tabela 36 – Caracterização dos utentes em acompanhamento pelo CRI do Oeste ⁵²

Ano		2022	2023	1º semestre de 2024
Total		215	173	153
Situação profissional	Desempregado	81	63	59
	Estudante	13	12	13
	Trabalho estável/regular	77	63	54
	Reformado	14	15	12
	Outra situação	30	20	15
Substância principal	Álcool	40	28	30
	Cannabis	20	11	10
	Cocaína e Crack/Base de coca	14	16	12
	Heroína	109	92	73
	Outras	32	26	28
Em situação de Sem-Abrigo	Sim	8	7	7
	Não	82	66	65
	Sem informação	125	100	81

Após análise da informação da tabela anterior, verifica-se que, no concelho das Caldas da Rainha, em 2023 o Centro de Respostas Integradas, CRI do Oeste acompanhou 173 utentes, no entanto no primeiro semestre

⁵¹ Fonte: Centro de Respostas Integradas do Oeste (setembro de 2024).

⁵² Fonte: Centro de Respostas Integradas do Oeste (setembro de 2024).

de 2024, já acompanharam 153 utentes, a maioria dos aditos tem entre 24 e 50 anos de idade, tem baixo nível de escolaridade, estão desempregados, seguindo-se os que têm trabalho estável/regular.

A maior problemática é o consumo de heroína. Relativamente à situação de sem-abrigo, não existe informação para a maioria dos utentes, no entanto, dos dados existentes, a maioria não se encontra em situação de sem-abrigo.

5.2. Respostas e equipamentos sociais

Centro de Respostas Integradas, CRI do Oeste

Caldas da Rainha, dispõe de um Centro de Respostas Integradas (CRI do Oeste) através de uma Equipa Técnica Especializada de Tratamento (ETET).

As Equipas Técnicas Especializadas são equipas multidisciplinares com intervenções do médico, enfermeiro, psicólogo e assistente social com vista ao processo de reabilitação do utente e envolventes, nomeadamente a família. Esta intervenção psicoterapêutica (tratamento) e psicoeducativa (prevenção indicada) dá resposta de acordo com as necessidades individuais, psicológicas e sociais de cada utente, procurando a melhoria da sua qualidade de vida.

Associação Viagem de Volta

A Associação Viagem de Volta, constituída a 3 de agosto de 1998, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social desde 12 de janeiro de 2024, registada com o n.º 20246. Apresenta um percurso vasto trabalho na área comunitária e da exclusão social, nomeadamente na área dos comportamentos aditivos e dependências (prevenção, tratamento e redução de riscos e minimização de danos) e saúde mental.

Na área dos comportamentos aditivos e dependências, a Associação Viagem de Volta dispõe da resposta de Comunidade Terapêutica, protocolada e licenciada para tratamento de pessoas com comportamentos aditivos e dependências. A intervenção terapêutica assenta no modelo biopsicossocial, e o programa apresenta três fases distintas: Fase de Componente Biológica, Fase de Componente Psíquica e Fase de Componente Social.

Na Comunidade Terapêutica Viagem de Volta estão disponíveis três tipos programas: Programa Geral, (12 a 18 meses), Programa Específico para Doença Mental Concomitante (12 a 18 meses) e Programa Específico de Longa Duração (36 a 48 meses).

Programa Ganhar Saúde, trabalhar com Saúde

O programa Ganhar saúde, trabalhar com saúde, é uma campanha de prevenção do consumo excessivo de álcool e de outras substâncias, em meio laboral, desenvolvido pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha em parceria como o ICAD (Instituto para os comportamentos aditivos e as dependências, IP) e o CRI-ETE (Centro de Respostas Integradas do Oeste- Equipa Técnica Especializada de Tratamento das Caldas da Rainha).

O Programa tem como objetivos:

Contribuir para a prevenção e promoção da segurança e saúde no trabalho no que diz respeito ao consumo nocivo de álcool e de outras substâncias psicoativas;

- Difundir noções sobre os problemas associados aos consumos de álcool e de outras substâncias psicoativas no local de trabalho;

- Valorizar a relação de ajuda como meio para promover a segurança e saúde no trabalho no que concerne ao consumo de álcool e de outras substâncias psicoativas

6. MIGRAÇÃO

A migração é fenómeno global que tem desempenhado um papel central na história humana, garantindo tanto a sobrevivência quanto o desenvolvimento de sociedades. A mobilidade das pessoas entre diferentes regiões ou países tem possibilitado não só o intercâmbio cultural, mas também a resposta a necessidades económicas e demográficas dos países de acolhimento.

A migração ocorre a vários níveis e assume diferentes formas: pode ser interna (dentro de um país) ou internacional, temporária ou permanente, regular ou irregular, voluntária ou forçada. Em termos de migração forçada, os refugiados representam uma das expressões mais dramáticas desse fenómeno, sendo pessoas que fogem de conflitos armados, perseguições e situações de violação de direitos humanos. Estes indivíduos veem-se obrigados a abandonar o seu país de origem em busca de segurança e proteção no exterior, contando com o auxílio e as políticas de acolhimento dos países de destino.

A situação dos refugiados tem ganhado especial relevância nos últimos anos devido a crises humanitárias intensificadas por conflitos. A título de exemplo, destaca-se a invasão da Ucrânia pela Rússia, a 24 de fevereiro de 2022, é um exemplo recente e impactante, onde mais de 6,5 milhões de pessoas foram forçadas a deixar

suas casas, com a maioria sendo composta por mulheres, crianças e adolescentes e onde muitas escolheram o nosso país e, mais concretamente as Caldas da Rainha para a sua nova “casa”.

No contexto de um diagnóstico social para o concelho das Caldas da Rainha, é essencial considerar o impacto local destas dinâmicas migratórias. Com o aumento das crises globais e da mobilidade humana, o concelho deve estar preparado para acolher e integrar indivíduos de diferentes origens, proporcionando suporte nas áreas de habitação, saúde, educação e inclusão social. As criações de políticas inclusivas, bem como o fortalecimento da rede de apoio social, são fundamentais para garantir que migrantes e refugiados possam estabelecer-se de forma digna e contribuir positivamente para o tecido social local.

6.1. Caracterização

Nos últimos anos, tem-se verificado, em todo o país, e especificamente no concelho das Caldas da Rainha, um acréscimo da população estrangeira com estatuto legal residente. Em 2023, estima-se que **6 572 habitantes** do concelho fossem de nacionalidade estrangeira.

A nacionalidade predominante é a brasileira, como se pode observar no gráfico seguinte. Em 2023 há um registo de 2 387 brasileiros, ou seja, 36,3% dos estrangeiros.

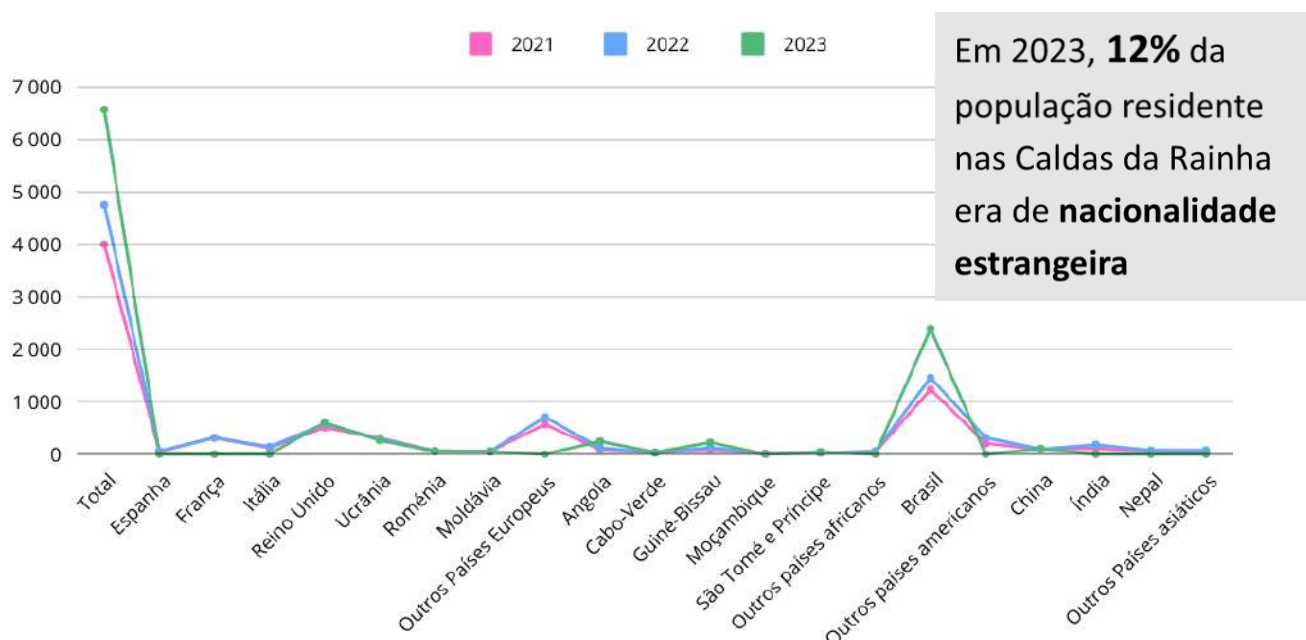


Figura 21 - População estrangeira com estatuto legal de residente, nas Caldas da Rainha (2021, 2022, 2023)⁵³

⁵³Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE | AIMA/MP - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

Última atualização dos dados: 20 de setembro de 2024.

Consultar dados da [Tabela 129](#).

Relativamente aos alunos das escolas do concelho, quer ao nível do ensino básico e secundário, quer ao nível do ensino profissional, tem-se verificado aumento do número de alunos estrangeiros, assim como a uma diversidade, cada vez maior, de nacionalidades diferentes verificadas, como mostram o gráfico e tabela seguintes. A nacionalidade estrangeira predominante, em todas as escolas analisadas, é a brasileira. (Para maior detalhe desta informação, podem ser consultadas as [Tabela 146](#) até à [tabela 148](#), em anexo.)

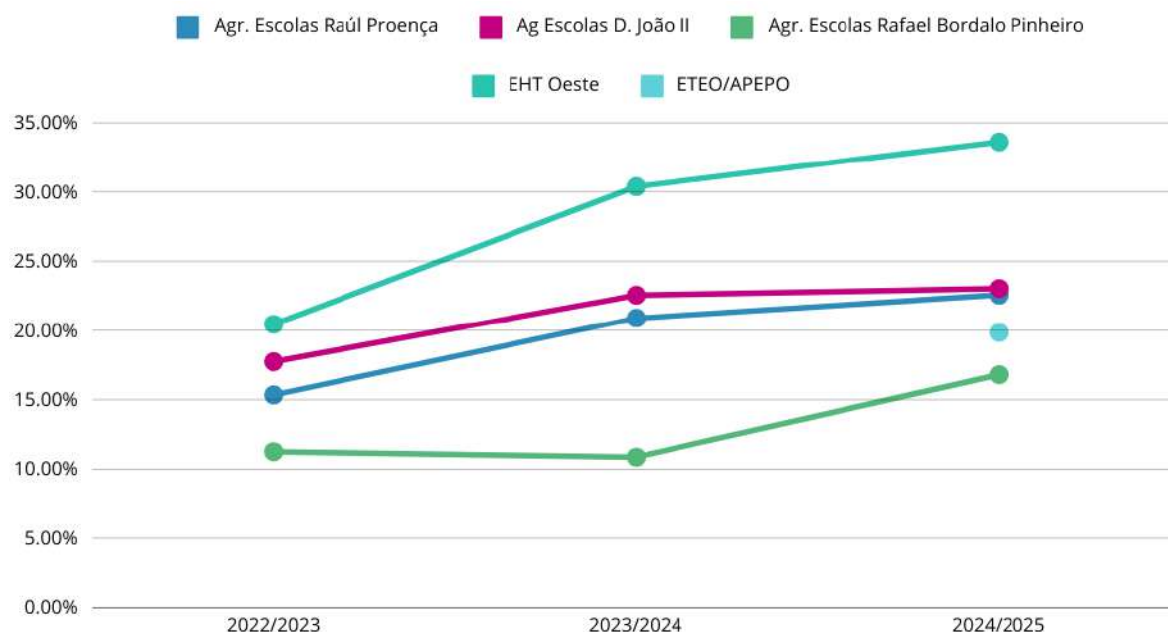


Figura 22 - Evolução do n.º de alunos estrangeiros em algumas escolas do concelho

Tabela 37 - Número de nacionalidades diferentes dos alunos em algumas escolas do concelho (ano letivo 2024/2025)

Estabelecimentos de ensino	N.º de nacionalidades dos alunos
Agrupamento de Escolas Raúl Proença	44
Agrupamento de Escolas D. João II	45
Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro	36
Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (EHT Oeste)	12
Escola Técnica Empresarial do Oeste (ETEO) / Associação para o Ensino Profissional do Oeste (APEPO)	15

Ao nível dos atendimentos efetuados pelo CLAIM do município (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes), também se tem verificado um cada vez maior número de nacionalidades diferentes dos utentes, como mostra o gráfico seguinte.

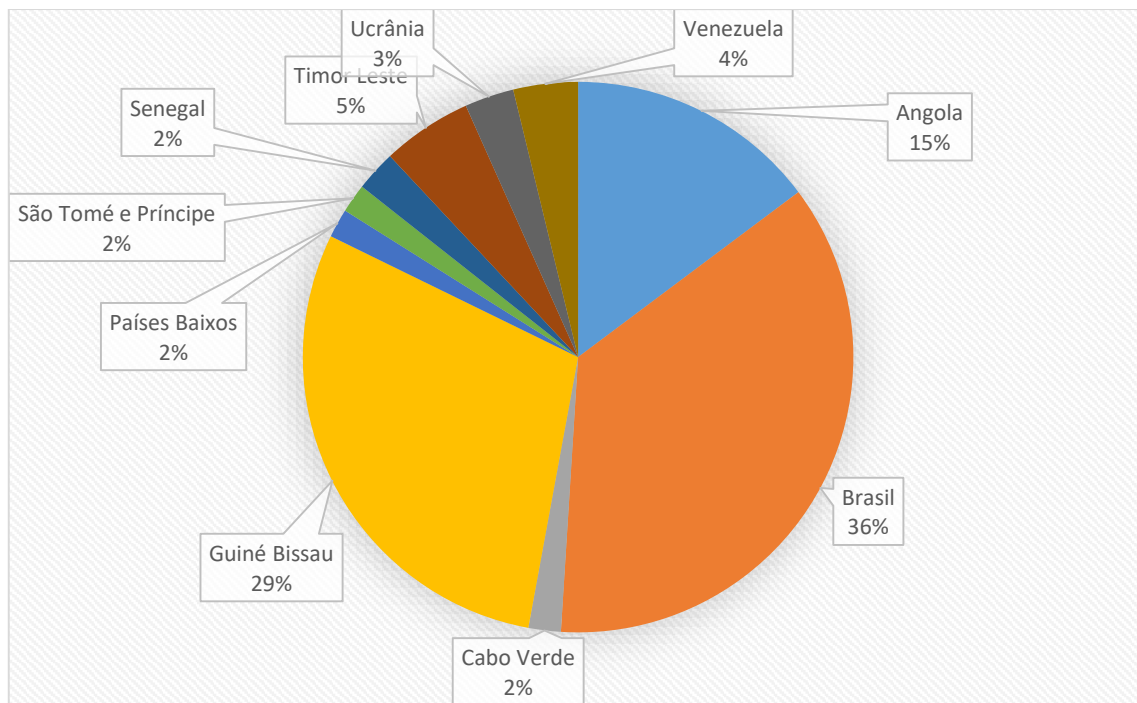


Figura 23 - País de origem dos atendimentos realizados pelo CLAIM (jan.-ago. 2024)

6.2. Respostas e equipamentos sociais

Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)

O município das Caldas da Rainha dispõe de um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) que tem uma metodologia de trabalho integrada no SAAS e que, para além do acolhimento, informação e apoio, dinamiza atividades promotoras de integração comunitária e social, articulando com as diversas estruturas locais e promovendo a interculturalidade a nível local.

Este serviço presta apoio e informação geral em diversas áreas, tais como, regularização, nacionalidade, reagrupamento familiar, retorno voluntário, saúde, educação, dando especial atenção às situações mais graves de vulnerabilidade e exclusão social.

Atualmente, a equipa encontra-se constituída por 3 técnicas que efetuam atendimento ao nível do CLAIM, sendo que 2 encontram-se especialmente vocacionadas para o acompanhamento social desta população.

Nos primeiros 8 meses de 2024, o CLAIM realizou 529 atendimentos, sendo grande parte dos atendidos de nacionalidade brasileira e da Guiné-Bissau, conforme gráfico anterior.

Tabela 38 – Pedidos efetuados através do CLAIM (janeiro a agosto de 2024)⁵⁴

Assuntos	Total	
	N.º	%
Atendimento social	14	3,3
Cidadãos europeus e familiares	18	4,3
Entrada em Território Nacional	18	4,3
Língua portuguesa	10	2,4
Outros assuntos	14	3,3
Permanência em Território Nacional	255	60,3
Reagrupamento Familiar	16	3,8
Registo de Menores	55	13
Segurança Social	12	2,8
Situações de emergência	11	2,6

A análise dos dados fornecidos pelo CLAIM entre janeiro e agosto de 2024 evidencia que a maioria dos pedidos efetuados está relacionada com questões de "Permanência em Território Nacional", representando 60,3% do total, o que reflete uma grande procura de apoio por parte de migrantes na regularização da sua situação de residência. Em seguida, surgem os pedidos para "Registo de Menores", que correspondem a 13%, evidenciando a importância deste serviço para famílias que desejam legalizar a situação de crianças.

Outras áreas com menor número de solicitações incluem "Reagrupamento Familiar" com 3,8%, sugerindo um interesse de migrantes em reunir-se com os seus familiares, e "Segurança Social" com 2,8%, que aponta para a necessidade de integração dos migrantes no sistema de proteção social português. Os pedidos de "Situações de Emergência" representam 2,6%, indicando um número relativamente baixo de situações críticas, mas que ainda necessitam de resposta célere e eficaz.

No que diz respeito aos pedidos específicos de apoio através do CLAIM para questões como "Atendimento Social", "Cidadãos Europeus e Familiares", "Entrada em Território Nacional" e "Língua Portuguesa", cada uma destas categorias regista percentagens baixas (entre 2,4% e 4,3%), o que demonstra a diversidade de necessidades e apoios que os migrantes procuram, desde apoio para entrada no país até ao desenvolvimento de competências linguísticas para facilitar a integração.

Estes dados destacam a importância de continuar a reforçar os serviços de apoio e regularização de residência, bem como promover a inclusão social e a educação para a integração, respondendo de forma adequada às principais necessidades da população migrante no concelho.

⁵⁴ Fonte: Relatório CLAIM Caldas da Rainha – Janeiro a setembro de 2024.

Estrutura de Acolhimento Temporário (EAT)

De acordo com os 20 princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, que traduzem o quadro de orientação para a construção de uma Europa social forte, justa, inclusiva e plena de oportunidades, que constituem para o Estado Português um referencial norteador das opções políticas, estratégias de atuação e respostas sociais a implementar em consonância com as atribuições do ISS, IP em matéria de emergência social, os princípios do subsistema de ação social, consignados na Lei Nº4/2007, de 16 de janeiro e o disposto no Decreto-Lei Nº 120/2015, de 30 de junho, foi assinado em 01/08/2023 um Protocolo com a Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos para a implementação de uma Estrutura de Acolhimento Temporário (EAT), com capacidade para 6 utentes até 01/02/2024 e, a partir desta data para 4 utentes.

Trata-se de uma infraestrutura capaz de acolher 24 horas por dia e 7 dias por semana, beneficiários e requerentes de proteção internacional e de proteção temporária, garantindo, o alojamento, alimentação, tratamento de roupas, higienização dos espaços e planos de inclusão individuais.

O acompanhamento desta resposta social é realizado pelo Centro Distrital de Leiria em articulação com a Equipa da EAT, destacando-se o trabalho em parceria com o Serviço de Emprego de Caldas da Rainha que na sequência de um atendimento/acompanhamento personalizado a estes cidadãos tem concretizado a sua inserção profissional, contribuindo, deste modo para a sua autonomização.

Em 2024, foram alojados no concelho das Caldas da Rainha 13 refugiados, das seguintes nacionalidades.

Tabela 39 - Número e nacionalidades dos refugiados acolhidos na EAT, em 2024⁵⁵

Nacionalidade	Número de refugiados
Angola	1
Nigéria	1
Perú	1
Rússia	2
Índia	2
Costa do Marfim	1
Ucrânia	3
República Democrática do Congo	2
TOTAL	13

⁵⁵ Fonte: ISS, IP (novembro de 2024)

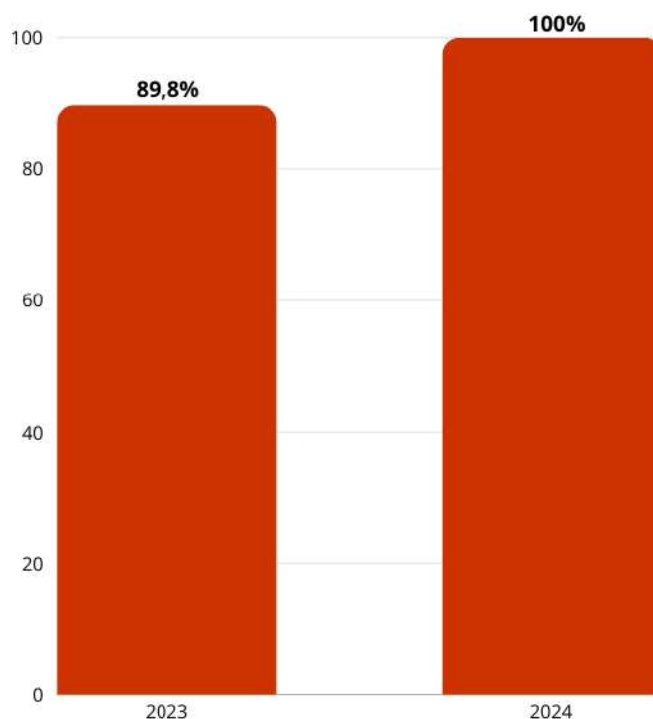


Figura 24 - Taxa média de ocupação da EAT da ASESME⁵⁶

Apoios económicos do Centro Distrital de Leiria, ISS.IP

Para efeitos de atribuição de apoios económicos a beneficiários de Proteção Internacional, por parte do Centro Distrital de Leiria, ISS.IP, os estatutos jurídicos a considerar são os seguintes:

- a) Requerentes de proteção Internacional titular de Autorização de Residência Provisória (ARP);
- b) Requerente de Proteção Internacional em situação de recurso:
 - Da decisão de não admissibilidade do pedido de proteção internacional
 - Da decisão de recusa de proteção internacional
- c) Beneficiários de Proteção Internacional com Título de Residência ao abrigo do Estatuto de Refugiado ou de proteção Subsidiária.

As modalidades de concessão dos apoios a conceder, incluem⁵⁷:

- a) Alojamento em espécie;
- b) Alimentação em espécie;

⁵⁶ Fonte: ISS, IP (novembro de 2024).

⁵⁷ Lei n.º 27/2008, de 30 de junho

- c) Prestação pecuniária de apoio social, com caráter mensal, para despesas de alimentação, vestuário, higiene e transportes,
- d) Subsídio complementar para alojamento, com caráter mensal.

Podem ser cumuladas as seguintes modalidades de acolhimento:

- a) Alojamento e alimentação em espécie com o subsídio complementar para despesas pessoais e transportes;
- b) Alojamento em espécie ou subsídio complementar para alojamento com a prestação pecuniária de apoio social.

Associação Casa da Mãe Joana⁵⁸

A Casa da Mãe Joana é uma associação cultural sem fins lucrativos, fundada enquanto coletivo informal em janeiro de 2023 e oficializada em novembro do mesmo ano. Pretende ser um espaço para criação, difusão, diálogo e produção cultural, com uma programação alinhada no sentido de promover coesão entre comunidades e estruturada para dar suporte a artistas e profissionais do setor. Neste sentido, juntam pessoas, através de um espaço comum de convivência e de uma programação voltada a partilha e diálogo entre a “Casa da Mãe Joana”, artistas e público, local e não local e, através disso, ser uma referência de troca, difusão e produção de arte e cultura de forma sustentável para todos os envolvidos no processo.

7. IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

"Igualdade é o reconhecimento público, efetivamente expresso em instituições e modos, do princípio de que um grau igual de atenção é devido às necessidades de todos os seres humanos, porque o respeito é devido ao ser humano como tal e não tem graus." Simone Weil - Simone Weil: L'Enracinement Artmusiclitte”, 2015 (PMIND Caldas da Rainha).

⁵⁸ Fonte: <https://pt.scribd.com/document/711114790/Noticias-Da-Casa>

No concelho de Caldas da Rainha, a promoção da Igualdade e não discriminação suporta-se numa visão multidimensional e multifatorial, disseminada por ações de sensibilização, educação, apoio psicológico e integração social, que visam combater o estigma social e profissional e, sobretudo, a diminuição das desvantagens sociais de grupos vulneráveis e a sua inclusão equitativa.

Esta visão está alinhada com a **Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND)** (resolução de Conselho de Ministros nº 61/2018), que assenta numa visão estratégica para o futuro sustentável de Portugal, enquanto país que efetiva os direitos humanos, assente no compromisso coletivo de todos os setores na definição das medidas e ações a adotar.

Acertando-se a esta estratégia nacional o concelho de Caldas da Rainha tem definido o Plano Municipal para a Igualdade Género e Não Discriminação PMIGND - 2023-2026 e neste âmbito tem essencialmente implementado ações de combate ao estigma e à estereotipia.

7.1. Caracterização

O Plano Municipal para a Igualdade Género e Não Discriminação tem por princípio orientador das ações a redução dos obstáculos promotores de desigualdades e de discriminação em razão do sexo, etnia, nacionalidade e deficiência ou Incapacidade no concelho, garantindo a todos o acesso equitativo de oportunidades nas diferentes áreas sociais, em conformidade com as necessidades identificadas, em Diagnóstico Municipal de Igualdade e não Discriminação⁵⁹ de 2022.

Este diagnóstico assinala como áreas de intervenção prioritárias: Igualdade de género no domínio do poder político e da governança; Gestão de pessoas e conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal/familiar; Cidadania e envolvimento das organizações locais e da sociedade; Participação igualitária no mercado de trabalho, atividade profissional e nos rendimentos; Violência de género, violência doméstica e outras formas criminalidade; Coesão e Inclusão Social; Combate à discriminação e violência em razão da OIEC, etnia, idade, religião, deficiência, entre outras; Educação e formação livres de estereótipos de género.

Estas áreas estão suportadas numa caracterização estatística da demografia, socioeconómica, educação, ação e proteção social, e criminalidade, no concelho.

⁵⁹ Fonte: Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação das Caldas da Rainha.

Síntese demográfica



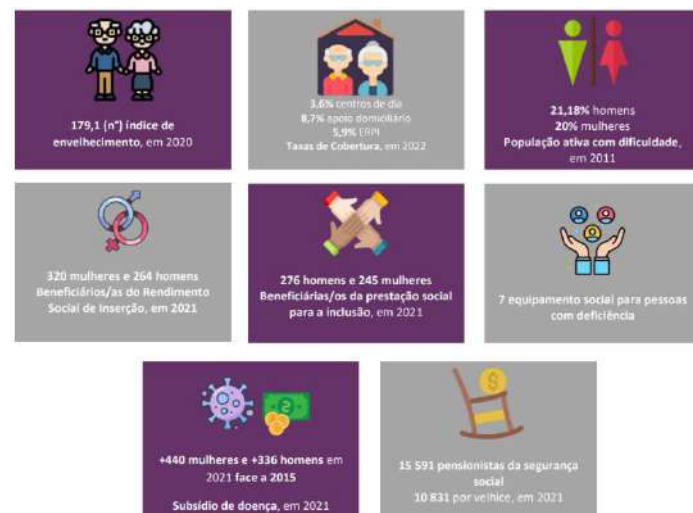
Síntese socioeconómica



Síntese educativa



Síntese de ação e proteção social



Síntese da criminalidade



7.2. Respostas e equipamentos sociais

A promoção da igualdade e a não discriminação no concelho é uma tarefa contínua que exige mais recursos, uma melhor articulação entre entidades e uma maior consciencialização da sociedade. Incentivos às empresas para adotarem práticas inclusivas, reforço do apoio psicológico e jurídico e criação de uma monitorização eficaz são passos que podem solidificar as conquistas já feitas e permitir avanços mais significativos.

As respostas comunitárias a esta problemática são transversais a todas as entidades e pessoas da comunidade, não há equipamentos sociais próprios para esta complexa realidade, uma vez que o reconhecimento da igualdade como uma condição indispensável para a criação de um futuro sustentável, cabe a todos.

No concelho de Caldas da Rainha é a Equipa para a Igualdade na vida Local que dinamiza e impulsiona respostas a esta problemática, sendo composta por: Presidente da Câmara Municipal, Vereadora da Unidade de Desenvolvimento Social, Dirigentes da área dos Recursos Humanos e Desenvolvimento Social e conselheiras /os Locais que, à data, são representantes da Câmara Municipal, do Instituto de Emprego e Formação Profissional e Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor.

As áreas de intervenção consideradas prioritárias em Diagnóstico Municipal de Igualdade e Não Discriminação estão desenvolvidas em Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação, com definição clara de

objetivos estratégicos específicos, materializados em medidas concretas e territorializadas, medidas de intervenção, metas e indicadores, que sustentam a atuação estratégica do Município em matéria de política pública para a igualdade de género e não discriminação.

Este Plano é implementado pela Equipa para a Igualdade na vida Local, que desenvolvem as ações em parceria com entidades públicas, privadas e IPSS's do concelho.

As atividades desta equipa estão centradas em: Ações de sensibilização na comunidade e em contexto escolar para promoção de uma cultura de igualdade, de não discriminação e de não violência; Ações de sensibilização à comunidade Educativa para a desagregação sexual das profissões; Capacitar a equipa docente e não docente, alunos e encarregados/as de educação sobre estereótipos de género; Reforçar o nº de ações de divulgação das estruturas especializadas para a intervenção na Violência Doméstica, na imprensa local; Promover o empoderamento, de vítimas de VMVD, através da estruturação de intervenções de envolvimento, adesão e participação das famílias e das entidades empregadoras, em ações de igualdade de género e inclusão; Ativar/dinamizar a Rede de parceria com entidades empregadoras locais para a (Re) Integração em mercado de trabalho (Protocolo já assinado com a AIRO e ACCCRO, em articulação com a Autarquia e IEFP); Promover consciencialização junto às empresas locais para a contratação igualitária e combate à padronização de profissões por razão de sexo, género, origem racial, étnica, nacionalidade, religião e deficiência ou incapacidade; Ações de alfabetização digital de mulheres adultas, recorrendo ao programa (pro)Eficiência; Reforçar os serviços de apoio psicológico e jurídico para vítimas de discriminação e violência doméstica, em articulação com forças de segurança (PSP, GNR), Gabinete de Apoio à Vitima, Ministério Público e Autarquia, Gabinete de Psicologia Escolar.

7.3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

O combate à violência doméstica é um desígnio nacional que o concelho de Caldas da Rainha acompanha.

“Entende-se por violência doméstica toda a violência física, sexual ou psicológica que ocorre em ambiente familiar e que inclui, embora não se limitando a maus tratos, abuso sexual das mulheres e crianças, violação entre cônjuges, crimes passionais, mutilação sexual feminina e outras práticas tradicionais nefastas, incesto, ameaças, privação arbitrária de liberdade e exploração sexual e económica. Embora maioritariamente exercida sobre mulheres, atinge também, direta e/ou indiretamente, crianças, idosas e outras pessoas mais vulneráveis, como os/as deficientes” (Resolução do Conselho de Ministros nº 88/2003, de 7 de julho).

A Violência Doméstica (VD), não sendo um fenómeno recente, atualmente tem relevância penal, e é um problema social com importância e visibilidade crescente.

A rede nacional de respostas de emergência para pessoas discriminadas ou vítimas de violência são ainda parcas e limitadas, o que compromete a eficácia da sua proteção imediata, mas tem sido feito um caminho de desburocratização e acessibilidade aos serviços comunitários que tem agilizado as participações e a adesão ao apoio, social, psicológico e jurídico.

7.3.1. Caracterização

O concelho das Caldas da Rainha não tem equipamentos de apoio suficientes para respostas de emergência robustas e rápidas, essenciais para garantir a proteção e assistência às vítimas, como por exemplo abrigos e centros de apoio familiar e pedopsiquiatria, o que não contraria situações de reincidência e de prolongamento de sofrimento, mas tem serviços especializados de apoio, na área psicológica, jurídica, social e de segurança.

Os dados do concelho de Caldas da Rainha estão alinhados com a realidade e preocupações nacionais, pelo que o Município tem um **Gabinete de Atendimento à Vítima de Violência Doméstica** e integra a **Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD)**.

Tem-se registado um aumento do nº de vítimas de violência doméstica no concelho, como se verifica no gráfico seguinte, que contém a evolução deste tipo de crimes registado pelas autoridades policiais, entre 2013 e 2023. Da informação disponibilizada pelo GAVVD a faixa etária onde se regista um maior nº é a entre os 36 e os 45 anos, representando 24,85% do total de casos nos últimos anos, seguindo-se a faixa etária dos com idade igual ou superior a 66 anos, que representa 21,82% do total.

Maioritariamente, os casos atendidos/acompanhados (GAVVD), são do sexo feminino e com nacionalidade portuguesa⁶⁰.

⁶⁰ Fonte: GAVVD (setembro de 2024).

Dados evolutivos:



Figura 25 - Número de crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, nas Caldas da Rainha, nos últimos 10 anos⁶¹

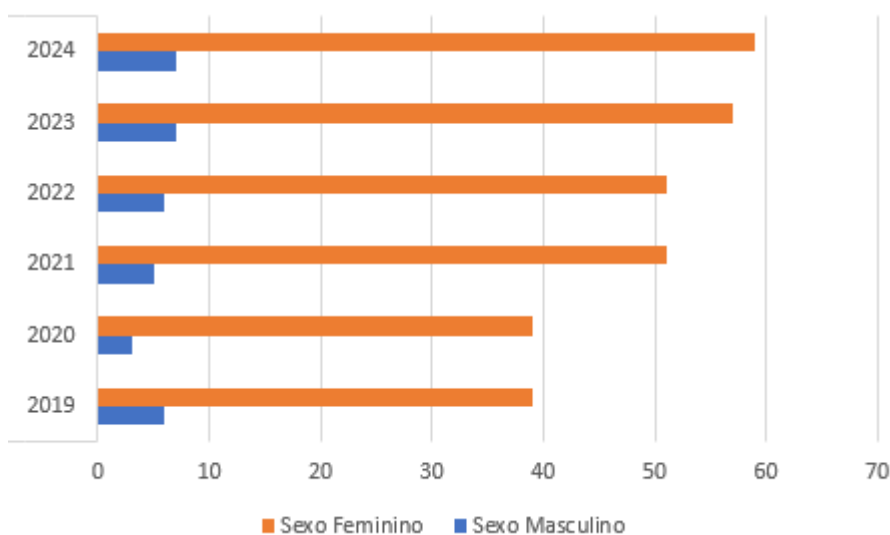


Figura 26 - Número de processos acompanhados pelo GAVVD, por ano e por género⁶²

⁶¹ Fonte: https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Crimes_registados_autoridades_policias.aspx

Última atualização dos dados: 28 de março de 2024

Consultar a [Tabela 139](#).

⁶² Fonte: GAVVD (setembro de 2024)

Consultar a [Tabela 141](#).

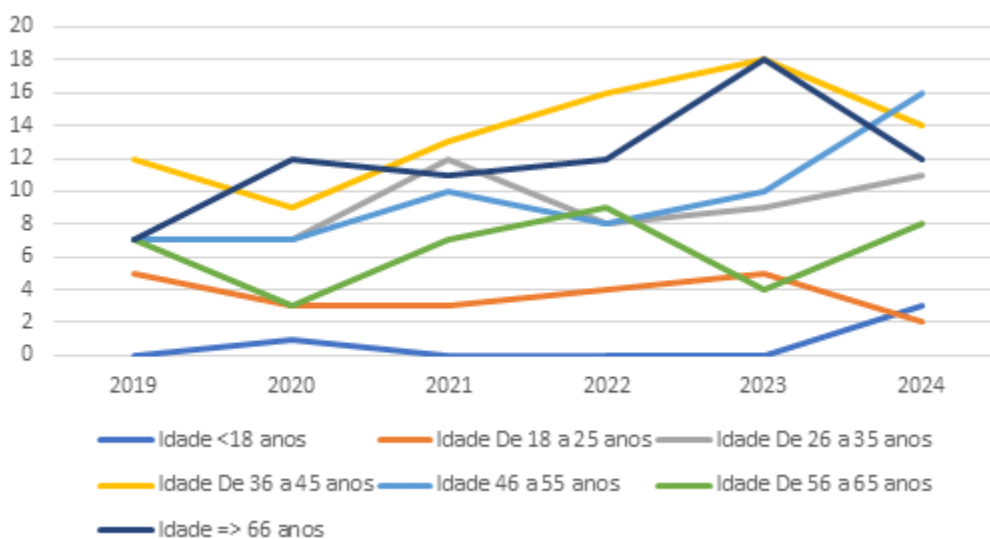


Figura 27 - Número de processos acompanhados pelo GAVVD, por ano e por grupo etário⁶³

Tabela 40 - Nacionalidade das vítimas de violência doméstica, de 2019 a setembro de 2024

Nacionalidade	Frequência	Percentagem
Portuguesa	272	82,4
Guineense	2	0,6
Ucraniana	6	1,8
Síria	1	0,3
Brasileira	22	6,7
Marroquina	2	0,6
Moçambicana	2	0,6
Moldava	1	0,3
Alemã	2	0,6
Nepalense	1	0,3
Venezuelana	2	0,6
Angolana	4	1,2
Polaca	1	0,3
Paraguaiana	1	0,3
Chinesa	1	0,3
Britânica	3	0,9
Espanhola	2	0,6

⁶³ Fonte: GAVVD (setembro de 2024)

Consultar a [Tabela 142](#).

Nacionalidade	Frequência	Percentagem
São-tomense	2	0,6
Russa	1	0,3
Colombiana	1	0,3
Bareinita	1	0,3
Total	330	100,0

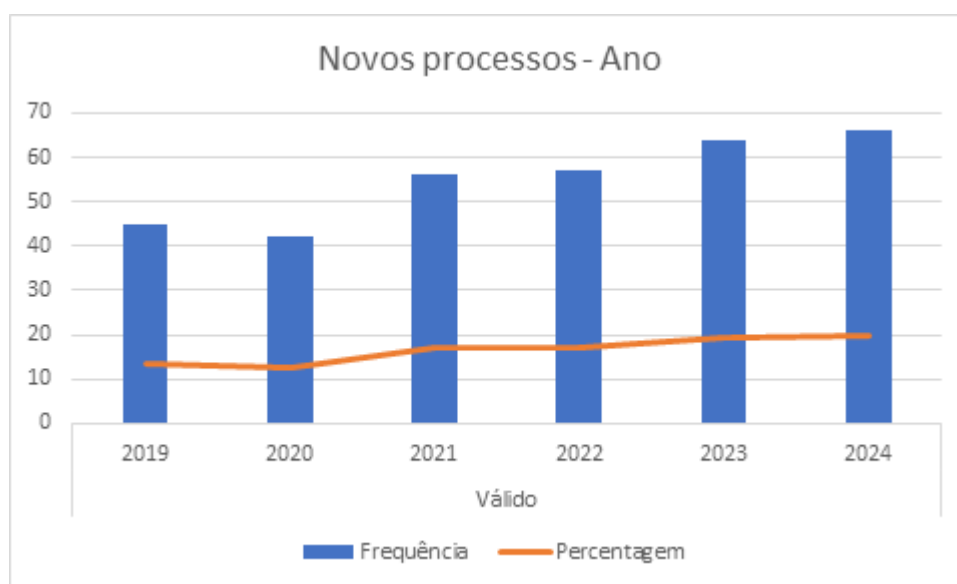


Figura 28 - Novos processos do Gabinete de Apoio à Víctima de Violência Doméstica, por ano⁶⁴

7.3.2. Respostas e equipamentos sociais

Gabinete de Apoio à Víctima de Violência Doméstica (GAVVD)

Gabinete de Atendimento à Víctima de Violência Doméstica (GAVVD) das Caldas da Rainha, encontra-se em funcionamento desde dezembro de 2014 e tem como atividades:

- Atendimento personalizado às vítimas de violência doméstica e outras pessoas que procurem apoio no âmbito da violência doméstica junto da Estrutura de Atendimento;
- Realização de diagnóstico das situações concretas das vítimas, desenvolvendo os esforços para serem asseguradas as condições essenciais face ao risco a que podem estar sujeitas;

⁶⁴ Fonte: Dados da [Tabela 140](#).

- c) Acompanhamento ou encaminhamento das vítimas para a resposta adequada, perante cada caso em concreto e atendendo, entre outros fatores, ao seu bem-estar físico e psicológico, proteção e segurança;
- d) Informação adequada às vítimas relativamente à tutela dos seus direitos, recursos e respostas;
- e) Criação de condições para a inclusão, qualificação ou reintegração das vítimas, de acordo com os seus interesses e potencialidades próprias.

No 1º semestre de 2024, registaram-se 45 novos atendimentos no Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (GAVVD), sendo que em junho de 2024, encontravam-se em acompanhamento 33 processos, em articulação com o Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE), Casa de Emergência, Casa Abrigo, Forças de Segurança – GNR e PSP, Serviço Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), Segurança Social e ULSO – Cuidados de Saúde Primários.

Tabela 41 - Número de atendimentos realizados pelo GAVVD, em 2024⁶⁵

2024	N.º de novos atendimentos	Presenciais	Telefónicos
Janeiro	9	19	16
Fevereiro	6	16	21
Março	7	23	14
Abril	11	24	33
Maio	8	19	40
Junho	4	18	29
TOTAL	45	119	153

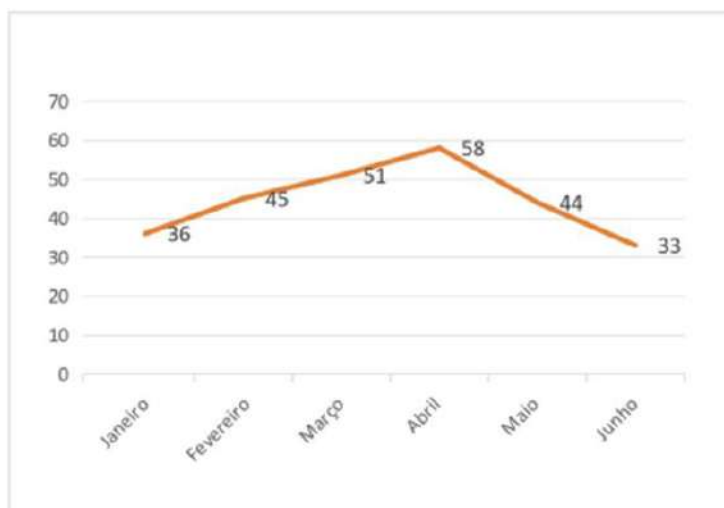


Figura 29 - Processos em acompanhamento pelo GAVVD, em 2024

⁶⁵ Fonte: Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica (setembro de 2024).

No âmbito da prevenção, o GAVVD tem vindo a realizar ações de sensibilização/formação e de informação para vários públicos, de diversas faixas etárias em Estabelecimentos de Ensino, IPSS, Unidades de Saúde, Associações Sem Fins Lucrativos, respostas sociais dirigidas à população Sénior, profissionais das áreas sociais e população em geral, abordando as temáticas da violência no namoro/violência doméstica, maus tratos na pessoa idosa, discriminação e bullying,

Rede Integrada de Intervenção na Violência Doméstica do Distrito de Leiria (RIIVD)

Com o enquadramento da Estratégia Nacional Para a Igualdade e Não Discriminação 2018- 2030 “Portugal+Igual” (ENIND), foi protocolada a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, oficializando e homogeneizando o trabalho já desenvolvido pelas diversas entidades que atuam nesta área. Neste âmbito, o concelho de Caldas da Rainha, através do GAVVD, integra a Rede Integrada de Intervenção na Violência Doméstica do Distrito de Leiria (RIIVD) (protocolo assinado a 7 de abril de 2022). Esta rede está focalizada na prevenção e combate à violência doméstica e à eliminação dos estereótipos de género. Estes princípios são disseminados em cada território no cumprimento dos objetivos: Desenvolver e implementar políticas definidas nas áreas da Igualdade; Promover as condições e articulação necessárias à sinalização, atendimento, encaminhamento, apoio e proteção das vítimas de Violência Doméstica; Reforçar o papel do trabalho em rede e cooperação institucional e técnica regular, fomentando uma intervenção articulada entre as entidades competentes; Potenciar a dinamização das respostas ao nível da informação e sensibilização; Sensibilizar a comunidade para as questões da Violência Doméstica, reforçando o sentimento de intolerância social e estimulando a denúncia; Estabelecer uma parceria efetiva entre as várias entidades do Distrito de Leiria que intervêm na área da Violência Doméstica; Disponibilizar materiais informativos para as comunidades locais sobre Violência Doméstica; Melhorar as condições para tornar a resposta às Vítimas de Violência Doméstica célere, articulada e multidisciplinar.

Núcleo de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas (NIAVE)

O NIAVE é um programa da Guarda Nacional Republicana de Investigação e Apoio a Vítimas Específicas e foi criado como valência dedicada à prevenção, acompanhamento e investigação das situações de violência exercidas sobre as mulheres, sobre as crianças e sobre outros grupos específicos de vítimas.

Tem como missão atribuída a investigação de crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual e ainda promover ações de apoio que, para cada caso sejam consideradas necessárias relativamente à problemática

das mulheres, das crianças, dos idosos, de outras vítimas específicas, e promover ações de apoio que, para cada caso sejam consideradas no âmbito dos crimes de violência doméstica⁶⁶.

Equipa para a Prevenção da Violência em Adultos (EPVA)

Salienta-se, ainda, que os serviços de saúde de Caldas da Rainha, ULSO, têm duas EPVA – Equipa para a Prevenção da Violência em Adultos - uma a nível hospitalar e outra a nível dos cuidados de saúde primários que tem funções nomeadamente:

- Contribuir para a informação prestada à população e sensibilizar os profissionais administrativos e técnicos, dos diferentes serviços, para a igualdade de género e a prevenção da violência ao longo do ciclo da vida;
- Difundir informação de carácter legal, normativa e técnica sobre o assunto;
- Incrementar a formação e preparação dos profissionais, na matéria;
- Prestar apoio de consultadoria aos profissionais e equipas de saúde no que respeita à sinalização, acompanhamento ou encaminhamento dos casos.

([Despacho n.º 6378/ 2013](#))

8. INFÂNCIA E JUVENTUDE

8.1. Caracterização ao nível educacional

Sendo a Educação um Direito Humano, este deve ser garantido para todas as pessoas, sem qualquer tipo de discriminação.

De acordo com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Caldas da Rainha 2030, existe uma perceção generalizada de que o ensino nas Caldas da Rainha, tem contribuído fortemente para a atratividade em relação aos municípios de proximidade, quer pela sua variedade, quer pela qualidade no ensino.

Este enquadramento de excelência, a gradual reabilitação dos estabelecimentos e a oferta curricular e complementar, constitui como um fator de procura cada vez mais acentuado de alunos provenientes de outros municípios: Óbidos, Alcobaça, Cadaval, Bombarral e Peniche.

⁶⁶ Fonte: https://www.gnr.pt/Cons_ViolenciaDomestica.aspx

Ao nível de oferta, destaca-se o Ensino Público, dividido por três agrupamentos escolares, onde inclui níveis de ensino desde o pré-escolar até ao secundário, abrangendo o ensino Profissional.

Como complemento ao ensino público e por forma a permitir um equilíbrio do número de alunos e proximidade aos equipamentos, ao longo dos anos, foram constituídos acordos de cooperação ao nível do ensino privado.

Acresce referir que, a existência de ensino articulado de música, de dança, o ensino especial e a existência de infraestruturas ligadas ao desporto que complementam as atividades extracurriculares, contribuem para a distinção na área educativa nas Caldas.

Ao nível do ensino técnico, e porque é uma oferta que tem vindo a diversificar-se e tem uma procura expressiva, também estas áreas têm sobressaído, tendo como entidades: O Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica (CENCAL), Centro de Formação profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (CENFIM), Escola Técnica Empresarial do Oeste (ETEO) e Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (EHTO), para além da oferta nos Agrupamentos de Escolas.

No que concerne ao Ensino Superior, destaca-se a existência da Escola Superior de Artes e Design (ESAD), pertencente ao Instituto Politécnico de Leiria. O IPL, ESAD atrai população jovem estudantil, permitindo assim fixar/captar novos residentes, estimular o mercado de arrendamento e impulsionar o comércio local (Plano Estratégico de Desenvolvimento Caldas da Rainha 2030).

Acresce referir ainda a existência da Escola de Sargentos do Exército, que tem como missão conceber e ministrar a formação inicial e a formação longo da carreira dos Sargentos.

Posto isto, e considerando a importância e a necessidade constante de trabalho nesta área, no presente Diagnóstico, encontram-se explanados alguns indicadores que refletem a realidade do concelho em matéria de Infância e Juventude, nomeadamente ao nível demográfico e ao nível das respostas educativas e sociais existentes.

Tabela 42 - População residente com 10 e mais anos de idade (analfabetos) (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] e Sexo

Territórios	2011 ⁶⁷			2021 ⁶⁸		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Portugal	499 936	159 705	340 231	292 809	94 416	198 393
Oeste	19 923	7 224	12 699	10 631	3 734	6 897
Caldas da Rainha	2 616	789	1 827	1 490	456	1 034

Tabela 43 - Indivíduos com 18 e mais anos de idade certificados pelo sistema de reconhecimento, validação e certificação de competências (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Nível de ensino⁶⁹

Territórios	2022 / 2023			2021 / 2022		
	Total	Básico - 3.º ciclo	Secundário	Total	Básico - 3.º ciclo	Secundário
Portugal	12850	2961	9889	13965	3741	10224
Oeste	413	103	310	428	132	296
Caldas da Rainha	80	14	66	74	19	55

Tabela 44 - Taxa de abandono escolar (%) por local de residência: total e por sexo⁷⁰

Territórios	2021			2023		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Portugal	6,4	8,6	4,0	8,1	10,0	6,1
Oeste	x	x	x	x	x	x
Caldas da Rainha	x	x	x	x	x	x

⁶⁷ Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011.
Última atualização dos dados: 20 de novembro de 2012

⁶⁸ Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021.
Última atualização dos dados: 19 de março de 2024

⁶⁹ Fonte: INE
Última atualização dos dados: 10 de julho de 2024

⁷⁰ Fonte: PORDATA
Fonte de Dados: INE - Inquérito ao Emprego
Última atualização dos dados: 9 de agosto de 2024.

Tabela 45 -Taxa de analfabetismo (%) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024) e Sexo⁷¹

	Total	H	M
Portugal	3,08	2,10	3,96
Oeste	3,19	2,34	3,97
Caldas da Rainha	3,17	2,07	4,13

Tabela 46 -Taxa de retenção e desistência no ensino básico: total e por ano de escolaridade (%)⁷²

Territórios		Portugal		Oeste		Caldas da Rainha	
Ano		2021	2023	2021	2023	2021	2023
1º Ciclo do ensino básico	1º ano	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2º ano	4,2	3,8	6,8	5,4	6,7	2,9
	3º ano	2,0	1,6	2,0	1,7	1,8	1,2
	4º ano	2,1	2,2	2,2	2,7	2,0	1,8
	Total	2,1	1,9	2,7	2,5	2,7	1,5
2º Ciclo do ensino básico	5º ano	3,0	3,4	2,4	3,0	2,4	4,1
	6º ano	3,5	3,9	4,1	4,4	2,4	4,8
	Total	3,3	3,6	3,2	3,7	2,4	4,5
3º Ciclo do ensino básico	7º ano	5,7	6,4	6,9	8,0	6,8	7,6
	8ºano	4,2	5,5	4,3	8,2	4,8	8,6
	9ºano	2,8	6,6	3,1	7,6	3,8	6,3
	Total	4,3	6,2	4,8	8,0	5,1	7,5

Tabela 47 -Alunos matriculados no ensino pré-escolar: total e por sexo⁷³

Territórios	Total		Masculino		Feminino	
Anos	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Portugal	251 060	265 025	129 394	136 282	121 666	128 743

⁷¹ Fonte: INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021
Última atualização destes dados: 19 de março de 2024

⁷² Fonte: PORDATA
Fonte de Dados: DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual
Última atualização dos dados: 12 de julho de 2024

⁷³ Fonte: PORDATA
Fonte de Dados: Fontes de Dados: DGEEC/MECI - Recenseamento Escolar Anual
Última atualização dos dados (total): 12 de julho de 2024
Última atualização dos dados (masculino e feminino): 15 de julho de 2024

Oeste	8 726	9 464	4 431	4 832	4 295	4 632
Caldas da Rainha	1 188	1 272	618	650	570	622

Tabela 48 - Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: por nível de ensino⁷⁴

Territórios	Educação Pré-Escolar		Ensino Básico – 1º Ciclo		Ensino Básico – 2º Ciclo		Ensino Básico – 3º Ciclo		Ensino Secundário	
	2021	2023	2021	2023	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Portugal	3 485	3 452	3 547	3 509	917	917	1 128	1 122	590	589
Oeste	149	149	161	157	32	32	33	33	16	16
Caldas da Rainha	24	23	24	24	3	3	5	5	3	3

Tabela 49 - Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: total e por nível de ensino⁷⁵

Nível de ensino	Portugal		Oeste		Caldas da Rainha	
	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Educação Pré-Escolar	251 060	265 025	8 726	9 464	1 188	1 272
Ensino Básico – 1º Ciclo	373 109	388 316	12 878	13 857	1 889	1 996
Ensino Básico – 2º Ciclo	210 064	210 345	7 448	7 521	1 101	1 128
Ensino Básico – 3º Ciclo	342 869	346 788	12 185	12 465	1 883	1 931
Ensino Secundário	393 689	394 964	13 032	13 604	2 568	2 693
CET	4 888	4 862	53	110	34	59
Total	1 575 679	1 610 300	54 322	57 021	8 663	9 079

Tabela 50 - Computadores com ligação à Internet no ensino básico e secundário: total e por nível de ensino⁷⁶

Territórios	Total		Ensino Básico – 1º Ciclo		Ensino Básico – 2º Ciclo		Ensino Básico – 3º Ciclo		Ensino Secundário	
	2021	2023	2021	2023	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Portugal	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Oeste	19 602	36 562	6 196	12 199	3 695	7 164	5 064	9 046	4 647	8 153
Caldas da Rainha	2 991	4 958	864	1 628	415	938	667	1 103	1 045	1 289

x – Valor não disponível

⁷⁴ Fonte: PORDATA

Fonte de Dados: DGEEC/ ME-MCTES - Recenseamento Escolar Anual

Última atualização dos dados: 15 de julho de 2024

⁷⁵ Fonte: PORDATA

Fonte de Dados: DGEEC/ ME-MCTES - Recenseamento Escolar Anual

Última atualização dos dados: 12 de julho de 2024

⁷⁶ Fonte: PORDATA

Fonte de Dados: DGEEC/MECI

Última atualização dos dados: 23 de agosto de 2024

A redução da taxa de abandono escolar precoce, particularmente nas Caldas da Rainha, é um indicador encorajador de que os esforços para manter os jovens na escola estão a dar frutos. No entanto, é crucial continuar a monitorizar esta tendência, especialmente considerando as diferenças de género que ainda possam existir. Programas de apoio educativo e social devem ser mantidos ou ampliados para assegurar que todos os jovens, independentemente do seu género, tenham as mesmas oportunidades de concluir a sua educação.

O aumento no número de matrículas no ensino pré-escolar sugere uma crescente valorização da educação precoce por parte das famílias das Caldas da Rainha. Este fenómeno é positivo, pois a educação pré-escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e social das crianças. As políticas locais devem continuar a apoiar esta tendência, assegurando que exista capacidade suficiente nas instituições de ensino para acomodar este crescimento e que as infraestruturas estejam adequadamente equipadas.

Caldas da Rainha demonstra melhorias nas taxas de retenção/desistência nos primeiros ciclos do ensino básico, destacando-se pela redução mais acentuada no 1.º Ciclo. Contudo, o 3.º Ciclo permanece um desafio, onde a taxa de retenção/desistência aumenta de forma mais expressiva do que as médias nacional e regional. Estes dados indicam uma necessidade de intervenção mais focalizada nesta etapa do ensino, possivelmente com programas de apoio ao estudo e prevenção do abandono escolar. A análise dos estabelecimentos de ensino revela uma estabilidade no número de instituições, o que pode indicar uma resposta adequada às necessidades educativas atuais da região. Contudo, é fundamental garantir que estas infraestruturas continuem a ser mantidas e modernizadas para responder às exigências de uma população estudantil em crescimento.

Por último, o aumento significativo no número de computadores com ligação à internet nas escolas é um reflexo positivo do investimento em tecnologia educativa. Esta evolução é especialmente relevante no contexto pós-pandemia, onde a aprendizagem digital se tornou uma componente essencial da educação. A continuidade deste investimento é crucial para preparar os alunos das Caldas da Rainha para um mundo cada vez mais digital e interconectado.

A **Carta Educativa das Caldas da Rainha** é um documento estratégico que orienta o planeamento e desenvolvimento da rede educativa local. Este instrumento detalha a situação atual das infraestruturas escolares, recursos humanos e programas educativos, propondo melhorias para responder às necessidades da população. Enfatiza uma abordagem sustentável, considerando o envelhecimento populacional, a baixa taxa de natalidade e a necessidade de inclusão e adaptação ao mercado de trabalho atual e futuro.

Em termos demográficos, o concelho enfrenta um acentuado envelhecimento, baixa natalidade e um crescimento natural negativo, refletindo desafios para a sustentabilidade a longo prazo. Socioeconomicamente, o setor terciário domina, mas a qualificação da população é baixa, com apenas 16,5% possuindo ensino superior. Estas limitações aumentam a exclusão social e a vulnerabilidade económica, reforçando a necessidade de programas de formação profissional para melhorar a inclusão no mercado de trabalho.

A rede educativa abrange desde o pré-escolar até ao secundário, com desafios de sobrelotação em algumas escolas e subutilização em outras. Propõe-se a modernização das infraestruturas, priorizando eficiência energética, acessibilidade e qualidade dos espaços, o que visa não só melhorar a segurança e conforto dos alunos, mas também atrair e reter estudantes.

Na inclusão educativa, o concelho conta com serviços especializados, como a Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva e os Centros de Apoio à Aprendizagem, que atendem alunos com necessidades especiais. No entanto, a cobertura ainda é limitada, particularmente na intervenção precoce, exigindo expansão e formação contínua dos profissionais.

Nos domínios educativos complementares, programas como “Eco-Escolas” e “Peixes Nativos” têm impacto positivo na formação cidadã e ecológica dos alunos. A adesão elevada a estas atividades reforça a importância de iniciativas que promovam a responsabilidade e o compromisso social.

A Carta Educativa conclui que é essencial reestruturar a rede educativa, articulando a educação com as necessidades socioeconómicas locais. A descentralização de competências permite uma gestão mais próxima, enquanto a modernização das escolas e programas de formação técnica visa preparar os jovens para as demandas atuais, promovendo o desenvolvimento sustentável e a coesão social no concelho das Caldas da Rainha.

8.2. Respostas e equipamentos sociais

Ensino Público

Tabela 51 – N.º de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro (ano letivo 2024/2024)⁷⁷

Nível de Ensino	Estabelecimento de Ensino	Nº total de alunos
Pré-escolar	J.I. Carvalho Benfeito	11
	J.I. Santa Catarina	21
1º Ciclo	EB de A-dos-Francos	99
	Centro Escolar de Alvorninha (Pré-escolar e 1.º Ciclo)	117
	EB de Carvalho Benfeito	28
	EB Casais da Serra	40
	EB de S. Gregório	36
	EB das Relvas	30
	EB 1,2,3 de Santa Catarina	213
Secundário	Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro	1 201
TOTAL		1 796

Este levantamento sobre o Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro revela uma população estudantil total de 1 796 alunos distribuídos por várias etapas de ensino.

No Pré-escolar, verifica-se um número relativamente baixo de alunos, com 11 inscritos no Jardim de Infância de Carvalho Benfeito e 21 em Santa Catarina, perfazendo um total de 32 crianças nesta fase inicial.

Avançando para o 1.º Ciclo, o número de alunos aumenta, com destaque para o Centro Escolar de Alvorninha, que acolhe 117 alunos entre o pré-escolar e o 1.º Ciclo. A EB de A-dos-Francos e a EB Casais da Serra também apresentam concentrações notáveis, com 99 e 40 alunos, respetivamente. Estes números indicam uma base sólida de alunos nos anos iniciais do ensino básico.

No âmbito que abrange o 1.º, 2.º e 3.º Ciclo, a EB 1, 2, 3 de Santa Catarina atende 213 alunos, refletindo uma estrutura que serve diversos níveis de ensino básico e oferece continuidade aos estudantes da região.

Para o Ensino Secundário, a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro é a instituição de maior dimensão dentro do agrupamento, com 1.201 alunos. Este número elevado demonstra o papel central da escola no ensino secundário e sublinha a sua capacidade para acomodar uma parte significativa dos estudantes do concelho.

⁷⁷ Fonte: Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro (outubro de 2024)

Em resumo, o agrupamento apresenta uma distribuição equilibrada, com um número expressivo de alunos no secundário e um fluxo constante ao longo dos níveis de ensino básico. Estes dados são fundamentais para orientar o planeamento educacional e garantir a adequação dos recursos e infraestruturas às necessidades dos alunos em cada etapa escolar.

Tabela 52 – N.º de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas D. João II (ano letivo 2024/2024) ⁷⁸

Nível de Ensino	Estabelecimento de Ensino	Nº total de alunos
Pré-escolar	JI do Avenal	83
	JI do Campo	41
	JI do Coto	33
	JI do Reguengo da Parada	16
	JI de Salir do Porto	22
	JI do Casal Celão	12
	JI de Tornada	19
	JI da Encosta do Sol	50
	JI da Lagoa Parceira	14
	EB de Salir de Matos	23
	EB de Nossa S. ^{ra} do Pópulo	70
1º Ciclo	EB do Avenal	190
	EB da Lagoa Parceira	17
	EB do Campo	39
	EB do Chão da Parada	70
	EB da Encosta do Sol	92
	EB do Coto	41
	EB de Salir do Porto	32
	EB de Tornada	44
	EB de Salir de Matos	77
	EB de Nossa S. ^{ra} do Pópulo	169
2º Ciclo	Escola Básica D. João II	446
3º ciclo	Escola Básica D. João II	502
	TOTAL	2102

⁷⁸ Fonte: Agrupamento de Escolas D. João II (outubro de 2024).

A

[Tabela 145](#) contém informação mais detalhada sobre o número de alunos por ano letivo, em 2022/2023, 2023/2024 e 2024/2025

A análise dos dados do Agrupamento de Escolas D. João II revela algumas tendências sobre a evolução do número de alunos em diferentes níveis de ensino ao longo dos anos letivos de 2022/2023 a 2024/2025.

No Pré-escolar, há uma ligeira estabilidade no número total de alunos, variando entre 380 e 383 ao longo dos anos, com alguns estabelecimentos a apresentar pequenas variações. Por exemplo, o Jardim de Infância (JI) do Avenal mantém números altos, enquanto outros, como o JI do Casal Celão, apresentam menor número de alunos e pequenas variações.

No 1.º Ciclo, observa-se uma tendência de aumento no total de alunos, com o número de inscritos a crescer de 743 em 2022/2023 para 771 em 2024/2025. Algumas escolas, como a Escola Básica (EB) de Nossa Sra. do Pópulo, mantêm números estáveis e elevados, enquanto outras, como a EB do Coto, mostram flutuações menores.

No 2.º Ciclo, os números indicam uma tendência de aumento geral de alunos, passando de 429 em 2022/2023 para 446 em 2024/2025, especialmente no 6.º ano, onde se verifica um acréscimo significativo de alunos, de 230 para 263.

No 3.º Ciclo, o número de alunos apresenta uma leve flutuação, com um total que varia entre 510 e 502 ao longo dos três anos letivos analisados. As turmas de 7.º e 8.º anos mantêm-se relativamente estáveis, apesar de algumas pequenas variações.

De forma geral, o agrupamento parece manter uma distribuição relativamente equilibrada de alunos entre os anos letivos, com algumas variações pontuais que podem refletir as flutuações demográficas locais. Esses dados são fundamentais para o planeamento das necessidades educativas e infraestruturas para atender ao número projetado de estudantes em cada nível de ensino nos próximos anos.

Tabela 53 – N.º de alunos a frequentar o Agrupamento de Escolas Raúl Proença (ano letivo 2024/2024)⁷⁹

Nível de Ensino	Estabelecimento de Ensino	Nº total de alunos
Pré-escolar	JI do Bairro das Morenas	40
	JI de São Cristóvão	37
Pré-escolar e 1º Ciclo	JI/EB do Bairro dos Arneiros	252
	JI/EB 1 de Santo Onofre (Centro Escolar)	242
	JI + EB da Foz do Arelho	41
	JI + EB do Nadadouro	68
1º Ciclo	EB do Bairro da Ponte	147
2º, 3º Ciclo	EB de Santo Onofre	904

⁷⁹ Fonte: Agrupamento de Escolas Raúl Proença (outubro de 2024)

2º, 3º ciclo e Secundário	Escola Secundária Raúl Proença	1 118
	TOTAL	2 849

Observando a distribuição dos alunos no Agrupamento de Escolas Raul Proença, percebe-se uma cobertura abrangente desde o Pré-escolar até ao Ensino Secundário, totalizando um número significativo de estudantes. No Pré-escolar, o Jardim de Infância do Bairro das Morenas e o de São Cristóvão atendem 40 e 37 alunos, respetivamente, indicando uma procura moderada nesta fase

O agrupamento apresenta uma integração de ensino no Pré-escolar e 1.º Ciclo, onde o JI/EB do Bairro dos Arneiros acolhe 252 alunos e o JI/EB 1 de Santo Onofre (Centro Escolar) conta com 242 alunos. Esta estrutura integrada reforça o suporte inicial aos alunos, proporcionando continuidade no ensino básico. Outras escolas como a JI + EB da Foz do Arelho e a de Nadadouro também participam nesta fase, com 41 e 68 alunos, respetivamente.

Para o 1.º Ciclo, a EB do Bairro da Ponte serve 147 alunos, reforçando a presença do ensino básico no agrupamento.

No 2.º e 3.º Ciclo, a EB de Santo Onofre atende um número expressivo de alunos, com 904 inscritos. Esta escola cumpre um papel central nos ciclos intermédios de ensino.

Finalmente, no Ensino Secundário, a Escola Secundária Raul Proença destaca-se como a principal instituição, com 1.118 alunos, sublinhando a sua importância para os estudantes desta etapa.

Em suma, o Agrupamento de Escolas Raul Proença apresenta uma distribuição estratégica de alunos nas várias etapas de ensino, com especial destaque para o Ensino Secundário e os ciclos intermédios, refletindo a sua relevância para a educação no concelho.

Os agrupamentos de escolas do concelho têm vindo a registar um aumento do número de alunos de outras nacionalidades, como se verifica nas [Tabela 146](#) à [Tabela 148](#). A nacionalidade estrangeira predominante é a Brasileira.

Ensino Particular não lucrativo

Tabela 54 – Estabelecimentos de Ensino Particular Não Lucrativo⁸⁰

Nível de Ensino	Entidade	Acordo de Cooperação	Capacidade (ano letivo 2024/2025)	N.º de vagas (setembro 2024)	Lista de espera (setembro 2024)	Creche feliz
Creche	Centro de Apoio Social da Freg. de São Gregório	39	39	0	48	Sim
	Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha	60	60	0	242	Sim
	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	51	61	0	64	Sim
	Associação Social e Cultural Paradense	45	45	0	50	Sim
	Fonte Santa - Centro Social da Serra do Bouro	37	37	0	54	Sim
	Infancoop - Cooperativa de pais trabalhadores para apoio à infância	92	96	0	153	Sim
	Nuclisol Jean Piaget - Associação para o Desenvolvimento da Criança, Integração e Solidariedade		57	10 ⁸¹	27	Sim
	TOTAL:		395	10		
Pré-escolar	Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha	68	75	0	6	
	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	36	50	2	0	
	Associação Social e Cultural Paradense	41	47	8	10	
	Infancoop - Cooperativa de pais trabalhadores para apoio à infância	92	92	0	90	
	Nuclisol Jean Piaget - Associação para o Desenvolvimento da Criança, Integração e Solidariedade		25	7	3	
	J.I. Dr. Leonel Sotto Mayor da Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha		75	0	7	
	Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos	49	50	0	2	
	TOTAL:		396	27		
1º Ciclo	Infancoop - Cooperativa de pais trabalhadores para apoio à infância		80	3	11	
	TOTAL:		80	3		

Os dados sobre o ensino particular não lucrativo no concelho mostram a capacidade, número de vagas e lista de espera para os níveis de creche, pré-escolar e 1º ciclo, no ano letivo de 2024/2025.

Na Creche, a capacidade total das instituições é de 395 vagas. No entanto, apenas 10 vagas estavam disponíveis em setembro de 2024, enquanto a lista de espera é elevada, com 410 crianças à espera de vaga. As instituições com as listas de espera mais longas são o Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha, com 242 crianças, e a

⁸⁰ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

⁸¹ Este número de vagas deve-se ao facto de, quando a entidade foi contactada se encontrava a contactar os pais das crianças que estavam em lista de espera para preencher as vagas que tinham surgido.

Infancoop, com 153 crianças. Este cenário indica uma procura significativamente superior à oferta para este nível de ensino, contudo, não reflete a realidade, pois existem inscrições da(s) mesma(s) criança(s) em várias instituições.

Para o Pré-escolar, a capacidade total é de 90 vagas, mas todas as instituições já estão totalmente ocupadas, e há uma lista de espera de 30 crianças, destacando também a alta procura para este nível.

No 1º Ciclo, a Infancoop apresenta uma capacidade de 80 vagas, com 3 vagas ainda disponíveis em setembro de 2024. A lista de espera para este nível de ensino inclui 11 crianças, indicando uma procura um pouco menor em comparação com a creche e o pré-escolar.

Este levantamento revela uma pressão significativa sobre as creches e pré-escolas no setor de ensino particular não lucrativo, com listas de espera elevadas, especialmente na creche, refletindo a necessidade de expansão de vagas para atender à crescente procura.

Tabela 55 – Estabelecimentos de Ensino Privado Lucrativo (creche, pré-escolar e 1º ciclo)⁸²

Nível de Ensino	Entidade	Capacidade (ano letivo 2024/2025)	N.º de vagas (setembro 2024)	Lista de espera (setembro 2024)	Creche feliz
Creche	Colégio Rainha D. Leonor	34	x	x	Não
	Koalas	35	0	22	Não
	Colégio “O Picapau Amarelo”	27	0	18	Sim
	Colégio “O Brinquinho”	61	0	4	Sim
	TOTAL:	157	0		
Pré-escolar	Colégio Rainha D. Leonor	75	x	x	
	Koalas	75	0	12	
	Colégio “O Picapau Amarelo”	25	9	0	
	Colégio “O Brinquinho”	66	40	0	
	TOTAL:	241	49		
1º Ciclo	Colégio Rainha D. Leonor	141	x	x	
	Colégio “O Brinquinho”	100	80	0	
	TOTAL:	241	80		

x – Valor não disponível

⁸² Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

Em síntese, os dados revelam uma elevada procura na creche, com listas de espera que mostram uma necessidade de ampliação de vagas. No pré-escolar, a oferta consegue responder razoavelmente à procura, e no 1º ciclo, a capacidade parece adequada às necessidades atuais. Estes dados evidenciam a importância de continuar a monitorizar a procura para ajustar a oferta de vagas conforme as necessidades das famílias no concelho.

Ensino Particular Lucrativo

Tabela 56 – Estabelecimentos de Ensino Privado Lucrativo (2º ciclo, 3º ciclo e secundário)⁸³

Nível de Ensino	Entidade	N.º total de alunos (ano letivo 2024/2025)
2º Ciclo	Colégio Rainha D. Leonor	71
	Colégio Frei Cristóvão	105
	- 5º ano	58
	- 6º ano	47
	TOTAL:	175
3º Ciclo	Colégio Rainha D. Leonor	84
	Colégio Frei Cristóvão	144
	- 7º ano	47
	- 8º ano	52
	- 9º ano	45
	TOTAL:	213
Secundário	Colégio Rainha D. Leonor	250
	TOTAL:	250

Os dados para o ano letivo de 2024/2025 referentes ao ensino privado mostram a distribuição de alunos no 2º e 3º ciclos e no ensino secundário nas instituições privadas, com um total de 638 alunos.

No 2º Ciclo, o Colégio Rainha D. Leonor regista 71 alunos, enquanto o Colégio Frei Cristóvão conta com 105 alunos, perfazendo um total de 175 alunos.

No 3º Ciclo, o Colégio Rainha D. Leonor tem 84 alunos, e o Colégio Frei Cristóvão regista 144, resultando num total de 213 alunos. Observa-se que o Colégio Frei Cristóvão tem maior número de alunos neste ciclo, com ligeira variação entre os diferentes anos.

⁸³ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

No Ensino Secundário, apenas o Colégio Rainha D. Leonor oferece este nível de ensino, com um total de 250 alunos.

Estes dados indicam que o Colégio Frei Cristóvão se concentra no 2º e 3º ciclos, enquanto o Colégio Rainha D. Leonor mantém uma presença em todos os ciclos de ensino, incluindo o secundário

Ensino Profissional

Tabela 57 - Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste (ano letivo 2024/2025)⁸⁴

Cursos profissionais	Total de Alunos
Cursos de dupla certificação – Nível IV	49
Técnico(a) de Cozinha/Pastelaria	40
Técnico(a) de Restaurante/Bar	9
Cursos de Especialização Tecnológica – Nível V	67
Gestão e Produção de Cozinha	15
Gestão e Produção de Pastelaria	20
Gestão de Restauração e Bebidas	13
Gestão de Turismo	19

A análise dos dados da Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste revela uma oferta de cursos diversificada e um corpo estudantil multicultural.

Nos cursos profissionais, a escola disponibiliza programas de dupla certificação de nível IV, incluindo o curso de Técnico(a) de Cozinha/Pastelaria, com 40 alunos, e Técnico(a) de Restaurante/Bar, com 9 alunos, totalizando 49 alunos. Além disso, oferece cursos de especialização tecnológica de nível V, como Gestão e Produção de Cozinha (15 alunos), Gestão e Produção de Pastelaria (20 alunos), Gestão de Restauração e Bebidas (13 alunos) e Gestão de Turismo (19 alunos), o que soma 67 alunos. Estes dados refletem um interesse considerável nas áreas de culinária, pastelaria e turismo, setores com potencial de crescimento na região.

Em termos de nacionalidade, observa-se que a maioria dos alunos são portugueses, embora haja também presença significativa de alunos de outras nacionalidades, como angolanos, brasileiros, cabo-verdianos e guineenses. Em 2022/2023, havia 105 alunos portugueses, número que se mantém predominante nos anos

⁸⁴ Fonte: EHT Oeste – Ano letivo 2024/2025

seguintes, com uma ligeira diminuição para 94 em 2023/2024 e 77 em 2024/2025. Entre os alunos estrangeiros, nota-se um aumento no número de alunos angolanos, que passou de 6 em 2022/2023 para 20 em 2024/2025, e uma diminuição de alunos brasileiros, de 16 em 2022/2023 para 6 em 2024/2025. Esta diversidade étnica e cultural entre os alunos contribui para um ambiente de aprendizagem enriquecedor e reflete o aumento do interesse internacional pela formação em hotelaria e turismo nesta instituição.

Tabela 58 - Escola Técnica e Empresarial do Oeste (ano letivo 2024/2025)⁸⁵

Cursos profissionais	Total de Alunos
Curso Profissional de Técnico de Turismo	38
Curso Profissional de Animador/a Sociocultural	21
Curso Profissional de Técnico de Gestão	10
Curso Profissional de Técnico/a Instalador/a de Sistemas Solares Fotovoltaicos	10
Curso Profissional de Técnico/a Instalador/a de Sistemas Térmicos de Energias Renováveis	23
Curso Profissional de Técnico/a Auxiliar de Saúde	47
Curso Profissional de Técnico/a de Audiovisuais	22
Curso Profissional de Técnico/a de Design de Comunicação Gráfica	35
Curso Profissional de Técnico/a de Informática-Sistemas	14
Curso Profissional de Técnico/a de Massagem de Estética e Bem-Estar	28
Curso Profissional de Técnico/a de Multimédia	53
Curso Profissional de Técnico/a de Segurança no Trabalho	17
Curso Profissional de Técnico/a de Serviços Jurídicos	50
Total	368

A Escola Técnica e Empresarial do Oeste oferece uma variedade de cursos profissionais, totalizando 295 alunos. O curso de Técnico/a Auxiliar de Saúde é o que apresenta o maior número de inscritos, com 49 alunos, refletindo uma procura significativa por formação na área da saúde, possivelmente devido à crescente demanda por profissionais deste setor.

Os cursos de Técnico/a de Gestão e Técnico/a de Multimédia também têm uma elevada adesão, com 45 alunos cada, seguidos pelo curso de Técnico/a de Turismo, com 44 alunos. Estes números indicam um interesse nas

⁸⁵ Fonte: ETEO – ano letivo 2024/2025 (novembro de 2024)

áreas de gestão e tecnologia, que têm aplicabilidade em vários setores económicos, assim como no turismo, um setor importante na região Oeste.

Outros cursos, como Técnico/a de Serviços Jurídicos e Técnico/a de Segurança no Trabalho, têm 21 e 19 alunos, respetivamente, mostrando uma procura mais moderada, mas relevante. O curso de Técnico/a de Design de Comunicação Gráfica apresenta um número menor de alunos, com 11 inscritos, indicando uma procura mais específica e talvez uma menor necessidade de profissionais nesta área em comparação com outros setores.

Tabela 59 - CENFIM – Núcleo das Caldas da Rainha⁸⁶
Jovens a frequentar cursos de dupla certificação (escolar + profissional)

Curso	Saída profissional	Observações	2022	2023	1º semestre de 2024
CEF – Curso Educação e Formação de Jovens	Nível 2: Eletromecânico de Manutenção Industrial	Equivalência ao 9º ano de escolaridade	30	48	32
APZ - Aprendizagem	Nível 4: Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica	Equivalência ao 12º ano de escolaridade	58	57	37
CET – Curso de Especialização Tecnológica	Nível 5: Técnico Especialista em Tecnologia Mecatrónica	---	41	87	50

Os dados do CENFIM - Núcleo das Caldas da Rainha indicam uma procura constante por cursos de dupla certificação entre jovens. No curso de Educação e Formação de Jovens (CEF), com o perfil de Eletromecânico de Manutenção Industrial e equivalente ao 9º ano de escolaridade, observa-se um aumento de inscrições entre 2022 e 2023, passando de 30 para 48 alunos. No primeiro semestre de 2024, há 32 alunos matriculados, sugerindo uma procura sólida por esta formação básica, que prepara jovens com menos qualificações para o mercado de trabalho.

No curso de Aprendizagem (APZ), com equivalência ao 12º ano e nível 4 de qualificação para Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica, os números permanecem estáveis. Este curso teve

⁸⁶ Fonte: CENFIM - setembro de 2024.

58 alunos em 2022 e 57 em 2023, com 37 alunos no primeiro semestre de 2024. A estabilidade reflete a relevância desta formação para o mercado, dado que ela oferece uma qualificação mais avançada.

Por fim, o Curso de Especialização Tecnológica (CET) em Tecnologia Mecatrónica, de nível 5, apresenta um crescimento significativo. Com 41 alunos em 2022, subiu para 87 em 2023 e tem 50 matriculados no primeiro semestre de 2024. A crescente procura por este curso sugere que as áreas de tecnologia e mecatrónica continuam a atrair jovens, fornecendo-lhes competências especializadas que são valorizadas em setores industriais de alta tecnologia.

Ensino Superior

Tabela 60 – ESAD - Escola Superior de Artes e Design (ano letivo 2024/2025)⁸⁷

Curso / Grau	Designação	N.º de inscritos em 09.10.2024	Local de funcionamento
Mestrado	Artes Plásticas	51	CR
Mestrado	Design de Produto	36	CR
Mestrado	Design Gráfico / Graphic Design	70	CR
Mestrado	Gestão Cultural	30	CR
Mestrado	Design para a Saúde e Bem-Estar	4	CR
Mestrado	Artes do Som e da Imagem	41	CR
Licenciatura	Artes Plásticas	170	CR
Licenciatura	Design de Espaços	91	CR
Licenciatura	Design Produto - Cerâmica e Vidro	76	CR
Licenciatura	Design Gráfico e Multimédia (L + PL)	377	CR
Licenciatura	Design Industrial	105	CR
Licenciatura	Programação e Produção Cultural	56	CR
Licenciatura	Som e Imagem	245	CR
Licenciatura	Teatro	77	CR
TeSP	Audiovisual e Multimédia	62	CR e TRV
TeSP	Design para Media Digitais	37	CR e TRV
TeSP	Ilustração e Produção Gráfica	29	CR
TeSP	Prototipagem Digital e Desenho 3D	25	CR
Unidade Curricular	UC Isolada	7	CR
Total		1589	

⁸⁷ Fonte: Site ESAD (dados referentes ao ano letivo 2024/2025).

A distribuição dos 1.589 alunos da ESAD no ano letivo de 2024/2025 reflete uma forte orientação para as áreas criativas, especialmente nas artes e no design. No nível de mestrado, os cursos com maior adesão são "Design Gráfico" (70 alunos) e "Artes Plásticas" (51 alunos), enquanto em licenciatura destacam-se "Som e Imagem" (245 alunos), "Artes Plásticas" (170 alunos) e "Design Gráfico e Multimédia" (377 alunos). Estes números revelam a elevada procura por formações ligadas ao setor cultural e multimédia.

Os cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) têm uma menor quantidade de inscritos, com "Audiovisual e Multimédia" e "Design para Media Digitais" a apresentarem 62 e 37 alunos, respetivamente. Esta procura, ainda que menor, indica o interesse em formações específicas e práticas no mercado criativo e digital.

A concentração de alunos em áreas criativas e de multimédia sugere um potencial de desenvolvimento para a economia cultural e tecnológica do concelho, podendo inspirar iniciativas e parcerias locais para fortalecer esses setores.

Outras respostas existentes

Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL)

O concelho dispõe de algumas respostas ao nível de CATL, apresentadas na tabela seguinte.

Tabela 61 - Centro de Atividades de Tempos Livres⁸⁸

Entidade	Freguesia	Natureza Jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade (ano letivo 2024/2025)	N.º de vagas (setembro 2024)	Lista de espera (setembro 2024)
Centro Social Paroquial de Santa Catarina	Santa Catarina	Centro Social Paroquial	20	20	0	0
Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Sra. do Pópulo, Coto e São Gregório	Centro Social Paroquial	47	60	12	0
Fora D'Aulas- Atividades Infantis e Juvenis	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Sra do Pópulo, Coto e São Gregório	Entidade Lucrativa	19	20	0	0
Infancoop - Cooperativa de pais trabalhadores para apoio à infância	União das Freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro	Cooperativa de Solidariedade Social	77	120	3	0
Associação Social e Cultural Paradense	União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto	Associação de Solidariedade Social	39	40	0	5

⁸⁸ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

Os dados sobre os Centros de Atividades de Tempos Livres (CATL) no concelho das Caldas da Rainha para o ano letivo de 2024/2025 revelam a distribuição e ocupação das vagas nas várias entidades e freguesias.

O Centro Social Paroquial de Santa Catarina apresenta uma capacidade de 20 vagas, estando totalmente preenchido, sem lista de espera. Esta ocupação completa indica uma procura adequada à capacidade existente. Já o Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha, localizado na União das Freguesias das Caldas das Rainha Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, dispõe de 60 vagas, das quais 12 ainda estão disponíveis, e também não possui lista de espera, o que sugere uma boa adequação entre oferta e procura.

A entidade Fora D'Aulas - Atividades Infantis e Juvenis, de natureza lucrativa, também situada na União das Freguesias das Caldas da Rainha, oferece 20 vagas, estando igualmente com ocupação completa e sem lista de espera, demonstrando uma procura estável.

A Infancoop - Cooperativa de Solidariedade Social na União das Freguesias das Calda da Rainha Santo Onofre e Serra do Bouro tem a maior capacidade entre as entidades analisadas, com 120 vagas, todas ocupadas e sem lista de espera, o que reflete uma elevada procura e a importância desta entidade como recurso para a comunidade.

Por último, a Associação Social e Cultural Paradense na União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto tem uma capacidade de 40 vagas, das quais 5 estão em lista de espera, indicando uma ligeira pressão na procura.

Atividades de Tempos Livres (ATL)

As Atividades dos Templos Livres (ATL) são promovidas pela Câmara Municipal, em parceria com outras entidades da Rede, e decorrem nas férias de verão para as crianças do concelho.

A tabela seguinte apresenta o número de crianças inscrita no ATL no ano letivo 2023/2024.

Tabela 62 - Número de crianças inscritas no ATL (ano letivo 2023/2024)⁸⁹

Idade	Nº Crianças Inscritas
6 anos	4
7 anos	25
8 anos	20
9 anos	20
10 anos	14
11 anos	11
Total	94

⁸⁹ Fonte: Câmara Municipal das Caldas da Rainha (novembro de 2024).

Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)

As Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas. No ano letivo 2024/2025, o número de crianças inscritas para frequentar o prolongamento de horário consta da tabela seguinte.

Tabela 63 - Número de crianças inscritas nas AAAF (ano letivo 2024/2025)⁹⁰

Agrupamento de Escolas	Freguesia	Jardim Infância	Nº Inscrições
D. João II	UF NS Póp., CT e S. Greg	Avenal	57
	UF NS Póp., CT e S. Greg	Lagoa Parceira	9
	UF Tornada e S. Porto	Campo	29
	UF Tornada e S. Porto	Tornada	6
	UF Tornada e S. Porto	Reguengo da Parada	10
	UF NS Póp., CT e S. Greg	Coto	21
	UF NS Póp., CT e S. Greg	Encosta do Sol	28
	Salir de Matos	Salir de Matos	10
	UF NS Póp., CT e S. Greg	Nª Sra. Pópulo	37
	UF Tornada e S. Porto	Salir do Porto	14
	Sub Total		216
Raúl Proença	Foz do Arelho	Foz do Arelho	4
	UF ST. Onofre e SB	Bairro Arneiros	45
	UF ST. Onofre e SB	Bairro das Morenas	19
	Nadadouro	Nadadouro	10
	UF ST. Onofre e SB	CE Sto. Onofre	40
	UF ST. Onofre e SB	S. Cristóvão	24
	Sub Total		142
Rafael Bordalo Pinheiro	Carvalhal Benfeito	Carvalhal Benfeito	8
	Alvorninha	Alvorninha	16
	UF NS Póp., CT e S. Greg	São Gregório	15
	A-dos-Francos	A-dos-Francos	19
	Santa Catarina	Sta. Catarina	6
	Landal	Casais da Serra	10
	Sub Total		74
TOTAL			432

⁹⁰ Fonte: Câmara Municipal das Caldas da Rainha (outubro de 2024).

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC)

As AEC, destinadas aos alunos do 1º ciclo, são atividades de caráter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidem, nomeadamente, nos domínios do desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação.

A tabela seguinte apresenta o número de crianças inscrita nas AEC no ano letivo 2023/2024, por freguesia.

Tabela 64 - Número de crianças inscritas nas AEC (ano letivo 2023/2024)⁹¹

Freguesia	ESCOLA	Nº Alunos
A-dos-Francos	A-dos-Francos	44
Alvorninha	CE Alvorninha	67
Carvalhal Benfeito	Carvalhal Benfeito	25
Foz do Arelho	Foz do Arelho	19
Landal	Casais da Serra	24
Nadadouro	Nadadouro	41
Salir de Matos	CE Salir de Matos	56
Santa Catarina	Relvas	23
	EBI Sta Catarina	51
UF NS Póp., CT e S. Greg	Avenal	115
	Lagoa Parceira	8
	Coto	35
	Encosta do Sol	63
	CE Nª Sra. Pópulo	122
	São Gregório	24
UF ST. Onofre e SB	Bairro Arneiros	166
	Bairro da Ponte	122
	CE Sto. Onofre	129
	EBI Sto. Onofre	127
UF Tornada e S. Porto	Campo	17
	Tornada	35
	Chão da Parada	15
	Reguengo Parada	9
	Salir do Porto	16
Total		1353

⁹¹ Fonte: Câmara Municipal das Caldas da Rainha (novembro de 2024).

Concurso de empreendedorismo nas escolas

O concurso de empreendedorismo é uma iniciativa, promovida pela AIRO (Associação Empresarial da Região Oeste) e CMCR (Câmara Municipal das Caldas da Rainha) que tem como objetivo a promoção do empreendedorismo num total de 11 estabelecimentos de ensino, do 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico e do Ensino Secundário, nas Caldas da Rainha.

Os estabelecimentos de ensino contemplados por esta iniciativa serão, designadamente: a EB 2,3 D. João II; o Agrupamento de Escolas Raul Proença (EBI Stº Onofre e Escola Secundária Raul Proença); Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro (EBI de Santa Catarina, Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro); o Colégio Rainha D. Leonor; o Colégio Frei Cristóvão; a Escola Técnica Empresarial do Oeste; o CENCAL – Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica; o CENFIM – Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica; e a EHTO – Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste.

Conselho Municipal da Juventude (CMJ)

O Conselho Municipal da Juventude (CMJ), no âmbito do Município das Caldas da Rainha, é um órgão consultivo do município sobre matérias relacionadas com a política de juventude.

Compete ao CMJ:

- a) Colaborar na definição e execução das políticas municipais de juventude, assegurando a sua articulação e coordenação com outras políticas sectoriais, nomeadamente nas áreas do emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e Ação social;
- b) Assegurar a audição e representação das entidades públicas e privadas que, no âmbito municipal, prosseguem atribuições relativas à juventude;
- c) Contribuir para o aprofundamento do conhecimento dos indicadores económicos, sociais e culturais relativos à juventude;
- d) Promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no município respetivo;
- e) Promover a divulgação de trabalhos de investigação relativos à juventude;
- f) Promover iniciativas sobre a juventude a nível local;
- g) Colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionadas com a juventude;

- h) Incentivar e apoiar a atividade associativa juvenil, assegurando a sua representação junto dos órgãos autárquicos, bem como junto de outras entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras
- i) Promover a colaboração entre as associações juvenis no seu âmbito de atuação;
- j) Eleger um representante do conselho municipal de juventude no conselho municipal de educação.

Conselho Municipal da Educação (CME)

O Conselho Municipal de Educação é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objetivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as ações consideradas adequadas à promoção de maiores padrões de eficiência e eficácia do mesmo.

Gabinete da Juventude

O concelho das Caldas da Rainha promove iniciativas para fortalecer a ligação dos jovens ao território e incentivar a sua fixação. Em 2022, o Conselho Municipal da Juventude foi reestruturado para garantir diálogo direto entre jovens e administração municipal, promovendo cidadania ativa. Em paralelo, o Plano Municipal da Juventude, a concluir em 2025, orientará futuras políticas e investimentos.

Nesta fase, encontra-se a decorrer a requalificação do Centro da Juventude, com espaços de trabalho e lazer, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento e participação dos jovens.

Serviço Educativo do Centro Cultural e de Congressos

O Serviço Educativo do Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha (CCC) desempenha um papel fundamental na promoção da cultura e educação no concelho. Este serviço oferece uma variedade de atividades destinadas a diferentes faixas etárias, com o objetivo de sensibilizar, formar e fidelizar públicos, desenvolvendo o espírito crítico, estético e criativo da comunidade.

Principais Iniciativas:

- **Oficinas Temáticas:** O CCC organiza regularmente oficinas que abordam diversas áreas artísticas e culturais. Por exemplo, em julho de 2023, foram realizadas oficinas como "Pinta o teu azulejo", onde

crianças aprenderam a pintar azulejos tradicionais, e "Cria a tua história", que incentivou a criação de histórias infantis através da pintura de pedras e saquinhos. (*Jornal das Caldas, 2023*).

- **Programas Educativos:** O Serviço Educativo desenvolve programas contínuos que promovem a interação entre as artes e a comunidade, incentivando a participação ativa e o desenvolvimento de competências culturais. (*Centro Cultural de Congressos das Caldas da Rainha, n.d.*).
- **Parcerias com Escolas e Instituições:** Há uma colaboração estreita com escolas e outras instituições educativas, facilitando o acesso dos estudantes a atividades culturais e artísticas, enriquecendo o currículo escolar e promovendo a educação pela arte. (e-Cultura, n.d.)

Programa Escola Segura (PSP)

Programa Escola Segura, é um programa de âmbito nacional, que visa garantir a segurança do meio escolar e sua envolvente, prevenindo comportamentos de risco e reduzindo os atos geradores de insegurança em meio escolar, atribuindo competências à PSP:

- Na garantia da segurança das áreas envolventes dos estabelecimentos de ensino;
- Na promoção de ações de sensibilização e de prevenção junto das escolas em parceria com os respetivos órgãos de administração e gestão e a comunidade local;
- De colaboração com as direções dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas no âmbito da formação sobre o tema de segurança escolar a desenvolver, anualmente, nos estabelecimentos de educação e ensino;
- Na prossecução dos demais objetivos no âmbito do programa.

O Programa Escola Segura tem como objetivos prioritários:

- Diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas;
- Prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes;
- Promover uma cultura de segurança nas escolas;
- Fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo deste modo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização;
- Promover, de forma concertada com os respetivos parceiros e com representantes de outras entidades consideradas relevantes pelo Grupo Coordenador do Programa Escola Segura, a realização de ações de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às Forças de Segurança, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa e à opinião pública em geral;

- Recolher informações, dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes de um conhecimento objetivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimização na comunidade educativa.

A PSP, cumprindo com as suas competências no âmbito do PES, promove através das suas Equipas do Programa Escola Segura (EPES) a vigilância das zonas escolares e contatos de proximidade com toda a comunidade educativa, respondendo às diversas solicitações que lhe são dirigidas, incluindo a resposta a ocorrências de diversa natureza e promovendo a realização de ações grupais de sensibilização, demonstração e visita e de ações de contacto individual de prevenção criminal junto das escolas.

Estas ações possuem uma grande componente preventiva, constituindo-se como um bom elo de transmissão de informação de segurança e projetando as EPES num papel mais interventivo e relevante no que respeita à formação e sensibilização da comunidade escolar para a adoção de regras e comportamentos de segurança, o que no futuro poderá traduzir-se na prevenção de alguns comportamentos de risco.

No ano letivo de 2023/2024, a PSP realizou 73 ações de sensibilização junto das crianças e jovens, em diversas temáticas.

Oeste+Grávida⁹²

O Projeto “Oeste +Grávida” é uma iniciativa da Comunidade Intermunicipal do Oeste (OesteCIM) em parceria com os 12 Municípios da região Oeste, criada para celebrar e apoiar os novos nascimentos na região. Com uma duração prevista de um ano, o projeto tem como objetivo promover o bem-estar dos recém-nascidos e das suas famílias, oferecendo um kit de boas-vindas, composto por produtos essenciais de higiene e cuidados infantis.

No município das Caldas da Rainha, foram entregues 300 kits até ao mês de agosto de 2024, marcando cada nova vida com uma cerimónia de celebração. Estes eventos, que contaram com a presença de um representante do Executivo Municipal, foram organizados para reforçar o apoio da comunidade às famílias e para assinalar este momento significativo.

⁹² Fonte: Câmara Municipal das Caldas da Rainha.

Tabela 65 - Kits entregues aos recém-nascidos, entre 2022 e 2024⁹³

2022	2023	2024 (jan.-out.)
149	81	121

Para além da entrega dos kits, o projeto “Oeste +Grávida” incluiu também momentos de partilha de conhecimentos e aprendizagem sobre temas essenciais para o desenvolvimento dos bebés e o apoio às suas famílias. Durante as cerimónias, profissionais especializados em nutrição, amamentação e exercícios físicos para mães e bebés realizaram sessões informativas, permitindo que as famílias presentes tivessem acesso a orientações práticas e atualizadas. Estes encontros serviram igualmente para fomentar o convívio e a troca de experiências entre os participantes, fortalecendo os laços comunitários e promovendo práticas saudáveis nos cuidados com os recém-nascidos.

Este projeto reflete o compromisso da OesteCIM e do município das Caldas da Rainha com a qualidade de vida das famílias e com o desenvolvimento harmonioso da comunidade, demonstrando a importância de um acolhimento acolhedor e de apoio contínuo às novas gerações.

Programa de Apoio à Natalidade

O Programa de Apoio à Natalidade tem por base o atual contexto económico-social do país, que se tem traduzido em enormes constrangimentos financeiros que importam mitigar, assim como o envelhecimento populacional e a baixa taxa de natalidade verificada em Portugal, que constitui uma preocupação social do Município de Caldas da Rainha.

Nesta medida, o apoio à natalidade pretende contribuir para salvaguardar o futuro geracional da população do concelho e para a fixação dos residentes.

O apoio destina-se a todas as crianças naturais de Caldas da Rainha e é efetuado através da atribuição de 1000€.

Incentivos à natalidade das Juntas de Freguesia

As juntas de freguesia seguintes dispõem de incentivos à natalidade:

- A Junta de Freguesia de **Alvorninha** e a Junta de Freguesia de **A-dos-Francos** oferecem um kit com bens para o bebé.

⁹³ Fonte: Câmara Municipal das Caldas da Rainha (novembro de 2024).

8.3. CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

8.3.1. Caracterização

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei Nº 142/2015, de 8 de setembro, segunda alteração à Lei Nº 147/99, de 1 de setembro, aplica-se às crianças e jovens em perigo que residam ou se encontrem em território nacional.

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança ou do jovem em perigo, tem lugar quando, os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

A intervenção, junto das crianças e jovens, cabe às Entidades com competência em matéria de infância e juventude – Entidades de 1ª linha, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e aos Tribunais.

A intervenção da CPCJ, tem lugar quando não seja possível às Entidades de 1ª linha atuarem de forma adequada e suficiente a remover o perigo em que se encontram e depende do consentimento expresso dos aludidos responsáveis.

A intervenção da CPCJ depende do consentimento expresso dos aludidos responsáveis. Igualmente, a intervenção da CPCJ depende da não oposição da criança ou do jovem com idade igual ou superior a 12 anos e obedece aos princípios orientadores de intervenção que compreendem o interesse superior da criança e do jovem, privacidade, intervenção precoce, responsabilidade parental, prevalência na família, entre outros.

As medidas de promoção e de proteção aplicadas através do Acordo de Promoção e de Proteção (APP) são: Apoio junto dos Pais, Apoio junto de outro familiar, Confiança a pessoa Idónea, Apoio para Autonomia de vida e Acolhimento em Instituição. Podem ser aplicadas por 6 meses e renovadas até ao período de tempo de 18 meses.

No âmbito do trabalho desenvolvido pela CPCJ das Caldas da Rainha, apresentam-se os dados relativos aos anos civis de 2023 e 2024 (dados até ao mês de setembro).⁹⁴

Número de Processos Acompanhados por Ano

2023:

⁹⁴ Fonte: CPCJ – Caldas da Rainha

Total de processos: 266

Processos novos (instaurados): 207

Processos reabertos: 62

Processos transitados: 120

2024:

Total de processos: 236

Processos novos: 201

Processos reabertos: 48

Processos transitados: 54

Os dados de 2024, embora referentes apenas até setembro, revelam uma tendência atual na gestão dos processos pela CPCJ, sem, contudo, permitir uma comparação conclusiva com anos anteriores. Até ao momento, foram instaurados 118 processos novos e reabertos 48, sinalizando um esforço contínuo de intervenção e acompanhamento das situações de risco.

Entidades Sinalizadoras por Ano

2023:

Autoridade Policial: 102 processos (maior entidade sinalizadora)

Estabelecimentos de Ensino: 45 processos

Estabelecimentos de Saúde: 13 processos

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ): 8 processos

2024:

Autoridade Policial: 75 processos

Estabelecimentos de Ensino: 36 processos

Estabelecimentos de Saúde: 14 processos

CPCJ: 4 processos

A Autoridade Policial e os Estabelecimentos de Ensino mantêm-se como os principais sinalizadores em ambos os anos, destacando a importância de situações de emergência (violência, absentismo) para a intervenção da CPCJ. Os Estabelecimentos de Saúde também aumentaram ligeiramente a sua contribuição, reforçando a vigilância em relação à saúde e bem-estar das crianças e jovens.

Problemáticas por Faixa Etária e Ano

2023:

Faixa 0-2 anos: Casos de negligência à nascença ou nos primeiros meses de vida.

Faixa 3-5 anos: Problemas ligados a abuso sexual e negligência educativa.

Faixa 6-8 anos: Prevalência de negligência psicoafectiva e educativa.

Faixa 11-14 anos: Comportamentos antissociais e absentismo escolar aumentam.

Faixa 15-17 anos: Incidência de comportamentos antissociais, consumo de estupefacientes e violência doméstica.

2024:

Faixa 0-2 anos: Casos de abandono e problemas de saúde ligeiramente aumentados.

Faixa 3-5 anos: Violência doméstica e falta de supervisão parental mais identificados.

Faixa 6-8 anos: Persistência de negligência educativa e, em menor grau, negligência psicoafectiva.

Faixa 11-14 anos: Aumento dos comportamentos de indisciplina e absentismo escolar.

Faixa 15-17 anos: Casos de comportamentos antissociais e consumo de estupefacientes continuam a ser problemáticas frequentes.

Salienta-se, que a **nível da Saúde**, estão implementados os **Núcleos de Apoio a Crianças e Jovens em Risco (NACJR)(CSP)** e os **Núcleos Hospitalares de Apoio a Crianças e Jovens em Risco(NHACJR)**, constituídos por equipas pluridisciplinares que têm como missão:

- Sensibilizar os profissionais e a população em geral para a problemática das crianças e jovens em risco;
- Criar linhas de orientação para a abordagem de crianças e jovens em risco, pelos profissionais de saúde;
- Incrementar a formação e preparação dos profissionais na matéria;
- Coletar e organizar a informação casuística sobre as situações de risco em crianças e jovens;
- Prestar apoio de consultadoria aos profissionais e equipas de saúde no que respeita à sinalização, acompanhamento ou encaminhamento dos casos;
- Mobilizar e articular os recursos na intervenção de 1º nível;
- Agilizar a comunicação com as CPCJ's e Tribunais, no caso de situações que transitem para 2º e 3º nível;
- Apoiar as medidas determinadas pelas CPCJ's e Tribunais;
- Prestar continuidade de apoio quando os processos nas CPCJ's e Tribunais são encerrados, por se reverter a situação de perigo.

(Despacho n.º 31292/2008)

8.3.2. Respostas e equipamentos sociais

Tabela 66 – Estruturas Residenciais para crianças e jovens⁹⁵

Freguesia	Entidade	Resposta	Acordo de cooperação	Capacidade
União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Sra do Pópulo, Coto e São Gregório	Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha	Casa de Acolhimento Residencial "A Ponte"	15	15
União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Sra do Pópulo, Coto e São Gregório	Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha	Casa de Acolhimento Residencial - Lar de Infância e Juventude	15	15

Tabela 67 - Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental⁹⁶

Freguesia	Entidade	Resposta	Capacidade	Famílias acompanhadas (setembro/2024)
União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto	Associação Social e Cultural Paradense	Centro de apoio familiar e aconselhamento parental	40 em PF 40 em RF	26 em PF 5 em RF

A Associação Social e Cultural Paradense (ASCP) inaugurou, no dia 19 de setembro, o **CAFAP Paradense**, uma nova resposta social dedicada a apoiar famílias em situação de risco psicossocial, com o objetivo de fortalecer as dinâmicas familiares e prevenir a separação de crianças e jovens do seu ambiente familiar. O CAFAP Paradense, único a sul do distrito de Leiria, funciona em parceria com o Centro Distrital da Segurança Social de Leiria e está sediado no 1.º andar do Hospital Termal nas Caldas da Rainha, num espaço cedido pela Câmara Municipal.

Objetivos e Modalidades de Intervenção: O principal objetivo do CAFAP Paradense é promover a “reunificação” e a “preservação” familiar, ajudando a tornar as famílias funcionais e a garantir um ambiente seguro e saudável para as crianças. O centro opera em duas modalidades principais:

⁹⁵ Fonte: Santa Casa da Misericórdia das Caldas da Rainha (outubro de 2024) e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

⁹⁶ Fonte: Associação Social e Cultural Paradense (setembro de 2024).

- **Preservação Familiar:** Intervenção focada em evitar que crianças e jovens sejam retirados do seu meio natural de vida, proporcionando apoio direto às famílias.
- **Reunificação Familiar:** Facilita o retorno de crianças/jovens ao seu ambiente familiar nos casos de acolhimento institucional ou familiar, através de intervenções intensivas realizadas no domicílio e na comunidade.

Atualmente, o CAFAP apoia 26 famílias em preservação e 5 em reunificação, mas possui capacidade para acolher até 40 famílias em cada modalidade.

9. SAÚDE

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define Saúde como um “estado completo de bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doença ou enfermidade”. Atualmente, sabe-se que a saúde é afetada por diversos fatores, nomeadamente, as condições socioeconómicas, culturais, ambientais entre outros. O reconhecimento destes fatores e da sua influência na saúde são determinantes para o planeamento e a adoção de estratégias promotoras de melhores resultados de saúde. É da responsabilidade de todos, Estado e sociedade na construção da saúde.

“Cada cidadão e cidadã é responsável pela sua própria saúde e da sociedade onde está inserido/a, tendo o dever de a defender e promover através de ações individuais e/ou associando-se a instituições. (Lei de Bases da Saúde, 1990)

9.1. Caracterização

A Câmara Municipal das Caldas da Rainha, em colaboração com a Escola Nacional de Saúde Pública elaboraram o **Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida do Concelho das Caldas da Rainha**. O Plano, com uma estratégia de médio prazo, tem como objetivo principal melhorar o estado de saúde da população em todas as fases da vida, reduzindo iniquidades e promovendo políticas públicas de saúde alinhadas aos níveis regional, nacional e internacional.

Inspirado pela OMS, o plano adota um modelo que distingue determinantes estruturais (contexto socioeconómico e político) e intermediários (sistema de saúde, condições de habitabilidade, trabalho,

alimentação). Este modelo serve de base para intervir nos diversos fatores que impactam a saúde e o bem-estar dos cidadãos



Figura 30 - Determinantes de Saúde e Bem-Estar

Dados estatísticos

Tabela 68 - Esperança de vida à nascença e Esperança de vida aos 65 anos (Metodologia 2007 - Anos) por Sexo, em Portugal⁹⁷

Parâmetros	Total		Masculino		Feminino	
	2020 - 2022	2021 - 2023	2020 - 2022	2021 - 2023	2020 - 2022	2021 - 2023
Esperança de vida à nascença	80,96	81,17	78,05	78,37	83,52	83,67
Esperança de vida aos 65 anos	19,61	19,75	17,76	18,00	20,98	21,11

A análise dos dados relativos à esperança de vida em Portugal revela uma tendência de aumento, tanto à nascença quanto aos 65 anos, diferenciada por sexo. Apresentam-se estes dados referentes a Portugal, visto não estarem disponíveis para o concelho das Caldas da Rainha.

⁹⁷ Fonte: INE.

Última atualização dos dados: 29 de maio de 2024

Tábuas Completas de Mortalidade para Portugal 2010-2012 a 2019-2021: valores revistos com base na revisão das estimativas da população exposta ao risco de óbito, assentes nos resultados definitivos dos Censos 2021. A metodologia de cálculo da série revista das tábuas de mortalidade para Portugal manteve-se, correspondendo à metodologia adotada pelo INE em 2007, descrita no documento metodológico que está disponível no portal do INE

Para a esperança de vida à nascença, o período de 2020-2022 apresenta um valor médio total de 80,96 anos, que aumenta para 81,17 anos no período de 2021-2023. Observa-se uma diferença significativa entre os sexos: as mulheres têm uma esperança de vida superior aos homens, com 83,52 anos (2020-2022) e 83,67 anos (2021-2023), em comparação com os 78,05 e 78,37 anos dos homens nos mesmos períodos, respetivamente. Este diferencial pode ser atribuído a fatores diversos, incluindo diferenças biológicas, sociais e comportamentais, que frequentemente resultam em maior longevidade feminina.

No que diz respeito à esperança de vida aos 65 anos, o valor total é de 19,61 anos para o período de 2020-2022 e aumenta para 19,75 anos em 2021-2023. Tal como observado à nascença, há uma distinção entre os sexos: as mulheres possuem uma esperança de vida aos 65 anos mais elevada, com 20,98 anos (2020-2022) e 21,11 anos (2021-2023), em comparação com os homens, cujos valores são de 17,76 e 18,00 anos, respetivamente. Estes dados refletem uma tendência de envelhecimento da população e uma longevidade maior entre as mulheres, o que tem implicações significativas para políticas de saúde e segurança social, dada a maior necessidade de apoio e cuidados para uma população mais idosa, especialmente feminina.

Tabela 69 – Óbitos por algumas causas de morte (%) - Proporção⁹⁸

Causas de morte	2021			2022		
	Portugal	Oeste	Caldas da Rainha	Portugal	Oeste	Caldas da Rainha
Doenças do aparelho circulatório	25,9	-	24,8	(R) 26,5	(R) 28,0	(R) 25,0
Tumores malignos	22,1	19,6	19,2	(R) 22,4	(R) 19,9	(R) 22,5
Lesões e envenenamentos	0,1	-	0,0	(R) 0,1	(R) 0,1	(R) 0,0
Diabetes	2,8	-	2,8	(R) 3,0	(R) 4,0	(R) 4,9
Doenças do aparelho respiratório	8,2	-	7,8	(R) 9,7	(R) 9,1	(R) 10,3
Doenças do aparelho digestivo	4,3	-	4,5	(R) 4,3	(R) 3,9	(R) 5,2
Suicídio	0,7	-	1,0	(R) 0,8	(R) 1,0	(R) 0,6

(R) - Dados retificados pela entidade responsável

- Ausência de valor

⁹⁸ Fontes de Dados: INE | DGS/MS - Óbitos por Causas de Morte

INE - Estatísticas de Óbitos

Fonte: PORDATA

Data atualização dos dados: 17 de junho de 2024

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com a versão 2024 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

Os dados sobre as causas de morte em 2021 e 2022 para Portugal, Oeste e o concelho das Caldas da Rainha evidenciam padrões significativos em relação às principais doenças e condições que impactam a mortalidade. Doenças do aparelho circulatório mantêm-se como a principal causa de morte em Portugal, com uma proporção de 25,9% em 2021 e aumentando ligeiramente para 26,5% em 2022. Nas Caldas da Rainha, a taxa foi de 24,8% em 2021 e subiu para 25,0% em 2022, enquanto na região Oeste foi ligeiramente mais elevada, atingindo 28,0% em 2022. Estes valores indicam a persistência das doenças circulatórias como um problema de saúde prioritário.

Tumores malignos representam a segunda principal causa de morte. Em 2021, a taxa nacional foi de 22,1%, passando para 22,4% em 2022. Nas Caldas da Rainha, a proporção aumentou de 19,2% em 2021 para 22,5% em 2022, aproximando-se da média nacional. Este aumento sugere uma crescente necessidade de recursos para o diagnóstico e tratamento de câncer na região.

Para as doenças do aparelho respiratório, a proporção também é relevante. Em Portugal, passou de 8,2% em 2021 para 8,3% em 2022, enquanto nas Caldas da Rainha, a taxa foi de 10,3% em 2022, superando a média nacional e regional. Estes números refletem a necessidade de uma atenção especial para questões respiratórias no concelho.

Diabetes e doenças do aparelho digestivo têm proporções menores, mas a diabetes mostra um aumento nas Caldas da Rainha de 2,8% em 2021 para 4,9% em 2022, o que requer estratégias preventivas locais.

Por fim, os casos de suicídio nas Caldas da Rainha são baixos, com uma proporção de 0,5% em 2022, alinhados com as taxas nacionais, mas ainda destacam a importância de apoio à saúde mental.

Os determinantes associados aos estilos de vida saudáveis da população das Caldas da Rainha refletem comportamentos individuais influenciados por fatores externos, como fatores sociais, económicos e ambientais. Estes determinantes podem impactar a saúde de forma significativa, contribuindo para o desenvolvimento de doenças crónicas, incluindo doenças cardiovasculares, diabetes, obesidade, certos tipos de câncer e doenças respiratórias.

No contexto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, os indicadores associados aos estilos de vida saudáveis incluem a prevenção e tratamento do abuso de substâncias, incluindo álcool e drogas; a promoção de conhecimentos sobre estilos de vida sustentáveis; e a conscientização para a vida saudável em harmonia com o meio ambiente. Esses objetivos visam promover uma qualidade de vida elevada e incentivar a adoção de comportamentos saudáveis que previnam o surgimento de doenças crónicas e melhorem a saúde mental e física da comunidade.

A análise dos determinantes de saúde nas Caldas da Rainha, entre 2020 e 2022, evidenciou que condições como excesso de peso, tabagismo, consumo de álcool e uso de drogas são frequentes entre a população adulta.

A presença de excesso de peso aumentou de 23,5% para 28,1%, e a obesidade manteve-se alta, com 17,8% dos utentes em 2022. Estes dados refletem uma tendência de crescimento que acompanha preocupações nacionais e internacionais sobre o impacto do sedentarismo e da alimentação inadequada na saúde pública.

A análise da morbilidade no concelho das Caldas da Rainha revela um panorama de condições de saúde prioritárias, identificadas através dos diagnósticos mais comuns entre os utentes dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) entre 2020 e 2022. As condições mais frequentes incluem alteração dos lípidos (30,9%), excesso de peso (28,1%), hipertensão sem complicações (18,9%), obesidade (17,8%) e abuso do tabaco (15,8%). Estas condições de saúde são significativas, pois estão associadas a fatores de risco importantes para o desenvolvimento de doenças crónicas, como doenças cardiovasculares e cânceres.

Entre 2020 e 2022, houve um aumento em várias dessas condições: o excesso de peso apresentou o maior incremento (4,6 pontos percentuais), seguido por alterações dos lípidos (2,2 pontos percentuais), hipertensão (1,1 pontos percentuais), obesidade (1,2 pontos percentuais), e condições de saúde mental, como perturbações depressivas (1,5 pontos percentuais) e distúrbios de ansiedade (1,5 pontos percentuais). A prevalência crescente desses diagnósticos reflete uma tendência de aumento em fatores de risco que impactam negativamente a qualidade de vida e estão em consonância com as tendências nacionais e internacionais observadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que alertam para o crescimento global dessas condições em proporções epidémicas.

Adicionalmente, o consumo de álcool e drogas também apresenta relevância para o diagnóstico de morbilidade. Entre os utentes dos CSP, o consumo crónico de álcool manteve-se estável, em torno de 1,4% a 1,5%, enquanto o consumo agudo/pontual de álcool foi residual (0,1%). Já o consumo de drogas foi registrado em 0,7% dos utentes, sem variações significativas durante o período analisado. Este cenário destaca a necessidade de estratégias de prevenção e apoio no combate ao abuso de substâncias e reforça a importância da promoção de estilos de vida saudáveis e do acompanhamento contínuo de condições crónicas.

Tabela 70 – Profissionais de saúde: Médicos, Dentistas, Enfermeiros e Farmacêuticos ⁹⁹

Territórios	Médicos			Dentistas			Enfermeiros			Farmacêuticos		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Portugal	58735	60396	Pro 62132	11458	11851	Pro 12067	80238	81799	Pro 83538	16055	16439	Pro 16855
Oeste	839	869	Pro 886	209	211	Pro 222	1449	1 377	Pro 1521	469	471	Pro 478

⁹⁹ Fontes de Dados: INE - Estatísticas do Pessoal de Saúde

Fonte: PORDATA

Última atualização dos dados: 1 de agosto de 2024

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com a versão 2024 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

Territórios	Médicos			Dentistas			Enfermeiros			Farmacêuticos		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Caldas da Rainha	205	210	Pro 212	54	55	Pro 56	369	327	Pro 361	66	68	Pro 72

Pro - Valor provisório

Os dados sobre os profissionais de saúde em Portugal, especificamente médicos, dentistas, enfermeiros e farmacêuticos, revelam um aumento geral no número de profissionais entre 2021 e 2023. Em Portugal, o número de médicos cresceu de 58.735 em 2021 para 60.396 em 2023, enquanto os enfermeiros passaram de 80.238 para 83.598.

No Oeste, observa-se um incremento ligeiro, com os médicos a aumentarem de 839 para 869, e os enfermeiros de 1.449 para 1.521. Especificamente nas Caldas da Rainha, o número de médicos cresceu de 205 para 210, e o número de enfermeiros de 369 para 377. Estes dados refletem uma tendência positiva no reforço dos recursos de saúde, mas as Caldas da Rainha mantêm valores inferiores aos da média nacional, sugerindo a necessidade de um fortalecimento adicional para atender melhor a demanda local.

As farmácias comunitárias desempenham um papel fundamental na acessibilidade e gestão de medicamentos no concelho das Caldas da Rainha, com uma rede composta por 15 farmácias e postos farmacêuticos móveis, uma estrutura que se manteve estável nas últimas duas décadas. Essas farmácias não apenas fornecem medicamentos, mas também contribuem para a promoção de saúde através de serviços de proximidade, como aconselhamento farmacêutico, medição de parâmetros clínicos (pressão arterial, glicemia), vacinação e consciencialização. A acessibilidade geográfica das farmácias é um ponto forte, garantindo que os residentes, inclusive em áreas rurais, tenham fácil acesso aos medicamentos essenciais e serviços de saúde adicionais. O sistema de dispensa de medicamentos assegura que os utentes recebam os tratamentos de forma contínua, especialmente para doenças crónicas, como hipertensão e diabetes.

Além disso, as farmácias têm um papel importante na **dispensa de medicamentos ao domicílio** para grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com mobilidade reduzida, facilitando o acesso sem a necessidade de deslocação. Esse serviço é particularmente relevante para melhorar a adesão ao tratamento em populações de maior risco e para apoiar o sistema de saúde, reduzindo a carga sobre os serviços hospitalares e de cuidados primários.

As farmácias também colaboram ativamente com o sistema de saúde em campanhas de vacinação e rastreio de doenças, apoiando a monitorização de condições de saúde pública e reforçando a proximidade do cidadão com os serviços de saúde. Dessa forma, elas se constituem como um elo essencial entre a população e o

sistema de saúde, promovendo o uso racional de medicamentos e uma abordagem preventiva e integrada para o bem-estar comunitário.

Tabela 71 – Farmácias e Postos Farmacêuticos Móveis ¹⁰⁰

Territórios	2020	2021	2022	2023
Portugal	3 113	3 112	3 118	3 118
Oeste	107	106	106	106
Caldas da Rainha	15	15	15	15

Tabela 72 – Farmácias existentes no concelho das Caldas da Rainha ¹⁰¹

Nome	Freguesia	Morada	Telefone	Horário de funcionamento
Farmácia Maldonado	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Rua Tenente Sangreman Henriques, 12 Caldas da Rainha	262831484	9:00 – 19:30
Farmácia Branco Lisboa	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Rua Almirante Cândido Reis, 25 (Rua das Montras)	262832324	9:00 – 19:30
Farmácia Central	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Praça da República, 15-16 Caldas da Rainha (N Senhora do Pópulo)	262831471	9:00 – 19:30
Farmácia Freitas	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Rua Eng. Marcelo Morgado, 1 e 3 Caldas da Rainha (N Senhora do Pópulo)	262839450	9:00 – 19:30
Farmácia Rosa	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	Avenida 1 de Maio, 12A - R/c Caldas da Rainha (N Senhora do Pópulo)	262831996	8:30 – 19:30
Farmácia Caldense	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Rua de Vitorino Frois, 57, R/C Caldas da Rainha - Santo Onofre	262832256	8:30 – 19:30
Farmácia Perdigão	União das Freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	Rua Dr. Augusto Saudade e Silva, 15 Caldas da Rainha - Santo Onofre	262840580	9:00 – 13:00 14:30 – 19:30

¹⁰⁰ Fontes de Dados: INE - Estatísticas das Farmácias

Fonte: PORDATA

Última atualização dos dados: 28 de junho de 2024

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com a versão 2024 da Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS).

¹⁰¹ Fonte: https://www.farmaciasdeservico.net/localidade/leiria/caldas_da_rainha

Nome	Freguesia	Morada	Telefone	Horário de funcionamento
Farmácia Tornada	União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto	Rua 1º de Maio, 14 Tornada	262881419	9:00 – 20:00
Farmácia de Salir	Salir de Matos	Rua de Santo António, 2 Salir de Matos	262844376	9:00 – 13:00 14:30 – 19:30
Farmácia Ferreira	A-dos-Francos	Avenida Dr. Carvalho Pargana, 2 A dos Francos	262949215	9:00 – 13:00 14:30 – 19:00
Farmácia Foz do Arelho	Foz do Arelho	Largo do Arraial, 1 A Foz do Arelho	262979229	9:00 – 19:30
Farmácia Rostos	Landal	Rua Casal dos Loureiros, 2 A Landal	262949241	9:30 – 13:00 14:15 – 18:45
Farmácia Santa Catarina	Santa Catarina	Rua da Índia, 24 Santa Catarina	262927443	9:00 – 13:00 14:30 – 19:00
Farmácia Vidais	Vidais	Rua Dr. João Botelho Moniz, 35 Vidais	262939219	8:30 – 19:30

9.2. Respostas e equipamentos

Cuidados de Saúde Primários

A rede de cuidados de saúde primários no concelho das Caldas da Rainha está integrada na Unidade Local de Saúde do Oeste que abrange uma área total de 1.057 km² e uma população de 171.853 habitantes. Atende os concelhos das Caldas da Rainha, Peniche, Nazaré, Óbidos, Alcobaça e Bombarral, somando um total de 183.094 utentes inscritos. Dentro dessa estrutura, o concelho das Caldas da Rainha representa aproximadamente 24,2% da área geográfica, abriga cerca de 29,6% da população total e concentra aproximadamente 33% dos utentes inscritos, totalizando 60.914 pessoas. Estes dados refletem a importância significativa das Caldas da Rainha no contexto regional de cuidados de saúde, destacando a necessidade de uma rede bem estruturada e acessível para atender à elevada procura.

A distribuição de profissionais de saúde nas Caldas da Rainha inclui 29 médicos, 19 médicos internos, 43 enfermeiros, 45 secretários clínicos e 10 assistentes operacionais, totalizando 159 profissionais dedicados aos Cuidados de Saúde Primários (CSP). Embora esses números revelem uma equipa diversificada, o aumento da população sem médico de família indica que a capacidade atual é insuficiente para atender à crescente demanda, evidenciando a necessidade de reforçar o quadro de profissionais. Este reforço é especialmente

crítico para médicos de família, cuja escassez tem impacto direto na acessibilidade e qualidade do atendimento.

Tabela 73- Distribuição de profissionais de saúde nas Caldas da Rainha¹⁰²

Cédula Profissional	Nº
Médicos	29
Médicos Internos de Formação Especializada	19
Enfermeiros	43
Técnicos Superiores de Saúde (TSS)	0
Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT)	5
Técnicos Superiores	8
Secretários Clínicos	45
Assistentes Operacionais	10
Total	159

Um ponto preocupante é o aumento acentuado no número de **utentes sem médico de família**. Em 2022, aproximadamente 10.150 utentes nas Caldas da Rainha estavam sem acompanhamento por médico de família, representando 16,66% dos inscritos, em comparação com apenas 0,07% em 2019. Esta mudança drástica coincide com o período da pandemia de COVID-19, que trouxe uma sobrecarga substancial aos serviços de saúde, especialmente devido à necessidade de priorizar recursos para o atendimento de casos de COVID e suas consequências. Este aumento no número de utentes sem médico de família destaca a urgência de expandir a rede de cuidados de saúde e implementar estratégias de otimização para garantir que todos os residentes tenham acesso a cuidados médicos regulares e preventivos.

¹⁰² Fonte: Município das Caldas da Rainha. (2023). Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida do Concelho das Caldas da Rainha.

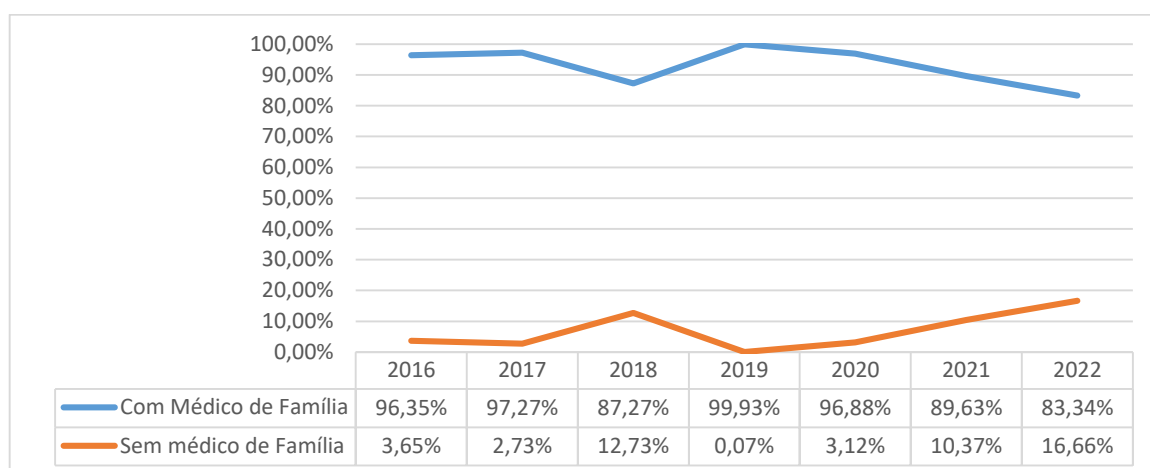


Figura 31 - Proporção de utentes inscritos nas UF do município das Caldas da Rainha, com e sem médico de família, 2016-2022¹⁰³

No âmbito dos **programas de saúde oferecidos pelos CSP**, destacam-se os programas de Saúde de Adultos, Saúde Infantil, Planeamento Familiar e Saúde Materna. De 2016 a 2022, as consultas de Saúde de Adultos representaram, em média, 84,86% de todas as consultas realizadas, demonstrando uma alta procura por atendimento adulto. Em contraste, o programa de Saúde Infantil teve uma proporção média de 9,67%, e o Planeamento Familiar apenas 3,72%, com um decréscimo gradual ao longo do período. Este perfil de atendimento sugere que, enquanto a procura

84,86% - Consultas de Adultos
9,67% - Consultas de Saúde Infantil
3,72% - Consultas de Planeamento Familiar

por cuidados de saúde para adultos continua alta, há uma diminuição no atendimento de Planeamento Familiar, que pode ser indicativo de barreiras de acesso ou de uma menor priorização desse programa no contexto atual de atendimento primário. Esse padrão de atendimento destaca áreas prioritárias para fortalecimento e realocação de recursos, de forma a garantir que todos os programas de saúde, inclusive os voltados para planeamento familiar e saúde infantil, recebam a atenção e os recursos necessários.

Em resumo, a análise da rede de saúde primária nas Caldas da Rainha evidencia desafios estruturais e de acessibilidade significativos, exacerbados pelo aumento da população sem médico de família e pela alta procura por cuidados de saúde para adultos. A expansão e o fortalecimento da rede de CSP, com a contratação de mais profissionais, especialmente médicos de família, é essencial para melhorar a cobertura e assegurar o acesso equitativo a cuidados de saúde de qualidade para todos os residentes. Esses dados fundamentam a

¹⁰³ Fonte: Município das Caldas da Rainha. (2023). Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida do Concelho das Caldas da Rainha.

necessidade de políticas de saúde que respondam eficazmente à crescente demanda e promovam a saúde integral da população.

Cuidados de Saúde Hospitalares

A Unidade Local de Saúde do Oeste – Cuidados Hospitalares (ULS Oeste) integra o Serviço Nacional de Saúde e cobre uma vasta área que inclui Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Bombarral, Torres Vedras, Cadaval, Lourinhã, e partes de Alcobaça e Mafra. A estrutura do ULS Oeste é composta por três unidades funcionais: Caldas da Rainha, Peniche e Torres Vedras, que, embora distribuídas regionalmente para cobrir uma população ampla e diversificada, enfrentam desafios de acessibilidade e disponibilidade de recursos.

A capacidade de internamento total do ULS Oeste é de 313 camas para pacientes agudos: 110 em Caldas da Rainha, 160 em Torres Vedras e 43 em Peniche, além de 27 camas de berçário e 10 para hospitalização domiciliária. Esta capacidade reflete o papel essencial da ULS Oeste na prestação de cuidados hospitalares, mas é insuficiente face à elevada taxa de ocupação, que atinge os 111,7%. Esta sobrecarga obriga frequentemente ao uso de camas provisórias e a acomodação de pacientes em macas.

Outro desafio significativo é o aumento da procura por consultas externas, que registou um crescimento de 4,6% em 2023, totalizando 111.522 atendimentos. Especialidades como Anestesiologia, Oftalmologia e Psiquiatria são especialmente procuradas, sendo áreas que necessitam de reforço de recursos. No bloco operatório, as cirurgias aumentaram em 21,4%, destacando-se as cirurgias de ambulatório com um crescimento de 40,8%. Embora estas melhorias demonstrem uma resposta à procura, a necessidade de produção adicional indica uma carência de capacidade.

A utilização dos serviços de urgência também aumentou 2,6%, operando frequentemente no limite da capacidade. O hospital de dia registou um aumento de 18,5% na procura, sobretudo nas áreas de Psiquiatria e Pneumologia, evidenciando a necessidade de atenção às doenças respiratórias e saúde mental. Além disso, o bloco de partos foi temporariamente encerrado para reformas, obrigando ao encaminhamento de utentes para o Centro Hospitalar de Leiria, destacando a importância de infraestruturas continuamente operacionais. Por fim, o serviço de apoio domiciliário do ULS Oeste, que realizou 1.355 visitas em 2023, é fundamental para populações vulneráveis, embora tenha registado uma ligeira redução em relação ao ano anterior. A expansão deste serviço pode melhorar o apoio a idosos e pessoas com mobilidade reduzida, promovendo cuidados continuados de qualidade.

Em suma, a ULS Oeste desempenha um papel crucial na saúde regional, mas enfrenta desafios significativos que requerem investimentos para aumentar a capacidade de resposta, especialmente nas áreas de

internamento, consultas externas e saúde mental. Estes dados são fundamentais para informar o planeamento e alocação de recursos no concelho, visando uma resposta mais eficaz às necessidades de saúde da população.

A tabela seguinte, apresenta a lotação no Centro Hospitalar do Oeste das Caldas da Rainha, por serviços. Os dados referem-se a 2022, antes da nova reforma organizativa do Serviço Nacional de Saúde.

Tabela 74 - Lotação no CHO e na Unidade das Caldas da Rainha, por serviços, 2022¹⁰⁴

Serviço	Unidade das Caldas da Rainha	CHO
Cirurgia Geral	21	62
Ginecologia	6	6
Medicina Interna	33	120
Neonatologia	10	10
Obstetrícia	27	27
Ortopedia	-	35
ORL	2	5
Pediatria	11	12
Pneumologia	-	15
Psiquiatria	-	15
Urologia	-	6
Total	110	313
Berçário	27	27
Hospitalização Domiciliária	5	10

Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados ¹⁰⁵

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) no concelho das Caldas da Rainha oferece respostas para utentes em recuperação após internamento hospitalar agudo, com foco na reabilitação e reintegração social.

As respostas na Rede Geral da RNCCI contemplam as seguintes tipologias:

- Unidade de convalescença (UC);
- Equipa de Cuidados Continuados Integrados Domiciliários (ECCI).

A **Unidade de Convalescença**, cuja entidade gestora é o **Montepio Rainha D. Leonor**, oferece internamento de até 30 dias, com uma média de permanência de cerca de 40 dias. Com base na tabela seguinte, verifica-se

¹⁰⁴ Fonte: Centro Hospitalar do Oeste (CHO), 2023.

¹⁰⁵ Fonte: Segurança Social disponível em https://www.seg-social.pt/documents/10152/27187/N37_rede_nacional_cuidados_continuados_integrados_rncci/f2a042b4-d64f-44e8-8b68-b691c7b5010a

que, em 2023, a unidade atendeu 86 utentes, predominantemente com condições como fraturas e AVCs, com uma idade média de 76 anos. A taxa de ocupação reflete a crescente demanda por cuidados de transição e reabilitação, essencial para a recuperação e redução da necessidade de hospitalização novamente.

Tabela 75 - Dados sobre a Unidade de Convalescença do Montepio Rainha Dona Leonor¹⁰⁶

Anos	2022	2023	1º semestre de 2024
Nº Total de utentes Integrados	80	86	47
Sexo Feminino	44	52	25
Sexo Masculino	36	34	22
Idade média (anos)	x	76,21	73,7
Tempo médio de permanência (dias)	40,72	42,81	39,04
Tipologia das problemáticas	Fraturas diversas (femur, anca); AVC	Fraturas diversas (femur, anca); AVC	Fraturas diversas (femur, anca); AVC

Tabela 76 – Capacidade, ocupação média e vagas da Unidade de Convalescença do Montepio Rainha Dona Leonor¹⁰⁷

Freguesia	Entidade	Natureza Jurídica	Resposta	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)
União Freg. C. R. N.ª Sr.ª Pópulo, Coto e S. Gregório	Montepio Rainha D. Leonor – Assoc. Mutualista	Associação Mutualista	Unidade de convalescença	12	10, 11	30

x – Valor não disponível

A **Equipa de Cuidados Continuados Integrados Domiciliários (ECCI Caldas da Rainha)** é uma equipa multidisciplinar da responsabilidade dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) e das entidades de apoio social, para a prestação de serviços domiciliários, decorrentes da avaliação integral, de cuidados médicos, de enfermagem, de reabilitação e de apoio social, ou outros, a pessoas e, situação de dependência funcional, doença terminal, ou em processo de convalescença, com rede de suporte social, cuja situação não requer internamento, mas que não podem deslocar-se de forma autónoma (artigo 27º, do decreto-lei nº 101/2006, de 6 de junho)

¹⁰⁶ Fonte: Montepio Rainha D. Leonor (novembro de 2024).

¹⁰⁷ Fonte: Montepio Rainha D. Leonor (outubro de 2024).

Projeto “Estamos Cá” - Projeto de Apoio ao Luto

O objetivo geral deste projeto da ECCI CR, é intervir de forma concertada e preventiva na complexidade do processo de luto, no sentido que este se realize de forma natural, sem intercorrências patológicas na família e o cuidador. Este projeto é dirigido aos cuidadores informais que, em conjunto com a ECCI CR, asseguram no domicílio os cuidados até à morte do sujeito de cuidado¹⁰⁸

Programa Nacional de Vacinação e Rastreios Populacionais

O **Programa Nacional de Vacinação (PNV)** e os **Rastreios Populacionais** como pilares fundamentais na promoção da saúde pública, essenciais para a proteção da comunidade contra doenças de grande impacto na saúde pública e individual. Implementado desde 1965 e atualizado pela última vez em 2020, o PNV baseia-se nos princípios de universalidade, gratuidade, acessibilidade e equidade, sendo coordenado pela Direção-Geral da Saúde (DGS) e monitorizado regionalmente pela ARS Lisboa e Vale do Tejo e localmente pelo ACES Oeste Norte. Este programa visa garantir uma alta cobertura vacinal para as vacinas incluídas, com metas específicas, como atingir 95% de cobertura para a maioria das vacinas e 85% para a vacina contra o Papiloma Vírus Humano.

No concelho das Caldas da Rainha, o PNV é disponibilizado através de cinco Unidades de Saúde Familiar (USF), que atendem a população local, e os dados indicam uma cobertura vacinal elevada, com metas alcançadas ou superadas na maioria das coortes até aos sete anos. Um destaque importante é a inclusão da vacina contra a Meningite B no PNV em 2020 para todas as crianças nascidas a partir de 2019, com cumprimento exemplar das três doses recomendadas, mesmo sendo uma vacina recentemente integrada.

Quanto aos **Rastreios Populacionais**, o foco principal está na deteção precoce de doenças oncológicas, que são realizados no âmbito do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas (PNDO). Este programa inclui rastreios para cancro da mama, cancro do colo do útero e cancro do cólon e reto, que têm como objetivo reduzir a mortalidade e morbilidade associadas a essas doenças. O rastreio do cancro da mama, por exemplo, é oferecido às mulheres entre os 50 e 69 anos, com o uso de mamografias que permitem a deteção de tumores em fases iniciais, aumentando as possibilidades de tratamento eficaz. Nas Caldas da Rainha, a adesão ao rastreio de cancro da mama tem sido superior à média regional da ARS Lisboa e Vale do Tejo, o que demonstra a eficácia do programa na região.

¹⁰⁸ Fonte: Aces Oeste/Norte – Projeto implementado desde 2014

Essas iniciativas de vacinação e rastreio são fundamentais para a prevenção primária e secundária, proporcionando um controle efetivo de doenças e minimizando seu impacto na população. Através da vacinação e da deteção precoce, o PNV e os rastreios populacionais contribuem para a melhoria da saúde pública e o bem-estar da população local, sendo componentes cruciais para o diagnóstico social e a criação de políticas de saúde informadas.

Termalismo

As termas das Caldas da Rainha constituem um recurso valioso para a saúde e bem-estar da população, combinando práticas terapêuticas tradicionais e modernas que atendem a uma ampla gama de necessidades. A época termal de 2023 estendeu-se de fevereiro a dezembro e registou a participação de 1.107 termalistas. Destes, 656 estiveram em programas de termalismo clássico e 451 em programas de curta duração. A procura foi equilibrada ao longo do ano, com um aumento significativo no terceiro trimestre (julho a setembro), que representou 32,16% das inscrições anuais, indicando uma sazonalidade que pode ser aproveitada para estratégias de promoção e expansão do termalismo na região.

A demografia dos termalistas mostra uma predominância de utentes do sexo feminino (62,04%), com uma faixa etária maioritariamente entre os 55 e 75 anos (72,18%), sendo a maioria composta por pessoas reformadas ou não ativas, que constituem 56,86% do total de utentes. A origem geográfica dos termalistas destaca o concelho das Caldas da Rainha como um centro de referência, pois 65,40% dos utentes são do distrito de Leiria e 19,82% do distrito de Lisboa. Estes dados refletem tanto a relevância das termas para a população local quanto o seu potencial de atratividade para visitantes externos, fortalecendo a importância do termalismo na economia e turismo da região.

As Caldas da Rainha são reconhecidas pelas suas águas minerais sulfúreas, cloretadas sódicas e hipersalinas, cujas propriedades terapêuticas são particularmente eficazes no tratamento de afeções reumáticas, respiratórias e músculo-esqueléticas. Em 2023, as principais patologias tratadas foram a osteoartrose (55,83%) e doenças respiratórias, como rinite e sinusite (31,49%). Os tratamentos oferecidos incluem uma variedade de técnicas, como duches, imersões, vapor e terapias respiratórias, com uma média de 18 dias de tratamento por utente. Este leque de serviços permite uma abordagem terapêutica abrangente e personalizada, ajustando-se às necessidades de cada utente e promovendo a reabilitação e o alívio de sintomas crónicos.

O impacto positivo dos tratamentos termais é reforçado pelos resultados relatados pelos utentes: 85,25% dos termalistas registaram uma melhoria significativa nas suas condições de saúde após o tratamento. Este dado é particularmente relevante, pois comprova a eficácia do termalismo como medida preventiva e de

recuperação, sendo especialmente útil para a população envelhecida e para pessoas com limitações de mobilidade que encontram nas termas um recurso de cuidado integrado e acessível.

A acessibilidade aos tratamentos é amplamente suportada pelo Sistema Nacional de Saúde (SNS), que comparticipa 94,97% dos tratamentos termais realizados. Dentro desse total, 76,83% dos tratamentos são financiados diretamente pelo SNS, demonstrando um compromisso público com o acesso à medicina termal.

A continuidade dessas comparticipações é essencial para garantir a sustentabilidade do setor, que desempenha um papel relevante na saúde pública e contribui significativamente para a qualidade de vida dos utentes, além de posicionar as Caldas da Rainha como um destino de saúde e bem-estar reconhecido.

Esse panorama destaca a importância estratégica do termalismo no concelho das Caldas da Rainha, tanto para o atendimento às necessidades de saúde da população quanto para o desenvolvimento do turismo de saúde. O potencial de crescimento é considerável, sobretudo com uma abordagem de promoção integrada que valorize o impacto preventivo e terapêutico das termas. (Termas de Caldas da Rainha, 2023)

Grupo terapêutico de apoio aos cuidadores informais em saúde mental

Realização de grupo de apoio terapêutico em Saúde Mental de apoio aos cuidadores informais, dinamizados pela ULSO, com o objetivo de trabalhar duas componentes, a educativa e de suporte.

Este projeto tem como objetivos essenciais:

- Facultar informação sobre a doença;
- Reenquadrar a doença, desenvolvendo sentimentos de competência e de controlo;
- Redução do stress, resultante do impacto da doença;
- Gestão emocional e utilização de estratégias mais eficazes na resolução de problemas;
- Facilitar a comunicação do cuidador com a família e com o doente e evitar o isolamento social e manter redes de apoio.

Plano Local de Saúde Pública¹⁰⁹

As Unidades de Saúde Pública têm como missão, contribuir para a melhoria do estado de saúde da população da sua área geográfica de intervenção, visando a obtenção de ganhos em saúde.

¹⁰⁹ Fonte: Plano Local de Saúde Pública disponível em <https://drive.google.com/file/d/1P53fTEvk34NpGCcO9vh8q78Da1zdJrM3/view>

As suas competências são:

- Elaborar informação e planos em domínios de saúde pública;
- Proceder à vigilância epidemiológica;
- Gerir e executar programas no âmbito da prevenção, promoção e proteção da saúde;
- Exercer o poder de Autoridade de Saúde Pública;
- Assegurar a cooperação e articulação interinstitucional em programas de saúde pública;
- Assegurar a funcionalidade do sistema e circuitos de informação em saúde.

De entre as competências atrás descritas, salienta-se o Plano Local de Saúde Oeste Norte (PLSON) 2019-2021, que “visa otimizar os ganhos em saúde na região Oeste Norte num modelo de perspetiva salutogénica, em que o Centro da atuação é a saúde e não a doença, através da colaboração de todos os sectores da sociedade e da participação e formação dos seus cidadãos.” (Plano Local de Saúde Oeste Norte 2019-2021)

O PLSON, tem como objetivos:

- Controlar o excesso de peso e obesidade infantil na Região Oeste Norte;
- Promover o consumo equilibrado de sal na alimentação da população da Região Oeste Norte;
- Promover a prática segura de atividade física na Região Oeste Norte;
- Promover o envelhecimento ativo da população da Região Oeste Norte;
- Promover o consumo responsável de álcool entre os adolescentes da Região Oeste Norte;
- Reduzir a dependência da Internet e videojogos entre os Jovens na Região Oeste Norte;
- Melhorar a retenção de educação para a saúde em saúde mental nos jovens;
- Apoiar pessoas com doença psiquiátrica grave na Região Oeste Norte;
- Aumentar a proporção de resíduos urbanos triados para reciclagem na região Oeste Norte;
- Promover literacia em questões ambientais na população da Região Oeste Norte;
- Reduzir as “Falsas urgências” nos serviços de urgência do Centro Hospitalar da Região Oeste Norte;
- Promover as parcerias e a articulação em projetos de saúde entre as instituições locais e regionais.

OLHA-TE

Olha-Te é um projeto desenvolvido no âmbito da Associação Recreio Club, fundada em 16 de dezembro de 1923, que tem como missão apoiar gratuitamente doentes oncológicos e familiares diretos, proporcionando os mecanismos necessários ao seu desenvolvimento pessoal e social, através da realização de atividades expressivas promotoras de bem-estar físico e emocional. Relativamente ao acompanhamento, este projeto faz a avaliação psicológica e encaminhamento a adultos e crianças; desenvolvimento do projeto de vida e gestão

de carreira de adultos, ou orientação vocacional de jovens. Tem como visão ser uma plataforma que possibilite oferecer às pessoas diversas técnicas, terapias e atividades que estimulem o seu desenvolvimento levando-as a sentirem-se bem consigo próprias independentemente da situação que estão a atravessar, bem como apoiar as pessoas no (re)posicionamento na vida ativa, após o problema oncológico.¹¹⁰

Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) – Centro Humanitário Litoral Oeste Norte

O Centro Humanitário Litoral Oeste Norte, da Cruz Vermelha Portuguesa, disponibiliza à população das Caldas da Rainha, desde agosto de 2024, um Posto de Emergência Médica (PEM), protocolado com o INEM e assim, passa a dar resposta a emergências médicas, pré-hospitalar no âmbito do Sistema Integrado de Emergência Médica (SIEM).

Gabinete médico do CDCL - Certificado pela ERS

O Centro de Desenvolvimento Comunitário do Landal (CDCL) tem um gabinete médico que presta os seguintes serviços:

- Consultas de Clínica Geral;
- Consulta de Neurologia.

Em 2023, foram realizadas 195 consultas de clínica geral e 167 de neurologia.

Programa de Rastreio de Saúde à Comunidade

Em parceria com o Município das Caldas da Rainha, a Acompanha, Cooperativa de Solidariedade Social, fundada em 1999 e credenciada pela Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), promove rastreios de doenças sexualmente transmissíveis.

¹¹⁰ Fonte: Site *Olha-Te*, disponível em <http://olha-te.oeste.pt/>

10. SAÚDE MENTAL

10.1. Caracterização

A saúde mental é uma componente integral e essencial do bem-estar geral de cada indivíduo, constituindo a base para uma vida saudável e equilibrada. Definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde mental não é apenas a ausência de doenças mentais ou deficiências, mas sim um estado completo de bem-estar físico, mental e social. Este estado permite que o indivíduo enfrente os desafios diários, trabalhe de forma produtiva e significativa e contribua ativamente para a sua comunidade, realizando o seu próprio potencial. Em outras palavras, a saúde mental vai além do bem-estar psicológico, refletindo-se na capacidade do indivíduo de manter o equilíbrio das suas funções mentais e de responder de forma adaptativa às diferentes circunstâncias e desafios da vida.

Segundo a OMS, uma em cada quatro pessoas será afetada por um distúrbio mental em algum momento da sua vida, o que torna a saúde mental uma preocupação de saúde pública a nível mundial (OMS, 2001). No concelho das Caldas da Rainha, a prevalência de problemas de saúde mental tem aumentado significativamente, afetando não só a população adulta, mas também a juventude. Esta tendência crescente sublinha a importância de implementar políticas de saúde mental eficazes e de desenvolver uma rede de apoio sólida e abrangente, que inclua serviços de prevenção, intervenção e reabilitação.

A promoção da saúde mental no concelho deve focar-se em várias dimensões, incluindo o aumento da literacia em saúde mental entre a população, a redução do estigma associado às perturbações mentais e o fortalecimento das redes de apoio formais (como os serviços de saúde mental e apoio social) e informais (como o apoio familiar e comunitário). Estas ações são cruciais para criar uma comunidade mais consciente e acolhedora, que reconheça a saúde mental como uma prioridade e ofereça o suporte necessário para todos aqueles que enfrentam desafios nesta área.

Assim, para responder de forma eficaz às necessidades do concelho, torna-se imperativo desenvolver estratégias que promovam o bem-estar psicológico, intervenções preventivas e programas de sensibilização que envolvam toda a comunidade. A criação de ambientes de apoio e a implementação de iniciativas que visem o bem-estar mental são essenciais para fortalecer a resiliência dos indivíduos e, por extensão, de toda a comunidade.

10.2. Respostas e equipamentos sociais

A saúde mental, sendo uma componente essencial do bem-estar individual e social, é fundamental para a qualidade de vida e a funcionalidade diária dos cidadãos. No concelho das Caldas da Rainha, a promoção da saúde mental é realizada através de várias ações e atividades que envolvem tanto a comunidade como as entidades locais. Estas iniciativas, organizadas por instituições da rede social do concelho, associações culturais e desportivas, clubes locais, federações desportivas e pela própria Câmara Municipal, oferecem oportunidades para fortalecer a saúde mental dos munícipes e promover o bem-estar geral.

Entre as ações específicas, destacam-se as atividades formativas e informativas que apelam à participação de entidades e cidadãos, proporcionando momentos de descontração, convívio e aprendizagem. Estas iniciativas abordam temas de relevância para a saúde mental, incentivando a consciência e a literacia em torno de questões como o autocuidado, a gestão emocional e a resiliência. Além disso, as atividades culturais, desportivas e de lazer promovidas regularmente no concelho servem como ferramentas para o bem-estar mental e físico da comunidade, oferecendo espaços de recreação e interação que beneficiam tanto indivíduos quanto grupos, favorecendo a coesão social e o apoio mútuo.

De entre estas ações e serviços, merecem destaque aqueles que têm contribuído de forma contínua e sistemática para a prevenção e superação de problemas de saúde mental. Estes programas não só proporcionam um suporte valioso para os cidadãos que enfrentam desafios relacionados com a saúde mental, mas também criam um ambiente acolhedor e positivo, essencial para a construção de uma comunidade mais resiliente e inclusiva.

Gabinetes de Psicologia e Apoio Psicológico

A União das Freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro, assim como a União das Freguesias das Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório, dispõem de **Gabinetes de Psicologia e Apoio Psicológico**. Foram criados em 2006 e em 2007, respetivamente, pela verificação de necessidades crescentes no âmbito da saúde mental quer na infância e juventude, quer no percurso de vida. Apresenta-se informação relativa ao número de utentes acompanhados por cada um dos gabinetes, assim como as principais patologias identificadas.

Tabela 77 – Gabinete de Psicologia e Apoio Psicológico da União das Freguesias de Santo Onofre e Serra do Bouro¹¹¹

N.º de utentes acompanhados		Principais patologias		
2023	1º semestre 2024			
26	28 (138 atendimentos)	Crianças: Hiperatividade; Enurese.	Jovens: Crises de ansiedade; Comportamentos autolesivos/ destrutivos.	Adultos: Depressão.

Tabela 78 – Gabinete de Psicologia e Apoio Psicológico da União das Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório¹¹²

N.º de utentes acompanhados		Principais patologias	
2023 (mai-dez)	1º semestre 2024 ¹¹³		
28 adultos 34 menores (arquivamento de 22 processos de acompanhamento)	43 processos de acompanhamento psicológico ativos até junho: 13 adultos e 30 menores 6 pedidos de acompanhamento aos quais ainda não foi possível dar resposta (arquivamento de 3 processos de acompanhamento até junho)	Crianças: Problemas do comportamento e/ou dificuldades de aprendizagem que orientam para perturbações do neurodesenvolvimento, avaliadas e tratadas de forma multidisciplinar; Perturbações da ansiedade; Problemáticas relacionais intrafamiliares e/ou violência doméstica; Luto e perturbações emocionais / do comportamento, relacionadas com violência de natureza sexual (com menos frequência).	Adultos: Estados ansiosos e depressivos; Dificuldades relacionais, por vezes com contexto de violência; Perturbações da personalidade com características psicóticas, perturbações do humor com características psicóticas (menos frequentemente).

O Gabinete de Psicologia da União das Freguesias de Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório desempenha um papel essencial na intervenção comunitária, particularmente no campo da saúde mental. Com um foco especial na comunidade educativa e na população em geral, o gabinete desenvolve projetos em escolas de 1.º ciclo e realiza **ações informativas e de sensibilização**. Estas iniciativas têm como objetivo capacitar e informar pais, educadores e alunos sobre temas cruciais da saúde mental, promovendo uma maior compreensão sobre hiperatividade, parentalidade e os desafios da adolescência. O trabalho realizado contribui para a construção de uma comunidade mais informada e preparada para prevenir e intervir em questões de saúde mental, criando um ambiente escolar mais acolhedor e inclusivo.

¹¹¹ Fonte: União das Freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro (outubro de 2024).

¹¹² Fonte: União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório (outubro de 2024).

¹¹³ A integração de uma psicóloga em ano profissional júnior, em março de 2024, permitiu dar resposta a 13 pedidos de acompanhamento, 11 dos quais correspondendo a pedidos em lista de espera.

O **Gabinete de Psicologia do Município**, encontra-se em fase de implementação.

Em setembro de 2024, iniciou o Programa Piloto de Intervenção em Saúde Mental nas Escolas, “Ser + Saúde Mental”, com o objetivo geral a prevenção primária em saúde mental em contexto escolar, através de programas de promoção de competências socioemocionais nos/as alunos/a, sessões para as famílias e sessões para a comunidade escolar, pessoal docente e não docente.

Abrange cerca de 100 alunos dos 3 agrupamentos de escolas, de todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao secundário.

A **Unidade Local de Saúde do Oeste - Cuidados de Saúde Primários (CPS)** iniciou no segundo semestre de 2024 um serviço de consultas de psicologia direcionado para a saúde infantil. Esta nova oferta responde à necessidade crescente de apoio psicológico para crianças, reforçando o compromisso com a saúde mental desde as primeiras fases da vida. Além das consultas individuais, os CSP implementaram um grupo terapêutico no Gabinete de Apoio ao Cuidador Informal. Este grupo oferece suporte emocional e estratégias de enfrentamento para aqueles que desempenham a função de cuidadores, muitas vezes sujeitos a elevados níveis de stress e ansiedade devido às exigências do cuidado contínuo. Essas respostas integradas têm como objetivo apoiar não apenas a saúde mental dos indivíduos, mas também o bem-estar das famílias e da comunidade.

Os estabelecimentos de ensino e formação do concelho, com uma população predominantemente jovem, desempenham um papel estratégico na promoção de estilos de vida saudáveis e comportamentos que contribuem para o desenvolvimento de personalidades resilientes e robustas. Sensibilizar os jovens para a adoção de práticas que melhorem a sua qualidade de vida e promovam a saúde mental é essencial para prepará-los para enfrentar os desafios da vida. As escolas têm adotado medidas de suporte aos alunos através das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Inclusão (EMAI) e do alargamento dos Serviços de Psicologia e Orientação (SPO), além de incentivar a participação em ações e eventos organizados por outras entidades, como o município.

Apesar dos esforços realizados, os recursos humanos dedicados à saúde mental nas escolas e na comunidade ainda são insuficientes para atender plenamente às necessidades existentes. A carência de profissionais limita o alcance e a frequência das ações preventivas e de promoção da saúde mental, refletindo a necessidade de um reforço contínuo dos recursos para que os programas e intervenções possam ter resultados mais consistentes e abrangentes.

11. DEFICIÊNCIA, INCAPACIDADE E DOENÇA MENTAL

11.1. Deficiência e Incapacidade

11.1.1. Caracterização

As pessoas com deficiência e incapacidades constituem um grupo populacional particularmente vulnerável, que, em razão da sua condição estão em situação de desvantagem para garantir os seus direitos e assegurar a satisfação das suas necessidades, nomeadamente no acesso a serviços e oportunidades que garantam a sua participação e inclusão social. São por isso ainda mais suscetíveis a riscos de pobreza, discriminação, violência e exclusão.

Nos Censos 2021 foram inventariadas as incapacidades da população ao nível dos seguintes domínios universais de funcionalidade e participação social: “visão”, “audição”, “mobilidade”, “cognição/memória” (determinam a incapacidade), “realização de cuidados pessoais”, “comunicação” (considerados complementares). (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, publicada pela OMS em 2001).

De acordo com os dados publicados, 10,9% da população total residente (com 5 ou mais anos) em Portugal, isto é, 1,1 milhões de pessoas, tem pelo menos uma incapacidade nestes domínios. Note-se que, ainda que nos Censos 2011 este peso tenha sido de 17%, estes dados não são diretamente comparáveis, conforme informação veiculada pelo INE¹¹⁴. No que diz respeito ao universo de incidência, a presença de uma incapacidade continua a afetar principalmente as mulheres, que representam 62,2% desse universo no último Censos. Na tipologia de “incapacidades”, a dificuldade em andar/subir degraus é prevalente, afetando 6,1% da população com 5 ou mais anos. Logo a seguir, 3,5% são afetados pela incapacidade em ver, 3,4% pela incapacidade de cognição/memória, e 3,0% têm dificuldade em concretizar cuidados pessoais (tomar banho ou vestir-se sem apoio). Menos de 3% têm dificuldades em ouvir (2,8%) e em comunicar (compreender os outros ou fazer-se compreender; 1,5%).

¹¹⁴ Os Censos 2021 recolheram dados sobre a existência de dificuldades na realização de seis tipos de atividades/funções definidas no modelo recomendado pela Comissão das Nações Unidas para a Europa (UNECE), para utilização em recenseamentos da população: **ver, ouvir, andar ou subir degraus, memória ou concentração, tomar banho ou vestir-se sem ajuda, compreender os outros ou fazer-se compreender**. O questionário dos Censos 2021 inclui uma pergunta para cada um dos seis domínios de funcionalidade, que expressam um grau crescente de dificuldade (quatro categorias), com uma base facultativa, sendo que estas seis perguntas, nos Censos 2011: - foram recolhidas de forma obrigatória; - a introdução às seis perguntas acrescentou explicitamente a menção a problemas decorrentes da idade (envelhecimento) e estabeleceu que se tratam de doenças crónicas (mais de 6 meses); - a formulação das mesmas não seguiu a estrutura recomendada, antes uma condensada em 3 categorias. Estas diferenças justificam a não comparabilidade direta dos dados entre os dois Censos. Em termos de notação, **nos Censos 2021 considera-se existir uma incapacidade quando o respondente indica “ter muita dificuldade” ou “não conseguir realizar de todo” uma das seis atividades/ funções específicas** do modelo WG-SS (Washington Group Short Set on Functioning). Fonte: INE

A prevalência da incapacidade aumenta com o avanço da idade, de forma progressiva, sobretudo a partir dos 70 anos, com maior incidência no sexo feminino.

Da população com incapacidade, os indivíduos do sexo masculino estão em maioria somente nos segmentos mais jovens, até aos 14 anos. Os restantes grupos etários são, predominantemente, e de forma crescente (com exceção do último escalão), constituídos por mulheres.

Relativamente ao concelho das Caldas da Rainha, com base nos gráficos seguintes, é possível verificar que 9045 habitantes (17,4% da população total residente) tem, pelo menos, uma incapacidade. Quando analisada a população residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldade, verifica-se que a maior incidência de pessoas que não conseguem realizar a ação se centra nas dificuldades de andar ou subir degraus, seguido da dificuldade em ver e dos problemas de memória ou concentração com 2700, 1611 e 1538 pessoas, respetivamente.

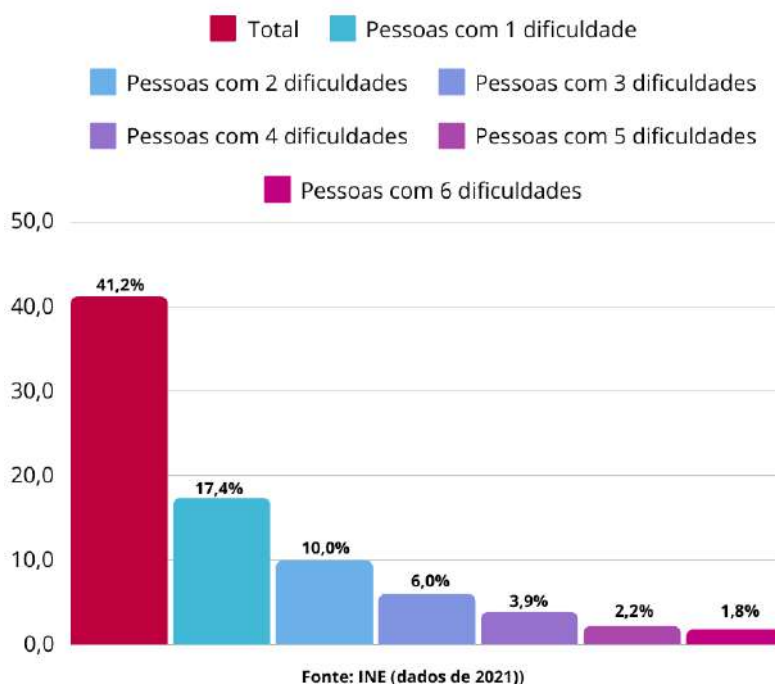


Figura 32 - População residente com pelo menos uma dificuldade, no concelho das Caldas - dados de 2021¹¹⁵

¹¹⁵ Fonte: INE - População residente com pelo menos uma dificuldade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024 - Município), Tipo de agregado doméstico privado (Com base nos núcleos familiares - Censos 2021) e Dimensão (indivíduos com dificuldades); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021
Última atualização dos dados: 10 de abril de 2024

Relativamente ao Município das Caldas da Rainha, a percentagem de residentes com pelo menos uma dificuldade é ligeiramente inferior à média nacional (17,4% para 17,7% em Portugal), sendo o 3º concelho do Oeste com o maior número de pessoas com pelo menos uma incapacidade ([Tabela 130](#)).

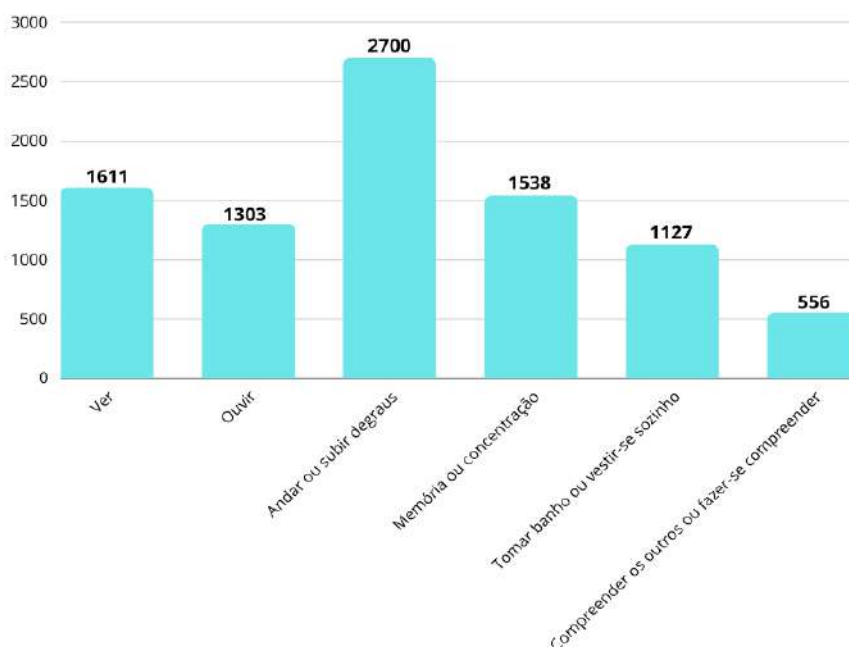


Figura 33 - População residente por tipo de dificuldade, no concelho das Caldas - dados de 2021¹¹⁶

Existem dois fatores são referidos por contribuírem para uma alteração do panorama das pessoas com deficiência em Portugal: i) o envelhecimento da população, com a inerente perda de capacidades funcionais; e ii) a evolução dos cuidados perinatais, em especial a assistência ao parto, que tem permitido uma crescente taxa de sobrevivência de crianças nascidas em condições de risco, mas por vezes sem evitar a existência de sequelas, levando a um aumento de crianças com deficiência, em especial com múltiplas deficiências, (Encarnação, Azevedo, e Londral, 2015).

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) constitui-se assim como uma dimensão fundamental no contributo para o desenvolvimento saudável nas primeiras idades, para crianças que estão em risco grave de atraso no desenvolvimento e/ou apresentam alterações nas funções ou estruturas do corpo, limitadoras da sua participação em atividades típicas para a respetiva idade e contexto social. Nessa perspetiva procura-se, o mais

¹¹⁶ Fonte: INE: População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades (N.º de dificuldades) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024 - Município), Tipo de agregado doméstico privado (Com base nos núcleos familiares - Censos 2021), Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Última atualização dos dados: 10 de abril de 2024

precocemente possível, o desenvolvimento e o potenciar das possibilidades de aprendizagem e das competências que permitam minimizar incapacidades e restrições à participação e promover a sua autonomia, e desde logo a facilitação da sua inclusão educativa. A intervenção precoce é reconhecida como uma estratégia eficaz para minimizar as dificuldades no desenvolvimento e promover a inclusão social e educativa das crianças. O nº de crianças sinalizadas e em atendimento tem vindo anualmente em crescendo.

Também as políticas de Educação em Portugal fizeram um significativo percurso para a construção de uma cultura educacional inclusiva, numa desconstrução da ideia de que os alunos com deficiência são “casos especiais” e não pertencem “de corpo inteiro” à escola. Tem-se procurado efetivar o direito a que a todos e a cada um dos alunos seja viabilizado o acesso à aprendizagem de acordo com a sua condição e as aquisições após o percurso de escolaridade obrigatória reflitam um nível de habilitação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Este foi também o caminho seguido no concelho e também para estas idades o número de crianças com medidas especiais para a promoção da aprendizagem tem aumentado.

Relativamente à integração profissional, os dados disponibilizados pelo IEFP em 2023 indicam melhorias em termos do desemprego registado das pessoas com deficiência. Em dezembro de 2022, havia 13 253 pessoas com deficiência desempregadas e inscritas nos Centros de Emprego, menos 2,4% face ao período homólogo de 2021. Ainda assim, o valor registado em 2022 não atingiu o limite mínimo observado em 2019, refletindo, entre outros fatores, o impacto da pandemia por Covid-19, após uma tendência continuamente decrescente entre 2016 e 2019. Assinalou-se, ainda, um aumento das mulheres com deficiência inscritas entre 2016 e 2022, em 7 p.p. (de 42% para 49%), indiciando maior dificuldade destas no acesso ao emprego.

Os dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), disponíveis no Eurostat, evidenciavam que, em 2022, em Portugal, a diferença na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência (disability employment gap) foi de 13,1 pontos percentuais (um decréscimo de 3,1 p.p. face a 2021), enquanto na UE-27 essa diferença foi de 21,4 p.p. (observando-se um decréscimo de 1,7 p.p. em relação a 2021). Em termos de diferenças por sexo, observou-se, no período entre 2016 e 2022, uma maior disparidade entre homens com e sem deficiência do que entre mulheres com e sem deficiência, sendo essa diferença de 15,8 p.p. e de 10,3 p.p., respetivamente, em 2022. Constatou-se ainda que, ao longo do período em referência, a diferença na taxa de emprego entre pessoas com e sem deficiência foi sempre menor em Portugal, do que na média dos países da UE-27.

As incapacidades e as dificuldades no acesso à habilitação, qualificação e emprego deixam as pessoas particularmente vulneráveis à pobreza e à exclusão e estigmatização social e estas situações tendem a reproduzir-se socialmente. Caldas da Rainha é um concelho que firma a cidadania nos valores da igualdade e

nos princípios da igualdade de oportunidades e de inclusão. Assim, as políticas sociais de apoio às pessoas com incapacidade e suas famílias/significativos exigem ações multinível e são localmente articuladas entre os serviços da autarquia, as entidades de resposta concelhia e os serviços do ISS.

Dados estatísticos

Tabela 79 – Número de beneficiários de apoios sociais, no concelho¹¹⁷

Apoio Social			
	N.º de beneficiários 2022	N.º de beneficiários 2023	N.º de beneficiários 1º Semestre de 2024
Subsídio de apoio ao cuidador informal principal	14	30	37
Subsídio por assistência a filho com deficiência/doença crónica	3	7	5
Bonificação por deficiência	309	302	296
Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial	62	79	57
Subsídio por assistência de 3ª pessoa	38	42	39
Complemento por dependência	1 394	1 423	1 357
Prestação Social para a Inclusão	602	708	781

Tabela 80 – Número de pensionistas ativos em dezembro de 2022 e 2023, no concelho¹¹⁸

Pensão	Sexo	Regime Contributivo		Regime não Contributivo	
		N.º pensionistas 2022	N.º pensionistas 2023	N.º pensionistas 2022	N.º pensionistas 2023
Invalidez	M	452	436	a)	a)
	F	462	452	a)	a)
	T	914	888	a)	a)
Velhice	M	4 790	4 931	47	45
	F	5 392	5 498	92	89
	T	10 182	10 429	139	134
Sobrevivência	M	655	668	8	6
	F	2 902	2 930	14	13
	T	3 557	3 598	22	19

a) A pensão de invalidez do regime não contributivo foi integrada na Prestação Social para a Inclusão

¹¹⁷ Fonte: Centro Distrital de Leiria, ISS, IP (novembro de 2024).

¹¹⁸ Fonte: Centro Distrital de Leiria, ISS, IP (novembro de 2024).

11.1.2. Respostas e equipamentos sociais

Equipa Local de Intervenção Precoce de Caldas da Rainha e Óbidos

A Intervenção Precoce na Infância (IPI) é um programa essencial que visa promover o desenvolvimento saudável de crianças dos 0 aos 6 anos que apresentam alterações nas funções ou estruturas corporais, limitando a sua participação em atividades típicas da sua idade e contexto social, ou que estão em risco de atraso grave no desenvolvimento. Este apoio é crucial, pois beneficia não só as crianças, mas também as suas famílias, ao assegurar uma resposta integrada e coordenada nas áreas de educação, saúde e ação social, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro. Esta abordagem multidisciplinar permite uma resposta abrangente e adaptada às necessidades de cada criança, promovendo uma base sólida para o seu desenvolvimento e inclusão.

As Equipas Locais de Intervenção (ELI) são fundamentais para atingir os objetivos do programa de IPI. Compostas por profissionais de educação, saúde e ação social, as ELI adotam uma abordagem centrada na família, reconhecendo o papel vital dos cuidadores primários no desenvolvimento das crianças. Estas equipas trabalham de forma colaborativa para oferecer apoio personalizado, adaptado às necessidades específicas de cada criança e da sua família. Esta metodologia centrada na família reforça o vínculo entre o apoio técnico e o ambiente familiar, favorecendo o desenvolvimento da criança em contextos que promovam a sua segurança e participação ativa.

A missão das ELI é identificar precocemente as necessidades das crianças e das suas famílias, intervindo de forma rápida e eficaz. As suas atividades incluem uma avaliação contínua do desenvolvimento das crianças, a implementação de planos de intervenção personalizados e a promoção de ambientes que facilitem a plena participação das crianças em atividades apropriadas à sua idade e contexto social. Para isso, as ELI colaboram estreitamente com outras entidades locais, assegurando que as famílias acedam a todos os recursos e apoios necessários, o que é essencial para o bem-estar das crianças e para a criação de condições que promovam o seu desenvolvimento integral.

Na região de Caldas da Rainha e Óbidos, a ELI tem sede no Agrupamento de Escolas D. João II e opera conforme o modelo legal do **Serviço Nacional de Intervenção Precoce na Infância (SNIPI)**. Esta atuação é coordenada entre o Ministério da Educação, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, promovendo uma resposta eficaz e integrada. O número de crianças acompanhadas nos últimos anos letivos pela **ELI de Caldas da Rainha – Óbidos** está documentado nas tabelas seguintes, refletindo o impacto significativo do programa. As intervenções são realizadas em contextos naturais, como o domicílio, creches e

equipamentos de educação pré-escolar, garantindo que o apoio se adapta ao ambiente cotidiano da criança, o que facilita a integração e o desenvolvimento saudável.

Tabela 81 – Número de crianças acompanhadas pela ELI, no concelho¹¹⁹

	Ano letivo 2022/2023	Ano letivo 2023/2024
N.º de crianças acompanhadas pela ELI	111	137

Tabela 82 – Contexto de Atendimento das crianças em acompanhamento pela ELI¹²⁰

N.º de crianças acompanhadas pela ELI	Ano letivo 2022/2023	Ano letivo 2023/2024
IPSS		
Associação Social e Cultural Paradense	7	9
Associação Social de Educação de Salir de Matos	2	7
Centro de Apoio Social da Freguesia de São Gregório	1	1
Centro Social e Paroquial de Caldas da Rainha	2	4
Centro Social e Paroquial de Santa Catarina	5	5
Colégio “O Brinquinho”	4	4
Colégio “O Picapau Amarelo”	1	0
Colégio Rainha D. Leonor	5	4
Infancoop - Cooperativa de pais trabalhadores para apoio à infância	9	12
Jardim de Infância Dr. Leonel Sotto Mayor (SCMCR)	3	9
Koalas	6	6
Nuclisol Jean Piaget - Associação para o Desenvolvimento da Criança, Integração e Solidariedade	6	6
Agrupamento de Escolas Raúl Proença		
JI do Bairro dos Arneiros	7	7
Centro Escolar de Santo Onofre	6	7
JI do Bairro das Morenas	6	3
JI do Nadadouro	2	4
JI de São Cristóvão	3	3
JI da Foz do Arelho	2	1
Agrupamento de Escolas D João II		
JI do Avenal	3	6
JI do Campo	3	5
JI do Coto	3	2
JI do Casal Celão	x	1
JI de Salir de Matos	2	2
JI de de Nossa S.ra do Pópulo	5	6

¹¹⁹ Fonte: ELI de Caldas da Rainha - Óbidos (novembro de 2024).

¹²⁰ Fonte: Estabelecimentos do ensino pré-escolar (outubro de 2024) e ELI de Caldas da Rainha - Óbidos (novembro de 2024).

N.º de crianças acompanhadas pela ELI	Ano letivo 2022/2023	Ano letivo 2023/2024
JI do Reguengo da Parada	3	4
JI da Lagoa Parceira	1	1
JI de Tornada	3	2
Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro		
JI de Alvorninha	2	3
JI de Carvalhal Benfeito	3	1
JI de Santa Catarina	1	2
JI de A-dos-Francos	1	5
JI de Casais da Serra	1	1
Domicílio	5	4

Educação Inclusiva

A educação inclusiva no concelho das Caldas da Rainha segue as diretrizes das políticas nacionais, visando garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com incapacidades, tenham acesso a um ambiente escolar inclusivo e adaptado às suas necessidades. Desde 2012, todos os agrupamentos de escolas do concelho implementaram medidas de suporte e apoio conforme determinado nos planos educativos individuais de cada aluno e em conformidade com o quadro legislativo em vigor.

O Decreto-Lei n.º 54/2018, que estabelece os princípios da educação inclusiva, promove uma visão integrada e contínua da escolaridade obrigatória, baseada no conceito de **Desenho Universal para a Aprendizagem** e na **abordagem multinível ao currículo**. Este modelo prioriza a flexibilidade curricular, o acompanhamento e monitorização sistemáticos da eficácia das intervenções, e um diálogo contínuo entre docentes, pais e encarregados de educação. A legislação propõe também medidas de apoio à aprendizagem organizadas em três níveis de intervenção:

1. **Intervenções Universais** – Disponíveis para todos os alunos e focadas na inclusão geral e acessibilidade;
2. **Intervenções Seletivas** – Dirigidas a alunos com necessidades adicionais, que requerem apoio suplementar para o seu sucesso educativo;
3. **Intervenções Adicionais** – Destinadas a alunos com necessidades de suporte intenso e contínuo, assegurando uma resposta educativa individualizada.

Estas medidas buscam proporcionar a cada aluno uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses, e garantindo que todos, independentemente das suas limitações, possam beneficiar de uma educação de qualidade.

Para apoiar estas práticas, as **equipas multidisciplinares** foram redefinidas, com responsabilidades ampliadas na identificação das medidas de suporte necessárias para cada aluno. Estas equipas desempenham um papel central na adaptação do currículo e na criação de um ambiente de aprendizagem inclusivo e acessível.

Adicionalmente, o concelho conta com o **Centro de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação (CRIT)**, localizado no Agrupamento de Escolas Raúl Proença. Este centro oferece apoio não apenas às escolas do concelho das Caldas da Rainha, mas também a outros 10 concelhos da região, constituindo um recurso essencial para a integração de tecnologias de apoio que facilitam o acesso ao currículo e a aprendizagem para estudantes com necessidades educativas especiais.

Apesar dos progressos realizados, persiste a necessidade de fortalecer os recursos humanos e físicos para que as escolas possam responder de forma eficaz e abrangente às diversas necessidades dos alunos. O aumento de recursos especializados e de apoio adicional é essencial para consolidar a educação inclusiva e assegurar que cada estudante possa desenvolver-se plenamente num ambiente educativo adaptado e inclusivo.

Tabela 83 – Nº de alunos c/ medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão atendidos nos Agrupamentos de Escolas¹²¹

Educação Inclusiva	Nº de beneficiários por Agrupamento Escolas					
	D. João II		Rafael Bordalo Pinheiro		Raúl Proença	
	2022/2023	2023/2024	2022/2023	2023/2024	2022/2023	2023/2024
CRI – Centro Recursos para a Inclusão	45	65	29	32	59	59
RTP - Relatório Técnico Pedagógico	119	135	x	X	x	x
PEI - Programa Educativo Individual	7	10	11	10	23	23
PIT - Plano Individual de Transição	1	0	11	10	5	5
UEE - Unidades de Ensino Estruturado	5	7	0	X	18	19
UM - Unidades de Multideficiência	1	1	1	x	0	0
Apoio Especializado Surdo cegueira	x	x	0	x	4	4
Apoio à Aprendizagem	x	24	130	110	117	115 ¹²²
SPO - Serviço de Psicologia e Orientação	x	x	177	181	x	x

x – Valor não disponível

Tabela 84 – Nº de alunos c/ medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão atendidos nas escolas do Ensino Privado Lucrativo¹²³

Educação Inclusiva	Colégio Rainha D. Leonor		Colégio Frei Cristóvão	
	2022/2023	2023/2024	2022/2023	2023/2024
PEI - Programa Educativo Individual	4	3	1	1
PIT - Plano Individual de Transição	4	3	0	0
Apoio à Aprendizagem	36	34	68	69

¹²¹ Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho (setembro de 2024).

¹²² 23 alunos beneficiaram de medidas adicionais.

¹²³ Fonte: Escolas do ensino privado lucrativo (outubro de 2024).

Respostas Formativas e Respostas Sociais

O Estado implementa a política nacional de prevenção, habilitação e reabilitação para a promoção da participação e integração social dos cidadãos com incapacidades e de apoio às suas famílias, muitas vezes com protocolos de cooperação com outras entidades, no sentido da efetiva observância dos seus plenos direitos. O concelho de Caldas da Rainha tem serviços específicos para esta população, na área da formação e **6 respostas sociais** protocoladas em acordo de cooperação entre o ISS e o Centro de Educação Especial R. D. Leonor, sendo que a resposta de Intervenção Precoce é parte integrante da Equipa Local de Intervenção (ELI) de Caldas da Rainha e Óbidos. Estão abaixo descritas as capacidades de atendimento e de utilização respetivas, e saliente-se que a lista de espera para Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão e Lar Residencial evidencia uma manifesta insuficiência de atendimento nestas respostas sociais.

Tabela 85 – Respostas sociais protocoladas pelo ISS com o CEERDL ¹²⁴

Respostas Sociais	Acordo de Cooperação com ISS	Capacidade		N.º de Beneficiários		Lista de Espera
		2022	2023	2022	2023	1º Semestre 2024
Intervenção Precoce	60	60	60	83	82	-
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	80	80	80	84	83	75
Centro de Atendimento, Acompanhamento e Reabilitação Social (CAARPD)	75	60	75	97	96	-
Lar Residencial (LR)	39	39	39	39	40	72
Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)	7	7	7	7	7	5
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)	24	40	40	21	23	-

¹²⁴ Fonte: Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor (setembro de 2024).

Tabela 86– Respostas Formativas no CEERDL¹²⁵

Resposta Formativa	Programa do QREN	Capacidade Aprovada		N.º de Beneficiários		N.º de Benef. Previstos
		2023	2024 e 2025	2023	2024	1º Semestre 2025
Centro de Reabilitação Profissional (CRP)	POISE QREN 2020	79	81	109	63	-
Centro de Reabilitação Profissional (CRP)	PESSOAS QREN 2030	-	60	-	23	32

Inclusão Profissional

O IEPF disponibiliza um Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade, oferecendo suporte técnico e financeiro para promover políticas que visam o emprego e a qualificação dessas pessoas em idade ativa. Trata-se de um conjunto abrangente de medidas que disponibiliza diversas formas de apoio, facilitando o acesso ao mercado de trabalho, além de garantir a permanência e o desenvolvimento profissional.

Na região de Caldas da Rainha, essas iniciativas de formação e emprego têm beneficiado a população com deficiências, proporcionando trajetórias profissionais que incluem todas as etapas e recursos necessários para a inserção desses indivíduos no mercado de trabalho.

Tabela 87 – Número de beneficiários dos programas de emprego e apoio às pessoas com deficiência e incapacidade, no concelho¹²⁶

Programas	2022	2023
Centro de Reabilitação Profissional (CRP) - CEERDL	116	109
Emprego Apoiado - Estágios de Inserção	6	6
Emprego Apoiado - Contratos Emprego -Inserção	16	15
Emprego Apoiado - Emprego Protegido	96	94
Ocupação em empresa	8	7
Apoios à Integração, Manutenção e Reintegração no Mercado de Trabalho - Acompanhamento pós-colocação	92	86

¹²⁵ Fonte: Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor (setembro de 2024).

¹²⁶ Fonte: Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor (setembro de 2024).

Tabela 88 – Número de alunos com necessidades especiais nas escolas profissionais e de ensino superior do concelho¹²⁷

Entidade	2022/2023	2023/2024
ESAD – Escola Superior e Artes e Design	39	44
ETEO – Escola Técnica Empresarial do Oeste	28	30
EHT Oeste – Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste	3	4

Tabela 89 – Número de beneficiários das medidas de Apoio ao Emprego (na área da deficiência) no concelho¹²⁸

Medidas de Apoio ao Emprego	2022	2023	1º Semestre de 2024
CEI+	19	24	11
Estágios Emprego Inserção	8	8	2
EAMA	21	29	25

Balcão de Inclusão - Câmara Municipal das Caldas da Rainha

O Balcão de Inclusão presta informação e mediação especializada e acessível às pessoas com deficiência e/ou incapacidade, às suas famílias, organizações e outros que direta ou indiretamente intervêm na área da deficiência. O Balcão da Inclusão teve início em julho de 2024, tendo efetuado 5 atendimentos até setembro de 2024.

Produtos de Apoio

Os produtos de apoio definem-se como “qualquer produto (incluindo dispositivos, equipamentos, instrumentos, tecnologia e software), especialmente produzido ou geralmente disponível, para prevenir, compensar, monitorizar, aliviar ou neutralizar as incapacidades, limitações das atividades e restrições na participação” (Norma ISO 9999:2007), citado por Segurança Social.

O financiamento dos produtos de apoio é realizado no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio (SAPA) que é composto por entidades prescritoras, entidades financiadoras e uma entidade gestora.

A entidades financiadoras no nosso concelho (**apoio pecuniário**) são:

- Instituto da Segurança Social, I.P.;
- IEFP, I.P. – Centro de Emprego de Oeste Norte – Serviço de Emprego de Caldas da Rainha;

¹²⁷ Fontes: ESAD (setembro de 2024), ETEO (setembro de 2024) e EHT Oeste (outubro de 2024).

¹²⁸ Fonte: IEFP, I.P. – Centro de Emprego de Oeste Norte – Serviço de Emprego de Caldas da Rainha (setembro de 2024).

- Unidade Local de Saúde do Oeste – Cuidados hospitalares.

No concelho das Caldas da Rainha, a disponibilização destes produtos é também efetuada título de **empréstimo** pelas seguintes entidades:

- Câmara Municipal das Caldas da Rainha, através do Balcão da Inclusão;
- Unidade Local de Saúde do Oeste – Cuidados de saúde primários;
- Associação Social e Cultural Paradense;
- Associação Nossa Sra. da Graça da Ramalhosa;
- Bombeiros Voluntários das Caldas da Rainha;
- Liga dos amigos do hospital.

Tabela 90 - Produtos de apoio financiados no concelho, por ano¹²⁹

Entidade	Nº de Produtos de Apoio			Nº de Beneficiários		
	2022	2023	1º Semestre 2024	2022	2023	1º Semestre 2024
Instituto da Segurança Social, IP	30	20	5	6	4	3

Tabela 91 - Número de produtos de apoio disponibilizados pelas diferentes entidades¹³⁰

Entidade	2022	2023	1º Semestre de 2024
Associação de Voluntariado de Nossa Sra. da Graça da Ramalhosa	53	50	35
Associação Social e Cultural Paradense	44	52	52
Câmara Municipal das Caldas da Rainha (Balcão da Inclusão)	15	60	98

11.2. Doença Mental e Incapacidade

11.2.1. Caracterização

A Sociedade Portuguesa de Psiquiatria e Saúde Mental (SPPSM) indica que o país apresenta uma das mais elevadas prevalências de doenças psiquiátricas na Europa. Aproximadamente 23% da população é anualmente afetada por perturbações psiquiátricas, com as perturbações de ansiedade a representarem 16,5% e as

¹²⁹ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço (novembro de 2024).

¹³⁰ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço (outubro e novembro de 2024).

perturbações depressivas 7,9% desse total (SPPSM, 2013). Estas condições, embora muitas vezes tratáveis, têm um impacto significativo na vida das pessoas, nas suas famílias e na sociedade.

Nas Caldas da Rainha, estas dinâmicas refletem-se claramente. As dificuldades de acesso a cuidados de saúde, a carência de recursos especializados e o estigma associado às doenças psiquiátricas continuam a ser obstáculos significativos para uma resposta adequada às necessidades da população. A integração social e profissional das pessoas afetadas é um desafio contínuo, exigindo uma ação concertada por parte das autoridades de saúde, organizações sociais e da comunidade.

As perturbações mentais e do comportamento representam uma parte substancial da carga global de doenças em Portugal, superando as doenças oncológicas e aproximando-se das doenças cérebro-cardiovasculares (Direção-Geral da Saúde [DGS], 2004). Este cenário exige atenção renovada dos decisores políticos e a implementação de estratégias eficazes de prevenção, diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação.

A reabilitação psicossocial, a ocupação terapêutica, a habilitação funcional e a reintegração laboral e escolar devem ser prioridades, assegurando que as pessoas afetadas possam ter ou retomar uma vida de plena cidadania e um papel participativo na sociedade.

Com uma abordagem coordenada e baseada em evidências, é possível melhorar a condição das pessoas com doença mental e reduzir o impacto das perturbações psiquiátricas na população das Caldas da Rainha.

11.2.2. Respostas e equipamentos sociais

Programa Nacional para a Saúde Mental (PNSM)

O **Programa Nacional para a Saúde Mental (PNSM)**, é um Programa prioritário da Direção Geral da Saúde e um dos seus objetivos é a implementação de programas de promoção do bem-estar e da saúde mental da população e da prevenção, tratamento e reabilitação das doenças mentais.

Defende que a reabilitação e integração social das pessoas afetadas por problemas mentais, confere-lhes o pleno direito à cidadania. Sendo o apoio, cuidados, tratamento e a reabilitação destas pessoas fator chave para o seu envolvimento e integração na família, na escola, nos locais de trabalho e na comunidade.

A Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), integra os **Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM)**, que contempla as seguintes tipologias de resposta: Residências de Treino de Autonomia, Unidades Sócio Ocupacionais, Residências de Apoio Máximo, Residências de Apoio Moderado e Equipas de Apoio Domiciliário.

No entanto, o concelho de Caldas da Rainha não tem qualquer das respostas integradas nos Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (CCISM).

Para pessoas com problemas do foro psiquiátrico só existe no concelho uma resposta social de suporte, e que aliás é única no distrito de Leiria, o **Fórum Sócio Ocupacional – CEERDL**. Não existindo respostas sociais como Unidade de vida autónoma, Unidade de vida apoiada e Unidade de vida protegida. No entanto, as situações de comorbilidade, tem vindo a ser atendidas em respostas sociais para a deficiência que integram pessoas com duplo diagnóstico.

Tabela 92 - Fórum Sócio-ocupacional CEERDL¹³¹

Respostas Sociais	Acordo de Cooperação	Capacidade		N.º de Beneficiários		Lista de Espera
		2022	2023	2022	2023	1º Semestre 2024
Fórum Sócio Ocupacional (FSO) - CEERDL	15	15	15	19	17	20

Cuidados de Saúde

O **Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental da Unidade Local de Saúde do Oeste (ULSO) – Cuidados Hospitalares**, tem tido fases de maior e menor capacidade de atendimento, sendo emergente o seu redimensionamento de resposta. A procura de melhoria contínua do acesso e dos cuidados de saúde no concelho tem que incluir a discriminação positiva no acesso e atendimento clínico a pessoas com doença mental, em quadros mais agravados e o suporte às suas famílias.

No concelho de Caldas da Rainha o **Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental da ULSO**, tem prestado este apoio em consulta de Psiquiatria, Psicologia e Atendimento de Enfermagem, com crescente dificuldade em responder a pedidos iniciais e ao acompanhamento dos utentes em tratamento por escassez de recursos.

A **Unidade de Saúde Local do Oeste - Cuidados de Saúde Primários (CPS)**, no âmbito do Núcleo de Saúde Mental, faz atendimento de enfermagem a toda a área de abrangência do CPS. Disponibiliza aproximadamente 20 horas semanais para avaliação/atendimento de enfermagem em Saúde Mental.

¹³¹ Fonte: aguardar dados

12. HABITAÇÃO

12.1. Caracterização

O aumento dos preços das habitações, das rendas e do custo de vida está a tornar-se insustentável para muitas pessoas, limitando o acesso à habitação e dificultando o cumprimento das despesas básicas. O desemprego, aliado ao aumento das despesas, constituem causas para a dificuldade de acesso a habitação condigna, que se refletem de forma imediata na qualidade de vida das populações.

No concelho das Caldas da Rainha, este problema está longe de ser resolvido, sendo ainda real um número significativo de pessoas que vivem em condições de precariedade ao nível habitacional, por não terem capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada, nem para assegurar a intervenção/melhorias nas suas habitações, vivendo, por conseguinte, em condições habitacionais indignas.

Em 2021, havia no concelho das Caldas da Rainha quase 20 mil edifícios com função habitacional, totalizando 31 609 alojamentos familiares, a que acrescem 42 alojamentos coletivos. A maioria dos alojamentos está na cidade, sendo que 57% dos alojamentos se localizam nas freguesias de Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório e Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro (*Quartenaire Portugal, 2024*).

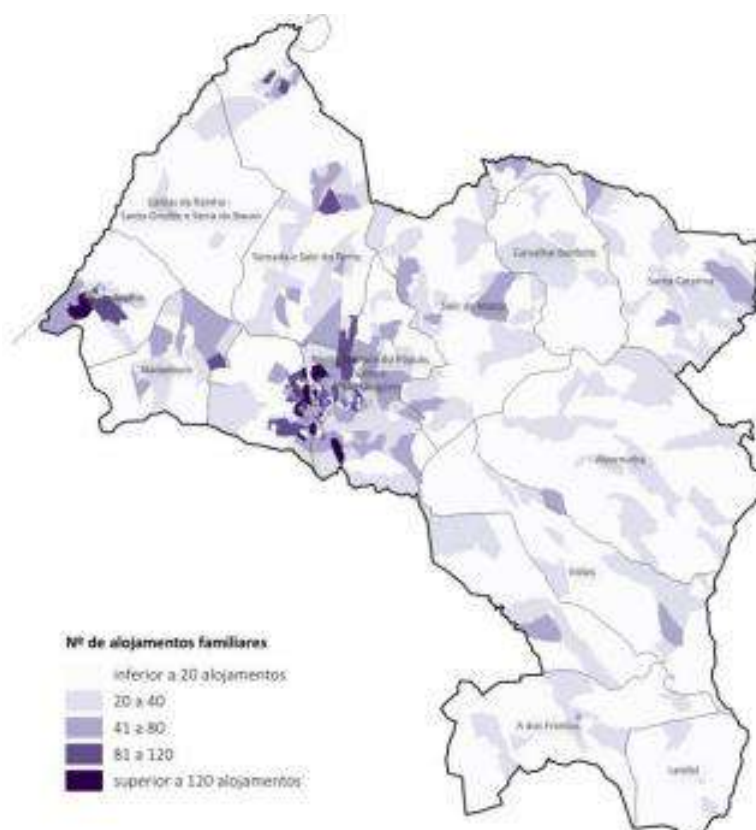


Figura 34 - Número de alojamentos familiares, por subsecção, 2021¹³²

Entre 2011 e 2021, o número de alojamentos existentes no concelho registou um aumento de 3,6%, bastante menos expressivo que o registado na década anterior (9,5%), denotando uma desaceleração do ritmo de construção de alojamentos. O incremento dos alojamentos foi mais expressivo nas freguesias de Nadadouro e A-dos Francos e noutras freguesias do litoral e do sul do concelho e menos expressivo ou negativo nas restantes, no interior/norte do concelho (Alvorninha, Carvalhal Benfeito e Salir dos Matos registaram uma quebra do número de alojamentos familiares) (*Quartenaire Portugal, 2024*).

Comparando com a evolução da população residente e mesmo dos agregados familiares, é evidente que o crescimento do parque habitacional ultrapassa o ritmo de crescimento dos potenciais residentes o que está em linha com o reforço da afetação de fogos a outros usos que não a ocupação como habitação permanente (seja para uso sazonal, seja para fins turísticos) ou o crescente número de fogos vagos (*Quartenaire Portugal, 2024*).

¹³² Fonte: INE, Censos 2021.

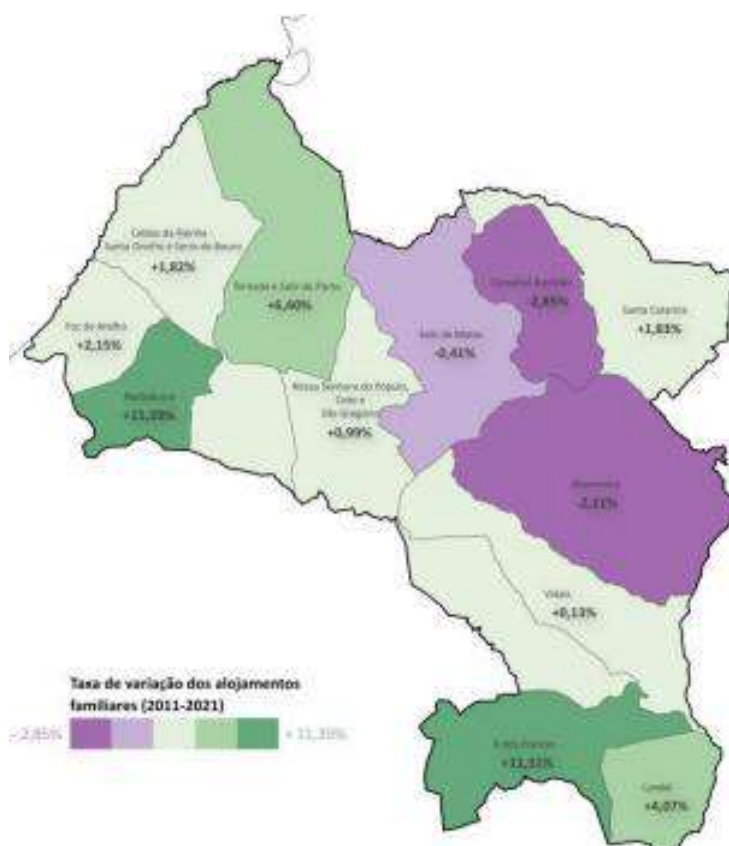


Figura 35 – Taxa de variação dos alojamentos familiares, por freguesia, 2011-2021¹³³

Há a salientar que a procura de **habitação social** tem vindo a aumentar, problemática que se evidenciou na sequência de novas situações de desemprego e no aumento do custo das rendas habitacionais.

No que concerne aos pedidos de habitação social no concelho, no mês de **outubro de 2024** existiam **109 pedidos ativos**.

¹³³ Fonte: INE, Censos 2011 e 2021.

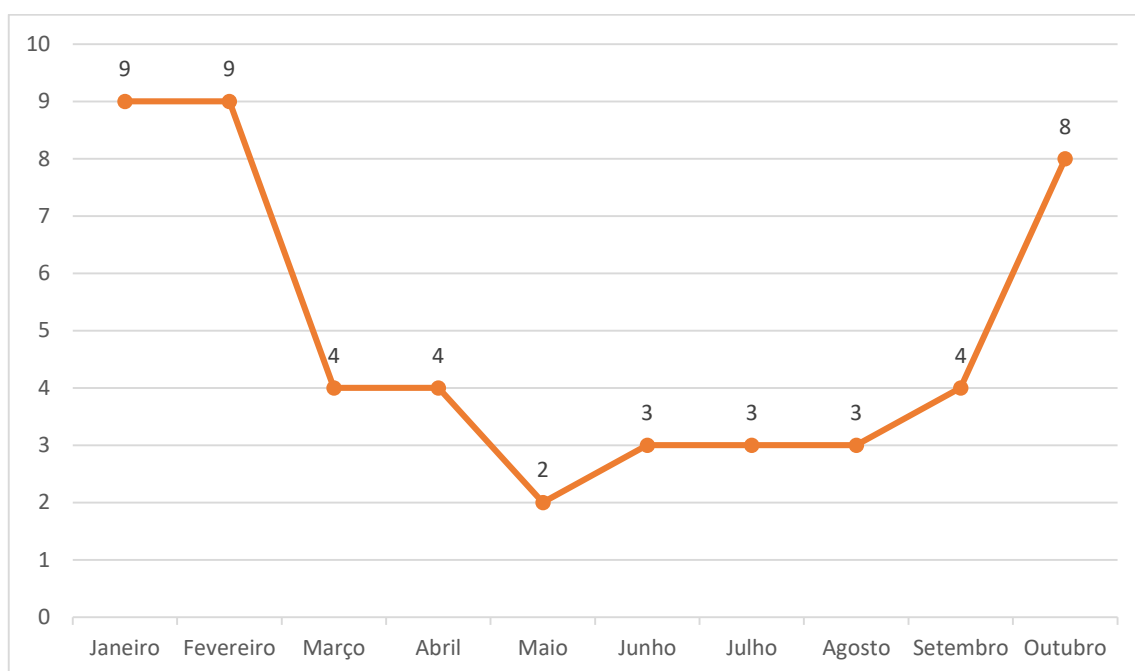


Figura 36 - Número de pedidos de habitação social (2024)¹³⁴

12.2. Respostas e equipamentos sociais

Estratégia Local de Habitação (ELH)

A **Estratégia Local de Habitação (ELH)**, focalizada no âmbito definido pelo 1º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, tem como objetivo assegurar ao Município um instrumento programático orientador para os próximos anos, em matéria de priorização e tipologia de soluções habitacionais para as famílias em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada (Decreto-Lei 37/2018).

Na sequência da aprovação da Estratégia em Assembleia Municipal a 24/05/2022, foi assinado o protocolo com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) em 07/06/2023, com definição das soluções habitacionais da Estratégia aprovada e respetivo acordo de financiamento.

A sua elaboração, operacionalização e implementação obriga a uma transversalidade de áreas de atuação e conhecimento técnico que determinou a constituição de uma Equipa Multidisciplinar, envolvendo várias estruturas orgânicas do Município, nomeadamente a Unidade de Desenvolvimento Social.

¹³⁴ Este gráfico foi contruído com base nos valores da [Tabela 144](#).

Tabela 93 – Pilares Estratégicos, definidas na Estratégia Local da Habitação (ELH) ¹³⁵

	PE 1 Apoiar a resolução das condições habitacionais indignas dos proprietários mais vulneráveis REABILITAÇÃO	PE 2 Inverter as condições habitacionais indignas das famílias residentes em habitação social REABILITAÇÃO CONSTRUÇÃO AQUISIÇÃO	PE 3 Ampliar a resposta municipal às famílias em carência habitacional AQUISIÇÃO E REABILITAÇÃO
	Beneficiários diretos os agregados familiares	Beneficiário direto o Município	
Nº Agregados	63	10	21
Nº de Pessoas	114	26	33

Habitação Social

A habitação social existente no concelho está apresentada na tabela seguinte.

Tabela 94 - Habitação Social existente no Concelho ¹³⁶

Proprietários	N.º de Fogos	Tipologia	N.º de Arrendatários	N.º de contratos de arrendamento apoiado	Localização por freguesia
Câmara Municipal das Caldas da Rainha	19	Quartos - 7 T1 – 9 Fogos T2 – 6 Fogos T3 – 1 Fogo T4 – 1 fogo	24	10	Nossa Sr.ª do Pópulo – 6 Santo Onofre – 13
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana	36	T1 – 1 Fogos T2 – 5 Fogos T3 – 11 Fogo T4 – 9 fogo	76 ¹³⁷	31	Santo Onofre e Serra do Bouro

¹³⁵ Fonte: Estratégia Local da Habitação – Relatório final de 8 de abril de 2022.

¹³⁶ Fontes: Câmara Municipal das Caldas da Rainha (outubro de 2024) e IHRU – Equipa de Gestão Local e Direção (novembro de 2024).

¹³⁷ Valor incerto derivado à normal alteração de agregados.

Programa Arrendar para Subarrendar PAS

O Programa Arrendar para Subarrendar é uma das medidas inscritas no pacote Mais Habitação para aumentar o número de casas no mercado de arrendamento. Promovido pelo IHRU, I.P. este programa destina-se a arrendar imóveis e posteriormente subarrendá-los às famílias a preços acessíveis¹³⁸.

O IHRU dispõe de 1 fogo, de tipologia T3, no programa Arrendar para Subarrendar (PAS). O imóvel localiza-se na União das Freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro e está ainda em concurso, aguardando sorteio.

Lotes para Habitação Jovem

Em 2020, foi criado um Regulamento da **venda de lotes para construção em loteamentos municipais a jovens naturais ou residentes** no concelho das Caldas da Rainha. A venda dos lotes inclui a disponibilização de um projeto-tipo de arquitetura e contempla redução de taxas e isenção do Imposto Municipal sobre Imóveis. O Executivo municipal reconhece que esta solução tem algumas limitações, nomeadamente porque, embora os terrenos sejam acessíveis, o mesmo não se passa com a construção, o que afasta muitos jovens da possibilidade de recorrer a este instrumento municipal.

Em 2022, o Município adquiriu dois edifícios na cidade das Caldas da Rainha tendo em vista a sua reabilitação e arrendamento a jovens, contando com cerca de 20 fogos. Existe também a intenção de o Município construir um edifício para habitação jovem em A-dos-Francos.

As juntas de freguesia de **Alvorninha, Carvalhal Benfeito e Vidais** têm lotes de terreno para habitação jovem (lotes com baixo custo de aquisição, para jovens até aos 40 anos).

Incentivos à Reabilitação Urbana

No domínio dos incentivos à **reabilitação urbana**, destaca-se a criação de **16 ARU** no concelho: uma na cidade, a que corresponde uma ORU sistemática (o respetivo programa estratégico está em curso) e 15 ARU correspondentes aos núcleos consolidados das antigas sedes de freguesia e ainda o núcleo de Almofala, que deverão vir a corresponder a ORU simples.

¹³⁸ Fonte: <https://www.portaldahabitacao.pt/arrendar-para-subarrendar>

Para além dos previstos no quadro das ARU, o Município estabeleceu outros **benefícios fiscais**, nomeadamente a minoração do IMI no território municipal, com ênfase nos territórios periféricos, nos imóveis objeto de reabilitação fora das áreas delimitadas, nos imóveis com investimentos efetivos na qualidade térmica e eficiência energética e nos imóveis para fins de arrendamento que exerçam melhorias nas condições de habitabilidade (aplicação de taxas prevista no artigo 112.º do CIMI).

Ao nível da habitação, o SAAS do município das Caldas da Rainha, deu 27 de apoios económicos, no âmbito da habitação entre janeiro e junho de 2024, distribuídos da seguinte forma:

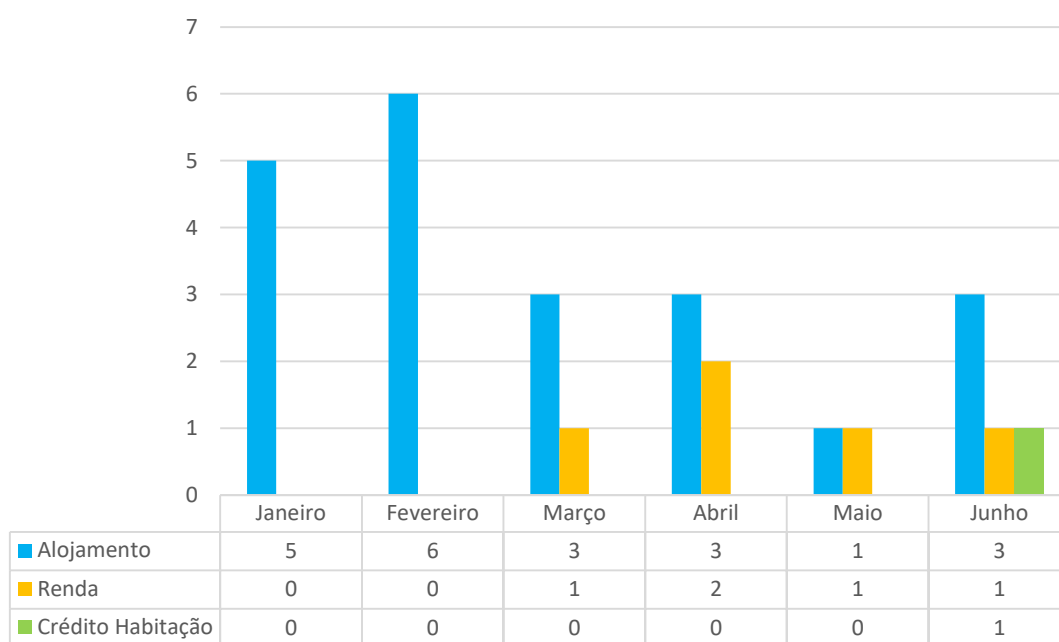


Figura 37 - Tipos de apoio económico do SAAS, ao nível da habitação (2024)

Programa Porta de Entrada - ACM

O Município das Caldas da Rainha assinou um Protocolo de Cooperação Institucional com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.) e o Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), enquadrado no Programa de Apoio ao Alojamento Urgente - Porta de Entrada, e nas medidas excecionais no âmbito da concessão de proteção temporária a pessoas deslocadas da Ucrânia, Decreto-Lei n.º 29/2018, de 4 de maio e Decreto-Lei n.º 24B/2022, de 11 de março.

Este Protocolo visa permitir a resolução das situações de grave carência habitacional de agregados familiares que, em virtude do movimento migratório despoletado por conflito no local de origem, a Ucrânia, necessitem de uma resposta habitacional de acolhimento em Portugal.

O referido Protocolo foi homologado pela Secretária de Estado da Habitação a 15.09.2023, ficando assim formalizada a cooperação e conjugação de esforços entre os 3 intervenientes, o IHRU que concede o apoio financeiro diretamente aos Agregados Familiares identificados e encaminhados pelo ACM, resultado da validação das necessidades desses Agregados Familiares e das soluções de alojamento identificadas pelo Município.

A identificação inicial do número de agregados familiares e propostas de soluções habitacionais, pelo Município ao ACM, decorreu em maio de 2022, pelo que, após receção do Protocolo homologado, e tendo em conta o tempo decorrido e as alterações conjeturas existentes, revelou-se premente uma reavaliação de cada uma das situações identificadas e das suas necessidades, processo que decorre à data, para posterior reporte e submissão ao IHRU, pelo Município, e subsequente execução do apoio deste Instituto aos Agregados Familiares.

Até meados de novembro de 2024, tinham sido submetidas 8 candidaturas a este programa.

13. CRIMINALIDADE E SEGURANÇA

Um dos grandes desafios colocados a uma sociedade, traduz-se em conseguir um equilíbrio entre segurança e liberdades. São direitos funcionalmente interdependentes, que impõem e exigem ao Estado a aplicação de políticas públicas de segurança adequadas, proporcionais e eficazes.

É através dos relatórios anuais de segurança interna em Portugal, que é possível ter uma visão do quadro crimínogeno nacional. De salientar que, ao nível das áreas territoriais, os dados disponíveis refletem-se, maioritariamente, a nível Nacional e Distrital.

13.1. Caracterização

A criminalidade em Portugal tem vindo a reduzir de forma sustentada ao longo dos últimos anos, atingindo níveis de criminalidade bastante baixos quando comparados com a grande maioria dos países desenvolvidos. Portugal é considerado um dos países mais seguros do mundo, o que lhe confere uma responsabilidade acrescida.

Melhorar e preservar este bem coletivo continua a ser uma obrigação e uma responsabilidade.

De acordo com os dados disponíveis e, comparando os anos 2021 e 2023, tanto em Portugal, como no Oeste e, especificamente, nas Caldas da Rainha, houve um aumento da criminalidade geral, sendo o crime mais predominante o crime contra o património que inclui o crime contra a propriedade, contra o património em geral, contra os direitos patrimoniais e outros contra o património.

No concelho, a maioria das vítimas, e também dos suspeitos, tem idade igual ou superior a 25 anos, como era de prever, por ser a faixa etária que inclui mais pessoas. Relativamente ao género, a maioria das vítimas e dos suspeitos são do sexo feminino, apesar de, no primeiro semestre de 2024, a maioria das vítimas ser do sexo feminino ([Tabela 97](#) – dados da GNR).

Relativamente à violência em escolas, no ano letivo 2023/2024, a PSP registou 13 ocorrências e no 1º semestre de 2024, 8 ocorrências. Os dados apresentados revelam a incidência de crimes nas escolas do concelho, com destaque para a tipologia de crimes e a distribuição por faixa etária e género dos agressores. Em 2023, foram registados um total de 13 crimes, com a maioria relacionada a ofensas corporais (4 casos) e injúrias/ameaças (5 casos). No primeiro semestre de 2024, ocorreram 8 crimes, distribuídos entre ofensas corporais (3 casos), injúrias/ameaças (2 casos) e outros tipos de crimes. Não foram reportados casos de furto ou ofensas sexuais neste período.

Analisando o perfil etário dos agressores, observa-se que, tanto em 2023 como no primeiro semestre de 2024, a faixa etária de 12 a 15 anos concentra o maior número de incidentes. Em 2023, ocorreram 3 casos com agressores masculinos nesta faixa, enquanto em 2024 o número manteve-se em 2 casos masculinos e 2 femininos. Os dados sugerem que os jovens nesta faixa etária representam um grupo de risco para envolvimento em atos de violência escolar, indicando a importância de intervenções preventivas e educativas focadas nesse segmento.

Estes dados reforçam a necessidade de estratégias de prevenção da violência nas escolas, especialmente entre os adolescentes, e de programas específicos de mediação de conflitos e promoção de competências sociais, visando reduzir o número de incidentes e melhorar o ambiente escolar.

Tabela 95 - Número de crimes registados pelas autoridades policiais¹³⁹

Tipologia de crime	Portugal		Oeste		Caldas da Rainha	
	2021	2023	2021	2023	2021	2023
Contra as pessoas	71 336	84 134	2 359	2 866	338	434
Contra o património	151 288	189 657	4 308	5 393	576	653
Contra a identidade cultura/integridade pessoal	367	171	3	8	x	x
Contra a vida em sociedade	44 439	34 410	915	1 521	82	135
Contra a Estado	6 744	7 713	185	262	30	22
Contra animais de companhia	1 919	1 729	78	55	4	4
Legislação Avulsa	30 817	37 250	685	1 048	79	105
Total	306 910	355 064	8 533	11 153	1 109	1 353

Tabela 96 - Número de crimes registados pela GNR¹⁴⁰

Tipologia de crime	2023	1º Semestre de 2024
Contra as Pessoas	138	75
Contra o Património	266	123
Contra a Vida em sociedade e o Estado	89	19
Outros	58	19
Total	551	236

Tabela 97 – Faixas etárias das vítimas e dos agressores (crimes registados pela GNR)¹⁴¹

Idade	Vítimas				Suspeitos			
	2023		1º Semestre de 2024		2023		1º Semestre de 2024	
	M	F	M	F	M	F	M	F
< 16 anos	3	5	3	4	4	0	0	0
16 a 24 anos	13	17	2	8	9	2	6	6
> 25 anos	193	171	77	104	92	43	39	15
Não determinada a Idade do suspeito por Sexo	5	6	1	2	60	23	31	12
Não determinado	58		25		57			

¹³⁹ Fonte: https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Crimes_registados_autoridades_policias.aspx

Última atualização dos dados: 28 de março de 2024

¹⁴⁰ Fonte: GNR – Comando Territorial de Leiria (outubro de 2024).

¹⁴¹ Fonte: GNR – Comando Territorial de Leiria (outubro de 2024).

Tabela 98 - Número de crimes realizados nas escolas do concelho¹⁴²

Tipologia de crime	2023	1º Semestre de 2024
Ofensas corporais	4	5
Injúrias/ameaças	2	2
Furto	1	1
Ofensa Sexual	1	0
Outros crimes	5	0
Total	13	8

Tabela 99 - Número de crimes realizados por grupo etário e sexo nas escolas do concelho¹⁴³

Grupo etário dos agressores (escolas)	2023 ¹⁴⁴			1º semestre 2024 ¹⁴⁵		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
6 –11 anos	0	0	0	3	2	1
12 – 15 anos	4	3	1	6	4	2
16 – 18 anos	6	5	1	4	2	2
>= 19 anos	2	2	0	0	0	0

13.2. Respostas

No concelho, são várias as entidades que intervêm em Segurança e Proteção, tais como: GNR, PSP, Proteção Civil, Bombeiros das Caldas da Rainha, Cruz Vermelha Portuguesa – Centro Humanitário Litoral Oeste Norte.

No combate à prevenção da criminalidade, existe igualmente o **Conselho Municipal de Segurança (CMS) das Caldas da Rainha** que é uma entidade de âmbito municipal, com funções de natureza consultiva, que visa promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre entidades que, na área do município das Caldas da Rainha, têm intervenção ou estão envolvidas na prevenção e na garantia de inserção social e de segurança e tranquilidade das populações.

Tem os seguintes objetivos:

- Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município;

¹⁴² Fonte: PSP (outubro de 2024).

¹⁴³ Fonte: PSP (outubro de 2024).

¹⁴⁴ Apesar do total de crimes ser de 13, só foi possível apurar o grupo etário e o género de 12.

¹⁴⁵ O total de agressores (13) é superior ao nº de crimes registado (8) porque alguns foram realizados por mais de um agressor.

- Formular propostas de solução para os problemas de marginalidade e segurança dos cidadãos na área do município das caldas da Rainha e participar em ações de prevenção;
- Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social na área do município;
- Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julgue oportuno e diretamente relacionadas com questões de segurança e inserção social

14. EMPREGO E FORMAÇÃO

14.1. Caracterização

Dados do Instituto Nacional de Estatística mostram que, ao longo de 2023, a taxa de desemprego nacional apresentou variações, com uma taxa de 6,5% registada no final do ano, dividida em 6,1% para homens e 6,9% para mulheres. Esta situação reflete um aumento em relação a 2022, quando a taxa foi de 6,1%, com uma redução significativa em comparação ao período pré-pandemia. A taxa de desemprego entre as mulheres continua a ser mais elevada, seguindo uma tendência observada nos anos anteriores.

No concelho de Caldas da Rainha, o número total de desempregados aumentou entre dezembro de 2022 e junho de 2024. Em dezembro de 2022, havia 1.202 desempregados, dos quais 703 eram mulheres e 499 eram homens. Esse número subiu para 1.229 em dezembro de 2023, com 761 mulheres e 468 homens, e atingiu 1.309 em junho de 2024, com 790 mulheres e 519 homens. A maioria dos desempregados estava inscrita há menos de um ano e procurava um novo emprego, o que sugere uma dinâmica de mercado que favorece a procura de novas oportunidades, mas também reflete uma alta rotatividade.

Em relação à faixa etária, o grupo dos 35-54 anos foi o mais afetado pelo desemprego em Caldas da Rainha. Em dezembro de 2022, esse grupo tinha 480 desempregados, número que subiu para 544 em dezembro de 2023 e 565 em junho de 2024. O grupo dos 55 anos e mais apresentou um leve aumento, passando de 336 desempregados em dezembro de 2022 para 317 em junho de 2024. Os jovens com menos de 25 anos e aqueles entre 25-34 anos também registaram um aumento no desemprego ao longo deste período, embora de forma menos acentuada.

No que diz respeito ao nível de escolaridade, o maior aumento no desemprego foi observado entre aqueles com o ensino secundário, que passaram de 464 desempregados em dezembro de 2022 para 629 em junho de 2024. Este grupo continua a ser o mais vulnerável, seguido por aqueles com o 3º ciclo do ensino básico, cujo número de desempregados também aumentou ao longo do mesmo período.

As colocações no mercado de trabalho aumentaram ligeiramente de dezembro de 2022 a dezembro de 2023, passando de 18 para 38 colocações, mas caíram para 32 em junho de 2024. Este declínio sugere uma possível desaceleração na absorção de trabalhadores pelo mercado de trabalho local.

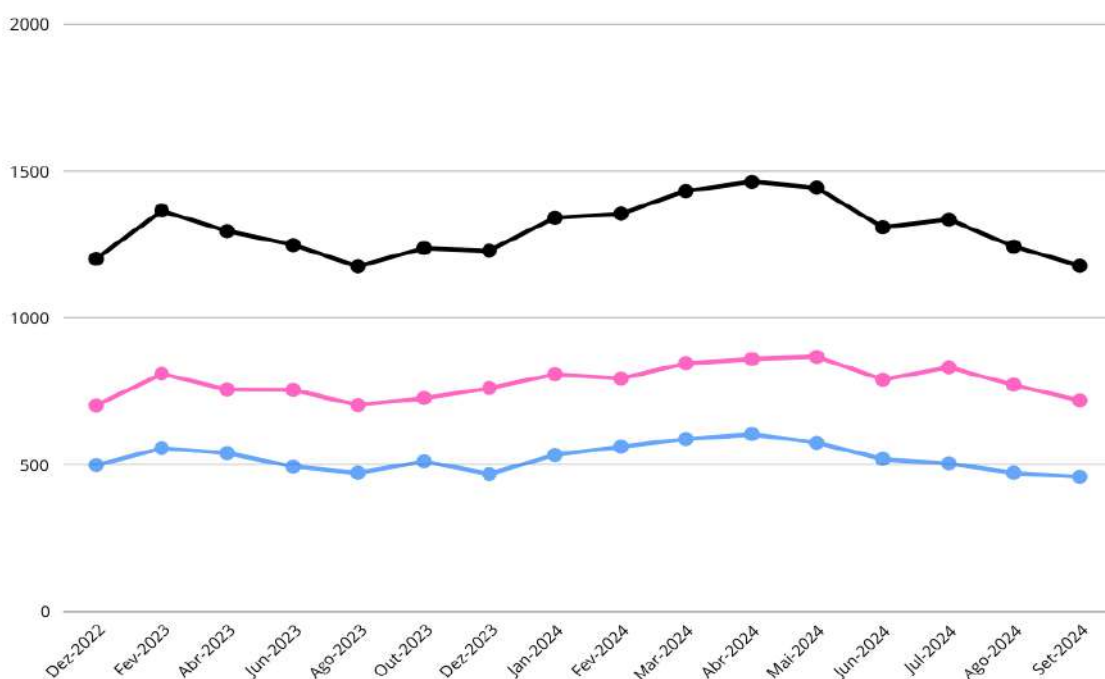


Figura 38 – Evolução do n.º total de desempregados, inscritos no Centro de Emprego de Oeste Norte, no concelho das Caldas da Rainha – Total e por sexo¹⁴⁶

Tabela 100 - Taxa de Desemprego Nacional: total e por sexo (%)¹⁴⁷

Ano	Total	H	M
2021	6,7	6,4	7,0
2022	6,1	5,7	6,6
2023	6,5	6,1	6,9

¹⁴⁶ Fonte: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

¹⁴⁷ Fonte: Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - Inquérito ao Emprego

Última atualização dos dados: 9 de agosto de 2024

Tabela 101 - Trabalhadores por conta de outrem: total e por nível de escolaridade¹⁴⁸

Nível de escolaridade	Portugal		Oeste		Caldas da Rainha	
	2011	2019	2011	2019	2011	2019
Inferior ao básico/1º ciclo	23 348	11 908	980	582	104	76
Básico/1º Ciclo	425 980	278 923	15 076	12 378	1 694	4 018
Básico/2º Ciclo	448 910	372 217	15 622	13 666	1 732	2 058
Básico/ 3º ciclo	661 741	803 688	23 060	28 336	3 830	4 838
Secundário e Pós Superior	622 252	940 962	18 078	27 669	3 198	5 118
Ensino Superior	422 522	627 357	8 266	11 982	1 408	1 852
Total	2 610 933	3 043 825	81 299	94 993	11 992	18 094

Não existem dados disponíveis, posteriores a 2019 disponíveis sobre os trabalhadores por conta de outrem. Assim, ao analisar a evolução dos trabalhadores por conta de outrem nas Caldas da Rainha, entre 2011 e 2019, verifica-se que houve um avanço significativo no nível de escolaridade da população ativa. Este aumento na qualificação dos trabalhadores pode ter um impacto positivo no desenvolvimento económico local, contribuindo para uma força de trabalho mais capacitada e competitiva. No entanto, a diminuição no número de trabalhadores com escolaridade inferior ao básico destaca a necessidade contínua de programas de requalificação e formação para aqueles que ainda se encontram nesta faixa, garantindo que possam acompanhar as exigências do mercado de trabalho atual.

¹⁴⁸ Fonte: Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024

Com base no gráfico seguinte e na [Tabela 154](#), verifica-se que o número de desempregados é de nacionalidade portuguesa, seguindo-se a brasileira e a guineense.

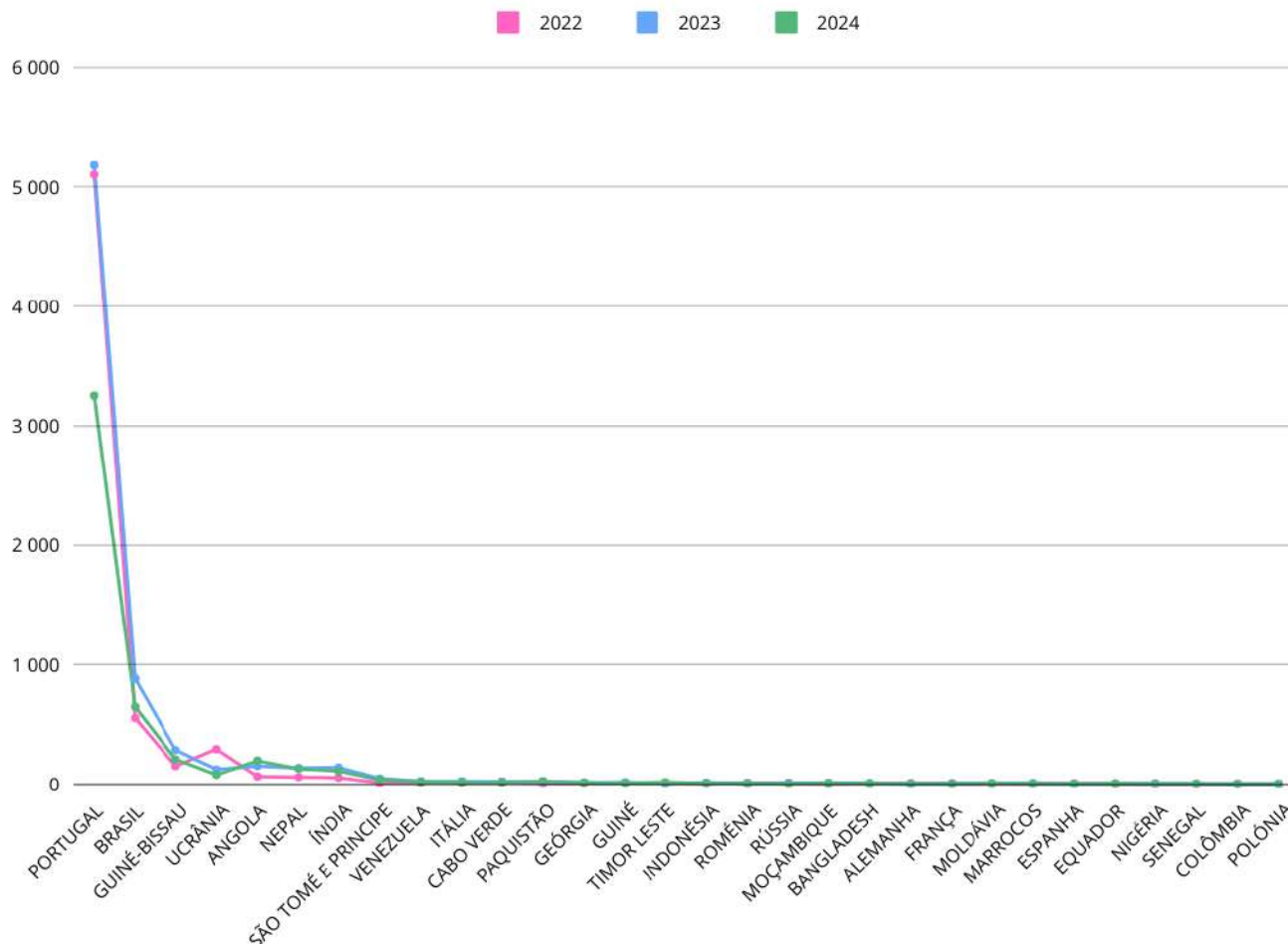


Figura 39 - N.º de inscritos no Centro de Emprego de Oeste Norte, Caldas da Rainha, por nacionalidade¹⁴⁹

Tabela 102 – N.º de Beneficiárias/os do Subsídio de Desemprego, da Segurança Social (N.º), por local de residência¹⁵⁰

Ano	Territórios	Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º) por Local de residência
2021 (NUTS – 2013)	Portugal	411 031
	Oeste	13 698
	Caldas da Rainha	2 028

¹⁴⁹ Fonte: IEFP, I.P. – Centro de Emprego de Oeste Norte – Serviço de Emprego de Caldas da Rainha (outubro de 2024)

¹⁵⁰ Fonte: INE

Última atualização dos dados relativos ao subsídio de desemprego (ano 2023 – NUTS 2024): 24 de agosto de 2024

Última atualização dos dados relativos ao subsídio de desemprego (anos 2021 e 2022 – NUTS 2013): 25 de agosto de 2023

Ano	Territórios	Beneficiárias/os de subsídios de desemprego, da segurança social (N.º) por Local de residência
2022 (NUTS - 2013)	Portugal	335 222
	Oeste	11 482
	Caldas da Rainha	1 594
2023 (NUTS - 2024)	Portugal	346 058
	Oeste	12 030
	Caldas da Rainha	1 607

O número de beneficiários de subsídios de desemprego nas Caldas da Rainha é outro indicador crítico que se relaciona diretamente com a pobreza infantil. Em 2022, havia 1594 beneficiários de subsídio de desemprego, o que representa uma diminuição em relação aos anos anteriores (2028 em 2021 e 2156 em 2020). O desemprego dos pais ou responsáveis tem um impacto direto na estabilidade financeira das famílias, aumentando a probabilidade de que as crianças vivam em condições de pobreza. A redução no número de beneficiários pode ser vista como positiva, mas deve ser analisada com cautela, pois a recuperação de empregos pode não ter atingido todos os setores ou áreas geográficas de forma equitativa. Além disso, o desemprego de longo prazo, mesmo em declínio, continua a ser um fator de risco significativo para a pobreza infantil, já que a falta de emprego estável impede o acesso contínuo a recursos essenciais.

Tabela 103 - Remuneração base média mensal dos trabalhadores por conta de outrem: total e por sexo¹⁵¹

Territórios	Total			Masculino			Feminino		
	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Portugal	1 001,5	x	x	1 069,3	x	x	920,1	x	x
Oeste	848,7	x	x	912,0	x	x	774,6	x	x
Caldas da Rainha	784,1	x	x	846,1	x	x	730,1	x	x

x – Valor não disponível

Tabela 104 - Ganho Médio Mensal dos Trabalhadores por Conta de Outrem por Sector de Atividade Económica⁴²

Setores de Atividade	Portugal			Oeste			Caldas da Rainha		
Anos	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Total	1.206,3	x	x	1.019,3	x	x	959,4	x	x
Agricultura, produção animal, caça, silvicultura	943,7	949,7	1 011,4	942,1	x	x	818,7	x	x
Indústria,	1 143,5	x	x	1 070,7	x	x	1 059,1	x	x

¹⁵¹ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: GEP/MTSSS (até 2009) | GEE/MEc (2010 a 2012) | GEP/MSESS, MTSSS (a partir de 2013) - Quadros de Pessoal

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024

Setores de Atividade	Portugal			Oeste			Caldas da Rainha		
Anos	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2019	2020	2021
construção, energia e água									
Indústrias transformadoras	1 152,9	x	x	1 099,5	x	x	1 062,4	x	x
Construção	1.024,9	x	x	884,2	x	x	911,2	x	x
Serviços	1.242,4	x	x	998,7	x	x	934,9	x	x

Tabela 105 - População empregada feminina (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013), Sexo, Atividade económica (CAE Rev. 3) e Situação na profissão¹⁵²

Período de referência dos dados	Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2013)	Atividade económica (CAE Rev. 3)				
		Total	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	Fabricação de produtos cerâmicos para a construção	Fabricação de outros produtos de porcelana e cerâmicos não refratários	Atividades de design
2021	Portugal	2169935	82	1587	7577	3864
	Oeste	75474	16	80	1247	131
	Caldas da Rainha	10620	3	10	214	31
	A dos Francos	285	0	0	6	0
	Alvorninha	460	0	1	13	1
	Carvalhal Benfeito	210	0	0	1	0
	Foz do Arelho	252	0	1	5	1
	Landal	171	0	0	1	0
	Nadadouro	346	0	0	12	2
	Salir de Matos	470	0	1	15	0
	Santa Catarina	545	0	0	2	2
	União das freguesias das Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	4148	1	4	64	17
	União das freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	2716	1	3	69	6
	União das freguesias de Tornada e Salir do Porto	834	0	0	24	2
	Vidais	183	1	0	2	0

¹⁵² Fonte: INE

Data atualização dos dados: 23 de novembro de 2022

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0011640&contexto=bd&selTab=tab2

Tabela 106 - População empregada do sexo feminino segundo os Censos: total e por profissões¹⁵³

	Profissões			
	Total		Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	
Territórios	2011	2021	2011	2021
Portugal	2.085.213	2.169.935	108.890	98.483
Oeste	71.042	75.474	4.023	3.315
Caldas da Rainha	10.341	10.620	594	521

Ao analisar os motivos de inscrição dos desempregados ao longo dos meses de 2024, verifica-se que o fim de trabalho não permanente foi o principal motivo de inscrição, com 198 novos inscritos em abril de 2024. Esse número diminuiu para 146 em junho de 2024. Outros motivos, como despedimentos e demissões, tiveram um impacto menor, mas ainda assim significativo na dinâmica do desemprego na região.

Os dados apresentados mostram a remuneração média mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal, na região do Oeste e especificamente nas Caldas da Rainha entre 2019 e 2021. Em geral, nas Caldas da Rainha apresentam-se valores inferiores à média nacional e à média regional.

Em 2019, a remuneração base média mensal em Portugal era de 1.001,5€, enquanto na região do Oeste era de 848,7€, e nas Caldas da Rainha, 784,1€. Observa-se também uma diferença de género, onde, em 2019, os homens recebiam em média 1.069,3€ a nível nacional, enquanto as mulheres recebiam 920,1€. Nas Caldas da Rainha, os homens recebiam 846,1€ e as mulheres 730,1€.

Em relação ao ganho médio mensal por setor de atividade, a média nacional foi de 1.206,3€ em 2019, enquanto no Oeste foi de 1.019,3€ e nas Caldas da Rainha de 959,4€. No setor da agricultura, o ganho médio em Portugal aumentou de 943,7€ em 2019 para 1.011,4€ em 2021, mas nas Caldas da Rainha era de apenas 818,7€ em 2019. No setor da construção, os trabalhadores nas Caldas da Rainha também recebiam menos (911,2€) comparado com a média nacional (1.024,9€). Nos serviços, o ganho médio nas Caldas da Rainha era de 934,9€, abaixo da média nacional de 1.242,4€. Esses dados sugerem que a remuneração nas Caldas da

¹⁵³ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE - XV e XVI Recenseamentos Gerais da População

Última atualização dos dados: 9 de fevereiro de 2024

<https://prod2.pordata.pt/db/municipios/ambiente+de+consulta/tabela>

Rainha está abaixo das médias nacional e regional, particularmente em setores como agricultura, construção e serviços.

A evolução da população empregada do sexo feminino em Portugal, na região do Oeste e no concelho das Caldas da Rainha entre 2011 e 2021 mostra uma tendência de crescimento geral na participação feminina no mercado de trabalho, com algumas disparidades em cargos de liderança.

Em Portugal, o número total de mulheres empregadas aumentou de 2.085.213 em 2011 para 2.169.935 em 2021, refletindo uma progressão positiva. No entanto, registou-se uma diminuição significativa de mulheres em cargos de liderança, como representantes do poder legislativo, órgãos executivos, diretores e gestores, passando de 108.890 em 2011 para 98.483 em 2021. Este dado sugere que, apesar do aumento geral de emprego feminino, a ascensão a posições de decisão ainda enfrenta barreiras, revelando uma possível desigualdade de género no acesso a cargos superiores. Na região do Oeste, observa-se uma dinâmica semelhante, com o emprego feminino a subir de 71.042 para 75.474. Porém, o número de mulheres em posições de direção e gestão reduziu de 4.023 para 3.315, indicando que o crescimento do emprego feminino não se traduziu em maior presença em cargos de responsabilidade. No concelho das Caldas da Rainha, o aumento foi mais modesto, de 10.341 para 10.620, e também aqui a presença feminina em cargos de liderança diminuiu, de 594 para 521. Estes dados sugerem que, embora as mulheres estejam mais integradas no mercado de trabalho, continuam a enfrentar desafios no acesso a posições de influência no concelho. Em síntese, embora se observe um aumento no emprego feminino em todas as regiões analisadas, a presença de mulheres em cargos de liderança está em declínio, o que indica uma necessidade urgente de políticas que promovam a igualdade de género, particularmente no acesso a posições de gestão e decisão. Esta análise revela um espaço importante para a implementação de estratégias que incentivem e apoiem a ascensão de mulheres a cargos de poder, reforçando a representatividade feminina no mercado de trabalho.

14.2. Formação Profissional

A **Formação Profissional** tem como objetivo capacitar as pessoas com as habilidades necessárias, combinando conhecimento, aptidões e atitudes, para desempenhar uma ou mais funções profissionais. Esta formação é organizada e regulamentada no contexto do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ), um sistema que integra diferentes estruturas, ferramentas e modalidades de ensino e formação profissional. Este sistema, em

alinhamento com o Quadro Europeu de Qualificações (QEQ), busca melhorar o nível de educação e qualificação da população, promovendo tanto o avanço escolar como o profissional.

Existem várias formas de formação profissional, adaptadas a diferentes propósitos, tais como: oferecer uma qualificação inicial para jovens que estão a entrar no mercado de trabalho; garantir a formação contínua dos trabalhadores dentro das empresas; apoiar a qualificação ou requalificação profissional de trabalhadores que estejam em risco de desemprego; facilitar a reabilitação profissional de trabalhadores com deficiência, especialmente daqueles cuja incapacidade se deve a um acidente de trabalho; e promover a inserção socioprofissional de trabalhadores pertencentes a grupos que enfrentam dificuldades particulares na integração no mercado de trabalho.

As entidades que oferecem formação profissional devem estar certificadas pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT). Esta entidade certificadora é responsável por desenvolver políticas, legislação e regulamentações, além de definir os critérios para avaliação e certificação das entidades formadoras no setor privado.

No concelho de Caldas da Rainha existem 14 entidades de formação certificadas pela DGERT, sendo que algumas só administram formação interna:

Tabela 107 - Entidades de formação certificada pela DGERT, nas Caldas da Rainha

Denominação Social	Localidade
Sobreiro Duarte, Lda	Caldas da Rainha
Humangext, S.A.	Caldas da Rainha
Angela Subtil Unipessoal Lda.	Caldas da Rainha
Centro De Educação Especial Rainha D. Leonor	Caldas da Rainha
Centro De Desenvolvimento Comunitário Do Landal	Rostos, Landal
Frutas Classe-Comércio De Fruta S. A.	Santa Catarina
UWU Solutions, Lda	Caldas da Rainha
Gravity Propotion Unipessoal, Lda	Caldas da Rainha
Made2Wb-Digitaly Agency, UNIPessoal, Lda	Caldas da Rainha
AIRO-Associação Empresarial Da Região Oeste	Caldas da Rainha
Centro De Inglês Do Oeste, Sociedade Unipessoal Limitada	Caldas da Rainha
Children's World- Centro Clínico e Psicopedagógico De Apoio À Infância, Lda	Caldas da Rainha
Oral Plan – Consultadoria Na Área Da Lda	Caldas da Rainha
Transwhite Transportes Unipessoal Lda	Caldas da Rainha

Dados formativos do concelho

Tabela 108 - N.º de formando no CENCAL, por modalidades¹⁵⁴

Modalidades	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre de 2024
Aprendizagem	14	7	-
EFA	223	185	161
Formação Modular Certificada	2080	1636	1322
CET	15	13	15
Formação Contínua Ativos Extra-CNQ	942	846	718
Formação Contínua de Formadores	13	12	12
Prestações de Serviços	443	426	198
Formação Complementar - CQEP	72	79	22
Vida Ativa - Desempregados	87	73	45
PLA	161	127	66
TOTAL	4050	3404	2559

Tabela 109 - N.º de formando no CENCAL, por área de formação¹⁵⁵

Área de formação	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre de 2024
Programas de base	71	86	102
Alfabetização	161	127	66
Formação de prof. e formadores de Áreas Tecnológicas	13	12	12
Audiovisuais e produção dos media	247	154	141
Artesanato	322	241	237
Línguas e literaturas estrangeiras	119	59	83
História e Arqueologia	0	0	14
Biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD)	0	14	15
Comércio	543	404	209
Marketing e publicidade	91	31	29
Contabilidade e fiscalidade	81	122	87
Gestão e administração	69	18	12

¹⁵⁴ Fonte: CENCAL (setembro de 2024).

¹⁵⁵ Fonte: CENCAL (setembro de 2024).

Área de formação	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre de 2024
Secretariado e trabalho administrativo	153	122	81
Enquadramento na organização/empresa	118	221	148
Ciências informáticas	109	60	57
Metalurgia e metalomecânica	13	25	26
Eletrónica e automação	0	15	0
Construção e reparação de veículos a motor	12	12	16
Indústrias alimentares	0	0	0
Têxtil, vestuário calçado e couro	0	0	16
Materiais (madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros)	949	918	509
Construção civil	29	27	0
Produção agrícola e animal	31	0	0
Silvicultura e caça	15	129	147
Pescas	170	40	111
Saúde-Programas não classificados noutra área de formação	44	10	16
Serviços de apoio a crianças e jovens	0	0	45
Trabalho social e orientação	55	92	12
Hotelaria e restauração	17	13	30
Turismo e lazer	32	17	29
Desporto	74	19	19
Cuidados de beleza	0	0	16
Serviços de Transporte	15	16	17
Proteção do ambiente	0	45	23
Proteção de pessoas e bens	42	29	13
Segurança e higiene do trabalho	455	326	29
TOTAL	4 050	3 404	2 367

A análise dos dados fornecidos pelo CENCAL revela uma evolução na formação de profissionais em diversas áreas entre 2022 e o primeiro semestre de 2024. Em 2022, o número total de formandos foi de 4.050, enquanto em 2023 diminuiu para 3.404, e no primeiro semestre de 2024 alcançou 2.559, mostrando uma possível recuperação ou estabilidade ao longo do tempo.

No que diz respeito às áreas de formação específicas, verifica-se que a área de "Materiais" (que inclui madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros) continua a ser a que mais atrai formandos, com um número constante de participantes ao longo dos anos. Outras áreas com significativa participação incluem "Segurança e higiene

do trabalho" e "Silvicultura e caça", que tiveram um número expressivo de formandos, especialmente no primeiro semestre de 2024.

Em termos de modalidades de formação, a "Formação Modular Certificada" destaca-se como a mais frequente, com 2.080 formandos em 2022, 1.636 em 2023, e 1.322 no primeiro semestre de 2024. A "Formação Contínua de Ativos" também mantém uma presença relevante, refletindo uma procura contínua por atualizações e desenvolvimento profissional. A modalidade "Prestação de Serviços" também contribuiu com um número considerável de formandos, indicando uma diversificação dos serviços oferecidos pelo CENCAL.

Esta evolução nas várias modalidades e áreas de formação reflete uma resposta ajustada às necessidades do mercado de trabalho e uma adaptabilidade do CENCAL às áreas de maior procura, contribuindo significativamente para a qualificação e inserção de profissionais no concelho das Caldas da Rainha e na região.

Tabela 110 - N.º de formando na AIRO, por área de formação¹⁵⁶

Área de formação	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre 2024
Audiovisuais e Produção dos Média	-	17	16
Comércio	174	56	66
Contabilidade e Fiscalidade	12	52	-
Secretariado e Trabalho Administrativo	19	-	-
Enquadramento na Organização/Empresa	129	-	10
Ciências Informáticas	-	34	62
Indústrias Alimentares	-	14	31
Serviços de Apoio a Crianças e Jovens	113	-	-
Trabalho Social e Orientação	156	-	-
Hotelaria e Restauração	88	22	13
Turismo e Lazer	46	-	-
Proteção de Pessoas e Bens	39	-	-

Os dados da AIRO para os anos de 2022, 2023 e o primeiro semestre de 2024 mostram uma evolução nas áreas de formação oferecidas, com variações significativas em alguns setores.

¹⁵⁶ Fonte: AIRO (setembro de 2024).

Em 2022, as áreas com mais formandos foram "Comércio" (174) e "Enquadramento na Organização/Empresa" (129), indicando uma procura inicial forte por estas formações. Contudo, em 2023, houve uma diminuição acentuada no número de formandos em "Comércio" para 56 e um declínio em "Enquadramento na Organização/Empresa" para 10, sugerindo uma possível mudança nas prioridades de formação ou nas necessidades do mercado.

A área de "Ciências Informáticas", que não teve formandos em 2022, registou um aumento em 2023 (34) e continuou a crescer no primeiro semestre de 2024 com 62 formandos. Esta evolução pode refletir uma maior valorização das competências digitais e tecnológicas no mercado de trabalho local.

"Indústrias Alimentares" e "Audiovisuais e Produção dos Média" também apresentam crescimento gradual. As "Indústrias Alimentares" passaram de 14 formandos em 2023 para 31 no primeiro semestre de 2024, e "Audiovisuais e Produção dos Média" passou de 17 formandos em 2023 para 16 no primeiro semestre de 2024.

As áreas de "Serviços de Apoio a Crianças e Jovens" e "Trabalho Social e Orientação", com valores significativos em 2022 (113 e 156, respetivamente), deixaram de ter formandos nos anos seguintes, o que pode indicar uma mudança na procura ou nas ofertas da AIRO para essas áreas específicas.

A formação em "Hotelaria e Restauração" e "Turismo e Lazer" mostra também uma queda contínua. "Hotelaria e Restauração" passou de 88 formandos em 2022 para 22 em 2023 e apenas 13 no primeiro semestre de 2024, enquanto "Turismo e Lazer" caiu de 46 para 17 e 9 no mesmo período.

Esses dados refletem as mudanças nas necessidades formativas da região, com uma tendência crescente para áreas tecnológicas e uma diminuição em setores como apoio social e hospitalidade. Esta análise poderá ser essencial para orientar futuros investimentos na formação de competências que melhor respondam às exigências do mercado de trabalho local.

Tabela 111 - N.º de formando no Grupo Sentidos Dinâmicos, por área de formação¹⁵⁷

Área de formação	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre de 2024
Desenvolvimento Pessoal	46	84	72

¹⁵⁷ Fonte: Grupo Sentidos Dinâmicos (setembro de 2024).

Área de formação	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre de 2024
Enquadramento na Organização/ Empresa	19	2	8
Direito	-	2	4
Informática na Ótica do Utilizador	7	8	-
Indústrias Alimentares	10	-	6
Construção e Engenharia Civil	14	26	16
Produção Agrícola e Animal	75	88	87
Saúde – Programas não classificados noutra área de formação	321	364	98
Serviço de Transportes	2996	3421	2059
Proteção de Pessoas e Bens	152	184	170
Segurança e Higiene no Trabalho	1980	1952	1378

Os dados mostram a evolução do número de formandos em várias áreas de formação ao longo dos anos 2022, 2023 e no primeiro semestre de 2024. A área de "Serviço de Transportes" destacou-se com o maior número de formandos, apresentando um crescimento de 2.996 em 2022 para 3.421 em 2023, com 2.059 formandos já contabilizados até a metade de 2024. Esta tendência sugere uma forte procura e relevância desta formação, possivelmente em resposta às necessidades do mercado local.

A formação em "Segurança e Higiene no Trabalho" também apresenta números elevados, com 1.980 formandos em 2022, 1.952 em 2023 e 1.378 até o primeiro semestre de 2024, evidenciando a importância da segurança ocupacional.

Outras áreas como "Produção Agrícola e Animal" mantêm números consistentes, com ligeiros aumentos, indicando uma procura estável neste setor. Por outro lado, "Desenvolvimento Pessoal" apresenta um crescimento considerável, com os números a subir de 46 em 2022 para 84 em 2023 e 72 no primeiro semestre de 2024, possivelmente refletindo um interesse crescente em competências transversais.

Áreas como "Enquadramento na Organização/Empresa" e "Indústrias Alimentares" apresentam números mais baixos, sugerindo uma menor procura ou oferta limitada nessas formações. Em "Construção e Engenharia Civil," observa-se um aumento modesto no número de formandos, o que pode estar relacionado com o crescimento no setor de construção civil.

No geral, os dados refletem uma procura diversificada nas áreas de formação, com destaque para os serviços de transporte e a segurança no trabalho, que respondem às necessidades de capacitação para a realidade do concelho.

Tabela 112 - N.º de formando no CENFIM, por área de formação¹⁵⁸

Área de formação	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre de 2024
Formação inicial	155	239	158
Formação contínua	137	194	53

Tabela 113 - N.º de formando no CENFIM, por modalidades¹⁵⁹

Modalidades	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre de 2024
Aprendizagem (APZ)	58	57	37
Educação e Formação de Jovens (CEF)	30	48	32
Educação e Formação de Adultos (EFA)	26	47	39
Especialização Tecnológica (CET)	41	87	50
Formação Modular (CNQ)	137	194	53

Tabela 114 - N.º de formando no CENFIM, por cursos¹⁶⁰

Cursos	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre de 2024
Técnico de Manutenção Industrial de Metalurgia e Metalomecânica	58	57	37
Eletromecânico de Manutenção Industrial	30	48	32
Técnico de Instalações Elétricas	26	47	39
Técnico Especialista em Tecnologia Mecatrónica	41	87	50
Soldadura SER - ângulo em chapa nas posições PA, PB e PF	18	12	9
Ciclos Técnico de Instalações Elétricas	52	92	13
Ciclo Eletricidade de Baixa Tensão	13	14	-
Ciclo de Automação Industrial	17	17	-
Ciclo de Intr. Prog. E Op. Em Fresadoras CNC	17	-	-
Soldadura MAG/FF - ângulo em chapa nas posições PA, PB, PF e PG	10	19	10
Soldadura TIG - topo a topo de tubagem de um só lado nas posições PA, PC, PH e H-L045	10	24	10

¹⁵⁸ Fonte: CENFIM (setembro/2024).

¹⁵⁹ Fonte: CENFIM (setembro/2024).

¹⁶⁰ Fonte: CENFIM (setembro/2024).

Cursos	N.º de formandos		
	2022	2023	1º semestre de 2024
Ciclo de Desenho técnico assistido por computador 2D e 3D	-	16	-

Os dados fornecidos pelo CENFIM mostram uma evolução significativa no número de formandos em várias áreas de formação, modalidades e cursos técnicos entre 2022 e o primeiro semestre de 2024. A formação no CENFIM é dividida em Formação Inicial e Formação Contínua. Em 2022, a Formação Inicial teve 155 formandos, aumentando para 239 em 2023 e 158 no primeiro semestre de 2024, enquanto a Formação Contínua também apresentou crescimento, passando de 137 formandos em 2022 para 194 em 2023, com 53 formandos no primeiro semestre de 2024. Estes números indicam um aumento no investimento em ambas as categorias de formação, respondendo à demanda do setor industrial e metalomecânico.

No que diz respeito às modalidades de formação, o CENFIM oferece Aprendizagem (APZ), Educação e Formação de Jovens (CEF), Educação e Formação de Adultos (EFA), Especialização Tecnológica (CET) e Formação Modular (CNQ). A Aprendizagem registou um ligeiro declínio, com 58 formandos em 2022, 57 em 2023 e 37 em 2024. A Educação e Formação de Jovens e a Educação e Formação de Adultos mostraram crescimento de 2022 para 2023, o que evidencia uma maior procura por parte de jovens e adultos. A Especialização Tecnológica teve um aumento considerável de 41 formandos em 2022 para 87 em 2023. A Formação Modular, por sua vez, variou de 137 para 194 formandos entre 2022 e 2023.

Em relação aos cursos específicos, destacam-se o Técnico de Manutenção Industrial, Eletrónica e Técnico de Instalações Elétricas, que continuam a ter uma elevada procura, refletindo as necessidades do mercado industrial. As especializações em Soldadura (como SER, MAG/FF e TIG) mantiveram um número consistente de formandos, sublinhando a importância desta área para as indústrias metalúrgica e metalomecânica. Além disso, os ciclos de Instalações Elétricas e Automação Industrial também tiveram um aumento, destacando a importância crescente dessas competências.

Tabela 115 - N.º de formando no Colégio Rainha D. Leonor, por área de formação¹⁶¹

Áreas de Formação	N.º de formandos	
	2022/2023	1º semestre de 2024
Curso Profissional Intérprete Dança Contemporânea	10	15
Curso Profissional Técnico Desporto	94	97
Curso Profissional Ação Educativa	52	49
Curso Profissional Comunicação, Relações Públicas e Publicidade	51	47

A tabela mostra o número de formandos em diferentes cursos profissionais entre 2022/2023 e o 1.º semestre de 2024. Observa-se um aumento no curso de Intérprete de Dança Contemporânea, passando de 10 para 15 formandos. O curso de Técnico de Desporto também teve um leve aumento, de 94 para 97 formandos. No entanto, houve uma ligeira diminuição no curso de Ação Educativa, de 52 para 49 formandos, e no curso de Comunicação, Relações Públicas e Publicidade, que caiu de 51 para 47 formandos. Em resumo, os cursos de Dança e Desporto apresentam crescimento, enquanto Ação Educativa e Comunicação mostram uma redução no número de inscritos.

O **Centro de Desenvolvimento Comunitário do Landal (CDCL)**, é uma entidade formadora certificada pela DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho) e DRAP-LVT (Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo).

No ano de 2023 concluiu os projetos de formação profissional certificada, financiada no âmbito do POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego. Esta medida de intervenção visava qualificar Participantes Empregados com habilitações escolares no mínimo do 4º ano de escolaridade e Participantes Desempregados de curta duração (< 1 ano) com habilitações escolares, no mínimo, com o 12.º ano.

As áreas de formação abrangidas foram as seguintes:

- Ciências Informáticas;
- Hotelaria e Restauração;
- Produção Agrícola e Animal;
- Serviço de Apoio a Crianças e Jovens;
- Trabalho Social e Orientação.

¹⁶¹ Fonte: Colégio Rainha D. Leonor (outubro de 2024).

Tabela 116 - N.º de formando no Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor-Centro de Reabilitação Profissional, por área de formação¹⁶²

Tipologia	Área de Formação	N.º de formandos		
		2022	2023	1.º semestre 2024
Formação Profissional Inicial	Auxiliar de Operador Agrícola	11	11	10
	Empregado/a de Andares	10	10	7
	Operador/a de Jardinagem	22	24	13
	Serralheiro/a Civil	21	26	12
	Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	22	20	8
	Auxiliar de Manutenção de Espaços Verdes e Agrícolas	8	7	5
	Auxiliar de Lavandaria, Limpeza e Cozinha	11	11	8
Formação Profissional Contínua	Inclusão Profissional e Cidadania	11	-	-
TOTAL		116	109	63

Os dados apresentados pelas entidades formadoras do concelho, mostram a dinâmica das atividades económicas da região e a capacidade de adaptação destas entidades perante as necessidades e desafios do mercado empresarial. As tipologias, cursos de formação e número de formandos mudam ao longo dos anos de acordo com a procura de formação e qualificação. A formação para ativos tem sido crescente e revela-se essencial à atualização de competências e consequente manutenção de emprego ou procura de novo emprego. Estas entidades suportam-se no Sistema Nacional de Qualificação (SNQ), o que assegura a relevância da formação e das aprendizagens para o desenvolvimento das pessoas, para a modernização das empresas e para a progressão escolar e profissional dos cidadãos, através da formação de dupla certificação ou através do processo de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Nas sociedades modernas o Emprego é dinâmico e associado ao desenvolvimento económico e social e às estratégias e medidas políticas e governamentais. No concelho de Caldas da Rainha, o mercado empresarial tem diversificado áreas económicas e construído um caminho competitivo, que inclui criatividade e inovação tecnológica. A população ativa tem no concelho entidades de ensino, formação e qualificação profissional, que acompanham as transformações da realidade empresarial e que têm capacitado as pessoas para a adaptabilidade e flexibilização do trabalho.

¹⁶² Fonte: Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor (outubro de 2024).

As entidades de ensino têm diversificado a oferta, abrindo percursos de ensino secundário com dupla certificação. Nestes cursos profissionais desenvolvem-se competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente obtém-se o nível secundário de educação. As entidades de ensino também têm promovido **formação modular certificada pela Dgeste**. No concelho existem ainda cursos de educação e formação para jovens e para adultos. Os **Cursos de Educação e Formação de Adultos (Cursos EFA)** são uma oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos desenvolvem-se segundo percursos de dupla certificação e, sempre que tal se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos, apenas de habilitação escolar.

No entanto, o emprego é uma circunstância difícil de alcançar para toda população ativa do concelho, porque o matching entre oferta e procura de emprego depende de múltiplos fatores. Os esforços para reduzir o número de desempregados e atenuar as consequências negativas que resultam desta situação, estão suportados nas políticas públicas que promovem a formação, qualificação, a criação e a qualidade do emprego. O **IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.**, é um serviço público de emprego nacional, tem uma estrutura organizacional desconcentrada, flexível e de proximidade, o Concelho das Caldas da Rainha, encontra-se inserido no **Centro de Emprego de Oeste Norte**, da qual também fazem parte os Concelhos de Alcobaça, Bombarral, Cadaval, Nazaré, Óbidos e Peniche.

14.3. Respostas

Apoios Sociais do ISS

Os apoios sociais são atribuídos pelo Instituto de Segurança Social (ISS) e asseguram um benefício mensal a todas as pessoas, que cumpram os respetivos requisitos. Os apoios atribuídos no concelho, ao nível do emprego, desde 2022, constam da tabela seguinte.

Tabela 117 – Número de beneficiários de subsídios de desemprego, no concelho¹⁶³

Tipo de benefício	N.º de titulares 2022	N.º de titulares 2023	N.º de titulares 1º Semestre de 2024
Subsídio por Cessação de Atividade	6	6	3
Subsídio por Cessação de Atividade Empresarial	x	x	x
Subsídio por Cessação de Atividade Profissional MOE	4	x	
Subsídio Desemprego	1 437	1 426	1 113

¹⁶³ Centro Distrital de Leiria, ISS, IP (novembro de 2024).

Tipo de benefício	N.º de titulares 2022	N.º de titulares 2023	N.º de titulares 1º Semestre de 2024
Subsídio de Desemprego Parcial	48	45	37
Subsídio Parcial por Cessação de Atividade	X		
Subsídio Social de Desemprego	86	105	71
Subsídio Social de Desemprego Subsequente	142	171	143

x – Valor não disponível

Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) 5G

Relativamente ao Emprego, Formação e Qualificação, está previsto no plano de ação do CLDS 5G, as seguintes ações:

- Formação para procura ativa de trabalho;
- Informação sobre medidas ativas de emprego;
- Encaminhamento para oportunidades de qualificação;
- Sensibilização de empregadores locais;
- Apoio à formação e integração social de migrantes;
- Estímulo ao empreendedorismo e inovação social.
-

15. MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

15.1. Caracterização

A localização do Concelho das Caldas da Rainha, permite-lhe uma vantagem em termos de mobilidade, com a sua proximidade à região Oeste e à Região da Grande Lisboa e a sua facilidade de acesso às grandes infraestruturas nacionais e internacionais.

Ao nível do sistema de transportes, existem:

- Os transportes rodoviários;
- Os transportes ferroviários.

Transporte público no acesso aos estabelecimentos de educação e ensino

No estudo efetuado em novembro de 2023 (MPT, 2023), verificou-se que, dos 44 estabelecimentos de educação e ensino existentes no concelho, sete não eram abrangidos pelo serviço de transporte público rodoviário e ferroviário, nomeadamente o Jardim de Infância de Foz do Arelho, a Escola Básica de Foz do Arelho, o Jardim de Infância de Nadadouro, a Escola Básica de Nadadouro, o Jardim de Infância de Casal Celão, a Escola Básica de Coto e a Escola Básica de Salir de Matos, representando cerca de 16% do total de estabelecimentos de educação e ensino.

A maioria dos estabelecimentos estão a menos de 400 metros de uma paragem de transporte público. Contudo, cerca de 36% dos estabelecimentos não possuem uma paragem de transporte público nas proximidades ou nas ruas adjacentes do estabelecimento de educação e ensino. De salientar que, mais de 20% dos estabelecimentos, possuem uma paragem de transporte público junto da entrada da escola.

Abordando a repartição modal dos estabelecimentos de educação e ensino, a Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro e a Escola Secundária Raúl Proença destacam-se tanto no modo pedonal como no ciclável, sendo estes os modos mais sustentáveis de deslocação. Quando ao transporte público, os alunos da Escola Técnica Empresarial do Oeste, do CENFIM – Núcleo de Caldas da Rainha, da Escola Básica de Santo Onofre e da Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro são os que adotam mais este modo de deslocação (MPT, 2023).

15.2. Respostas

Ao nível dos transportes rodoviários, destacam-se a Rodoviária do Oeste, o Flixbus e o projeto TOMA, que se passam a descrever de seguida:

TOMA - Projeto Piloto de Transporte Urbano

O projeto TOMA, foi implementado pelo Município das Caldas da Rainha com o objetivo de melhorar a mobilidade urbana e diminuir o número de automóveis que todos os dias circulam e congestionam o trânsito no centro da cidade, contribuindo assim, para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria das condições de vida dos cidadãos.

O Projeto TOMA iniciou-se em 2007, com a Linha Laranja e Linha Verde, tendo sido complementada em 2009 com a Linha Azul.

Em 2014 foi criado um reforço à Linha Verde, que consiste na realização de uma viagem diária nos dias úteis, em período escolar, destinada aos alunos que residem na Cidade Nova, no Bairro da Ponte e no Bairro das Morenas e que frequentam a EBI Santo Onofre, dado os horários existentes não serem compatíveis com o horário de início das atividades letivas.

Esta aposta no transporte coletivo tem tido um enorme apoio dos munícipes, principalmente da população jovem e idosa, promovendo uma sociedade mais inclusiva e mais igualitária.

O TOMA circula nos dias úteis entre as 07:30 horas e as 19:30 horas, e aos Sábados entre as 08:00 horas e as 14:00 horas, durante todo o ano.

O tarifário do TOMA contempla as seguintes modalidades – o TTT – Título de Transporte do TOMA (sistema de bilhete pré-comprado) e cartões pré-pagos, nas tipologias VIAGEM-A-VIAGEM e DIA-A-DIA. Estes cartões são vendidos no posto de atendimento do TOMA (agência comercial no Terminal da Rodoviária do Oeste) ou a bordo da viatura.

O Município das Caldas da Rainha na prossecução da sua aposta no transporte público, no reforço da mobilidade dos munícipes e de uma mobilidade mais sustentável, deliberou aprovar a gratuidade do Toma para as pessoas com mobilidade reduzida, para os utentes com idade até aos 23 anos, inclusive, para maiores de 65 anos, para os antigos combatentes e para a viúva ou viúvo de antigo combatente, sendo atribuído aos Bombeiros Voluntários do Concelho das Caldas da Rainha a redução de 50% na bilhética da rede de transportes urbanos municipais TOMA.

A partir de 1 de outubro de 2024, a RDO – Rodoviária do Oeste passou a ser a empresa operadora do TOMA.

Durante o ano de 2024, até ao mês de setembro, O TOMA transportou os seguintes passageiros:

Tabela 118 - Número de viagens por mês e por linha (2024) ¹⁶⁴

		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.
Laranja	Bilhete diário	502	391	391	439	441	438	616	446	193
	Registo TTT	339	245	310	294	270	287	365	372	336
	Validações	3 988	3 975	4 003	4 492	4 520	4 083	4 433	3 956	2 950
Verde	Bilhete diário	1 074	618	613	623	734	608	605	506	632
	Registo TTT	406	227	251	199	264	217	201	196	195
	Validações	5 453	5 299	6 043	6 250	6 736	5 044	3 715	3 215	4 214
Azul	Bilhete diário	453	329	304	298	416	300	446	335	290
	Registo TTT	208	260	215	218	170	152	206	176	151
	Validações	3 823	3 665	3 776	3 899	4 107	3 357	3 715	3 327	2 970
Total		16 246	15 009	15 906	16 712	17 658	14 486	14 302	12 529	11 931

¹⁶⁴ Fonte: Rodoviária do Oeste (outubro de 2024).

Rodoviária do Oeste

A RDO – Rodoviária do Oeste foi criada com o objetivo de aproximar a empresa Rodoviária do Tejo aos seus clientes. Surge assim uma nova empresa associada à Região Oeste, que se pretende cada vez mais ágil, mais dinâmica e mais focada nas necessidades e expectativas da região, que apresenta grandes diferenças face à restante área geográfica servida pela Rodoviária do Tejo, também presente nos distritos de Santarém e Leiria.

Cabe à RDO – Rodoviária do Oeste, a exploração conjunta das atividades até aqui asseguradas pela Direção Operacional de Caldas da Rainha da Rodoviária do Tejo, S.A. e da Empresa de Transportes Auto Penafiel, Lda., correspondendo à exploração de transporte rodoviário de passageiros da zona do Oeste – Concelhos de Alcobça, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Peniche e ligações a Torres Vedras e Lisboa.



Ao nível de Serviços destacam-se os seguintes:

Tabela 119 – Serviços da Rodoviária do Oeste ¹⁶⁵

Serviço	Descrição
Urbanas	Asseguram a maioria dos serviços de transporte urbano nas cidades onde operam
Interurbanas	Asseguram as carreiras interurbanas que ligam as localidades dentro de cada distrito
Rápidas	Asseguram a ligação rápida a Lisboa para viagens regulares ou ocasionais
Expressos	Viagens de longo curso entre as principais cidades e vilas de Portugal e para Espanha
Alugueres	Alugam autocarros para todo o tipo de viagens
Despacho de encomendas	Envio de encomendas
App MOOV-U	App para compra de bilhetes, consulta de horários ou recarregamento do passe

Flixbus

A Flix é uma empresa líder mundial em tecnologia de viagens, que fornece soluções de viagem sustentáveis e económicas a mais de 400 milhões de viajantes desde o seu lançamento, em mais de 40 países em 4 continentes, através das suas marcas FlixBus, FlixTrain, Greyhound e Kâmil Koç. Com base num modelo de negócio com poucos ativos e uma plataforma tecnológica inovadora para viajantes e parceiros, a Flix, lançada em 2013, alcançou rapidamente posições de liderança no mercado das viagens de autocarro de longa distância na Europa, América do Norte e Turquia, e está a expandir-se rapidamente para a América do Sul e Ásia. A Flix centra-se no mercado de autocarros e comboios de longa distância em constante crescimento, impulsionado por uma maior sensibilização da sociedade para o ambiente, e tem como objetivo tornar-se neutra em termos de carbono na Europa até 2040 e a nível mundial até 2050. Para avaliar o seu progresso dentro de um quadro cientificamente reconhecido, a Flix estabeleceu objetivos a curto prazo para a redução de emissões com a iniciativa Science Based Targets.

Nas Caldas da Rainha, o Flixbus realiza viagens até Lisboa e para algumas cidades da Europa.

¹⁶⁵ Fonte: Rodoviária do Oeste, 2024, disponível em <http://rodoviariadooeste.pt/servicos/>

Transporte Ferroviário

A Estação Ferroviária das Caldas da Rainha, é uma interface da Linha do Oeste, que serve a localidade das Caldas da Rainha, na Sub-região Oeste, em Portugal.

Atualmente, depara-se com relevantes desafios de modernização, manifestando-se em diversos constrangimentos ao nível do transporte de passageiros e de mercadorias.

Atualmente dispõe dos serviços Regional e Inter-regional.

16. CIDADANIA, ASSOCIATIVISMO E LAZER

16.1. Caracterização

A cidadania constitui-se, não só, como um estatuto composto por um conjunto de direitos e deveres legalmente estabelecidos, mas também como uma força de mobilização e iniciativa dos cidadãos, em exercer e reivindicar esses mesmos direitos e deveres.

O conceito de cidadão ativo, surge quando este, se encontra absolutamente envolvido em todos os assuntos que correspondem à comunidade onde vive e participa, contribuindo assim para o desenvolvimento comum. Destacamos os mecanismos de participação em que os cidadãos se envolvem nos assuntos públicos, por exemplo, o voto, o associativismo, o voluntariado, entre outros.

Associativismo

O Associativismo, traduz-se num movimento para a defesa do interesse ou para obtenção de objetivos comuns. Apresentam-se as associações existentes no Concelho, por Freguesia e por área de atuação:

Tabela 120 - Lista de associações existentes no concelho das Caldas da rainha, por freguesia

Freguesia	Associações	Área de atuação
A-dos-Francos	Sociedade de Instrução Musical, Cultura e Recreio de A-dos-Francos	Cultural e Recreativa
	Grupo Desportivo e Cultural de A-dos-Francos	Desportiva e Cultural
	Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Santa Helena	Recreativa

Freguesia	Associações	Área de atuação
Alvorninha	Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Verde de Matos	Recreativa
	Associação Cultural e Recreativa de Carreiros	Recreativa
	A.N.D.A.R. – Associação de Desenvolvimento d' Área Ramalhosa	Cultural e Recreativa
	Associação de Voluntariado de Nossa Sra. da Graça da Ramalhosa	Social e Cultural
	Associação Cultural Desportiva e Recreativa dos Lobeiros	Cultural, Desportiva e Recreativa
	Associação Cultural e Desportiva da laranjeira e Vale Serrão	Cultural e Desportiva
	Associação Cultural e Desportiva de Almofala	Sem atividade
	Associação Cultural e Recreativa do Casal do Frade	Sem atividade
	Associação Desportiva da Freguesia de Alvorninha	Desportiva
	Associação Desportiva e Recreativa Zambujalense	Desportiva e Recreativa
	Associação Recreativa, Cultural e Desportiva da Moita	Desportiva, recreativa e Cultural
	Associação Recreativa Cultural e Desportiva de Santa Marta	Recreativa, cultural e desportiva
	Associação Recreativa Cultural e Desportiva Trabalharia	Recreativa, cultural e desportiva
	Associação Cultural e Recreativa “Os Vilanovenses”	Recreativa e Cultural
	Associação Recreativa e Desportiva dos Chãos	Recreativa e desportiva
	Rancho Folclórico e Etnográfico “OS Azeitoneiros” da Freguesia de Alvorninha	Cultural
	Rancho Folclórico Etnográfico Cultural da Apanha da Azeitona	Cultural
	Sociedade Filarmónica de Alvorninha	Cultural
Carvalhal Benfeito	Associação Recreativa Desportiva e Cultural das Antas	Recreativa, Desportiva e Cultural
	Associação Recreativa Desportiva e Cultural de Santana	Recreativa, Desportiva e Cultural
	Associação Desportiva e Recreativa de Carvalhal Benfeito	Recreativa e Desportiva
	Associação Recreativa Desportiva e Cultural das Cruzes	Recreativa, Desportiva e Cultural
Landal	Grupo Desportivo de Santa Susana	Cultural, Desportiva e Social
	Associação Rostos Jovem	Cultural, Desportiva e Social
	Associação de Desenvolvimento Social de Casais da Serra	Cultural, Desportiva e Social
Foz do Arelho	Centro Social e Recreativo da Foz do Arelho	Social, Recreativa e cultural
	Associação de Promoção e Desenvolvimento Turístico da Foz do Arelho	Turística, cultural

Freguesia	Associações	Área de atuação
Nadadouro	Associação Cultural e Recreativa do Nadadouro	Social, Cultural e Desportiva
Salir de Matos	Centro Recreativo e Cultural de Salir de Matos	Cultural e Desportiva
	Centro Recreativo e Cultural de Cabreiros	Cultural e Social
	Associação Recreativa, Desportiva e Cultural de São Domingos	Cultural e Social
	Associação Cultural e Desportiva de Trabalhais	Cultural, Desportiva
	Associação Cultural e Recreativa da Torre, Casais da Areia, Casal Malpique e Arredores	Sem atividade
	Associação Cultural e Recreativa dos Infantes	Cultural e Social
	Associação Desportiva e Recreativa do Guisado	Sem atividade
	Associação de Barrantes Cultural e Desportiva	Cultural e Social
Santa Catarina	Associação Recreativa Cultural Catarinense	Social e Desportiva
	Sociedade Filarmónica Catarinense	Recreativa
	Centro Cultural Desportivo Relvense	Desportiva
	Rancho Folclórico Vale Choupinho ¹⁶⁶	Recreativa
	Centro Recreativo Cultural e Desportivo Mata de Porto Mouro	Desportiva
	Associação Recreativa Cultural e Desportiva Cumeirense	Desportiva
	Associação Cultural Recreativa e Desportiva Casal das Freiras	Desportiva, Recreativa
	Grupo Desportivo do Peso	Desportiva
	Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Santa Catarina	Religiosa
	AVECO - Associação dos Veteranos Combatentes do Oeste	Militar
	Associação Recreativa Cultural da Granja Nova e Casal da Cruz ¹⁶⁷	Recreativa e Desportiva
	Associação Recreativa e Desportiva do Casal da Coita	Desportiva
	O Cruzeiro – Associação Cultural, Desportiva e Recreativa do Casal da Azenha e Casal da Marinha (Torneio de Jogos)	Cultural, Desportiva e Recreativa
	Grupo Cicloturismo Amigos do Patareco	Desportiva
	Associação Recreativa e Desportiva, O Moinho - Portela	Recreativa e Desportiva
	Espaço Abraçar-te	Cultural
	Rabiscadores – de Cristina Cunha	Cultural
	Associação Cultural Desportiva e Recreativa Nossa Sra da Conceição ¹⁶⁸	Recreativa e Desportiva
	Associação de caçadores de Santa Catarina e Carvalhal Benfeito	Desportiva
Vidais	Associação Recreativa Cultural e Desportiva do Casal do Rei	Recreativa, Cultural e Desportiva
	Associação de Desenvolvimento Local da Carrasqueira	Recreativa, Cultural

¹⁶⁶ Desativado.

¹⁶⁷ Desativada.

¹⁶⁸ Desativada.

Freguesia	Associações	Área de atuação
União das Freguesias das Caldas da Rainha – Nossa Sra Pópulo, Coto e São Gregório	Associação Recreativa Desportiva e cultural dos Mosteiros	Recreativa, Cultural e Desportiva
	Associação Recreativa e Cultural dos Amigos da Matoeira	Recreativa e Cultural
	Associação Amigos do Bairro Azul	Cultural, Social
	ARECO	Cultural, Desportiva e Recreativa
	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Fanadia	Cultural, Desportiva e Recreativa
	Associação de Artesãos de Caldas da Rainha	Cultural
	Associação Equestre “Os Amigos do Pintas”	Desportiva
	Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários	Humanitária, Desportiva, Cultural e Recreativa
	Associação Lagoa Parceira	Cultural, Recreativa
	Caldas Sport Clube	Desportiva
	Casa do Benfica	Desportiva
	Empenho e Carisma	Sem Atividade
	Hóquei Clube das Caldas	Desportiva
	Liga dos ex-combatentes – Núcleo das Caldas da Rainha	Militar
	Núcleo Sportinguista	Desportiva
	Orfeão Caldense	Cultural
	Coral Caldense	Cultural
	Os Dezassete	Desportiva, Social
	Sociedade Columbófila Caldense	Desportiva, Social
União das Freguesias das Caldas da Rainha – Santo Onofre e Serra do Bouro	Sporting Clube das Caldas	Desportiva
	Os Boémios	Desportiva
	Dragões do Oeste	Desportiva
	Rancho Folclórico “ As ceifeiras da Fanadia”	Cultural e Recreativa
	São Gregório Ginásio Clube	Desportiva
	Associação Destino Caldas	Cultural
	Clube de Ténis	Desportiva
	Casa do Pessoal do Centro Hospitalar	Cultural, Social
	Associação dos Amigos do Museu Malhoa	Cultural, Social
	Movimento Voluntário Desportivo – MVD	Desportiva
	Osso – Associação	Cultural
	Rotary Clube das Caldas da Rainha	Humanitária, social
	Arco Clube das Caldas	Desportiva
	Associação Olha-te	Cultural Recreativa e Social
	Associação Caldense de Diabéticos	Saúde
	Coração com Vida	Religiosa
	AIRO- Associação Empresarial da Região Oeste	Empresarial
	ADIO- Associação para o Desenvolvimento Industrial da Região Oeste	Cultural, Desportiva, Industrial
	APAP- APD Associação de Praticantes de Airsoft Português	Desportiva
	Associação Bordado das Caldas ou Bordado Rainha D. Leonor	Cultural

Freguesia	Associações	Área de atuação
	Apbp – Artistas Pintores com a BOCA e com o PÉ, Ida	Cultural
	Associação Cultural e Desportiva e Recreativa Arneirense	Cultural, Desportiva e Recreativa
	Associação Cultural e Recreativa das Águas Santas	Cultural e Recreativa
	Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Santo Onofre	Cultural, Desportiva e Recreativa
	Associação de Médicos pela Formação Especializada	Médica
	Associação Internacional das Senhoras de Caldas da Rainha	Sem Atividade
	Associação Nacional de Animação e Educação (ANAE)	Cultural
	Associação Património Histórico – Grupo de Estudos	Cultural
	Associação Republicana da Rainha	Cultural
	Caldas Empreende	Empresarial
	Centro Cultural e Recreativo da Serra do Bouro	Recreativa e Cultural
	Federação Portuguesa do Pentatlo Moderno	Desportiva
	Marcar o Ritmo – Associação	Desportiva, Recreativa e cultural
	Sociedade de Instrução e Recreio “ Os Pimpões”	Desportiva, Recreativa e Cultural
	Tribuna do Pensar O Futuro de Cabienque	Cultural e Social
	Union des Français de Etranger-UFE-Centre- Ouest Portugal	Cultural e Social
União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto	Associação Cultural e de Recreio do Campo	Cultural e Social
	União de Beneficência do Campo	Recreativa e Cultural
	Associação Desportiva e Recreativa do Reguengo da Parada	Recreativa, Desportiva
	Centro Recreativo Cultural de Salir do Porto	Recreativa, Cultural e Social
	Grupo Desportivo e Recreativo de Tornada – G.D.R.T.	Recreativa e Desportiva
	Associação Social e Cultural Paradense	Recreativa e Cultural
	Associação desportiva e social de Salir do Porto	Recreativa, Desportiva

Cultura e Turismo

Caldas da Rainha destaca-se como um centro cultural e turístico de relevância nacional e internacional, integrando um património histórico valioso com uma comunidade criativa e ativa. Esta cidade combina tradições locais e contemporâneas numa oferta diversificada, refletindo uma forte ligação ao artesanato, às artes populares e ao turismo de natureza. Em 2019, Caldas da Rainha foi reconhecida pela UNESCO como

Cidade Criativa na área de Artesanato e Artes Populares, um marco que solidifica a sua importância e projeta o concelho no panorama cultural internacional.

Reconhecimento Internacional e Dinamismo Cultural

O reconhecimento de Caldas da Rainha como Cidade Criativa da UNESCO impulsionou o setor cultural local, promovendo a preservação das tradições artesanais e fomentando a sua reinvenção através de abordagens contemporâneas. Este dinamismo cultural é fortemente apoiado pela presença da Escola Superior de Artes e Design (ESAD) do Politécnico de Leiria, que atrai talentos e promove a criação artística, fortalecendo a comunidade criativa e incentivando a inovação. Associações culturais locais, em sinergia com a ESAD, contribuem para uma agenda cultural rica, com eventos, exposições e atividades que envolvem e dinamizam a comunidade.

Equipamentos e Infraestruturas Culturais

O concelho possui uma diversidade de infraestruturas culturais que apoiam a promoção e desenvolvimento das atividades artísticas e patrimoniais. Entre as principais infraestruturas, destacam-se os museus, que preservam e divulgam o vasto património artístico e histórico de Caldas da Rainha. Os museus são:

Museu José Malhoa: Dedicado à obra do pintor naturalista José Malhoa, é uma referência no panorama artístico nacional.

Casa Museu de S. Rafael: Focado no artesanato e na cerâmica, essencial na preservação das tradições artísticas da região.

Museu de Cerâmica: Este museu é uma homenagem à longa tradição cerâmica das Caldas da Rainha, expondo peças de valor histórico e artístico.

Atelier-Museu António Duarte: Espaço dedicado à obra do escultor António Duarte, onde o público pode apreciar a sua contribuição para a escultura moderna em Portugal.

Atelier-Museu João Fragoso: Focado no trabalho do escultor João Fragoso, um dos principais nomes da escultura contemporânea portuguesa.

Museu Leopoldo de Almeida: Este museu exibe a obra do escultor Leopoldo de Almeida, figura importante da escultura nacional do século XX.

Museu do Hospital e das Caldas: Dedicado à história do Hospital Termal e à tradição termal, tão fundamental para a identidade da cidade.

Estes museus não só preservam o património cultural, mas também enriquecem a vida comunitária e atraem visitantes interessados na história e nas artes locais.

Rotas Culturais e Experiências Interativas

As rotas culturais de Caldas da Rainha representam um esforço para integrar o património e a história local numa experiência turística moderna e acessível. A Rota Bordaliana, inspirada no legado do célebre ceramista Rafael Bordalo Pinheiro, permite aos visitantes conhecerem a tradição da cerâmica caldense através de esculturas e peças em grande escala que se encontram distribuídas pela cidade. Esta rota não só promove o trabalho de Bordalo Pinheiro, como também celebra a cerâmica como parte essencial da identidade cultural do concelho.

A Rota Mestre Ferreira da Silva é outra experiência cultural imersiva que conduz os visitantes a uma jornada pela herança cerâmica contemporânea, onde são apresentadas peças de um dos principais mestres ceramistas de Caldas da Rainha. Esta rota é uma homenagem às técnicas tradicionais e à inovação artística, mostrando como o concelho mantém viva uma tradição secular adaptada aos gostos e exigências modernas.

Por fim, a Rota das Águas foca-se na história e importância das águas termais da cidade, uma tradição que remonta ao século XV, quando a Rainha D. Leonor fundou o Hospital Termal. Esta rota explora fontes termais, antigos balneários e a ligação entre a cidade e as suas águas curativas. Cada uma destas rotas promove o turismo sustentável ao incentivar os visitantes a explorarem a cidade a pé e a aprofundarem a sua relação com o património local, criando uma experiência que valoriza a identidade cultural da região e que apela a um público interessado na história e na autenticidade.

Turismo de Natureza e Praias

A localização de Caldas da Rainha proporciona acesso a diversos cenários naturais, tornando o concelho um destino privilegiado para o turismo de natureza e atividades ao ar livre. A Lagoa de Óbidos é uma das maiores atrações naturais da região, conhecida pela sua beleza paisagística e pelas excelentes condições para desportos náuticos, como kitesurf, windsurf e paddle. Este ecossistema único atrai visitantes que procuram explorar a biodiversidade da lagoa e desfrutar de um ambiente de tranquilidade e conexão com a natureza.

As praias da Foz do Arelho e Salir do Porto são também pontos turísticos de grande popularidade, especialmente durante os meses de verão. A Foz do Arelho é famosa pelas suas praias duplas – uma virada para a lagoa e outra para o mar –, oferecendo uma experiência diversificada que atrai tanto famílias como

praticantes de desportos aquáticos. A praia de Salir do Porto, com a sua famosa duna, é ideal para banhistas e famílias, proporcionando uma paisagem natural distinta e um ambiente seguro.

Além das zonas costeiras, o concelho conta com áreas naturais de conservação, como o Paúl de Tornada, uma reserva ecológica que é habitat de várias espécies de aves e flora local. Esta área de preservação é essencial para o ecoturismo e é procurada por observadores de aves e amantes da natureza que desejam explorar a fauna e a flora da região. O Paúl de Tornada reflete o compromisso de Caldas da Rainha com a proteção ambiental e o turismo responsável, oferecendo trilhos e áreas de observação que respeitam e preservam o ambiente natural.

Estas atrações naturais, além de enriquecerem a oferta turística, complementam as experiências culturais, criando um concelho diversificado onde o património histórico e o ambiente natural se fundem. Caldas da Rainha, assim, posiciona-se como um destino que não apenas celebra a sua história e cultura, mas também valoriza e protege as suas paisagens e recursos naturais, contribuindo para uma experiência turística completa e sustentável.

Património Histórico e Natural

Caldas da Rainha distingue-se pelo seu rico património histórico e natural, que forma uma base sólida para o seu apelo turístico e cultural. Este legado, visível em espaços icónicos, edifícios históricos e áreas naturais preservadas, proporciona uma experiência autêntica que valoriza a identidade local e atrai visitantes em busca de história e tranquilidade.

Parque D. Carlos I e Mata Rainha D. Leonor – Localizados no centro da cidade, estes espaços verdes desempenham um papel central na vida cultural e social de Caldas da Rainha. O Parque D. Carlos I, fundado no século XIX, é um espaço de lazer e convivência, onde habitantes e turistas podem relaxar, praticar desporto e participar em eventos culturais ao ar livre. Com os seus jardins bem cuidados, lago artificial, e esculturas, o parque é também um ponto de interesse estético e paisagístico. Já a Mata Rainha D. Leonor oferece uma extensão natural que remete à fundadora da cidade e proporciona um ambiente de maior contacto com a natureza. Estes espaços são essenciais para o turismo, contribuindo para o apelo da cidade como um destino de bem-estar e lazer ao ar livre.

Hospital Termal e Igreja de Nossa Senhora do Pópulo – Estes monumentos históricos simbolizam a origem de Caldas da Rainha e a sua reputação secular como destino termal. Fundado no século XV pela Rainha D. Leonor, o Hospital Termal é um dos mais antigos do mundo em funcionamento e representa um marco importante na história da medicina termal em Portugal. Junto ao hospital, a Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, com a sua

arquitetura gótica e manuelina, foi construída para servir os utentes do hospital e é considerada um tesouro arquitetónico e histórico. Estes locais não só atraem turistas interessados em património e história, mas também aqueles que buscam as propriedades curativas das águas termais da cidade, mantendo viva a tradição termal que originou o município.

Mercado da Fruta – Reconhecido como um dos mercados ao ar livre mais antigos de Portugal, o Mercado da Fruta é um local emblemático de Caldas da Rainha, que se destaca pela sua autenticidade e vivacidade. Realizado diariamente na Praça da República, o mercado é conhecido pela venda de produtos frescos e locais, como frutas, vegetais, flores e artesanato regional. Este mercado ao ar livre oferece uma experiência genuína de proximidade com a cultura local, sendo um espaço onde turistas e habitantes se encontram. A autenticidade do Mercado da Fruta reflete a tradição agrícola e a riqueza cultural da região, atraindo visitantes que apreciam produtos frescos e o ambiente dinâmico de um mercado tradicional.

Caldas da Rainha, com este património histórico e natural, posiciona-se como um destino turístico que oferece uma combinação única de história, cultura e natureza. Estes elementos, preservados e promovidos, fortalecem a identidade da cidade e contribuem para a sua atratividade como destino autêntico e de elevado valor cultural e ambiental.

Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Turístico e Cultural

Embora Caldas da Rainha possua um vasto património cultural e uma diversidade de atrações turísticas, enfrenta alguns desafios críticos no que diz respeito ao crescimento e à modernização do setor. Um dos principais desafios é a necessidade de modernizar as infraestruturas de apoio ao turismo e à cultura, como espaços de acolhimento e centros de interpretação. A escassez de transportes públicos que conectem de forma eficaz as várias atrações da cidade e da região é também um obstáculo, especialmente para turistas que desejam explorar o concelho sem recorrer a transporte particular. Além disso, a promoção e divulgação dos pontos turísticos e culturais locais requerem uma abordagem mais eficaz e abrangente, especialmente em plataformas digitais, para alcançar um público mais vasto e atrair turistas de diferentes segmentos e nacionalidades.

Para além dos desafios, existem também oportunidades estratégicas que podem impulsionar o setor. O desenvolvimento de novas ofertas turísticas, como roteiros temáticos, experiências imersivas e eventos culturais que celebrem o património local, tem o potencial de atrair públicos diversificados, incluindo jovens e famílias. A criação de parcerias público-privadas pode ainda fortalecer o setor, através da implementação de projetos colaborativos que aumentem a visibilidade de Caldas da Rainha como destino turístico e cultural de

eleição. Investir na promoção das singularidades da cidade e na acessibilidade aos locais de interesse, aliado ao reforço da identidade cultural local, permitirá um desenvolvimento turístico mais sustentável e centrado na valorização do património.

Após o explanado, conclui-se que Caldas da Rainha se destaca como uma cidade que oferece uma rica e variada experiência cultural e turística, marcada por uma combinação única de património histórico, inovação e paisagens naturais. O título de Cidade Criativa da UNESCO na área de Artesanato e Artes Populares, alcançado em 2019, sublinha o papel importante que o concelho desempenha no cenário cultural nacional e internacional, trazendo reconhecimento e novas oportunidades de desenvolvimento no turismo cultural e de natureza.

No entanto, para que Caldas da Rainha realize todo o seu potencial, é essencial um planeamento estratégico que contemple a modernização das infraestruturas culturais e a promoção ativa das suas ofertas turísticas. A aposta na diversificação das atividades culturais e na revitalização dos espaços turísticos permitirá que a cidade se consolide como um destino cultural de referência, atraindo não apenas visitantes, mas também incentivando os residentes a envolverem-se mais profundamente com o património local. Com uma estratégia de desenvolvimento sustentável e inovadora, Caldas da Rainha tem o potencial de proporcionar uma experiência autêntica e enriquecedora, que respeita e valoriza as suas tradições enquanto acolhe as tendências culturais e turísticas contemporâneas.

Instalações Desportivas

O município dispõe de **138** instalações desportivas: **76 de base recreativa, 59 de base formativa, 2 especializadas e 1 de espetáculo desportivo.**

Tabela 121 - Instalações desportivas existentes no concelho¹⁶⁹

Base Recreativa	34 Salas de desportos, polivalente 27 Polidesportivos descobertos 6 Grandes campos de jogos (Futebol, Rugby, etc.) 2 Pavilhões desportivos 2 Piscinas descobertas 1 Campo de areia 1 Skatepark 1 Campo de Petanca 1 Campo de Padel 1 Campo de Ténis
------------------------	--

¹⁶⁹ Fonte: CMCR (outubro de 2024).

Base formativa	15 Pavilhões desportivos 14 Polidesportivos descobertos 9 Salas de desportos, polivalente 9 Grandes campos de jogos (Futebol, Rugby, etc.) 7 Piscinas cobertas 2 Pistas de atletismo 2 Campos de ténis 1 Centro náutico
Especializadas	1 Centro de Alto Rendimento 1 Instalação de tiro com arco
Espetáculo desportivo	1 Grande campo de jogos (Futebol, Rugby, etc.)

A tabela seguinte contém a distribuição das instalações desportivas por freguesia/união das freguesias e por tipologia.

Tabela 122 - Instalações desportivas existentes no concelho, por freguesia¹⁷⁰

Freguesia / União das freguesias	Quantidade de instalações desportivas	Tipologia das instalações desportivas
A-dos-Francos	5	2 Polidesportivos Descobertos 1 Piscina Coberta 1 Grande Campo de jogos (Futebol, Rugby, etc) 1 Sala de Jogos, polivalente
Alvorninha	16	9 Salas de Jogos, polivalentes 3 Polidesportivo Descoberto 2 Pavilhões Desportivos 2 Grandes Campos de jogos (Futebol, Rugby, etc)
Carvalho Benfeito	3	2 Salas de Jogos, polivalentes 1 Polidesportivos Descobertos
Foz do Arelho	4	1 Sala de Jogos, polivalente 1 Polidesportivo Descoberto 1 Piscina Descoberta 1 Instalação de Desportos Aquáticos
Landal	1	1 Pavilhão Desportivo
Nadadouro	5	1 Grandes Campos de jogos (Futebol, Rugby, etc) 1 Sala de Jogos, polivalente 1 Polidesportivo Descoberto 1 Pavilhão Desportivo 1 Campo de Ténis
Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	30	11 Polidesportivos Descobertos 6 Pavilhões Desportivos 5 Salas de Jogos, polivalentes 3 Grandes Campos de jogos (Futebol, Rugby, etc) 1 Pista de Atletismo 1 Campo de Ténis 1 Piscina Coberta 1 Instalação desportiva de Tiro com Arco

¹⁷⁰ Fonte: CMCR (outubro de 2024).

Freguesia / União das freguesias	Quantidade de instalações desportivas	Tipologia das instalações desportivas
		1 Campo de Padel
Salir de Matos	11	8 Salas de Jogos, polivalentes 2 Polidesportivo Descoberto 1 Grande Campo de jogos (Futebol, Rugby, etc)
Santa Catarina	8	3 Salas de Jogos, polivalentes 2 Polidesportivo Descoberto 1 Grande Campo de jogos (Futebol, Rugby, etc) 1 Piscina Coberta 1 Pavilhão Desportivo
Santo Onofre e Serra do Bouro	39	14 Polidesportivos Descobertos 7 Salas de Jogos, polivalentes 5 Pavilhões Desportivos 4 Piscinas Cobertas 3 Grandes Campos de jogos (Futebol, Rugby, etc) 1 Pista de Atletismo 1 Campo de Ténis 1 Centro de Alto Rendimento 1 Campo de areia 1 Campo de Petanca 1 Skatepark
Tornada e Salir do Porto	12	4 Grandes Campos de jogos (Futebol, Rugby, etc) 3 Salas de Jogos, polivalentes 3 Polidesportivos Descobertos 1 Pavilhão Desportivo 1 Piscinas Descobertas
Vidais	4	3 Salas de Jogos, polivalentes 1 Polidesportivo Descoberto

Apenas as 3 instalações desportivas seguintes têm lugar de espetador para pessoas com deficiência:

- Polidesportivo da Escola Encosta do Sol: 1 lugar;
- Polidesportivo da Escola do Bairro dos Arneiros: 2 lugares;
- Centro de Alto Rendimento de Caldas da Rainha: 5 lugares.

Conselho Municipal do Desporto (CMP)

O **Conselho Municipal do Desporto (CMD)**, no âmbito do Município das Caldas da Rainha, é uma estrutura consultiva, cujo objetivo é promover o Desporto nas suas diferentes áreas no Município, bem como a participação dos diversos agentes e parceiros desportivos locais na análise da política desportiva local e nacional, fomentando a prática desportiva da Comunidade Local em todo o Município, acompanhando a evolução da política desportiva Municipal.

Compete ao Conselho designadamente:

- a) Emitir pareceres por solicitação dos órgãos municipais;
- b) Pronunciar-se sobre os projetos municipais relativos a matérias de desenvolvimento desportivo;
- c) Apresentar propostas, sugestões ou recomendações aos órgãos do Município;
- d) Propor a adoção de medidas que conduzem à observância dos princípios da ética desportiva;
- e) Refletir criticamente sobre os níveis de sucesso desportivo concelhio;
- f) Pronunciar-se sobre as medidas a adotar no âmbito da formação dos agentes desportivos (dirigentes, técnicos, praticantes, etc.);
- g) Emitir parecer quanto à construção, ampliação de infraestruturas desportivas necessárias ao desenvolvimento desportivo do Concelho;
- h) Dar pareceres quanto aos critérios de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo;
- i) Emitir parecer, quanto às Normas Gerais e as condições de utilização das Instalações Desportivas Municipais;
- j) Pronunciar-se sobre as Taxas de Utilização das Instalações Desportivas referidas na alínea anterior.
- k) Aprovar o Regulamento Interno;
- l) Outros assuntos de interesse para o Movimento Associativo Desportivo.

Hortas Urbanas

As Hortas Urbanas são um espaço de lazer e bem-estar, criado em 2016, pelo Município, onde se promove a produção de alimentos biológicos para consumo dos próprios produtores.

Visa promover o aproveitamento eficiente de terrenos municipais para fins culturais, educacionais e económico-sociais, bem como, proporcionar espaços de ocupação de tempos livres, reforçar o apoio às famílias através da diversificação das fontes de subsistência.

A presente iniciativa, faz parte do orçamento participativo, onde a cidade define um montante anual para ser gasto e os contribuintes escolhem como gerir este recurso.

Atualmente, a comissão conta com três pessoas eleitas em assembleia geral das hortas e com a Câmara Municipal das Caldas da Rainha que faz a gestão administrativa e financeira dos recursos das mesmas. O valor mensal das hortas é de dez euros por mês e, também, há a possibilidade de pessoas que utilizarem de maneira gratuita caso necessitem.

No presente, as **Hortas Urbanas das Caldas da Rainha** contemplam 82 espaços, tendo uma taxa de ocupação de 100%. O valor do talhão é de 10€ (utilizador regular), existindo 14 que estão isentos de pagamento.

Cidadania e Participação

O Orçamento Participativo (OP) é uma iniciativa municipal que convida os munícipes a participar e contribuir para o desenvolvimento de um concelho melhor. Atualmente é promovida pelas Freguesias e Uniões de Freguesia.

Inspirado nos valores da Democracia Participativa, garante a participação no processo de governação e de decisão sobre o investimento municipal.

Em suma, são os caldenses a decidir sobre o destino de uma parte do Orçamento da Câmara Municipal, apresentando propostas que serão votados e escolhidos pela comunidade.

O Orçamento Participativo Jovem (OPJ) é uma iniciativa municipal que convida os jovens a participar e contribuir para o desenvolvimento de um concelho melhor. Inspirado nos valores da Democracia Participativa, garante a participação dos jovens no processo de governação e de decisão sobre o investimento municipal. Com a implementação do OPJ é dado mais um passo no sentido da participação cívica e envolvimento dos jovens na definição das políticas do Município das Caldas da Rainha.

Capítulo III – Metodologia utilizada

Para a atualização do Diagnóstico Social do concelho das Caldas da Rainha 2024, foi desenvolvida uma metodologia participativa e rigorosa que visou capturar uma visão abrangente e partilhada das condições sociais, dos principais problemas e das estratégias a serem implementadas. Este processo baseou-se em várias etapas essenciais, cada uma destinada a garantir que as especificidades de cada área do concelho fossem devidamente analisadas e que os contributos de todos os parceiros fossem valorizados.

O processo iniciou-se com a recolha de informação quantitativa e qualitativa, incluindo dados estatísticos e outras fontes relevantes que permitissem identificar as problemáticas sociais do concelho de uma forma estruturada e fundamentada. Esta análise preliminar foi complementada com um trabalho de campo que envolveu visitas a diversas freguesias, proporcionando uma observação direta das condições de vida, desafios e recursos específicos de cada localidade. Estas visitas revelaram-se fundamentais para uma compreensão detalhada das realidades de cada freguesia, permitindo identificar nuances locais e ajustar o diagnóstico às necessidades particulares de cada comunidade.

Em paralelo, realizaram-se dinâmicas de grupo participativas, organizadas por áreas de intervenção específicas, que decorreram entre os dias 16 de setembro e 17 de outubro de 2024. Estes grupos de trabalho contaram com a participação ativa dos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS) e de parceiros informais, permitindo uma discussão aberta e colaborativa. Durante essas sessões, os parceiros contribuíram com experiências e perspetivas que foram cruciais para delinear os problemas sociais prioritários, partilhar práticas já existentes e propor novas abordagens adaptadas à realidade do concelho.

As observações recolhidas nas visitas às freguesias e os contributos dos grupos de trabalho permitiram identificar e priorizar objetivos específicos para cada eixo de intervenção, assegurando que estes fossem adequados às necessidades e aos recursos disponíveis em cada localidade. Este processo fortaleceu a pertinência das conclusões e garantiu que cada objetivo reflete a realidade e as particularidades de cada comunidade dentro do concelho.



- I. **Visitas às Juntas/Uniãoes de Freguesia:** As visitas às Juntas e Uniãoes de Freguesia foram uma etapa essencial para compreender a realidade específica de cada localidade do concelho. Estas visitas permitiram uma observação direta das condições e desafios enfrentados pelas comunidades locais, facilitando a identificação de problemas específicos em áreas como saúde, habitação, e apoio social. A interação com os líderes comunitários forneceu insights valiosos sobre as particularidades de cada freguesia, fortalecendo a pertinência das estratégias a serem adotadas.
- II. **Recolha de Informação:** A recolha de informação envolveu a compilação de dados quantitativos e qualitativos provenientes de fontes variadas, incluindo estatísticas oficiais, relatórios de instituições locais e regionais, e dados fornecidos pelos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS). Esta fase foi fundamental para formar uma base sólida de conhecimento sobre o contexto social, económico e demográfico do concelho, sendo complementada pelas observações realizadas durante as visitas às freguesias.
- III. **Análise Documental e Estatística:** A análise documental e estatística focou-se na avaliação dos dados recolhidos, permitindo a identificação das principais tendências e problemáticas do concelho. Esta análise detalhada foi realizada com o objetivo de compreender as dinâmicas sociais e identificar áreas prioritárias para intervenção. Foram utilizadas ferramentas estatísticas e de análise de dados para assegurar que os resultados obtidos refletissem a realidade de forma precisa e fundamentada.

- IV. Diagnóstico Social 2022:** O Diagnóstico Social de 2022 serviu como ponto de referência para a atualização do diagnóstico atual. Com base nas conclusões do diagnóstico anterior, foi possível avaliar a evolução dos indicadores sociais e a eficácia das intervenções realizadas. Esta comparação permitiu identificar áreas em que houve progresso e outras onde ainda persistem desafios, ajudando a direcionar os esforços para setores que requerem maior atenção.
- V. Grupos de Trabalho:** Foram realizados grupos de trabalho específicos para cada eixo de intervenção, contando com a participação ativa dos parceiros do CLAS e de outros intervenientes relevantes. Estes grupos de trabalho permitiram uma discussão aberta e colaborativa sobre os problemas sociais, estratégias e ações necessárias para melhorar a qualidade de vida da população. Através desta abordagem participativa, foi possível captar diferentes perspetivas e enriquecer o diagnóstico com contributos diretos dos parceiros envolvidos no terreno. (planos de sessão anexos)

TEMÁTICA	Data	Nº entidades
Idosos	16.09.2024	27
Deficiência, Incapacidade e Doença Mental	19.09.2024	9
Saúde	23.09.2024	11
Igualdade e Não Discriminação e Violência Doméstica	25.09.2024	16
Pessoas em Situação de Sem Abrigo, Criminalidade e Segurança e Comportamentos Aditivos	27.09.2024	21
Emprego e Formação	30.09.2024	8
Migrações	02.10.2024	10
Infância e Juventude	09.10.2024	20
Habitação	14.10.2024	4
Pobreza e Exclusão Social	17.10.2024	34

- VI. Reuniões de Trabalho:** As reuniões de trabalho complementaram os grupos de trabalho, proporcionando um espaço para debate e refinamento das ideias discutidas.

Essas etapas metodológicas permitiram uma análise social fundamentada e ajustada às necessidades locais, garantindo que o Diagnóstico Social das Caldas da Rainha reflete de forma fiel os desafios e as oportunidades existentes no concelho.

1. Análise dos dados Grupos de Trabalho / Grupos Participativos

Uma das metodologias utilizadas foi a análise **SWOT** | *Strengths* (**Forças / Pontos Fortes**), *Weaknesses* (**Fraquezas / Pontos Fracos**), *Opportunities* (**Oportunidades**) e *Threats* (**Ameaças**). A análise SWOT é uma técnica utilizada nas mais diversas áreas para avaliar cada um desses fatores e auxiliar na tomada de decisões para a resolução dos problemas identificados, valorizando as potencialidades encontradas.

Os dois primeiros parâmetros, **pontos fortes** e os **pontos fracos**, envolvem **fatores internos** à área de trabalho, que não são necessariamente permanentes e podem mudar com o tempo. Deve-se investir de forma a mantê-las ou melhorá-las. Os **pontos fortes** são, então, fatores internos que podem ser aproveitados a favor da área de estudo, enquanto os **pontos fracos** são aspetos internos a melhorar.

As **oportunidades** e as **ameaças** estão relacionadas com **fatores externos**. As **oportunidades** podem ser novos recursos disponíveis ou tendências em que se pode apostar, enquanto as **ameaças** são aspetos que podem impactar negativamente alguma atividade/obstáculo que possa surgir.

De seguida, apresentam-se as análises SWOT que resultaram dos grupos de trabalho realizados, assim como algumas considerações efetuadas sobre a temática, no decorrer das sessões.

IDOSOS

Pontos fortes • Número de respostas sociais de idosos (IPSS) • Articulação eficiente entre entidades • Qualificação dos técnicos da área social	Pontos fracos • Falta de recursos humanos qualificados • Baixos recursos financeiros • Precariedade dos cuidados de saúde • Falta de diagnóstico exato de número de idosos em lista de espera (duplicação) • Número de vagas insuficientes, particularmente em ERPI
Oportunidades • Aumento da população estrangeira como forma de colmatar falta de recursos humanos • Criação de cursos de formação para cuidadores • Potencialização de grupos de atividades lúdicas e físicas • (Re)início do projeto CLDS	Ameaças • Isolamento social dos idosos • Respostas insuficientes e morosas ao nível da saúde • Insuficiência de financiamento do Estado às IPSSs

Análise complementar – IDOSOS

A análise da **área de intervenção dos Idosos** no concelho das Caldas da Rainha revela uma rede de apoio consolidada, mas com desafios estruturais significativos. A boa articulação entre as várias entidades do concelho, como a Ação Social do Município, as juntas de freguesia e as IPSS, é um ponto forte que permite a coordenação eficiente de serviços. No entanto, a falta de financiamento e de recursos adequados compromete a expansão e a melhoria dessas respostas.

Recursos Financeiros e Apoio às IPSS: A insuficiência de financiamento, especialmente no que se refere às IPSS, limita a capacidade de melhorar as infraestruturas e de atrair mais profissionais qualificados. A necessidade de salários mais competitivos e de incentivos para os cuidadores foi destacada, pois o trabalho dos profissionais da área social é crucial para o bem-estar dos idosos, mas enfrenta desafios crescentes devido à escassez de recursos.

Saúde e Isolamento Social: O isolamento social dos idosos continua a ser uma preocupação crescente. A falta de transporte adequado e o distanciamento de redes de apoio agravam o risco de solidão, o que afeta negativamente a saúde mental e física dos idosos. Além disso, a precariedade dos cuidados de saúde no concelho, como a insuficiência de resposta nas unidades de cuidados continuados e de consultas de especialidade, limita o acesso a tratamentos necessários, colocando a saúde dos idosos em risco. A falta de uma rede de apoio em saúde mental para idosos foi mencionada como uma falha crítica no sistema atual.

Oportunidades de Desenvolvimento: Uma oportunidade relevante identificada durante a sessão de trabalho foi a criação de grupos de voluntários que possam atuar no apoio aos idosos mais vulneráveis, complementando o trabalho das instituições já existentes. O crescimento da população estrangeira no concelho também foi considerado como uma oportunidade de dinamização de atividades interculturais que podem integrar os idosos em novas redes sociais, promovendo a inclusão e o bem-estar.

Desafios e Soluções: O aumento da procura de respostas de saúde por pessoas com doença mental, doenças crónicas e/ou demências precoces em ERPI (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas) é uma questão emergente. A criação de respostas especializadas para essa população é necessária para aliviar a pressão sobre serviços existentes e melhorar o atendimento. Também o aumento da proporção de pessoas idosas em situação de dependência e com falta de autonomia tanto nas ERPI's como nos Centro de Dia traz exigências acrescidas para as entidades.

Além disso, a articulação entre as forças de segurança e as entidades sociais tem sido eficaz em identificar idosos em risco, mas a falta de capacidade para agir rapidamente limita a eficácia dessas ações.

Conclusão: O concelho das Caldas da Rainha possui uma rede de apoio sólida para os idosos, mas enfrenta desafios que precisam de ser resolvidos para melhorar a qualidade dos serviços e aumentar a sua capacidade de resposta, cada vez mais insuficiente. A falta de vagas para idosos em ERPI, em particular nas situações de menor dependência, poderiam ser colmatados com um alargamento/reajustamento do Serviço de Apoio Domiciliário, para horários mais alargado, serviços noturnos e/ou modernização dos serviços prestados.

A formação dos cuidadores e o investimento e expansão em atividades lúdicas e físicas para os idosos são passos essenciais para garantir um envelhecimento ativo e saudável, repensando e sensibilizando também para uma nova abordagem ao conceito e paradigma atual do Envelhecimento.

DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE

Pontos fortes • Trabalho em rede bem estabelecido • Centro de Educação Especial Rainha D. Leonor • Equipas Multidisciplinares de Apoio à Educação Inclusiva (EMAEI) • Equipa de Intervenção Precoce	Pontos fracos • Falta de vagas nas respostas sociais de reabilitação • Recursos escassos no sistema escolar • Baixa empregabilidade das pessoas com deficiências com deficiência e incapacidade
Oportunidades • Financiamento PRR/PT2030 e Fundos Comunitários • Crescimento de programas de desporto adaptado • Balcão da Inclusão e Medidas de Emprego	Ameaças • Estigmatização social • Acessibilidades inadequadas • Incerteza quanto à continuidade de projetos comunitários

Análise Complementar – DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE

A análise da **área de intervenção da Deficiência e Incapacidade** no concelho das Caldas da Rainha reflete um esforço contínuo de articulação entre várias entidades, mas enfrenta desafios significativos, como a falta de recursos e vagas insuficientes para responder às necessidades das pessoas com deficiência.

Trabalho em Rede: A articulação entre as entidades é um ponto forte do concelho. Esta rede, bem estabelecida, permite uma resposta coordenada a muitas necessidades, especialmente no âmbito da educação e inclusão social. No entanto, a falta de vagas em Centros de Atividades Ocupacionais (CACIs) e Residências Autónomas continua a limitar a resposta a pessoas com deficiência que necessitam de apoio mais intensivo e prolongado.

Recursos Humanos e Infraestruturas: A falta de recursos humanos especializados, especialmente nas escolas, limita a inclusão educacional de alunos com necessidades especiais. A contratação de mais profissionais de reabilitação e a ampliação das Equipas Multidisciplinares de Apoio à Inclusão (EMAEI) e das Equipas de Intervenção Precoce são essenciais para garantir um atendimento mais eficaz e inclusivo. Além disso, a carência de infraestruturas acessíveis, tanto nos edifícios públicos quanto nos transportes, afeta negativamente a mobilidade e a integração social das pessoas com deficiência.

Oportunidades de Desenvolvimento: A crescente oferta de programas de desporto adaptado no concelho é uma oportunidade para promover a inclusão social através de atividades físicas, melhorando a qualidade de

vida das pessoas com deficiência. Os fundos do PRR e PT2030 representam outra oportunidade importante para o concelho expandir e melhorar os seus serviços de apoio e reabilitação. O Balcão da Inclusão também pode ser um recurso valioso para facilitar o acesso a serviços e medidas para pessoas com deficiência.

Desafios e Soluções: A estigmatização social e a falta de acessibilidades adequadas são dois grandes obstáculos à plena inclusão de pessoas com deficiência no concelho. Para enfrentar estas questões, é necessário investir em consciencialização e na melhoria das infraestruturas públicas, de modo a garantir que as pessoas com deficiência possam circular e participar ativamente na comunidade. A incerteza em torno da continuidade de projetos comunitários financiados por fundos temporários deve ser enfrentada com uma maior diversificação de fontes de financiamento e parcerias mais estáveis.

Conclusão: O concelho das Caldas da Rainha tem uma rede de apoio para pessoas com deficiência bem articulada, mas enfrenta desafios de recursos e infraestruturas que limitam a sua eficácia. Com um investimento estratégico em formação de profissionais, expansão de vagas em CACI e Estruturas de Acolhimento, como Lar Residencial e Residência Autónoma, e melhoria das acessibilidades, o concelho pode dar passos importantes na inclusão social e laboral das pessoas com deficiência.

SAÚDE MENTAL

Pontos fortes - Gabinetes de Psicologia das autarquias - Reforço de psicólogos nas escolares	Pontos fracos - Estigmatização da saúde mental - Precaridade da saúde mental por falta de respostas e recursos (físicos e humanos) - Acesso limitado e longos períodos de espera para respostas especializadas (psicologia, psiquiatria, desenvolvimento...)
Oportunidades - Financiamento de programas de saúde mental - Aumento da sensibilização para temática - Ações de sensibilização e prevenção - Ações de promoção de competências socioemocionais e interpessoais	Ameaças - Escassez de profissionais de saúde mental - Problemas de saúde mental dos jovens - Impacto da pandemia na saúde mental

Análise Complementar – SAÚDE MENTAL

A área de intervenção de Saúde Mental no concelho das Caldas da Rainha enfrenta uma série de desafios relacionados com o acesso aos serviços e a estigmatização da saúde mental. A capacidade de resposta às necessidades crescentes é limitada pela falta de recursos e pela escassez de profissionais de saúde mental.

Acesso Limitado e Longos Tempos de Espera: Uma das maiores barreiras no acesso à saúde mental no concelho é o longo tempo de espera para consultas de psiquiatria e psicologia no SNS. Esta situação é exacerbada pela falta de profissionais, como psicólogos e psiquiatras, tanto em contexto escolar como em serviços comunitários. Para enfrentar este problema, seria necessário aumentar o número de profissionais disponíveis e criar novas infraestruturas de apoio, como centros de atendimento especializado em saúde mental, assim como a implementação de programas de apoio psicológico em escolas. Com o envelhecimento da população, o número de pessoas com condições de saúde mental não diagnosticadas tende a aumentar, e será crucial garantir que os serviços possam atender essas necessidades.

Estigmatização e Barreiras Culturais: O estigma associado à saúde mental continua a ser um dos maiores entraves ao tratamento. Muitas pessoas evitam procurar ajuda devido ao medo de discriminação ou de serem vistas como "fracas". Este problema requer consciencialização mais intensivas, tanto em escolas quanto no local de trabalho, para normalizar a procura de apoio psicológico e psiquiátrico.

Oportunidades de Desenvolvimento: O eventual financiamento através do PRR e de programas comunitários poderá oferecer uma oportunidade de expansão dos serviços de saúde mental no concelho.

Conclusão: A saúde mental no concelho das Caldas da Rainha precisa de uma atenção redobrada. Embora a articulação entre as várias entidades seja uma vantagem, a falta de recursos humanos e o estigma cultural dificultam o acesso aos serviços. Com mais investimentos em infraestrutura e recursos humanos, juntamente com programas de sensibilização para a saúde mental, o concelho pode melhorar significativamente o atendimento e a qualidade de vida das pessoas que necessitam de apoio psicológico e psiquiátrico. O investimento em medidas e ações que promovam a saúde psicológica e bem-estar, nomeadamente os de carácter preventivo, são fundamentais para enfrentar os desafios atuais neste eixo.

SAÚDE

Pontos fortes • Rede de Respostas Sociais • Serviços Descentralizados e Estruturas Existentes • Projetos Comunitários • Hospitalização Domiciliária • Profissionais de Saúde Dedicados • Grupo de Apoio Local da Liga Portuguesa de Apoio contra o Cancro • Projeto “Olha-te” • Programa ABEM • Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida do Concelho – Município	Pontos fracos • Falta de articulação dos sistemas de redes e base de dados • Insuficiência de resposta nos Cuidados de Saúde Primários e Hospitalares • Infraestruturas Degradadas • Falta de Voluntariado em Saúde • Falta de Formação em Saúde • Pouca Literacia em Saúde • Intervenção comunitária insuficiente
Oportunidades • Financiamento PRR e Programas de Fundos Europeus • Telemedicina • Inteligência Artificial e Tecnologia de Saúde	Ameaças • Envelhecimento da população • Degradação da Saúde da População • Falta de Políticas Sustentáveis • Dificuldade na retenção/fixação de profissionais de saúde • Reaparecimento de Doenças Extintas • Diminuto investimento na intervenção primária • Insuficiência de recursos humanos • Deslocalização dos serviços hospitalares

Análise Complementar – SAÚDE

O concelho das Caldas da Rainha enfrenta desafios significativos na área da saúde, especialmente relacionados com a insuficiência de cuidados primários e hospitalares. Existem algumas ações e projetos comunitários e privados que potenciam a literacia na saúde e o bem-estar e previnem a doença, tais como a Feira da Saúde, o Programa Seniores+, ações e campanhas das Farmácias.

Cuidados Primários e Infraestruturas: A renovação e modernização dos centros de saúde e a melhoria das condições de atendimento são essenciais para reduzir o tempo de espera e garantir uma maior cobertura de cuidados para a população. Além disso, a implementação de soluções como a telemedicina e a criação e/ou reabilitação de novas Unidades de Saúde Familiar (USF) poderiam contribuir para a melhoria do acesso aos cuidados de saúde, especialmente em áreas rurais e mais afastadas.

Prevenção e Promoção da Saúde: A promoção de estilos de vida saudáveis, a prevenção de doenças crónicas, como a diabetes e a hipertensão, e o combate à iliteracia em saúde são prioridades. Programas comunitários como a Rede Solidária do Medicamento e o projeto "PIM" da Farmácia Correia Rosa oferecem um ponto de partida para expandir essas iniciativas. A criação de mais programas de educação em saúde e a realização de feiras de saúde periódicas em parceria com IPSSs e farmácias locais pode ajudar a aumentar a literacia em saúde e a melhorar os indicadores de saúde da população.

Tecnologia e Inovação: A aplicação de inteligência artificial e a utilização de dados para análise preditiva em saúde pública são oportunidades promissoras para melhorar o diagnóstico precoce e a gestão de recursos de saúde no concelho. Integrar essas soluções tecnológicas com os sistemas de saúde locais pode ajudar a reduzir o tempo de espera, melhorar a coordenação entre os serviços e otimizar os recursos disponíveis.

Conclusão: Embora o concelho tenha uma rede de serviços e iniciativas comunitárias importantes para promover a saúde e o bem-estar da população, o fortalecimento das infraestruturas de saúde, a criação de novos centros especializados e o aumento de profissionais, especialmente na área da saúde mental, são medidas urgentes. A aposta em educação em saúde, prevenção de doenças crónicas e telemedicina são passos essenciais para enfrentar os desafios atuais e futuros na área da saúde.

IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Pontos fortes • Ações de Sensibilização no âmbito da Violência Doméstica • Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica • Plano Municipal para a Igualdade de Género e Não Discriminação	Pontos fracos • Apoio Psicológico insuficiente • Estigma e Padronização das Profissões • Falta de Respostas em Situações de Emergência
Oportunidades • Educação e Sensibilização contra Estereótipos • Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental • Financiamento para Iniciativas de Inclusão	Ameaças • Adesão das famílias e articulação dos Serviços • Falta de monitorização dos processos • Aumento de pessoas pertencentes a minorias (migrantes, identidade de género, etc)

Análise Complementar – IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

A igualdade e a não discriminação no concelho das Caldas da Rainha são áreas de intervenção que têm recebido atenção. O concelho desenvolveu planos, assinou protocolos e promoveu ações de sensibilização, mas há uma discrepância entre a legislação e a implementação efetiva de medidas inclusivas no dia a dia.

Desigualdade no Mercado de Trabalho: Uma das maiores barreiras é o estigma e a padronização das profissões. Ainda há uma forte divisão de género no mercado de trabalho, com profissões percebidas como “de homens” ou “de mulheres”. Este fenómeno perpetua as desigualdades salariais e de oportunidades, dificultando a igualdade de acesso a empregos de maior prestígio e remuneração. Para mitigar este cenário, é necessário um esforço contínuo de sensibilização junto das empresas locais, juntamente com incentivos que promovam a contratação igualitária e a promoção de mulheres e minorias em cargos de liderança.

Apoio Psicológico e Acolhimento de Vítimas: O apoio psicológico às vítimas de discriminação, seja por género, etnia ou deficiência, é uma área crítica que precisa de reforço. Muitas pessoas não procuram ou não aceitam ajuda por causa do estigma social associado à vulnerabilidade ou à discriminação. Além disso, as respostas de emergência para pessoas discriminadas ou vítimas de violência são limitadas, o que compromete a eficácia da proteção imediata. A criação de serviços mais acessíveis e menos burocratizados pode ser uma solução para aumentar a adesão ao apoio psicológico e jurídico.

Desafios de Coordenação entre Entidades: Outro desafio reside na falta de articulação entre as diversas entidades responsáveis pelo combate à discriminação. A monitorização dos casos é ineficaz, o que resulta numa falha na avaliação do impacto das intervenções. As famílias, muitas vezes, não estão bem informadas sobre os seus direitos e sobre os serviços disponíveis, o que limita a adesão aos programas de apoio. A criação de uma plataforma única e centralizada de acompanhamento dos casos de discriminação, com ligação direta entre serviços sociais, jurídicos e de saúde, poderia melhorar significativamente a resposta.

Oportunidades de Crescimento: Há uma oportunidade clara de explorar o financiamento nacional e europeu para a implementação de mais projetos focados na igualdade. O concelho pode aumentar a eficácia das políticas públicas através da utilização de fundos para promover iniciativas que combatam o estigma no mercado de trabalho, nas escolas, etc e que facilitem a inserção de minorias e grupos vulneráveis em posições de maior visibilidade e responsabilidade.

Conclusão: A promoção da igualdade e a não discriminação no concelho é uma tarefa contínua que exige mais recursos, uma melhor articulação entre entidades e uma maior consciencialização da sociedade. Incentivos às empresas para adotarem práticas inclusivas, reforço do apoio psicológico e jurídico e criação de uma monitorização eficaz são passos que podem solidificar as conquistas já feitas e permitir avanços mais significativos.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Pontos fortes • Ações de Sensibilização no Âmbito da Violência Doméstica • Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica • Apoio Institucional	Pontos fracos • Falta de Apoio Psicológico Adequado • Falta de Respostas em Situações de Emergência • Estigma e Falta de Sensibilidade dos Serviços de Saúde
Oportunidades • Formação de Profissionais de Saúde e Forças de Segurança • Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental • Reforçar a Plataforma de Apoio à Vítima	Ameaças • Articulação Ineficiente entre Serviços • Estigma e Resistência à Ajuda • Capacidade de Resposta Jurídico-Legal em Tempo Útil • Aumento de situações identificadas de Violência Doméstica

Análise Complementar – VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

No concelho das Caldas da Rainha, a violência doméstica reflete um cenário em que as respostas existentes são valiosas, mas insuficientes para dar conta da complexidade e da gravidade da questão. Embora existam campanhas de sensibilização e o Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica preste serviços essenciais, muitos desafios continuam a limitar a eficácia da resposta global do concelho.

Insuficiência de Respostas em Situações de Emergência: A insuficiência de respostas imediatas em situações de emergência é um dos maiores obstáculos enfrentados pelas vítimas de violência doméstica no concelho. As vítimas muitas vezes não têm acesso a abrigo ou serviços de apoio rápidos, o que aumenta o risco de reincidência e prolonga o seu sofrimento. O aumento da capacidade de abrigos e a criação de uma rede de respostas de emergência mais robusta e rápida, são medidas essenciais para garantir a proteção das vítimas. A articulação com as forças de segurança (PSP e GNR) deve ser ainda mais fortalecida para garantir que, no momento de um pedido de ajuda, as vítimas tenham acesso imediato a proteção e assistência.

Sensibilização e Formação Profissional: A falta de formação específica para os profissionais de saúde foi identificada como uma lacuna importante. Muitos médicos e enfermeiros não estão suficientemente sensibilizados para identificar os sinais de violência doméstica e, como tal, não realizam os encaminhamentos necessários. Esta é uma área em que a formação contínua é obrigatória para todos os profissionais de saúde,

incluindo técnicos de emergência e auxiliares, deve ser reforçada. Além disso, as forças de segurança podem beneficiar de formação adicional sobre a abordagem sensível às vítimas, para garantir que o atendimento é adequado às necessidades emocionais e psicológicas de quem sofre violência.

Estigma e Resiliência das Vítimas: O estigma social em torno da violência doméstica continua a ser uma barreira significativa. Muitas vítimas não procuram ajuda por vergonha ou medo das repercussões sociais e familiares. É necessário que as campanhas de sensibilização se continuem a focar na remoção deste estigma, oferecendo uma abordagem de empoderamento às vítimas, que as ajude a reconhecer os seus direitos e as encoraje a sair de situações de abuso.

Articulação entre Serviços: A articulação entre os diferentes serviços que lidam com a violência doméstica – saúde, forças de segurança, serviços sociais e jurídicos – precisa de ser mais eficiente. Muitas vezes, as vítimas são passadas de um serviço para o outro sem que haja um acompanhamento contínuo, o que resulta em falta de monitorização e, consequentemente, numa maior exposição ao risco de novos episódios de violência. Criar uma plataforma digital que centralize os casos e permita a comunicação entre os diversos serviços envolvidos pode ser uma forma eficaz de melhorar esta articulação e assegurar que as vítimas não se perdem no sistema.

Oportunidades de Expansão de Serviços: O concelho tem uma oportunidade clara de expandir os serviços de apoio à vítima, tanto em termos de capacidade física (abrigos e centros de apoio) como em termos de serviços especializados (apoio psicológico, jurídico e social). A criação de centros de apoio familiar com serviços especializados para vítimas de violência doméstica e as suas crianças, bem como o reforço da rede de pedopsiquiatria, são essenciais para mitigar os danos a longo prazo que estas experiências podem causar.

Conclusão: O concelho das Caldas da Rainha tem feito progressos na área da violência doméstica, mas ainda há muito a fazer para garantir uma resposta completa e eficaz. A expansão da capacidade de abrigos, a melhoria da articulação entre serviços, a formação contínua de profissionais, ações de sensibilização e a eliminação do estigma são os pilares sobre os quais o concelho deve construir as suas futuras intervenções. A proteção das vítimas e a reabilitação das famílias afetadas devem ser priorizadas, assegurando que todas as vítimas têm acesso a apoio imediato e prolongado, de forma a quebrar o ciclo de violência.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

Pontos fortes • Articulação entre entidades • Projeto Caldas + Inclusiva • Habitação de Transição “Casa da Rainha” • Giros de Rua • Respostas existentes para os bens essenciais - alimentação	Pontos fracos • Falta de projetos de inserção social • Escassez de habitação a custos acessíveis • Insuficiência de recursos humanos e financeiros • Falta de aposta na formação específica de técnicos
Oportunidades • Candidatura PRR da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário • Georreferenciação do Radar Social • Financiamento para Projetos de Prevenção • Candidatura Centro 2030 – capacitação de técnicos	Ameaças • Facilidade de acesso a estupefacentes • Elevado aumento percentual de número de pessoas em situação de sem abrigo • Número de pessoas “passantes” em situação de sem abrigo • Correlação com a doença mental e ausência de acompanhamento eficaz nesta área • Falta de acompanhamento continuado

Análise Complementar – PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO

A situação das pessoas em situação de sem-abrigo, no concelho das Caldas da Rainha, reflete tanto os desafios locais quanto as problemáticas mais amplas relacionadas com a falta de habitação e apoio especializado. Embora a rede de apoio básico seja eficiente e bem articulada, a ausência de projetos de reintegração e a falta de respostas habitacionais de emergência e habitação permanente continuam a ser barreiras críticas.

Necessidade de Projetos de Inserção Social: Um dos maiores pontos fracos identificados foi a falta de iniciativas de reintegração social e laboral. Sem projetos que ofereçam oportunidades concretas de formação profissional e emprego, as pessoas em situação de sem-abrigo permanecem marginalizadas, sem meios para romper com o ciclo da pobreza. A criação de programas focados na formação e inserção laboral deve ser uma prioridade para assegurar que estas pessoas possam recuperar a sua autonomia.

Habitação Temporária e de Longo Prazo: A candidatura da Câmara Municipal para um centro de alojamento temporário é um avanço importante, mas não suficiente para resolver o problema a longo prazo. O concelho

precisa de desenvolver políticas habitacionais inclusivas que garantam o acesso à habitação permanente para pessoas em situação de sem-abrigo.

Drogas e Criminalidade: A facilidade de acesso a drogas e o aumento do tráfico no concelho, são grandes ameaças para a população sem-abrigo, muitas vezes associadas a comportamentos aditivos. O combate a esta problemática requer uma intervenção integrada, que combine policiamento eficaz, campanhas de sensibilização e programas de reabilitação para quem já se encontra dependente. A falta de acompanhamento pós-alta, especialmente para toxicodependentes, é uma lacuna que precisa de ser preenchida para garantir que estas pessoas não retornem às ruas.

Radar Social e NPISA: Ferramentas como a georreferenciação do projeto Radar Social e intrínseca articulação de entidades do NPISA (Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo) representam oportunidades cruciais para monitorar e agir de forma preventiva. Estes projetos podem identificar casos de forma precoce e agir antes que a situação se agrave. A continuidade e o alargamento dessas iniciativas são fundamentais para prevenir o agravamento das condições de vida desta população.

Conclusão: Embora o concelho das Caldas da Rainha tenha vindo a investir na intervenção com esta população, é necessário um maior investimento em respostas de acolhimento e emergência, que também procurem enquadrar uma intervenção que promova a reintegração social e laboral desta população. O aumento do tráfico de drogas e a falta de políticas eficazes de acompanhamento continuam a ser as principais ameaças, exigindo uma resposta coordenada e integrada.

CRIMINALIDADE E SEGURANÇA

Pontos fortes - Diversidade de Programas Preventivos - Ações de Prevenção - Colaboração com Associações	Pontos fracos - Falta de Intervenção Rápida - Insegurança em Zonas Específicas - Falta de Recursos Humanos
Oportunidades - Tecnologias de Vigilância e Monitorização - Parcerias com Entidades Locais - Campanhas de Sensibilização Comunitária	Ameaças - Aumento do Tráfico de Drogas - Furtos e Burlas - Dificuldade em Reintegrar Infratores

Análise Complementar – CRIMINALIDADE E SEGURANÇA

A criminalidade e segurança, no concelho das Caldas da Rainha, continuam a ser áreas de preocupação, especialmente em zonas mais vulneráveis, como áreas comerciais e bairros periféricos. A análise SWOT revelou um cenário em que as forças de segurança têm desenvolvido iniciativas importantes, mas enfrentam desafios, principalmente no que diz respeito à rapidez de resposta e à falta de recursos humanos.

Policamento Comunitário e Colaboração com a Comunidade: O policiamento comunitário tem sido uma das ferramentas mais eficaz para a prevenção da criminalidade e para a construção de uma relação de confiança entre a polícia e a comunidade. Este tipo de intervenção permite uma maior proximidade entre os agentes de segurança e os cidadãos, o que pode facilitar a resolução de pequenos conflitos e prevenir crimes de maior gravidade. No entanto, para que essa proximidade seja mantida e ampliada, é necessário aumentar os recursos humanos e logísticos das forças de segurança, garantindo que a presença policial seja constante, especialmente nas zonas mais vulneráveis do concelho, como o Parque D. Carlos I e o Bairro José Natário.

Prevenção do Tráfico de Drogas e Criminalidade Juvenil: O tráfico de drogas, identificado como uma das principais ameaças no concelho, requer uma intervenção concertada que envolva não apenas as forças de segurança, mas também programas educativos e sociais. A prevenção da criminalidade juvenil, através de programas extracurriculares e de sensibilização nas escolas, é essencial para evitar que os jovens se envolvam em atividades criminosas, especialmente no consumo e tráfico de drogas. A articulação entre escolas, IPSS e forças de segurança, através de iniciativas como o "Escola Segura", deve ser ampliada e reforçada.

Necessidade de Programas de Reinserção: A reincidência criminal é outro desafio enfrentado no concelho. A ausência de programas de reinserção eficazes para infratores agrava o problema da criminalidade, uma vez que muitos ex-infratores não encontram oportunidades de reintegração social e laboral. O concelho pode

beneficiar da criação de projetos de reinserção, que combinem apoio psicológico, formação profissional e oportunidades de emprego, facilitando o retorno dessas pessoas à sociedade.

Novas Tecnologias de Monitorização: A introdução de novas tecnologias de monitorização, como sistemas de videovigilância avançados em áreas de maior risco, pode ajudar a reduzir a criminalidade, especialmente em zonas comerciais e bairros vulneráveis. Estes sistemas permitem uma resposta mais rápida das forças de segurança, ao mesmo tempo que servem como um fator dissuasor para atividades ilícitas.

Conclusão: A criminalidade no concelho das Caldas da Rainha, embora controlada em algumas áreas, requer uma abordagem mais integrada e preventiva. O reforço do policiamento comunitário, a colaboração com as entidades locais são passos essenciais para melhorar a segurança. A criação de programas de reinserção para infratores, em combinação com campanhas de prevenção e programas educativos, pode reduzir a reincidência criminal e melhorar a qualidade de vida no concelho.

COMPORTAMENTOS ADITIVOS

Pontos fortes • Dedicção dos profissionais • Projetos de apoio a pessoas em situação de Sem-Abrigo • Centro de Respostas Integradas - ICAD	Pontos fracos • Falta de Intervenção Integrada • Escassez de Recursos Humanos e Financeiros • Longos Tempos de Espera no SNS – ICAD (Instituto para os Comportamentos Aditivos e as dependências) • Falta de respostas de acompanhamento de continuidade e apoio ao processo de reabilitação
Oportunidades • Prevenção de Novas Dependências	Ameaças • Aumento do tráfico de substâncias • Falta de habitação para pessoas em recuperação • Diversidade de substâncias • Aumento de dependências sem substâncias • Falta de Respostas para novas Dependências

Análise Complementar – COMPORTAMENTOS ADITIVOS

A análise dos comportamentos aditivos no concelho das Caldas da Rainha revela uma rede de apoio e uma articulação entre entidades bem estruturada, porém limitada pela falta de integração e de recursos especializados, nomeadamente no processo de reabilitação e reintegração profissional.

Intervenção Integrada e Recursos: A falta de uma intervenção integrada entre os serviços de saúde e os serviços sociais impede um acompanhamento contínuo e eficaz. O concelho enfrenta tempos de espera prolongados para tratamento no SNS, o que aumenta o risco de agravamento das dependências. A criação de uma abordagem multidisciplinar, com a participação de profissionais de saúde mental, assistentes sociais e especialistas em reabilitação, seria uma solução importante para melhorar a resposta a esses casos. A falta de psicólogos e terapeutas especializados na rede pública é um ponto crítico que impede a expansão das respostas atuais.

Desafios e Soluções: A ameaça do tráfico de substâncias no concelho é uma realidade preocupante, especialmente em áreas de fácil acesso para os jovens. A implementação de estratégias de prevenção,

juntamente com uma maior presença das forças de segurança em zonas críticas, pode reduzir o impacto negativo. Além disso, a falta de habitação para pessoas em recuperação continua a ser um fator que dificulta a reintegração social plena. O desenvolvimento de políticas de habitação inclusivas e a criação de uma comunidade de inserção, asseguraria um acompanhamento contínuo, essencial para quebrar o ciclo de dependência e marginalização.

Conclusão: A rede de apoio, embora funcional, precisa de uma intervenção mais integrada e de uma maior capacidade de resposta especializada. A articulação entre saúde e serviços sociais, bem como o investimento em novos recursos humanos, será crucial para melhorar as respostas e aumentar a eficácia das iniciativas já implementadas.

EMPREGO E FORMAÇÃO

Pontos fortes • Entidades empregadoras ativas • Taxa de desemprego baixa • Serviço de Emprego das Caldas da Rainha	Pontos fracos • Falta de colaboradores qualificados • Condições pessoais dos desempregados • Desajuste entre o que as empresas necessitam e a qualificação das pessoas • Falta de competências pessoais e sociais dos desempregados • Rede de transportes insuficiente
Oportunidades • Medidas ativas de emprego • Ofertas de emprego em crescimento • Migração • Projeto CLDS	Ameaças • Falta de apoio para pessoas com doença mental • Pós-acompanhamento inadequado após a integração • Inadequação de níveis de qualificação

Análise Complementar – EMPREGO E FORMAÇÃO

A análise do Emprego e Formação no concelho das Caldas da Rainha revela uma realidade mista, onde coexistem tanto oportunidades de emprego como desafios estruturais que dificultam a integração plena de todos os cidadãos no mercado de trabalho.

Qualificação e Mercado de Trabalho: Apesar da presença de oportunidades de emprego em setores em crescimento, como o turismo, a eletrónica e as indústrias tecnológicas e metalomecânicas, a inadequação das qualificações dos trabalhadores locais continua a ser um problema. Muitos desempregados não possuem as competências técnicas ou profissionais exigidas pelas empresas, o que cria uma lacuna entre a oferta e a procura de trabalho. Para mitigar este problema, é essencial investir em programas de formação técnica e tecnológica, adaptados às necessidades das empresas locais, e promover a reconversão profissional, particularmente entre os adultos desempregados e os jovens à procura do primeiro emprego.

Desafios de Mobilidade e Inclusão Social: A falta de uma rede de transportes públicos eficaz, especialmente em horários noturnos, impede que muitos candidatos aceitem empregos que exijam mobilidade. Esta limitação é especialmente prejudicial para as pessoas que vivem nas zonas mais periféricas do concelho e que dependem do transporte público para se deslocarem para o trabalho. Além disso, há uma crescente

necessidade de se desenvolver programas de apoio à saúde, nomeadamente saúde mental, para ajudar os trabalhadores a manterem-se no mercado de trabalho. Pessoas que enfrentam doenças mentais frequentemente não recebem o apoio adequado para uma reintegração sustentável, o que perpetua ciclos de desemprego e exclusão social.

Apoios e Incentivos à Contratação: As medidas ativas de emprego têm desempenhado um papel importante na redução do desemprego e na criação de oportunidades de emprego, particularmente entre os jovens e os desempregados de longa duração. No entanto, o concelho pode beneficiar de um maior apoio à criação de emprego através de incentivos mais dirigidos à contratação de pessoas com deficiência, migrantes, e outros grupos vulneráveis. A colaboração com o IEFP e com as entidades locais deve continuar a ser fortalecida, de modo a garantir que a formação oferecida corresponde às necessidades reais do mercado de trabalho.

Setores com Potencial de Crescimento: Os setores do turismo e restauração, eletrónica, tecnologias e metalomecânica apresentam um potencial significativo de crescimento no concelho. Estes setores não só criam emprego direto, como também geram oportunidades nas cadeias de fornecimento e serviços associados. Investir em programas de formação que capacitem os trabalhadores para estas áreas pode ser uma estratégia eficaz para reduzir ainda mais a taxa de desemprego e aumentar a competitividade do concelho.

Conclusão: A área de intervenção do Emprego e Formação revela que o concelho das Caldas da Rainha apresenta boas oportunidades de crescimento, mas enfrenta desafios significativos na correspondência entre a oferta e a procura de emprego. A necessidade de uma rede de transportes públicos mais eficaz e de programas de formação adaptados às necessidades do mercado de trabalho são áreas prioritárias de intervenção. Além disso, um maior investimento em saúde mental e em programas de acompanhamento pós-integração pode garantir que as pessoas que encontram emprego consigam manter a sua estabilidade no mercado de trabalho a longo prazo.

MIGRAÇÃO

Pontos fortes • Programas Culturais • CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) • Parcerias entre entidades • Aumento do número de alunos • Mão de obra migrante	Pontos fracos • Legalização e Processos Morosos • Fraco Associativismo • Habitação Precária - sobrelotação • Escassez de respostas comunitárias adequadas
Oportunidades • Contribuição de migrantes para a sustentabilidade da Segurança Social • Criação de Associativismo • Criação de Estatísticas sobre migrantes • Aumento da população jovem (escolas, índice envelhecimento...) • Criação de Mediadores Culturais • Campanhas de Sensibilização	Ameaças • Desinformação • Ausência de Políticas Públicas Eficazes • Exploração Laboral • Barreira Linguística • Falta de Informação sobre as Leis do País • Preconceito e estigmatização

Análise Complementar – MIGRAÇÃO

A análise efetuada sobre este tema, no concelho das Caldas da Rainha, revela tanto desafios como oportunidades associadas à crescente população migrante. A presença de migrantes contribui significativamente para o desenvolvimento económico do concelho, especialmente nos setores de trabalho sazonal e nas áreas de menor qualificação, como a agricultura e a construção civil. Contudo, os processos de integração social, cultural e económica ainda enfrentam diversas barreiras.

Processos de Legalização e Barreiras Administrativas: Uma das principais dificuldades identificadas é a morosidade dos processos de legalização, que não só afeta a estabilidade dos migrantes, como também limita o seu acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e segurança social. A burocracia associada à regularização do estatuto de migrante em Portugal é frequentemente um processo demorado, que acaba por criar uma sensação de insegurança e marginalização entre os migrantes. Esta realidade precisa de ser abordada com mais eficácia, seja através de políticas locais que possam facilitar o processo de legalização, seja com o apoio reforçado do CLAIM.

Inclusão Social e Cidadania: A fraca presença de associações de migrantes no concelho é outra área de preocupação. A criação de organizações comunitárias poderia ajudar a reforçar a voz dos migrantes e a oferecer uma plataforma para que os mesmos pudessem partilhar os seus problemas e encontrar soluções coletivas. Além disso, a implementação de mediadores culturais seria uma estratégia eficaz para enfrentar as barreiras linguísticas e culturais, facilitando a comunicação entre os migrantes e os serviços públicos. A sensibilização das instituições públicas, para serem mais inclusivas em termos culturais, também é uma área com grande potencial de crescimento.

Educação e Integração Escolar: O aumento do número de crianças migrantes nas escolas do concelho representa um desafio e uma oportunidade. Por um lado, as escolas devem adaptar-se para garantir que os alunos migrantes possam ser incluídos adequadamente no sistema de ensino, com aulas de língua portuguesa e suporte cultural adicional. Por outro lado, esta realidade multicultural também enriquece o ambiente escolar, promovendo a diversidade e o respeito pelas diferentes culturas. A criação de turmas específicas para apoiar as crianças migrantes na aprendizagem da língua portuguesa e na sua adaptação ao novo contexto escolar é uma oportunidade que o concelho deve explorar.

Mercado de Trabalho e Exploração Laboral: Os migrantes têm contribuído para colmatar lacunas no mercado de trabalho local, mas a exploração laboral continua a ser uma ameaça significativa. Muitos migrantes trabalham em condições precárias, em grande parte devido à sua situação irregular e à falta de conhecimento sobre os seus direitos laborais. A implementação de políticas locais que combatam a exploração e promovam a inclusão laboral de migrantes deve ser uma prioridade. Além disso, há um grande potencial para a contratação de migrantes nas IPSS e nos setores de trabalho sazonal, onde a necessidade de mão-de-obra é elevada.

Campanhas de Sensibilização e Combate ao Preconceito: As barreiras culturais e linguísticas, aliadas à desinformação, têm perpetuado o preconceito contra migrantes no concelho. Campanhas de sensibilização que promovam o diálogo intercultural e a inclusão podem ajudar a combater estereótipos e criar um ambiente mais equitativo. A realização de ações interculturais, como as já desenvolvidas pelo CLAIM, devem ser reforçadas e expandidas para incluir não apenas os migrantes, mas também a população local, promovendo uma maior aceitação e integração.

Conclusão: O concelho das Caldas da Rainha tem feito progressos na integração de migrantes, mas enfrenta desafios significativos, principalmente relacionados com a legalização, o acesso a serviços e a exploração laboral. A criação de mediadores culturais, a promoção de associações comunitárias e a implementação de consciencialização podem ser passos fundamentais para melhorar a inclusão social, económica e cultural dos migrantes. A colaboração entre o CLAIM, as instituições públicas e privadas e a comunidade em geral será crucial para garantir uma integração mais eficiente e duradoura dos migrantes no concelho.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Pontos fortes • Projetos das escolas de mentoria de alunos para alunos • Escolaridade obrigatória • Respostas existentes • Qualidade das respostas educativas • Medidas de Inclusão Educativa • Profissionalismo das equipas docentes e não docentes • Gabinete da Juventude do Município	Pontos fracos • Falta de recursos humanos nas escolas • Resposta insuficiente dos serviços de saúde, em particular ao nível da saúde mental • Baixas competências parentais em muitas famílias • Insuficiente resposta de Atividades de Tempos Livres em períodos de interrupções letivas • Falta de creches e vagas em creches • Falta de envolvimento parental
Oportunidades • PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) • NLGPI (Núcleo Local de Garantia para a Infância) • Migração jovem nas escolas profissionais • Projeto CLDS • Creche Feliz	Ameaças • Desinvestimento educacional dos alunos e famílias • Abuso de ecrãs/redes sociais/jogos • Desresponsabilização dos pais • Aumento dos casos de problemas de saúde mental

Análise Complementar – INFÂNCIA E JUVENTUDE

A análise da área da Infância e Juventude revela um cenário onde, apesar de existirem algumas respostas importantes no concelho, ainda persistem desafios significativos no acesso à educação, saúde e apoio familiar. A falta de vagas em creche, coloca pressão nas famílias e impede que as crianças recebam cuidados e educação adequados desde cedo. O envolvimento parental e a capacidade das famílias em gerir e apoiar os seus filhos é também um ponto crítico que necessita de maior atenção.

Educação e Saúde Mental: As lacunas no acesso a serviços de saúde, especialmente ao nível da saúde mental, são um problema alarmante. Crianças e jovens que enfrentam dificuldades de saúde mental não conseguem obter um acompanhamento adequado e em tempo útil. Isso, aliado à ausência de uma literacia adequada em saúde e aos longos tempos de espera por consultas, cria um cenário em que problemas de saúde mental podem agravar-se antes de serem tratados. A criação de mais respostas a nível de psiquiatria e psicologia, com

particular atenção à pedopsiquiatria e às adições em jovens, é essencial para melhorar o bem-estar das crianças e jovens no concelho.

Participação e Inclusão: A falta de participação ativa dos pais nas escolas e na vida escolar dos filhos é um problema que precisa de ser abordado. A inclusão das famílias nas políticas de educação inclusiva, como o cumprimento rigoroso do Decreto-Lei 54/2018, é fundamental para assegurar uma educação que atenda às necessidades de todos os alunos, especialmente aqueles com necessidades educativas especiais. O desenvolvimento de programas de formação parental e a criação de mais políticas de integração de jovens de diferentes culturas são passos importantes para garantir uma maior inclusão e participação dos jovens na sociedade.

Oportunidades e Desafios: A existência de programas como o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e o NLGPI (Núcleo Local de Garantia Para a Infância) podem representar uma oportunidade de respostas às necessidades das crianças e jovens. Estas iniciativas podem ajudar a colmatar lacunas no acesso a creches, cuidados de saúde mental e atividades extracurriculares, bem como promover uma maior inclusão social, especialmente para crianças em situação de vulnerabilidade.

Conclusão, o concelho das Caldas da Rainha apresenta estruturas de resposta às necessidades da infância e juventude, mas é imperativo investir em mais recursos humanos e infraestruturas, especialmente no âmbito da creche e da saúde mental. A articulação entre educação, saúde e apoio familiar, juntamente com o aproveitamento das oportunidades de financiamento, pode criar um ambiente mais inclusivo e saudável para as crianças e jovens no concelho.

HABITAÇÃO

Pontos fortes • Arrendamento apoiado • Habitação jovem (lotes de terreno a custo reduzido) • Estratégia Local de Habitação	Pontos fracos • Falta de fogos no parque Municipal Habitacional • Desadequação das tipologias (oferta vs procura) • Falta de investimento na reabilitação
Oportunidades • Políticas Nacionais de Habitação • Reabilitação do edificado • Lei de Bases da Habitação	Ameaças • Falta de arrendamento disponível para jovens • Custo de construção • Aumento de pedidos de habitação social e apoio à renda • Sobrelotação das casas devido às migrações

Análise Complementar – HABITAÇÃO

A habitação é uma das áreas mais sensíveis no concelho, com uma série de **oportunidades** derivadas de políticas nacionais e programas de apoio, como o PRR e o Mais Habitação, que disponibilizam financiamento e incentivos para melhorar a oferta de habitação acessível e a reabilitação do edificado. A existência de uma Estratégia Local de Habitação também é um ponto forte, pois orienta as ações do município de acordo com as necessidades locais, assim como o Loteamento Jovem existente em algumas freguesias do concelho e a elaboração da Carta Municipal da Habitação.

No entanto, o concelho enfrenta **desafios** sérios. A falta de fogos no Parque Habitacional Municipal (PHM) e a desadequação das tipologias às necessidades da população continuam a ser obstáculos críticos, limitando o acesso a habitação adequada. A falta de investimento na reabilitação agrava ainda mais a situação, resultando na degradação do parque habitacional existente.

As **ameaças externas** intensificam ainda mais estes desafios, com a escassez de arrendamento disponível, o aumento dos custos de arrendamento e construção e o crescimento da procura por habitação social devido a fatores como ações de despejo e sobrelotação das habitações. Estes problemas exigem uma resposta robusta e concertada por parte do município e dos parceiros locais.

As **medidas propostas**, como o aumento do investimento no orçamento municipal e o aumento do Parque Municipal Habitacional, são passos importantes para mitigar os desafios identificados. No entanto, será crucial

assegurar que as políticas de habitação nacional e local se articulem de forma eficaz, especialmente no que diz respeito à regulamentação e implementação da Estratégia Local de Habitação.

Conclusão: No concelho das Caldas da Rainha, a habitação apresenta-se como um eixo prioritário de intervenção, dada a combinação de oportunidades e desafios que impactam diretamente a qualidade de vida da população. As oportunidades trazidas por programas de financiamento e apoio nacionais, como o PRR e o programa Mais Habitação, bem como a existência de uma Estratégia Local de Habitação, proporcionam uma base sólida para ações orientadas à reabilitação e ao aumento da oferta habitacional. A disponibilidade de Loteamento Jovem em algumas freguesias e a elaboração da Carta Municipal da Habitação reforçam este esforço, evidenciando um compromisso em criar soluções habitacionais ajustadas às necessidades locais.

No entanto, as carências no Parque Habitacional Municipal, a inadequação das tipologias habitacionais e a falta de investimento consistente na reabilitação do edificado representam desafios críticos. Estes obstáculos são ainda ampliados pela falta de opções de arrendamento acessível e pelo aumento dos custos associados à habitação, colocando pressão adicional sobre a população, em especial sobre as famílias em situação de vulnerabilidade.

Assim, a articulação eficaz entre as políticas locais e nacionais é essencial para a concretização dos objetivos de habitação no concelho, garantindo que medidas como o aumento do Parque Municipal Habitacional e o incremento do orçamento dedicado à habitação se traduzam em soluções habitacionais acessíveis e de qualidade para os munícipes.

RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL / RISCO DE POBREZA INFANTIL

Pontos fortes	Pontos fracos
• Prestações sociais • Trabalho em rede / Parcerias (Rede Social, NLGI (Núcleo Local da Garantia para a Infância), Grupo Concelhio de Apoio à Pessoa Idosa, etc.); disponibilidade e facilidade no trabalho em parceria e comunicação • Atendimento descentralizado	• Pouca oferta de transporte no concelho e dispersão geográfica das empresas • Precariedade laboral • Falta de motivação para trabalhar • Pouco voluntariado • Desconhecimento das respostas/serviços e especificidade de cada um

• Integração escolar de todas as crianças – do pré-escolar ao secundário • Respostas e equipamentos sociais – IPSS • Georreferenciação das respostas • Comissão de Proteção de Crianças e Jovens • Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental • Lojas Sociais • Projetos em funcionamento e serviços: cantina social, FEAC (Fundo Europeu de Auxílio aos Carenciados), banco alimentar do oeste, refood, fornecimento de refeições escolares	• Modalidades de acompanhamento de pessoas com maior vulnerabilidade aos serviços
Oportunidades • Aplicação do PRR • Políticas Sociais que se vão construindo / deferindo e continuidade de projeto inovadores • Creche Feliz • Mercado social de emprego (CEI+)	Ameaças • Imigração: condições de documentação, integração, língua, e ausência de políticas que regulamentem a imigração ou não aplicabilidade da legislação existente • Crise habitacional: insuficiência, valores do mercado/Rendas de habitação elevadas, habitação social/apoios, Habitações sobrelotadas • Mudanças das características da população: aumento de pessoas com patologia de doença mental, envelhecimento da população, etc. • Pobreza geracional (ciclo de pobreza) • Insuficiência de recursos humanos nas instituições • Famílias monoparentais – dificuldade de conciliar vida profissional e vida familiar • Horários desfasados dos estabelecimentos escolares com os laborais

	• Falta de oportunidades para os jovens se fixarem no concelho • Dificuldade de acesso à saúde • Iliteracia na saúde • Burocratização no tratamento dos processos • Desinformação
--	---

Análise Complementar – RISCO DE POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL / RISCO DE POBREZA INFANTIL

A análise SWOT do grupo de trabalho sobre o risco de pobreza e exclusão social evidenciou um cenário de complexidade no concelho, onde se destacam a presença de respostas sociais e o trabalho em rede como pontos fortes, mas também uma série de desafios estruturais e económicos que afetam a população vulnerável.

Rede de Apoio e Respostas Sociais: O concelho possui uma rede de apoio consolidada, com IPSS dinâmicas e respostas como a Cantina Social, o FEAC e o Banco Alimentar do Oeste, que respondendo às necessidades básicas minimizam as condições de pobreza e exclusão social. A georreferenciação de respostas sociais facilitarão o acesso da população às informações sobre os recursos disponíveis. No entanto, ainda há desconhecimento sobre alguns serviços e falta de articulação para responder de forma eficaz às necessidades específicas, como acompanhamento e proximidade com famílias vulneráveis.

Transportes e Precariedade Laboral: A dispersão geográfica do concelho e a limitada oferta de transporte dificultam o acesso ao emprego e aos serviços essenciais, especialmente nas zonas rurais. A precariedade laboral agrava a situação de exclusão, levando a uma desmotivação para o trabalho e à dependência de apoios sociais. Incentivos à formação e à integração no mercado de trabalho, com uma melhoria nas condições laborais, poderiam ajudar a reverter esta tendência.

Desafios Emergentes: Questões habitacionais e o envelhecimento populacional são desafios que agravam o risco de exclusão social. A crise habitacional tem levado ao aumento de rendas e ao sobrelotamento de habitações, afetando famílias monoparentais e migrantes. A falta de oportunidades para a fixação de jovens também ameaça a sustentabilidade do concelho, enquanto o aumento de casos de doença mental e a falta de acesso a cuidados de saúde elevam o risco de marginalização.

Oportunidades de Desenvolvimento: O PRR e outras políticas sociais são oportunidades para implementar projetos inovadores e sustentáveis no concelho. Com a criação de programas específicos para integração de

migrantes e a formação profissional, é possível avançar na inclusão e reduzir a exclusão de forma sustentável. Reforçar o associativismo e melhorar a articulação com empresas e serviços de saúde também são caminhos viáveis para proporcionar uma resposta mais integrada às necessidades da população.

Conclusão: O concelho possui uma base de apoio considerável e parcerias eficazes, mas enfrenta limitações que afetam a qualidade de vida dos mais vulneráveis. Com um plano realista de formação e inclusão, aliado a uma estratégia robusta de apoio habitacional e de transporte, é possível avançar para um cenário mais inclusivo e equitativo.



Figura 40 - Fotografia Grupo Trabalho 17.10.2024

2. PRINCIPAIS DESAFIOS SOCIAIS IDENTIFICADOS PELOS PARCEIROS

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Alimentação dos alunos de rendimentos mais baixos
Círculo vicioso da pobreza e da exclusão social
Falta de conhecimentos dos recursos que existem
Falta de recursos humanos nos serviços
Sobre-endividamento das famílias
Subsistência familiar
Sustentabilidade das IPSS
Rede de transportes públicos insuficiente
Pouco voluntariado
Desconhecimento dos recursos existentes
Famílias monoparentais

DEFICIÊNCIA, INCAPACIDADE E DOENÇA MENTAL

Adultos com problema de saúde mental em ERPI
Crianças com dificuldades de aprendizagem sem acompanhamento
Falta de recursos humanos nas escolas para apoio – escola inclusiva
Emprego e ocupação para pessoas com deficiência e incapacidade
Falta de respostas para pessoas com doença mental (ocupacionais, acolhimento...)
Mobilidade – falta de condições de acessibilidade
Estigmas

SAÚDE MENTAL

Precarização da saúde mental por falta de respostas e recursos (físicos e humanos)
Isolamento social (tanto dos profissionais de saúde como da população em geral)
Acesso limitado e longos períodos de espera para respostas especializadas (psicologia, psiquiatria, desenvolvimento...)
Problemas de saúde mental dos jovens
Saúde e apoios na saúde (pedopsiquiatria, saúde mental, violência doméstica, etc.)
Impacto da pandemia e outros contextos macro
Estigma

IDOSOS

Baixo rendimento dos idosos para acederem aos recursos disponíveis
Capacitação dos técnicos nas respostas para idosos

Falta de capacitação dos profissionais (idosos) para as situações de emergência psicológica e para a saúde mental

Falta de recursos humanos nas IPSS (com o perfil adequado)

Falta de vagas ERPI

Modernização do Serviço de Apoio Domiciliário (24h, ...)

Pressão social que alguns técnicos das IPSS sentem

Respostas diferenciadas, na área dos idosos

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM ABRIGO

Falta de respostas/projetos de inserção/integração social

Capacitação dos técnicos e profissionais

Elevado aumento percentual de número de pessoas em situação de sem abrigo

Número de pessoas “passantes” em situação de sem abrigo

Falta de respostas de acolhimento

Faltas de respostas habitacionais

Correlação com a doença mental e ausência de acompanhamento eficaz nesta área

ADIÇÕES

Falta de intervenção integrada

Escassez de recursos humanos e financeiros

Longos tempos de espera para a resposta existentes na Saúde - ICAD

Falta de resposta de apoio/acompanhamento para a fase mais posterior da reabilitação – ex.: comunidade inserção

Novas dependências, novas substâncias – falta de respostas

Falta de respostas para novas dependências sem substância

MIGRAÇÕES

Falta de políticas de imigração

Crescimento “descontrolado” da população migrante

Aumento de estudantes migrantes

Falta de resposta às necessidades da população migrante

Condições habitacionais - Sobrelotação

Fraco Associativismo

Escassez de respostas comunitárias adequadas

Dificuldades linguísticas e de comunicação

Falta de informação sobre legislação, direitos, deveres

Preconceito

IGUALDADE - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Falta de sensibilidade técnica dos profissionais de saúde para as situações de violência doméstica

Violência doméstica a idosos (muitas vezes, a pessoa agredida nega)

Violência económica dos idosos

Estigma

Falta de capacidade de resposta em situação de emergência

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Competências parentais

Herança transgeracional da pobreza e exclusão social

Desresponsabilização parental

Ajuste métodos pedagógicos

Falta de projetos de vida

Falta de vagas Creche

Motivação para a aprendizagem dos jovens – Abandono e insucesso escolar

Problemas comportamentais, emocionais e sociais nas crianças e jovens

Falta de repostas ocupacionais para famílias mais desfavorecidas nas interrupções letivas

Dependências, em articular sem substâncias (“ecrãs”)

EMPREGO

Desajuste entre o que as empresas necessitam e a qualificação das pessoas

Maior inclusão no emprego e mais medidas CEI e CEI+

Desajuste da oferta formativa (ofertas duplicadas vs falta de oferta em algumas áreas) – falta de articulação entidade formadoras

Rede de transportes insuficiente

Falta de apoio para pessoas com doença mental

Falta de acompanhamento após integração laboral

Falta de competências pessoais e sociais dos desempregados (especial longa duração)

Falta de qualificação

HABITAÇÃO

Sobrelotação

Habitação para estudantes deslocados e habitação jovem

Habitação jovem

Falta de oferta de arrendamento a preços acessíveis

Escassez de Habitação Social do Município

Desadequação das tipologias às características dos agregados familiares

Aumento dos pedidos de habitação social e de apoio ao pagamento da renda

Aumento das ações de despejo

SAÚDE

Altas hospitalares

Capacitação dos técnicos nas respostas de cuidados continuados

Elevado tempo de espera na avaliação de utentes para a unidade de cuidados continuados / Burocratização do sistema

Falta de respostas imediatas em situações de urgência

Escassez de recursos humanos (médicos, enfermeiros, técnicos especializados, etc) na Saúde

Ameaça de perda dos serviços hospitalares

Recursos e respostas insuficientes nos cuidados de saúde (cuidados primários e hospitalares)

Falta de intervenção primária - prevenção

Índice de doenças relacionadas com sedentarismo, alimentação, stress muito elevado

Literacia em saúde

CRIMINALIDADE E SEGURANÇA

Sentimento de insegurança em zonas específicas da cidade

Dificuldades de reabilitação e reintegração, ausência de recursos para acompanhamento e dificuldades de integração em emprego

Aumento do tráfico de estupefacientes

Aumento de Burlas e Furtos

Falta de intervenção rápida

Falta de recursos humanos nas Forças de Segurança

Capítulo IV – Priorização das necessidades sociais

O Diagnóstico Social constitui-se como uma base de trabalho para a construção do Plano de Desenvolvimento Social e para os seus Planos de Ação, instrumentos que permitem passar de um nível de compreensão para um nível de execução, no qual se identificam opções, definem objetivos e estratégias de intervenção, partindo dos problemas e prioridades assinalados no Diagnóstico Social.

Considerando esta dinâmica de fundamentação e base para uma estratégia social que potencie o desenvolvimento social do concelho, que procure soluções e medidas preventivas é crucial que o Diagnóstico Social identifique e defina prioridades sociais.

1. Priorização das áreas de intervenção

A priorização das problemáticas sociais foram definidas a partir dos contributos e da informação disponibilizada pelas entidades, numa ótica de responsabilidade partilhada dos diversos atores socioeconómicos, complementada com dados estatísticos do território do concelho das Caldas da Rainha, elencando as respostas e recursos existentes e identificando os problemas e problemáticas sociais do concelho.

As dimensões sociais identificadas, que se convertem em eixos prioritários de intervenção, foram classificadas como de Máxima e Média Prioridade

Tabela 123 - Priorização das áreas de intervenção social

MÁXIMA PRIORIDADE	MÉDIA PRIORIDADE
Deficiência Habitação Idosos Igualdade e não discriminação - Violência doméstica Infância e Juventude - Risco de Pobreza Infantil Migrações Saúde Saúde mental Sem-Abrigo	Comportamentos aditivos Criminalidade e segurança Emprego

Importa ainda sublinhar que, na compreensão deste Diagnóstico Social, a dimensão da Pobreza e Exclusão Social resulta como uma dimensão que se entende de forma transversal a todas as outras áreas e eixos, surgindo de forma integrada e incorporada nos eixos identificados, não estando assinalada de forma isolada.

2. Respostas Sociais/Infraestruturas

A identificação das necessidades de infraestruturas/respostas sociais foi também ela definida a partir de dados estatísticos/demográficos e da análise dos contributos e da informação disponibilizada pelas entidades. Foram considerados na sua análise os contributos decorrentes dos Grupos Participativos desenvolvidos, mas também cruzadas outras variáveis, tais como os dados demográficos, as vagas existentes, as listas de espera e/ou números protocolados em Acordos de Cooperação ou similares, etc.

ÁREA	INFRAESTRUTURA/RESPOSTA SOCIAL
Crianças/jovens	CRECHE Aumento capacidade / vagas
Deficiência e Incapacidade	ESTRUTURA DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE – LAR RESIDENCIAL E RESIDÊNCIAS AUTÓNOMAS Aumento capacidade / vagas

Deficiência e Incapacidade	INTERVENÇÃO PRECOCE	Aumento capacidade / vagas
Deficiência, Incapacidade	CENTRO DE ATIVIDADES E CAPACITAÇÃO PARA A INCLUSÃO	Aumento capacidade / vagas
Doença Mental	ESTRUTURA DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS COM DOENÇA MENTAL	Criação
Doença Mental	UNIDADE SOCIO-OCUPACIONAL PARA PESSOAS COM DOENÇA MENTAL	Aumento capacidade / vagas
Saúde	ESTRUTURA DE ACOLHIMENTO PARA PESSOAS COM DOENÇA CRÓNICA / DEMÊNCIA	Criação
Saúde	UNIDADE SOCIO-OCUPACIONAL PARA PESSOAS COM DOENÇA CRÓNICA / DEMÊNCIA	Criação
Sem Abrigo	CENTRO DE ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	Criação
Sem Abrigo	HOUSING FIRST	Criação
Sem abrigo / Adições	COMUNIDADE INSERÇÃO	Criação
Seniores	ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS	Aumento capacidade / vagas
Seniores	CENTRO DE NOITE	Criação
Seniores	SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO MODERNIZADO/ALARGADO e/ou NOTURNO APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO	Reestruturação / Criação
Seniores	RESPOSTA INOVADORA NO ENVELHECIMENTO (HABITAÇÕES COMUNITÁRIAS, CO-HOUSING...)	Criação

Capítulo V – Considerações finais

Um Diagnóstico Social deve ser entendido como um instrumento dinâmico e aberto, coerente com a realidade em que vivemos, o que obriga naturalmente a um processo de atualização permanente, que não pode ser alheio à participação de todos aqueles que detêm as competências e a obrigação de resolução dos problemas identificados, bem como, a responsabilidade na definição de políticas que promovam o desenvolvimento social do Concelho. O Diagnóstico Social deve permitir, sempre que se justifique, a integração de novos dados e informações, e ajustes derivados das relações e interdependências que se estabelecem a partir dos dados disponíveis e de novos dados que se vão obtendo.

Uma abordagem integrada, onde os agentes sociais, sejam eles do setor público, entidades da economia social ou do setor privado, estão conscientes do papel que cada um desempenha para a coesão social e para o desenvolvimento social do concelho, permite responder de forma mais eficaz e sustentada, aos desafios identificados, e promover uma melhoria contínua da qualidade de vida da população das Caldas da Rainha.

A coesão social traduz a capacidade de uma sociedade em garantir o bem-estar de todos os seus membros, minimizando as disparidades e evitando a polarização, segundo uma perspetiva de responsabilidade partilhada.”

(Concerted development of social cohesion indicators – Methodological guide, CE, 2005)

Capítulo VI - Glossário de Conceitos

Abono de família	Prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respetivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e à educação das crianças e jovens.
Agregado doméstico privado	Inclui quem partilha a casa e as principais despesas, podendo os indivíduos ter ou não laços familiares. Também se incluem neste conceito as pessoas que vivem sozinhas. Os agregados domésticos privados são geralmente designados agregados familiares.
Alojamento familiar	Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.
Alojamento familiar clássico	Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).
Alojamento familiar não clássico	Alojamento que não satisfaz inteiramente as condições do alojamento familiar clássico pelo tipo e precariedade da construção, porque é móvel, improvisado e não foi construído para habitação, mas funciona como residência habitual de pelo menos uma família no momento de referência.
Alunos matriculados no ensino pré-escolar	A educação pré-escolar define-se como a etapa inicial de um ensino organizado, que visa essencialmente integrar as crianças de muito tenra idade num ambiente escolar, isto é, estabelecer a ligação entre a casa e a escola. Após a conclusão destes programas, as crianças continuam a sua educação no nível 1 (primeira etapa do ensino básico).
Alunos matriculados nos ensinos pré-escolar, básico e secundário	Na ótica das estatísticas da educação, refere-se ao indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula.
Apartamento de Autonomização	Resposta social, desenvolvida em equipamento - apartamento inserido na comunidade local - destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.
Atividade	Resulta de uma combinação de recursos, tais como equipamentos, mão-de-obra, técnicas de fabricação, redes de informação e produtos, que conduzem à criação de bens ou de serviços determinados. Qualquer atividade caracteriza-se por uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de produção e uma saída de produtos.
Beneficiários ativos	Trabalhadores a contribuir para a Segurança Social, por 100 residentes. Pessoa singular ou coletiva sobre a qual recai a obrigação de contribuir para os regimes da Segurança Social, designadamente as pessoas singulares que exercem atividade profissional subordinada, as respetivas entidades empregadoras e os trabalhadores independentes.
Câmara Municipal	A câmara municipal é o órgão colegial do tipo executivo a quem está atribuída a gestão permanente dos assuntos municipais

Categorias de perigo comunicadas	Nº de crianças com processo aberto pela CPCJ segundo a problemática por cada grupo de crianças com processo aberto.
Causa	O que produz um efeito ou consequência
Centro de Acolhimento Temporário (CAT)	Resposta Social desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e Jovens em Perigo (até aos 18 anos de idade), de duração inferior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.
Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.
Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL)	Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/ inserção, prática de atividades específicas e multi-atividades.
Centro de Convívio	Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.
Centro de Dia	Resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.
Centro de Noite	Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.
Complemento por dependência	Prestação atribuída a pensionistas e não pensionistas dos regimes de Segurança Social que se encontrem em situação de dependência e que necessitem da ajuda de outra pessoa para satisfazer as necessidades básicas da vida quotidiana.
Complemento solidário para idosos	Apoio em dinheiro pago mensalmente aos idosos com baixos recursos com mais de 66 anos e 4 meses e residentes em Portugal.
Computadores com ligação internet no ensino básico e secundário	Ligação ao conjunto de redes informáticas mundiais interligadas pelo protocolo TCP/IP – Transmission Control Protocol/Internet Protocol, onde se localizam servidores de informação e serviços (FTP, WWW, e-mail, etc.).
Concelho (Município)	Circunscrição administrativa, que se subdivide em freguesias.
Consequência	Aquilo que é despoletado ou provocado por uma determinada causa
Contrato de arrendamento urbano	Contrato pelo qual uma das partes concede à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no todo ou em parte, mediante retribuição.
Contrato de renda social ou apoiada	Contrato de arrendamento mediante o qual o valor da renda é reduzido face à necessidade de apoio social ao agregado/família. Aplica-se a arrendamentos de habitações construídas ou promovidas pelo Estado, pela Administração Local e Regional, pelos Institutos Públicos e IPSS.
Crime	Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática.
Cuidador informal	Cidadãos que prestem cuidados permanentes ou regulares a outros (familiares) que se encontram numa situação de dependência (pessoa

	cuidada) e que pretendam que lhes seja reconhecido o estatuto do cuidador informal.
Densidade populacional	Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por quilómetro quadrado).
Desempregado	Candidato inscrito num Centro de Emprego, que não tem trabalho, procura um emprego como trabalhador por conta de outrem, está imediatamente disponível e tem capacidade para o trabalho. Inclui candidatos que anteriormente se encontravam na situação de inativos, como estudantes ou pessoas que se ocupavam de tarefas domésticas, reformados que procuram trabalho, tendo capacidade para trabalhar, pensionistas por invalidez ou outras pessoas portadoras de uma incapacidade, que desejam trabalhar, desde que não se encontrem afetadas por incapacidade absoluta para o trabalho.
Desempregado à procura de novo emprego	Pessoa que já teve um emprego. Inclui os candidatos que, tendo-se retirado da vida ativa, qualquer que tenha sido o motivo e a duração da interrupção, desejam reingressar. Inclui igualmente os candidatos que tenham trabalhado com familiares, não sendo remunerados e os que trabalharam por conta própria.
Desempregado à procura do primeiro emprego	Pessoa que nunca teve emprego.
Desempregado inscrito nos centros de emprego e de formação profissional (média anual)	Desempregado de Curta Duração, trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há menos de 12 meses. Longa Duração, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais.
Diagnóstico	Processo de analisar a situação, o problema, o grupo ou a organização que o projeto terá como objeto. Trata-se de um instrumento que permite a caracterização de uma situação, a deteção de necessidades, a identificação de problemas, a inventariação de recursos e a determinação dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de uma determinada unidade de análise (situação, problema, grupo ou organização). Existem muitas formas de diagnóstico que podem ser utilizadas alternativa ou complementarmente.
Empregado	Candidato inscrito num Centro de Emprego que, tendo um emprego a tempo completo ou parcial, pretende mudar para outro emprego a tempo completo ou parcial. Inclui candidatos que no momento da inscrição declaram ter um emprego de duração superior a 15 dias e candidatos na situação de suspensos temporariamente do trabalho, mas que mantêm um vínculo formal à empresa.
Empresa	Organização na qual empresário e trabalhadores produzem e vendem bens ou serviços. O pessoal ao serviço é o número de pessoas que contribuem para a atividade de uma empresa ou instituição, tais como empregados, gerentes ou familiares não remunerados.
Esperança de vida à nascença	Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento.
Esperança de Vida aos 65 anos	Número médio de anos que um indivíduo, ao atingir os 65 anos, pode esperar ainda viver, se submetido, até ao final da sua vida, às taxas de mortalidade observadas no momento de referência.

Estrutura Residencial para Idosos (ERPI)	Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ ou de autonomia.
Equipa de Rua de Apoio a Crianças e Jovens	Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sócio-familiar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.
Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário: por nível de ensino	São contabilizados apenas os estabelecimentos do ensino regular, ensino artístico especializado, cursos profissionais e cursos de educação e formação. Cada estabelecimento de ensino é contado tantas vezes quantos os ensinos que ministra.
Família clássica	Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.
Família institucional	Conjunto de pessoas residentes num alojamento coletivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objetivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.
Famílias	Setor institucional que agrupa os indivíduos ou grupos de indivíduos na sua função de consumidores e empresários, que produzem bens mercantis e serviços financeiros e não financeiros (produtores mercantis), desde que a produção de bens e serviços não seja feita por entidades distintas consideradas quase sociedades. Incluem-se também os indivíduos ou grupos de indivíduos que produzem bens e serviços não financeiros exclusivamente para utilização final própria.
Freguesia	Circunscrição administrativa em que se subdivide o Concelho.
Ganho médio mensal dos trabalhadores	O ganho mensal é o montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.
Grupo Etário	Intervalo de idade, em anos, no qual o indivíduo se enquadra, de acordo com o momento de referência. (Meta informação – INE).
Habitação social	Habitação a custos controlados que se destina a agregados familiares carenciados, mediante contrato de renda apoiada ou regime de propriedade resolúvel.
Ganho mensal	Montante que o empregado recebe de facto todos os meses. Para além da remuneração de base, inclui outras remunerações pagas pelo empregador, como horas extra, subsídio de férias ou prémios.
Indicador	Elemento observável e objetivo que fornece informação sobre aspetos específicos da realidade. Dados, qualitativos ou quantitativos, que fornecem informações sobre contextos, organizações, grupos, pessoas, dinâmicas ou atividades. Quando um indicador resulta da síntese ou da agregação de vários indicadores singulares, designa-se por “índice”.
Índice de dependência de idosos	Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10 ²) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens	Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).
Índice de dependência total	Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).
Índice de envelhecimento	Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos).
Lar de Infância e Juventude	Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.
Média mensal de Processos de promoção e Proteção ativos por Concelho	Nº de crianças com processo aberto pela CPCJ segundo o grupo etário por cada criança com processo aberto.
Nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS)	Nomenclatura estatística comum das unidades territoriais, de modo a permitir a recolha, organização e difusão de estatísticas regionais harmonizadas na Comunidade Europeia. A nomenclatura NUTS subdivide o território económico dos Estados Membros em unidades territoriais e atribui a cada unidade territorial uma designação e um código específicos. A nomenclatura NUTS é hierárquica. Subdivide cada Estado-Membro em unidades territoriais de nível NUTS 1, cada uma das quais é subdividida em unidades territoriais de nível NUTS 2, sendo estas, por sua vez, subdivididas em unidades territoriais de nível NUTS 3.
Óbitos por algumas causas de morte	Óbitos por: Doenças do aparelho circulatório, Tumores malignos, Lesões e envenenamentos, Diabetes, Doenças do aparelho respiratório, Doenças do aparelho digestivo e Suicídio.
Parceria	Acordo de colaboração entre duas ou mais organizações de modo a articular as suas intervenções. Envolve, dependendo da sua profundidade, a partilha de informação, recursos humanos, materiais e financeiros. As parcerias podem ser mais ou menos formais. Por vezes é utilizado, alternativamente, o termo “partenariado”. Porém, alguns autores distinguem entre os dois termos utilizando a designação “parceria” para acordos de parceria informais e “partenariado” para acordos de parceria formais.
Pensão de invalidez	Prestação atribuída às pessoas que se encontram em situação de incapacidade permanente para o trabalho.
Pensão de velhice	Pensão atribuída aos beneficiários do regime geral de Segurança Social que atinjam a idade legal de acesso à Pensão de Velhice ou que tendo idade inferior se encontrem abrangidos por regimes especiais e medidas especiais de antecipação e reúnam determinadas condições.

Pensão social de velhice	Pensão atribuída às pessoas com pelo menos 66 anos e 4 meses de idade, com baixos rendimentos e que não tenham direito à Pensão de Velhice
Pensões	todos os eventos que dão origem a pagamentos devido ao facto de a pessoa que aufera o rendimento deixar de ser capaz, por morte ou incapacidade, de proporcionar um rendimento para si próprio e para os seus dependentes.
Pessoa com deficiência	Pessoa que, por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas e suscetíveis de lhe limitar ou dificultar a atividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas em conjugação com os fatores ambientais.
População empregada	População formada pelos indivíduos empregados.
População estrangeira com estatuto legal de residente	Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular.
População residente	Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.
População residente analfabeta com 10 e mais anos segundo os Censos	Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, isto é, incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa.
População Residente em Risco de Pobreza ou Exclusão Social	Este indicador combina dois indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza após transferências sociais e Intensidade laboral per capita muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa). O ano de referência dos rendimentos de cada inquérito é o ano civil anterior. Assim, os dados referentes ao ano n são recolhidos pelo ICOR realizado em n+1.
Proporção de Poder de Compra	Este indicador composto pretende traduzir o poder de compra em termos per capita. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões.
Quebra de série temporal	Diz-se que há uma quebra de série temporal quando se verificam alterações que impeçam a continuidade da análise da evolução temporal de uma variável; por exemplo: nas definições da variável, nas classificações utilizadas, no universo de referência, no desenho da amostra, na metodologia de cálculo, etc. A quebra pode ser o resultado de uma só alteração ou de uma combinação de várias alterações que se verificam simultaneamente.
Remuneração base média mensal dos trabalhadores	Montante que o empregado tem direito a receber todos os meses pelo horário normal de trabalho.

Rendimento Social de Inserção (RSI)	Apoio para indivíduos e famílias mais pobres, constituído por uma prestação em dinheiro, para satisfação das suas necessidades básicas, e por um programa de inserção, para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente.
Residências	Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.
Saldo migratório	Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.
Saldo natural	Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.
Serviço de Apoio Domiciliário	Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.
Serviço de Apoio Domiciliário Integrado (SADI)	Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.
Subsídio de apoio ao cuidador informal principal	Pessoas a quem foi reconhecido o Estatuto do Cuidador Informal principal, após avaliação socioeconómica.
Subsídio de doença	Prestação atribuída ao beneficiário para compensar a perda de remuneração, resultante do impedimento temporário para o trabalho, por motivo de doença.
Subsídio de desemprego	Prestação atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego.
Subsídio social de desemprego	Prestação atribuída aos beneficiários desempregados para compensar a falta de remuneração motivada pela perda involuntária de emprego, não reúnam as condições para receber o subsídio de desemprego (subsídio de desemprego inicial) ou que já receberam a totalidade do subsídio de desemprego a que tinham direito e continuam desempregados (subsídio social de desemprego subsequente).
Subsídio para assistência a filho	Prestação atribuída ao pai ou à mãe, por motivo de doença ou acidente, com vista a substituir os rendimentos de trabalho perdidos durante os períodos de impedimento para a atividade profissional.
Subsídio para assistência a neto	Prestação atribuída aos avós ou equiparados, por motivo de doença ou acidente do neto, para lhe prestar assistência inadiável e imprescindível, com vista a substituir os rendimentos de trabalho perdidos durante os períodos de impedimento para a atividade profissional.
Subsídio por assistência de 3ª pessoa	Prestação destinada a compensar as famílias com descendentes a receber abono de família com bonificação por deficiência, que se encontrem em situação de dependência e que necessitem de acompanhamento permanente de uma terceira pessoa.
Taxa bruta de mortalidade	Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 (10 ³) habitantes).
Taxa bruta de natalidade	Número de nados vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período

	(habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) habitantes).
Taxa de abandono precoce de educação e formação	A taxa de abandono precoce de educação e formação é a percentagem de pessoas entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o secundário
Taxa de desemprego	Taxa que define a relação entre a população desempregada e a população ativa.
Taxa de fecundidade geral	Número de nados vivos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao efetivo médio de mulheres em idade fértil (entre os 15 e os 49 anos) desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^3) mulheres em idade fértil).
Taxa de Retenção	Situação que ocorre em consequência do aproveitamento sem êxito do aluno pelo não cumprimento dos requisitos previstos na legislação em vigor para a frequência no ano de escolaridade seguinte àquele em que se encontra.
Taxa de retenção e desistência - Taxa de Desistência	Situação que ocorre em consequência do abandono temporário de aluno ou formandos da frequência das atividades letivas de um curso, de um período de formação ou de uma ou mais disciplinas no decurso de um ano letivo. Notas: inclui-se o abandono, a anulação da matrícula e a exclusão por excesso de faltas.
Tipo de medidas de promoção e proteção aplicadas	Nº de crianças com processo aberto pela CPCJ segundo as medidas de proteção aplicadas por cada grupo de crianças com processo aberto.
Trabalhador por conta de outrem	Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.
Trabalhador por conta própria	Trabalhador que é proprietários único ou proprietário conjunto da empresa não constituída em sociedade em que trabalha, com exceção das empresas não constituídas em sociedade que sejam classificadas como quase sociedades.
Variação populacional	Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Capítulo VII – Anexos

Anexo 1 – Tabelas com dados estatísticos do concelho das Caldas da Rainha

Tabela 124 - População residente (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2001) e grupo etário¹⁷¹

	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 - 94 anos	95 - 99 anos	100 e + anos
Portugal	10356117	539491	537521	579590	688686	790901	814661	761457	770781	728518	686134	642516	571452	550916	538165	453962	348066	201706	108419	36063	6523	589
Oeste	338711	17473	17174	17987	21465	24551	25572	24223	24583	23198	22325	20575	19641	19403	19295	16604	12706	7230	3435	1071	172	28
Caldas da Rainha	48846	2550	2504	2612	3042	3467	3614	3503	3646	3522	3219	2839	2707	2817	2726	2387	1851	1079	521	206	30	4
A dos Francos	1797	86	87	86	110	125	116	117	126	109	108	102	103	104	151	105	84	50	19	9	0	0
Alvorninha	3123	152	142	153	192	241	205	169	240	190	207	157	175	214	215	183	142	83	47	13	2	1
Caldas da Rainha (N Senhora do Pópulo)	14453	655	718	792	873	994	993	1023	1013	1127	1000	926	811	857	770	712	537	359	198	77	16	2
Carvalhal Benfeito	1339	65	71	80	126	90	79	82	98	102	90	75	74	77	87	68	50	14	7	4	0	0
Coto	1135	73	61	70	75	82	60	71	102	84	81	72	65	55	59	50	43	17	9	6	0	0
Foz do Arelho	1223	39	61	46	71	63	110	75	83	96	94	65	68	73	81	81	57	33	16	9	2	0
Landal	1144	56	43	78	65	73	64	75	81	83	65	57	74	84	77	70	44	37	14	2	1	1
Nadadouro	1422	64	65	84	88	111	96	108	103	125	82	89	76	95	79	56	52	32	17	0	0	0
Salir de Matos	2428	128	106	114	142	162	168	141	165	175	173	143	141	152	170	168	103	51	18	7	1	0
Salir do Porto	770	35	31	40	30	51	34	41	65	47	43	40	49	51	76	55	37	26	12	7	0	0
Santa Catarina	3282	191	203	199	244	234	227	222	277	246	216	158	187	175	151	127	118	55	37	12	3	0
São Gregório	907	42	34	42	59	55	59	57	69	61	61	64	42	66	51	59	48	21	9	7	1	0

¹⁷¹ Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2001), Sexo e Grupo etário; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2001

Última atualização dos dados: 31 de maio de 2007



CALDAS DA RAINHA
Câmara Municipal

Projeto RADAR SOCIAL

	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 - 94 anos	95 - 99 anos	100 e + anos
Serra do Bouro	720	29	22	23	32	29	37	30	39	36	42	51	60	56	62	55	57	34	15	9	2	0
Tornada	3150	165	152	143	195	233	234	262	217	198	219	209	183	178	171	149	127	77	27	11	0	0
Vidaís	1178	42	44	57	70	59	55	67	71	86	68	67	86	90	89	90	66	49	14	7	1	0
Caldas da Rainha (Santo Onofre)	10775	728	664	605	670	865	1077	963	897	757	670	564	513	490	437	359	286	141	62	26	1	0

Tabela 125 - População residente (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2011) e grupo etário¹⁷²

	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 ou mais anos
Portugal	1056217 ₈	482647	525087	564595	565250	582065	656076	773567	824683	773098	770294	722360	677651	634741	551701	496438	429706	297888	164356	69975
Oeste	362540	16677	18659	19621	18765	18635	21376	26056	28513	26565	26043	24005	23138	21619	20048	18211	15492	10877	5837	2403
Caldas da Rainha	51729	2241	2523	2775	2743	2750	3071	3637	3882	3631	3760	3588	3318	2990	2796	2675	2291	1689	943	426
A dos Francos	1701	73	61	78	78	79	96	96	117	100	106	117	119	112	104	100	121	87	44	13
Alvorninha	2987	100	155	173	148	151	137	187	189	181	238	191	212	169	190	189	159	115	76	27
Caldas da Rainha (Nossa Senhora do Pópulo)	16114	706	760	787	875	947	1050	1192	1169	1119	1110	1144	960	921	815	829	713	556	306	155
Carvalhal Benfeito	1279	45	52	72	76	70	65	69	75	90	103	97	95	79	71	71	68	51	25	5
Coto	1344	64	72	101	81	64	61	70	117	105	114	101	87	76	62	52	54	35	20	8
Foz do Arelho	1339	54	65	50	67	63	83	75	110	69	87	106	101	85	79	77	68	54	33	13
Landal	1051	42	37	58	50	67	46	61	67	79	89	73	65	59	61	66	51	45	21	14
Nadadouro	1904	94	115	110	86	86	105	124	128	176	145	145	124	118	88	95	68	41	38	18
Salir de Matos	2583	110	125	147	112	121	118	175	215	171	191	177	178	154	153	143	128	99	51	15

¹⁷² Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Escalão de dimensão populacional; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2011
Última atualização dos dados: 20 de novembro de 2012

	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 ou mais anos
Salir do Porto	797	20	23	39	35	43	30	37	39	46	61	56	55	58	67	57	69	38	9	15
Santa Catarina	3029	110	153	180	180	165	173	171	197	202	242	234	208	167	180	158	135	80	67	27
São Gregório	955	33	52	46	39	32	47	60	69	66	69	57	73	78	52	62	44	41	19	16
Serra do Bouro	703	26	18	30	34	23	16	27	42	51	46	48	60	64	58	48	45	35	20	12
Tornada	3561	151	196	205	162	149	175	245	291	282	235	213	257	231	204	190	157	119	67	32
Vidaís	1159	39	46	63	50	50	53	60	69	70	96	83	82	80	88	79	64	49	29	9
Caldas da Rainha (Santo Onofre)	11223	574	593	636	670	640	816	988	988	824	828	746	642	539	524	459	347	244	118	47

Tabela 126 - População residente (N.º) por local de residência (à data dos Censos 2021) (NUTS - 2024) e grupo etário¹⁷³

	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 ou mais anos
Portugal	10 343 066	407 594	432 694	490 900	528 190	559 897	541 861	561 085	645 232	757 622	797 793	748 929	743 288	704 342	654 094	589 932	466 636	359 991	230 690	122 296
Oeste	363 511	14 266	15 629	17 734	18 984	19 213	17 544	18 086	22 268	26 759	28 332	26 416	25 667	24 283	23 589	21 329	17 581	13 457	8 179	4 195
Caldas da Rainha	50 910	1 798	2 054	2 314	2 618	2 737	2 440	2 420	3 013	3 535	3 752	3 659	3 761	3 718	3 467	3 025	2 542	2 057	1 272	728
A dos Francos	1 632	55	66	72	68	84	61	70	77	88	115	113	121	95	124	123	104	97	62	37
Alvorninha	2 646	75	88	97	129	146	119	90	113	183	168	164	228	218	226	167	157	148	81	49
Carvalhal Benfeito	1 141	35	35	53	53	63	43	51	73	66	76	83	100	87	88	80	60	43	34	18
Foz do Arelho	1 400	53	37	49	55	53	68	50	89	78	96	89	109	134	128	100	82	61	39	30
Landal	938	23	41	48	36	59	42	51	47	58	54	74	80	77	60	55	55	40	24	14
Nadadouro	1 962	70	77	92	113	102	70	54	97	135	132	171	146	172	153	146	100	70	40	22
Salir de Matos	2 583	65	109	116	120	131	95	88	146	176	194	163	198	223	208	169	140	115	86	41

¹⁷³ Fonte: INE - População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Escalão de dimensão populacional (do lugar); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021
Última atualização dos dados: 19 de março de 2024

	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 - 89 anos	90 ou mais anos
Santa Catarina	2 692	73	87	104	148	173	129	96	136	172	178	210	228	221	198	164	144	130	67	34
União das freguesias das Caldas da Rainha - Nossa Senhora do Pópulo, Coto e São Gregório	18 540	679	783	835	999	1 006	970	982	1 150	1 262	1 386	1 308	1 315	1 285	1 144	1 024	890	739	470	313
União das freguesias das Caldas da Rainha - Santo Onofre e Serra do Bouro	11 902	478	530	622	642	657	632	660	817	956	948	878	825	793	688	598	496	380	217	85
União das freguesias de Tornada e Salir do Porto	4 434	162	175	186	205	216	177	175	218	319	334	329	310	326	361	330	244	181	123	63
Vidaís	1 040	30	26	40	50	47	34	53	50	42	71	77	101	87	89	69	70	53	29	22

Tabela 127 - População residente (N.º) estimada em 2023 por local de residência (NUTS - 2024) e grupo etário¹⁷⁴

	Total	0 - 4 anos	5 - 9 anos	10 - 14 anos	15 - 19 anos	20 - 24 anos	25 - 29 anos	30 - 34 anos	35 - 39 anos	40 - 44 anos	45 - 49 anos	50 - 54 anos	55 - 59 anos	60 - 64 anos	65 - 69 anos	70 - 74 anos	75 - 79 anos	80 - 84 anos	85 e mais anos
Portugal	10639726	429772	448180	485816	528106	570651	570426	595831	625728	725913	820461	782582	754885	736800	685297	619143	516919	363850	379366
Oeste	388396	15807	16708	18102	19771	21103	21027	21131	22405	27032	30000	28460	26968	26032	24422	22798	19172	13901	13557
Caldas da Rainha	54145	1959	2120	2382	2731	2978	2911	2901	3011	3607	3960	3911	3791	3876	3715	3351	2709	2044	2188

¹⁷⁴ Fonte: População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2024), Sexo e Grupo etário; Anual - INE, Estimativas anuais da população residente
Última atualização dos dados: 18 de junho de 2024

Tabela 128 - População residente, por sexo e grupo etário (2021)¹⁷⁵

Grupo etário	M	H
0 - 4 anos	875	923
5 - 9 anos	1 026	1 028
10 - 14 anos	1 134	1 180
15 - 19 anos	1 293	1 325
20 - 24 anos	1 332	1 405
25 - 29 anos	1 200	1 240
30 - 34 anos	1 191	1 229
35 - 39 anos	1 595	1 418
40 - 44 anos	1 863	1 672
45 - 49 anos	1 993	1 759
50 - 54 anos	1 941	1 718
55 - 59 anos	2 052	1 709
60 - 64 anos	2 020	1 698
65 - 69 anos	1 810	1 657
70 - 74 anos	1 651	1 374
75 - 79 anos	1 430	1 112
80 - 84 anos	1 191	866
85 - 89 anos	797	475
90 ou mais anos	518	210
TOTAL	26912	23998

¹⁷⁵ Fonte: População residente (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024), Sexo, Grupo etário e Escalão de dimensão populacional (do lugar); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Última atualização dos dados: 19 de março de 2024

Tabela 129 - População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades¹⁷⁶

Nacionalidade	Territórios								
	Portugal			Oeste			Caldas da Rainha		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Total	698 536	781 247	1 044 238	23 487	26 835	36.103	3 998	4 755	6 572
Espanha	18 546	19 508	x	328	361	x	50	59	x
França	26 719	27 512	x	1 256	1 260	x	313	312	x
Itália	30 819	34 039	x	708	830	x	122	140	x
Reino Unido	41 932	45 218	47.407	1 574	1 828	1.953	509	579	596
Ucrânia	27 194	25 443	23 499	1 700	1 593	1.458	306	291	261
Roménia	28 911	23 393	20 881	1 241	1 057	969	63	54	62
Moldávia	5 177	5 243	5 156	430	441	427	49	52	52
Outros Países Europeus	76 179	83 094	x	2 579	3 039	x	567	705	x
Angola	25 751	31 614	55 564	468	603	1.049	87	121	243
Cabo-Verde	33 988	36 582	48 792	196	207	294	25	27	32
Guiné-Bissau	20 346	23 707	32 523	370	494	741	80	123	223
Moçambique	3 795	4 779	x	73	87	x	9	13	x
São Tomé e Príncipe	11 176	12 995	26 460	138	151	365	27	25	48
Outros países africanos	12 292	14 606	x	241	300	x	43	56	x
Brasil	204 669	239 676	368 391	7 890	9 093	14.339	1 233	1 456	2 387
Outros países americanos	23 478	29 082	x	752	1 075	x	206	312	x
China	22 777	21 996	28 123	592	601	623	91	95	104
Índia	30 248	35 413	x	1 149	1 445	x	112	179	x
Nepal	21 545	23 839	x	1 003	1 336	x	53	72	x
Outros Países asiáticos	32 277	42 590	x	771	992	x	46	73	x

x – Valor não disponível

¹⁷⁶ Fonte: PORDATA

Fontes de Dados: INE | AIMA/MP - População Estrangeira com Estatuto Legal de Residente

Última atualização dos dados: 20 de setembro de 2024

Tabela 130 - População residente com pelo menos uma dificuldade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024 - Município)¹⁷⁷

2021	Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024 - Município)					
	Portugal		Oeste		Caldas da Rainha	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Total	4 228 414	40,6	151 591	40,7	21 407	41,2
Pessoas com 1 dificuldade	1 846 388	17,7	64 592	17,3	9 045	17,4
Pessoas com 2 dificuldades	987 597	9,5	36 009	9,7	5 184	10,0
Pessoas com 3 dificuldades	606 595	5,8	22 170	6,0	3 097	6,0
Pessoas com 4 dificuldades	395 085	3,8	14 600	3,9	2 026	3,9
Pessoas com 5 dificuldades	219 182	2,1	8 064	2,2	1 121	2,2
Pessoas com 6 dificuldades	173 567	1,7	6 156	1,7	934	1,8

Tabela 131 – População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades (N.º de dificuldades) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS – 2024)¹⁷⁸

Tipo de dificuldade	Grau de dificuldade	Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024 - Município)		
		Portugal	Oeste	Caldas da Rainha
		N.º	N.º	N.º
Ver	Tem muita dificuldade	308 068	10 741	1 492
	Não consegue efetuar a ação	20 737	773	119
	Soma dos 2 graus de dificuldade	328 805	11 514	1 611
Ouvir	Tem muita dificuldade	234 528	8 593	1 161
	Não consegue efetuar a ação	21 815	768	142
	Soma dos 2 graus de dificuldade	256 343	9 361	1 303
Andar ou subir degraus	Tem muita dificuldade	470 948	16 477	2 316
	Não consegue efetuar a ação	71 401	2 579	384
	Soma dos 2 graus de dificuldade	542 349	19 056	2 700
Memória ou concentração	Tem muita dificuldade	233 585	8 905	1 265
	Não consegue efetuar a ação	56 034	1 973	273
	Soma dos 2 graus de dificuldade	289 619	10 878	1 538
Tomar banho ou vestir-se sozinho	Tem muita dificuldade	113 505	4 067	575
	Não consegue efetuar a ação	113 258	4 152	552

¹⁷⁷ Fonte: INE - População residente com pelo menos uma dificuldade (N.º) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024 - Município), Tipo de agregado doméstico privado (Com base nos núcleos familiares - Censos 2021) e Dimensão (indivíduos com dificuldades); Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Última atualização dos dados: 10 de abril de 2024

¹⁷⁸ Fonte: INE: População residente com 5 ou mais anos de idade com dificuldades (N.º de dificuldades) por Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024 - Município), Tipo de agregado doméstico privado (Com base nos núcleos familiares - Censos 2021), Tipo de dificuldade e Grau de dificuldade; Decenal - INE, Recenseamento da população e habitação - Censos 2021

Última atualização dos dados: 10 de abril de 2024

Tipo de dificuldade	Grau de dificuldade	Local de residência à data dos Censos [2021] (NUTS - 2024 - Município)		
		Portugal	Oeste	Caldas da Rainha
		N.º	N.º	N.º
	Soma dos 2 graus de dificuldade	226 763	8 219	1 127
Compreender os outros ou fazer-se compreender	Tem muita dificuldade	81 398	2 750	400
	Não consegue efetuar a ação	33 538	1 113	156
	Soma dos 2 graus de dificuldade	114 936	3 863	556

Tabela 132 – Instituições com resposta social de SAD (Serviço de Apoio Domiciliário)¹⁷⁹

Freguesia	Entidade	Natureza jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)	Lista de espera (set. 2024)
IPSS							
A-dos-Francos	Casa do Povo de A-dos-Francos	Casa do Povo	14	42	36	0	3
Alvorninha	Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia de Alvorninha	Associação de Solidariedade Social	42	56	42	0	0
Carvalhal Benfeito	Centro Social Paroquial N.º Sr.ª Mercês	Centro Social Paroquial	35	42	42	0	0
Foz do Arelho	Associação Solidariedade Social da Foz do Arelho	Associação de Solidariedade Social	28	42	29	0	0
Landal	Centro Desenvolvimento Comunitário do Landal	Associação de Solidariedade Social	32	56	49	14	0
Nadadouro	Centro de Apoio Social do Nadadouro	Associação de Solidariedade Social	42	42	41	0	5
Salir de Matos	ASESM-Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos	Associação de Solidariedade Social	28	42	28	0	0
Santa Catarina	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	Centro Social Paroquial	42	42	42	0	2
União Freg. C. R. N.º Sr.ª Pópulo, Coto e S. Gregório	Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia do Coto	Associação de Solidariedade Social	14	20	20	0	2
	Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha	Centro Social Paroquial	39	42	42	0	12
	Santa Casa Misericórdia Caldas da Rainha	Irmandade da Misericórdia / SCM	56	56	56	0	16
	Centro de Apoio Social da Freg. São Gregório	Associação de Solidariedade Social	37	40	35	7	0
União Freg C.R. St.º	Fonte Santa – Centro Social Serra do Bouro	Associação de Solidariedade	46	42	42	0	5

¹⁷⁹ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

Freguesia	Entidade	Natureza jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)	Lista de espera (set. 2024)
Onofre e Serra do Bouro		Social					
União Freg. Tornada e Salir do Porto	Associação Social e Cultural Paradense	Associação de Solidariedade Social	43	49	49	4	0
	Associação de Desenvolvimento Social de Salir do Porto	Associação de Solidariedade Social	21	42	27	15	0
Vidais	Centro Social Paroquial N.ª Sr.ª da Piedade de Vidais	Centro Social Paroquial	23	42	20	3	0
ENTIDADE PRIVADA LUCRATIVA							
União Freg. C. R. N.ª Sr.ª Pópulo, Coto e S. Gregório	Condomínio D. Dinis	Outra	30	30	30	0	0
	All4senior, apoio domiciliário personalizado, Lda.	Entidade Privada lucrativa	24	40	25	15	0

Tabela 133 – Instituições com resposta social de ADI (Apoio Domiciliário Integrado)¹⁸⁰

Freguesia	Entidade	Natureza jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)	Lista de espera (set. 2024)
Landal	Centro Desenvolvimento Comunitário do Landal	Associação de Solidariedade Social	14	14	x	x	x
Salir de Matos	ASESM-Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos	Associação de Solidariedade Social	12	12	12	0	7
Santa Catarina	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	Centro Social Paroquial	12	12	12	0	0

x – Valor não disponível

¹⁸⁰ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

Tabela 134 – Instituições com resposta social de Centro de Dia¹⁸¹

Freguesia	Entidade	Natureza Jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)	Lista de espera (set. 2024)
IPSS							
A-dos-Francos	Casa do Povo A-dos-Francos	Casa do Povo	28	40	40	0	2
Alvorninha	Associação de Desenvolvimento Social da Freg. Alvorninha	Associação de Solidariedade Social	20	30	20	0	0
Carvalhal Benfeito	Centro Social e Paroquial N.º Sr.ª Mercês	Centro Social Paroquial	12	20	20	4	0
Foz do Arelho	Associação de Solidariedade Social da Foz do Arelho	Associação de Solidariedade Social	20	20	16	2	0
Landal	Centro Desenvolvimento Comunitário do Landal	Associação de Solidariedade Social	18	30	24	9	0
Nadadouro	Centro de Apoio Social do Nadadouro	Associação de Solidariedade Social	25	30	28	0	3
Salir de Matos	ASESM-Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos	Associação de Solidariedade Social	x	13	10	2	0
Santa Catarina	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	Centro Social Paroquial	24	30	24	0	0
União Freg. C. R. N.º Sr.ª Pópulo, Coto e S. Gregório	Associação de Desenvolvimento Social da Freguesia do Coto	Associação de Solidariedade Social	15	20	20	0	0
	Centro Social Paroquial Caldas da Rainha	Centro Social Paroquial	27	30	30	0	3
	Centro de Apoio aos Idosos Dr. Ernesto Moreira	Associação Mutualista	x	10	2, 3	5	4
União Freg C.R. St.º Onofre e Serra do Bouro	Fonte Santa – Centro Social Serra do Bouro	Associação de Solidariedade Social	8	15	8	9	0
União Freg. Tornada e Salir do Porto	Associação Social e Cultural Paradense	Associação de Solidariedade Social	26	30	26	4	0
Vidais	Centro Social Paroquial N.º Sr.ª da Piedade de Vidais	Centro Social Paroquial	10	30	17	13	0
ENTIDADE PRIVADA LUCRATIVA							
União Freg. C. R. N.º Sr.ª Pópulo, Coto e S. Gregório	Condomínio D. Dinis	Outra	30	30	30	0	0

¹⁸¹ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

Freguesia	Entidade	Natureza Jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)	Lista de espera (set. 2024)
União Freg. Tornada e Salir do Porto	Caldas Residence	Entidade Privada Lucrativa	x	8	1	7	0

x – Valor não disponível

Tabela 135 – Instituições com resposta social de ERPI (Estrutura Residencial para Idosos) ¹⁸²

Freguesia	Entidade	Natureza Jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)	Lista de espera (set. 2024)
IPSS							
A-dos-Francos	Casa do Povo A-dos-Francos	Casa do Povo	33	39	39	0	56
Alvorninha	Associação de Desenvolvimento Social da Freg. Alvorninha	Associação de Solidariedade Social	27	34	34	0	200
Foz do Arelho	Associação de Solidariedade Social da Foz do Arelho	Associação de Solidariedade Social	29	37	37	0	100
Nadadouro	Centro de Apoio Social do Nadadouro	Associação de Solidariedade Social	x	30	28	0	178
Salir de Matos	ASESM-Associação de Solidariedade e Educação de Salir de Matos	Associação de Solidariedade Social	x	33	33	0	105
Santa Catarina	Centro Social e Paroquial de Santa Catarina	Centro Social e Paroquial	x	32	32	0	169
União Freg. C. R. N.ª Sr.ª Pópulo, Coto e S. Gregório	Centro Social Paroquial Caldas da Rainha	Centro Social Paroquial	55	55	55	0	169
	Santa Casa Misericórdia Caldas da Rainha	Irmandade da Misericórdia / SCM	67	67	67	0	801
	Centro de Apoio aos Idosos Dr. Ernesto Moreira	Associação Mutualista	x	60	58	0	343
União Freg C.R. St.º Onofre e Serra do Bouro	Fonte Santa – Centro Social Serra do Bouro	Associação de Solidariedade Social	41	34	34	0	221
ENTIDADE PRIVADA LUCRATIVA							
A-dos-Francos	Casa de Repouso de Santo António	Entidade Privada Lucrativa	0	30	30	0	7
Alvorninha	Lar Nossa Sra. Da Saúde	Entidade Privada Lucrativa	0	15	15	0	0
Nadadouro	Sossego - Residência de Idosos	Entidade Privada Lucrativa	0	23	23	0	4
Santa Catarina	Magnolirefúgio	Entidade Privada	0	11	11	0	3

¹⁸² Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

Freguesia	Entidade	Natureza Jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)	Lista de espera (set. 2024)
		Lucrativa					
União Freg. C. R. N.ª Sr.ª Pópulo, Coto e S. Gregório	Casa de Repouso da Crocha	Entidade Privada Lucrativa	0	43	43	0	x
	Casa de Repouso de Sto. Amaro	Entidade Privada Lucrativa	0	23	23	0	x
	Yasmin Residência Sénior	Entidade Privada Lucrativa	0	52	52	0	0
União das Freguesias de Tornada e Salir do Porto	Comodos - Residência Geriátrica	Entidade Privada Lucrativa	0	23	23	0	4
	Caldas Residence	Entidade Privada Lucrativa	0	30	30	2	0
	Vitália Healthcare	Entidade Privada Lucrativa	0	60	x	x	x
Vidais	Casa de Repouso Cantinho dos Avós	Entidade Privada Lucrativa	0	15	15	0	1

x – Valor não disponível

Tabela 136 – Instituições com resposta social de Centro de Convívio ¹⁸³

Freguesia	Entidade	Natureza Jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)	Lista de espera (set. 2024)
Santa Catarina	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	Centro Social Paroquial	13	20	20	6	0
Landal	Centro Desenvolvimento Comunitário do Landal	Associação de Solidariedade Social	x	12	12	2	0

x – Valor não disponível

Tabela 137 – Instituições com resposta social em Casa de Repouso - Apartamentos Assistidos ¹⁸⁴

Freguesia	Entidade	Natureza Jurídica	Acordo de cooperação	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)	Lista de espera (set. 2024)
União Freg. C. R. N.ª Sr.ª Pópulo, Coto e S. Gregório	Santa Casa Misericórdia Caldas da Rainha	Irmandade da Misericórdia / SCM	x	30	30	0	0
	Montepio Rainha D. Leonor – Assoc. Mutualista	Associação Mutualista	67	94 ¹⁸⁵	67	94	NA

x – Valor não disponível

¹⁸³ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

¹⁸⁴ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço e Carta Social (<https://www.cartasocial.pt/inicio> - data da consulta: 11 de novembro de 2024).

¹⁸⁵ Serviço de Apoio domiciliário prestado em Condomínio Residencial.

Tabela 138 – Instituições que prestam outros serviços na área do idoso¹⁸⁶

Freguesia	Entidade	Natureza Jurídica	Resposta	Capacidade	Ocupação (1º sem. 2024)	N.º de vagas (set. 2024)
Santa Catarina	Centro Social Paroquial de Santa Catarina	Centro Social Paroquial	Protocolo IPSS para Altas Hospitalares ¹⁸⁷	6	6	0

Tabela 139 - Número de crimes de violência doméstica registados pelas autoridades policiais, nas Caldas da Rainha, nos últimos 10 anos¹⁸⁸

Tipologia de crime		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Contra as pessoas > Contra a integridade	Violência doméstica cônjuge/análogo	32	32	63	79	92	65	91	74	89	95	85
	Violência doméstica contra menores	-	-	3	-	-	-	4	5	3	3	-
	Outros violência doméstica	11	5	4	17	23	23	42	24	18	30	22
	Maus tratos/sobrecarga menores	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-
	Outros de maus tratos	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	5
	Total	43	37	70	96	115	91	137	107	110	128	112

Tabela 140 - Novos processos do Gabinete de Apoio à Vítima de Violência Doméstica¹⁸⁹

Ano	N.º novo processos	Percentagem
2019	45	13,6
2020	42	12,7
2021	56	17,0
2022	57	17,3
2023	64	19,4
2024 ¹⁹⁰	66	20,0
Total	330	100,0

¹⁸⁶ Fonte: Instituições que prestam o respetivo serviço.

¹⁸⁷ A Portaria n.º 38-A/2023 de 2 de fevereiro estabelece os termos e as condições de articulação entre a Saúde e a Segurança Social, para efeitos de referenciação e acompanhamento de pessoas com protelamento de alta em hospital, através do recurso a um acolhimento temporário e transitório em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) ou Lar Residencial (LR).

¹⁸⁸ Fonte: https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Crimes_registados_autoridades_policiais.aspx
Última atualização dos dados: 28 de março de 2024

¹⁸⁹ Fonte: GAVVD (setembro de 2024).

¹⁹⁰ Atualizado a 16/09/2024.

Tabela 141 - Número de processos acompanhados pelo GAVVD, por ano e por género

Ano	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
2019	6	39	45
2020	3	39	42
2021	5	51	56
2022	6	51	57
2023	7	57	64
2024	7	59	66
Total	34	296	330

Tabela 142 - Número de processos acompanhados pelo GAVVD, por ano e por grupo etário

Ano do processo	Idade							Total
	<18 anos	De 18 a 25 anos	De 26 a 35 anos	De 36 a 45 anos	46 a 55 anos	De 56 a 65 anos	=> 66 anos	
2019	0	5	7	12	7	7	7	45
2020	1	3	7	9	7	3	12	42
2021	0	3	12	13	10	7	11	56
2022	0	4	8	16	8	9	12	57
2023	0	5	9	18	10	4	18	64
2024	3	2	11	14	16	8	12	66
Total	4	22	54	82	58	38	72	330

Tabela 143 - Sinalização de processos de violência doméstica, por entidade, de 2019 a setembro de 2024

Entidade sinalizadora	Frequência	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Própria	51	15,5	15,5
GNR	63	19,1	34,5
Estrutura de atendimento	3	0,9	35,5
CEERDL	1	0,3	35,8
Amigo(a)	16	4,8	40,6
PSP	23	7,0	47,6
Familiar	25	7,6	55,2
Serviço de Saúde	9	2,7	57,9
DGRSP	4	1,2	59,1
ACM	1	0,3	59,4
Hospital	17	5,2	64,5
Ministério Público	13	3,9	68,5
APAV	26	7,9	76,4
LNES	8	2,4	78,8
Advogado(a)	3	0,9	79,7
Denúncia Anónima	7	2,1	81,8
Colega de trabalho	2	0,6	82,4

Entidade sinalizadora	Frequência	Percentagem válida	Percentagem acumulativa
Escola	2	0,6	83,0
IPSS	9	2,7	85,8
SS	4	1,2	87,0
Psicólogo(a)	1	,3	87,3
NIAVE	4	1,2	88,5
Mulher Séc. XXI	2	0,6	89,1
IML	1	0,3	89,4
Ação Social - Município	2	,6	90,0
Autarquia Local	7	2,1	92,1
SAAS	17	5,2	97,3
CPCJ	3	0,9	98,2
Estrutura de Acolhimento	1	0,3	98,5
CLAIM	2	0,6	99,1
INFOJUS	1	0,3	99,4
SICAD	1	0,3	99,7
Radar Social	1	0,3	100,0
Total	330	100,0	

Tabela 144 - Número de novos pedidos de habitação social, em 2024

2024	N.º de novos pedidos de habitação social
Janeiro	9
Fevereiro	9
Março	4
Abril	4
Maio	2
Junho	3
Julho	3
Agosto	3
Setembro	4
Outubro	8

Tabela 145 - Número de alunos no Agrupamento de Escolas D. João II, por ano letivo¹⁹¹

Nível de Ensino	Estabelecimento de Ensino	2022/2023	2023/2024	2024/2025
Pré-escolar	JI do Avenal	89	88	83
	JI do Campo	43	46	41
	JI do Coto	47	45	33
	JI do Reguengo da Parada	16	15	16
	JI de Salir do Porto	22	22	22

¹⁹¹ Fonte: Agrupamento de Escolas D. João II, anos letivos 2022/2023, 2023/2024 e 2024/2025

Nível de Ensino	Estabelecimento de Ensino	2022/2023	2023/2024	2024/2025
	JI do Casal Celão	12	10	12
	JI de Tornada	25	21	19
	JI da Encosta do Sol	24	23	50
	JI da Lagoa Parceira	20	20	14
	EB de Salir de Matos	23	20	23
	EB de Nossa S. ^{ra} do Pópulo	72	70	70
	TOTAL	393	380	383
1º Ciclo	EB do Avenal			
	• 1º ano	48	48	47
	• 2º ano	48	48	47
	• 3º ano	48	46	48
	• 4º ano	24	48	48
	EB da Lagoa Parceira			
	• 1º ano	1	4	10
	• 2º ano	4	2	4
	• 3º ano	6	3	1
	• 4º ano	6	4	2
	EB do Campo			
	• 1º ano	11	9	9
	• 2º ano	11	13	10
	• 3º ano	6	9	13
	• 4º ano	10	7	7
	EB do Chão da Parada			
	• 1º ano	18	17	18
	• 2º ano	18	18	18
	• 3º ano	16	7	17
	• 4º ano	13	11	17
	EB da Encosta do Sol			
	• 1º ano	23	24	23
	• 2º ano	24	23	24
	• 3º ano	24	23	22
	• 4º ano	24	24	23
	EB do Coto			
	• 1º ano	11	5	9
	• 2º ano	9	16	10
	• 3º ano	12	6	11
	• 4º ano	8	14	11
	EB de Salir do Porto			
	• 1º ano	5	6	7

Nível de Ensino	Estabelecimento de Ensino	2022/2023	2023/2024	2024/2025
	• 2º ano	14	5	7
	• 3º ano	3	13	6
	• 4º ano	3	6	12
	EB de Tornada			
	• 1º ano	9	14	8
	• 2º ano	9	8	14
	• 3º ano	4	10	9
	• 4º ano	11	6	13
	EB de Salir de Matos			
	• 1º ano	19	15	20
	• 2º ano	21	19	17
	• 3º ano	16	20	20
	• 4º ano	22	18	20
	EB de Nossa S. ^{ra} do Pópulo			
	• 1º ano	48	41	40
	• 2º ano	40	48	39
	• 3º ano	48	40	50
	• 4º ano	48	47	40
	TOTAL	743	755	771
2º Ciclo	Escola Básica D. João II			
	• 5º ano	199	211	183
	• 6º ano	230	205	263
	TOTAL	429	416	446
3º ciclo	Escola Básica D. João II			
	• 7º ano	162	168	154
	• 8º ano	170	164	183
	• 9º ano	178	180	165
	TOTAL	510	512	502

Tabela 146 - Nacionalidades dos alunos dos Agrupamentos de Escolas do concelho¹⁹²

Nacionalidades	Agrupamento de Escolas Raúl Proença			Agrupamento de Escolas D. João II			Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro		
	N.º de alunos								
	2022/ 2023	2023/ 2024	2024/ 2025	2022/ 2023	2023/ 2024	2024/ 2025	2022/ 2023	2023/ 2024	2024/2 025
África do Sul	0	0	0	0	4	3	2	0	5
Alemanha	2	2	2	2	1	2	3	3	5
Angola	29	68	77	28	46	47	7	13	11
Argélia	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Argentina	4	2	1	1	0	0	0	0	0
Austrália	1	1	1	0	0	0	3	0	2
Bahamas	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Bahrain	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Bangladesh	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Bélgica	3	5	10	6	6	8	3	1	6
Brasil	240	317	323	228	250	241	97	107	133
Brunei	0	0	0	0	0	0	1	1	1
Cabo Verde	1	1	2	1	2	2	0	0	0
Camarões	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Canadá	2	4	6	3	5	3	5	2	4
Chile	0	0	0	0	1	1	0	0	0
China	0	4	7	3	4	2	1	2	4
Colômbia	0	2	1	1	4	5	2	3	4
Cuba	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Dinamarca	0	0	1	1	1	1	0	1	1
Egipto	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Equador	0	0	2	0	1	0	0	0	0
Eslováquia	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Espanha	2	2	1	0	0	0	4	3	0
Estados Unidos da América	4	10	16	9	16	11	15	9	38
Filipinas	0	0	0	1	0	0	0	1	1
Finlândia	0	1	1	0	0	0	0	0	0
França	3	4	5	9	4	3	2	0	1
Guiné	3	3	4	12	18	17	0	0	0
Guiné-Bissau	19	26	38	0	0	0	3	3	5
Holanda (Países Baixos)	6	4	6	0	6	4	16	6	13
Honduras	0	1	1	1	1	1	0	0	0
Hungria	1	1	0	0	0	0	2	3	1
Índia	1	3	6	5	22	19	1	0	4

¹⁹² Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho das Caldas da Rainha (outubro de 2024).

Nacionalidades	Agrupamento de Escolas Raúl Proença			Agrupamento de Escolas D. João II			Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro		
	N.º de alunos								
	2022/ 2023	2023/ 2024	2024/ 2025	2022/ 2023	2023/ 2024	2024/ 2025	2022/ 2023	2023/ 2024	2024/2 025
Irão (República Islâmica)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Iraque	0	1	0	2	1	3	0	0	0
Irlanda	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Israel	3	12	10	0	2	8	3	1	2
Itália	2	3	4	5	4	4	3	3	0
Japão	0	2	0	0	0	0	0	0	0
Letónia	0	0	0	1	0	1	0	0	0
Líbano	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Lituânia	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Luxemburgo	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Macau	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Marrocos	0	1	1	2	6	2	1	2	3
Moçambique	2	1	4	1	1	2	5	6	4
Moldava (República de)	13	14	11	4	1	6	3	1	2
Nepal	0	1	1	0	9	7	3	1	3
Nigéria	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Paquistão	0	0	0	0	9	10	0	0	0
Peru	0	1	1	0	1	2	1	1	3
Polónia	0	1	1	2	2	2	3	0	1
Portugal	2323	2216	2 206	1800	1724	1680	1842	1720	1631
Reino Unido da Grã- Bretanha e Irlanda do Norte	9	11	9	2	6	3	7	3	14
Roménia	4	4	6	3	3	4	2	2	2
Rússia (Federação da)	7	11	11	3	11	19	6	4	7
São Tomé e Príncipe	5	6	9	4	8	8	1	1	1
Síria (República Árabe da)	1	1	1	0	0	0	0	0	0
Suécia	1	1	2	0	0	0	7	0	6
Suíça	0	0	0	0	0	0	3	3	2
Tailândia	0	0	1	0	0	0	1	0	0
Tajiquistão	0	0	0	1	1	1	0	0	0
Território Britânico do Oceano Índico	0	3	3	0	1	0	0	0	0

Nacionalidades	Agrupamento de Escolas Raúl Proença			Agrupamento de Escolas D. João II			Agrupamento de Escolas Rafael Bordalo Pinheiro		
	N.º de alunos								
	2022/ 2023	2023/ 2024	2024/ 2025	2022/ 2023	2023/ 2024	2024/ 2025	2022/ 2023	2023/ 2024	2024/2 025
Turquia	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ucrânia	45	35	39	30	16	16	11	12	20
Venezuela (República Bolivariana da)	8	14	13	15	24	25	6	12	17
TOTAL	2 744	2 801	2 849	2 188	2 226	2 183	2 076	1 930	1 960 ¹⁹³

Tabela 147 - Nacionalidades dos alunos da Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste¹⁹⁴

Nacionalidades	2022/2023	2023/2024	2024/2025
Americana	0	1	1
Angolana	6	13	20
Brasileira	16	13	6
Cabo-verdiana	0	1	0
Espanhola	0	1	1
Francesa	1	1	1
Guineense	2	4	4
Israelita	0	0	1
Portuguesa	105	94	77
Moldávia	0	0	1
Nepalês	0	1	0
Santomense	0	2	1
Ucraniana	2	3	2
Venezuelana	0	1	1
TOTAL	132	135	116

Tabela 148 - Nacionalidades dos alunos da Escola Técnica Empresarial do Oeste (ETEO) / Associação para o Ensino Profissional do Oeste (APEPO)¹⁹⁵

Nacionalidades	2022/2023	2023/2024	2024/2025
Índia	1	1	1

¹⁹³ Este valor difere do total de alunos por estabelecimento de ensino (tabela da página 44) uma vez que aqui consta os alunos das turmas para Ensino de Adultos (5 turmas de Português Língua de acolhimento e 2 turmas o curso de Educação e Formação de Adultos). Estas turmas funcionam na escola sede – Escola Secundária Rafael Bordalo Pinheiro.

¹⁹⁴ Fonte: EHT Oeste (outubro de 2024).

¹⁹⁵ FONTE: ETEO (setembro de 2024).

Nepal	-	1	1
Moçambique	1	1	1
São Tomé e Príncipe	1	2	4
Cabo Verde	1	2	2
Angola	1	5	12
Guiné-Bissau	1	2	2
Gâmbia	-	-	1
Moldava	1	1	1
Ucrânia	2	3	3
Roménia	-	-	1
Brasil	14	27	41
Venezuela	-	-	1
Colômbia	-	-	1
Espanha	1	-	-
França	1	1	-
Holanda	1	2	1
TOTAL	26	48	73

Nota: Todos os alunos matriculados em cada um dos anos letivos (turmas do 1.º, 2.º e 3.º Anos)

Tabela 149 - Desemprego segundo o Género, o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego (situação no fim do mês) – Concelho das Caldas da Rainha¹⁹⁶

Ano	Mês	Género		Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
		Homens	Mulheres	<1 ano	>1 ano	1º emprego	Novo emprego	
2022	Dezembro	499	703	915	287	81	1 121	1 202
2023	Fevereiro	556	810	1 070	296	72	1 294	1 366
2023	Abril	540	756	986	310	69	1 227	1 296
2023	Junho	494	755	955	294	53	1 196	1 249
2023	Agosto	472	704	901	275	56	1 120	1 176
2023	Outubro	511	727	962	276	95	1 143	1 238
2023	Dezembro	468	761	959	270	71	1 158	1 229
2024	Janeiro	534	808	1 056	286	77	1 265	1 342
2024	Fevereiro	561	794	1 031	324	84	1 271	1 355
2024	Março	587	845	1 112	320	81	1 351	1 432
2024	Abril	604	860	1 156	308	94	1 370	1 464
2024	Maio	575	868	1 133	310	78	1 365	1 443
2024	Junho	519	790	1 043	266	63	1 246	1 309
2024	Julho	504	832	1 053	283	66	1 270	1 336
2024	Agosto	472	772	968	276	70	1 174	1 244
2024	Setembro	459	719	897	281	68	1 110	1 178

¹⁹⁶ Fonte: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

Tabela 150 - Desemprego segundo Grupo Etário (situação no fim do mês) – Concelho das Caldas da Rainha

197

Ano	Mês	Grupo Etário <25 anos	Grupo Etário 25-34 anos	Grupo Etário 35-54 Anos	Grupo Etário 55 Anos e +	Total
2022	Dezembro	144	242	480	336	1 202
2023	Fevereiro	151	321	558	336	1 366
2023	Abril	154	289	521	332	1 296
2023	Junho	137	261	513	338	1 249
2023	Agosto	114	255	504	303	1 176
2023	Outubro	175	274	503	286	1 238
2023	Dezembro	121	263	544	301	1 229
2024	Janeiro	168	308	563	303	1 342
2024	Fevereiro	172	342	535	306	1 355
2024	Março	180	363	558	331	1 432
2024	Abril	192	370	581	321	1 464
2024	Maio	161	331	623	328	1 443
2024	Junho	135	292	565	317	1 309
2024	Julho	138	275	596	327	1 336
2024	Agosto	130	253	565	296	1 244
2024	Setembro	118	256	518	286	1 178

Tabela 151 - Desemprego segundo os Níveis de Escolaridade – Concelho das Caldas da Rainha

198

Ano	Mês	Nível Escolar <1ºciclo EB	Nível Escolar 1ºCiclo EB	Nível Escolar 2ºCiclo EB	Nível Escolar 3º Ciclo EB	Nível Escolar Secundário	Nível Escolar Superior	Total
2022	Dezembro	78	105	162	234	464	159	1 202
2023	Fevereiro	105	114	157	290	535	165	1 366
2023	Abril	48	111	129	257	585	166	1 296
2023	Junho	50	106	146	267	526	154	1 249
2023	Agosto	36	90	119	230	516	185	1 176
2023	Outubro	37	91	119	253	525	213	1 238
2023	Dezembro	39	111	140	257	532	150	1 229
2024	Janeiro	40	103	128	255	650	166	1 342
2024	Fevereiro	29	107	115	257	659	188	1 355
2024	Março	39	112	130	260	705	186	1 432
2024	Abril	41	113	131	249	734	196	1 464
2024	Maio	39	104	114	281	724	181	1 443
2024	Junho	42	100	116	273	629	149	1 309
2024	Julho	44	108	120	270	627	167	1 336
2024	Agosto	39	84	110	248	593	170	1 244
2024	Setembro	35	82	112	238	554	157	1 178

¹⁹⁷ Fonte: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

¹⁹⁸ Fonte: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

Tabela 152 - Desempregados Inscritos e Colocações Efetuadas – Concelho das Caldas da Rainha¹⁹⁹

Ano	Mês	Desempregados inscritos			Colocações		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
2022	Dezembro	97	129	226	9	9	18
2023	Fevereiro	107	164	271	16	28	44
2023	Abril	107	139	246	11	19	30
2023	Junho	113	163	276	31	51	82
2023	Agosto	100	119	219	24	92	116
2023	Outubro	145	211	356	13	37	50
2023	Dezembro	103	187	290	13	25	38
2024	Janeiro	158	237	395	19	30	49
2024	Fevereiro	150	159	309	11	11	22
2024	Março	123	188	311	10	11	21
2024	Abril	158	174	332	21	20	41
2024	Maiο	129	186	315	12	22	34
2024	Junho	100	145	245	11	21	32
2024	Julho	109	177	286	6	17	23

Tabela 153 - Desempregados Inscritos por Motivos de Inscrição (movimento ao longo do mês) – Concelho das Caldas da Rainha²⁰⁰

Ano	Mês	Ex-inativos	Despedido	Despediu-se	Desped Mút.A cordo	Fim trab. Não permanete	Trab. Por conta própria	Outros motivos	Total
2022	Dezembro	19	3	13	3	161	1	26	226
2023	Fevereiro	19	13	18	5	187	4	25	271
2023	Abril	17	16	13	8	162	3	27	246
2023	Junho	18	9	18	5	190	3	33	276
2023	Agosto	16	10	7	8	146	3	29	219
2023	Outubro	38	15	21	8	226	6	42	356
2023	Dezembro	11	11	21	8	208	1	30	290
2024	Janeiro	23	43	25	12	248	2	42	395
2024	Fevereiro	18	26	17	4	212	3	29	309
2024	Março	18	14	24	15	194	3	43	311
2024	Abril	28	27	19	8	198	4	48	332
2024	Maiο	9	17	30	13	205	1	40	315
2024	Junho	10	25	19	11	146	0	34	245
2024	Julho	20	15	8	5	190	4	44	286

¹⁹⁹ Fonte: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

²⁰⁰ Fonte: <https://www.iefp.pt/estatisticas>

Tabela 154 -N.º de inscritos no Centro de Emprego de Oeste Norte, Caldas da Rainha, por nacionalidade²⁰¹

	2022	2023	2024 (jan-ago)	Total
PORTUGAL	5 103	5 181	3 254	13 538
BRASIL	554	882	646	2 082
GUINÉ-BISSAU	152	286	209	647
UCRÂNIA	294	125	79	498
ANGOLA	65	153	197	415
NEPAL	60	137	129	326
ÍNDIA	55	140	111	306
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	13	50	38	101
VENEZUELA	16	25	22	63
ITÁLIA	21	26	15	62
CABO VERDE	21	24	16	61
PAQUISTÃO	9	25	27	61
GEÓRGIA	10	16	14	40
GUINÉ	12	18	10	40
TIMOR LESTE	9	7	18	34
INDONÉSIA	7	14	11	32
ROMÉLIA	12	9	7	28
RÚSSIA	9	12	5	26
MOÇAMBIQUE	3	12	9	24
BANGLADESH	5	8	10	23
ALEMANHA	11	7	4	22
FRANÇA	6	11	4	21
MOLDÁVIA	3	8	10	21
MARROCOS	4	9	7	20
ESPAÑA	7	8	4	19
EQUADOR	4	7	6	17
NIGÉRIA	1	7	7	15
SENEGAL	1	4	8	13
COLÔMBIA	2	7	2	11
POLÓNIA	1	6	3	10
Outras (53)²⁰²	44	68	52	164
Total	6 514	7 292	4 934	18 740

²⁰¹ Fonte: IEF, I.P. – Centro de Emprego de Oeste Norte – Serviço de Emprego de Caldas da Rainha (outubro de 2024)

²⁰² Engloba todas as nacionalidades em que o somatório do número de inscritos nos três períodos fosse inferior a 10.

Nesta categoria, encontram-se incluídas 53 nacionalidades distintas.

Anexo 2 – Planos de sessão dos Grupos de Trabalho

Grupos de trabalho

Foram realizados dez grupos de trabalho participativos, conforme a tabela seguinte.

Tabela 155 - Grupos de trabalho realizados

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
Idosos	16.09.2024	Técnicos da rede social, representantes de IPSS e outros parceiros locais. Estiveram presentes 27 representantes.	Atualizar o diagnóstico social relacionado com o envelhecimento e o apoio aos idosos no concelho, identificando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças; Definir prioridades e ações para melhorar a qualidade de vida dos idosos, com base na análise SWOT realizada	Trabalho em subgrupos para a realização da análise SWOT; Discussão em plenário para partilhar e consolidar as conclusões de cada subgrupo; Preenchimento colaborativo da ficha de trabalho para definir ações concretas.	



CALDAS DA RAINHA
Câmara Municipal

Projeto RADAR SOCIAL

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
Deficiência, Incapacidade e Doença Mental	19.09.2022 4	Técnicos da rede social, profissionais de saúde, representantes de IPSS, responsáveis de serviços municipais, entre outros parceiros locais. Estiveram presentes 9 participantes.	Atualizar o diagnóstico social do concelho no eixo da deficiência, incapacidade e saúde mental, recolhendo informações sobre os serviços e necessidades da população; Definir prioridades de intervenção para melhorar a oferta de serviços e a qualidade de vida das pessoas com deficiência, incapacidade e necessidades de saúde mental	Trabalho em subgrupos para a realização da análise SWOT, com cada grupo responsável por identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças; Discussão plenária para partilhar e consolidar as ideias principais de cada subgrupo; Elaboração conjunta da ficha de trabalho, priorizando ações a partir das conclusões da análise SWOT.	

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
Saúde	23.09.2024	Juntas de Freguesia; Município das Caldas da Rainha; ULSO; Voluntariado do Hospital Distrital; Associação Olha-te; CEERDL; Farmácia Correia Rosa; Cruz Vermelha Portuguesa e ULSO – CSP. Estiveram presentes 11 participantes.	Atualizar o diagnóstico social da área da saúde; Definir estratégias e objetivos para melhorar a resposta social e de saúde no concelho	Quebra-gelo: Apresentação de cada participante e partilha das atividades desenvolvidas na área da saúde nas suas instituições; Análise SWOT: Divisão em subgrupos para identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças; Projeção de Resultados: Exibição das conclusões de cada grupo e consolidação das ideias; Definição de Estratégias e Objetivos: Discussão e estabelecimento de prioridades para o Plano de Desenvolvimento Social	



CALDAS DA RAINHA
Câmara Municipal

Projeto RADAR SOCIAL

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
Igualdade e Não Discriminação e Violência Doméstica	25.09.2024	Representantes de IPSS, Câmara Municipal, ULSO, Junta de Freguesia, Agrupamento de escolas e segurança social. Estiveram presentes 16 participantes.	Promover a discussão sobre os desafios e soluções para a igualdade de oportunidades e combate à violência doméstica no concelho; Desenvolver o Plano de Desenvolvimento Social com base na análise SWOT e na definição de prioridades estratégicas para os dois eixos	Quebra-gelo: Apresentação de cada participante e as atividades da sua instituição; Divisão em grupos: Cada grupo realizou a análise SWOT completa; Projeção dos resultados da SWOT: Foi utilizado um quadro para projetar os resultados; Discussão: Definição das estratégias e objetivos do Plano de Desenvolvimento Social.	

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
Pessoas em situação de sem-abrigo, criminalidade e segurança, e comportamento s aditivos	27.09.2024	Representantes de IPSS, forças de segurança, autarquias, agrupamento de escolas e outras entidades com intervenção nas áreas de sem-abrigo, segurança e comportamento s aditivos. Estiveram presentes 21 participantes.	Atualizar o diagnóstico social do concelho nas áreas de criminalidade, sem-abrigo e comportamento s aditivos; Identificar as prioridades para o Plano de Desenvolvimento Social nestes eixos	Apresentação dos participantes; Questões de diagnóstico social: os grupos responderam a questões previamente projetadas sobre os eixos de intervenção, fornecendo dados e perceções atuais sobre o estado das problemáticas; Análise SWOT em grupo: Com base nas respostas dadas, os participantes farão uma análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças); Definição de prioridades para o Plano de Desenvolvimento Social: Após a análise SWOT,	



CALDAS DA RAINHA
Câmara Municipal

Projeto RADAR SOCIAL

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
				os grupos iniciaram o processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, identificando prioridades e ações práticas.	
Emprego e formação	30.09.2024	Centros de Formação, IPSS e representantes da Câmara Municipal e Presidentes de Junta. Estiveram presentes 8 participantes.	Atualizar o diagnóstico social do concelho no eixo do emprego e formação; Identificar oportunidades e desafios no mercado de trabalho local; Definir prioridades e ações para o Plano de Desenvolvimento Social, focado no eixo do emprego e formação	Apresentação dos participantes: Cada participante terá 5 minutos para apresentar o contexto da sua organização e as principais questões relacionadas ao emprego e formação; Questões de diagnóstico social: O grupo respondeu a questões projetadas sobre o estado atual do mercado de trabalho, as necessidades de formação e as	



CALDAS DA RAINHA
Câmara Municipal

Projeto RADAR SOCIAL

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
				oportunidades no concelho; Análise SWOT em grupo: Foi realizada em grupo uma análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) sobre o eixo de emprego e formação; Definição de prioridades e ações: Após a análise SWOT, o grupo iniciou a definição de prioridades e ações concretas para o Plano de Desenvolvimento Social, com foco em aumentar a empregabilidade e melhorar a oferta formativa.	

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
Migração	02.10.2022 4	Juntas de Freguesia; representantes da Câmara Municipal; Agrupamentos de escolas e ULSO. Estiveram presentes 10 participantes.	Atualizar o diagnóstico social no eixo da migração; Identificar fraquezas e ameaças; Definir ações prioritárias para o Plano de Desenvolvimento Social	Projeção de questões no quadro: Cada grupo de participantes responde em conjunto às questões projetadas, relativas ao diagnóstico social do concelho no eixo da migração; Trabalho de grupo: Dividir os participantes em dois grupos para responder às questões, debater as fraquezas, ameaças, forças e oportunidades e identificar medidas necessárias	

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
Infância e juventude	09.10.2024	Representantes dos agrupamentos de escolas, Rede Social da Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Santa Casa da Misericórdia, ULSO, G.N.R., Infacoop, CPCJ, e outros representantes ligados à educação e apoio social. Estiveram presentes 20 participantes.	Avaliar o estado atual de intervenção na área da infância e juventude no concelho com base no diagnóstico social e na análise SWOT; Definir estratégias e objetivos para o plano de desenvolvimento social (PDS) e propor ações para o plano de ação (PA); Promover a participação das entidades locais para criar um impacto positivo no bem estar das crianças e jovens do concelho.	Participação Ativa: Discussão em grupos pequenos para promover a participação ativa de todos os membros; Metodologia Participativa: Utilização de ferramentas de brainstorm, folhas de trabalho e quadros para registo das ideias e conclusões; Discussão Colaborativa: Fomentar o debate entre os grupos para alinhar as propostas e consolidar as estratégias.	

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
Habitação	14.10.2024	Junta de Freguesia e Município das Caldas da Rainha (Rede Social; URU e SAAS). Estiveram presentes 4 participantes.	Realizar uma análise SWOT do eixo da habitação com os participantes; Definir uma estratégia para o Plano de Desenvolvimento Social com base na análise SWOT; Identificar medidas e ações para o Plano de Ação no eixo da habitação	Apresentação Oral: O dinamizador explicou o processo de análise SWOT e como os participantes poderiam contribuir; Uso de Post-its: Os participantes usaram post-its para registrar os seus contributos, que foram colados em folhas de trabalho divididas em quadrantes da análise SWOT; Discussão em Grupo: Após a colocação dos post-its, houve uma discussão entre os 4 participantes para consolidar os contributos e definir a estratégia e as medidas/ações.	



CALDAS DA RAINHA
Câmara Municipal

Projeto RADAR SOCIAL

Nome do grupo de trabalho	Data	Destinatários	Objetivos principais	Dinâmicas realizadas	Registo fotográfico
Pobreza e exclusão social	17.10.2022	Membros dos CLAS. Estiveram presentes 34 participantes.	Realizar uma análise SWOT abrangente sobre o eixo de intervenção do risco de pobreza e exclusão social; Definir uma estratégia para o plano de desenvolvimento social a partir das discussões do grupo; Identificar as medidas e ações prioritárias a serem incluídas no plano de ação	Análise SWOT, bem como foram realizadas questões com objetivo de realizar um raio-x a este eixo	



PRR
Plano de Recuperação e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



304/309
Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Anexo 3 – Imagens da dinâmica da priorização das áreas de intervenção



Figura 41 - Áreas de prioridade



Figura 42 - Áreas de prioridade

Capítulo VIII – Bibliografia e Webgrafia

Bibliografia

Câmara Municipal das Caldas da Rainha. (2023). *Estudo das Instalações Desportivas - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Desporto e Atividade Física*. Caldas da Rainha.

Centro Hospitalar do Oeste. (2023). *Relatório Analítico da Atividade Assistencial e Desempenho Económico-Financeiro do Centro Hospitalar do Oeste*.

CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrante. (2024). *Relatório CLAIM Caldas da Rainha, janeiro a setembro de 2024*. Caldas da Rainha.

Dahlgren, G., & Whitehead, M. (1991). *Policies and strategies to promote social equity in health: Background document to WHO strategy paper for Europe*. Stockholm: Institute for Futures Studies.

Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho. Disponível em <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-lei/2006-140094861-139891081>

Diagnóstico Social 2022 do concelho das Caldas da Rainha.

Eurostat. (n.d.). *Indicadores sobre a Deficiência e Incapacidade - Contributo para a ENIPD 2021-2025*. Disponível em <https://www.mtsss.gov.pt/documents/10181/273964/Metainforma%C3%A7%C3%A3o/8a9a7a4e-383d-4f19-958b-850c068e8c71>

Instituto da Segurança Social. (2004). *Guia prático para a implementação da Rede Social*. Lisboa.

MPT. (2023, novembro). *Plano de Mobilidade Escolar do Concelho de Caldas da Rainha – Fase I, Análise e Diagnóstico*. Porto.

MPT. (2023, novembro). *Plano de Mobilidade Escolar do Concelho de Caldas da Rainha – Fase II, Definição de objetivos, Desenvolvimento do Plano de Ação, Modelo de Avaliação e de Monitorização*. Porto.

Município das Caldas da Rainha. (2023). *Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida do Concelho das Caldas da Rainha*.

Município das Caldas da Rainha & Equipa para a Igualdade e Vida Local. (n.d.). *Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação*. Caldas da Rainha.

Plano Estratégico de Desenvolvimento Caldas da Rainha 2030.

Quartenaire Portugal. (2024, setembro). *Estratégia Local de Habitação e Carta Municipal de Habitação do Município das Caldas da Rainha, Fase 1 – Diagnóstico Global*. Lisboa.

SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. (2024, janeiro). *Relatório Anual 2023*. Caldas da Rainha.

Sen, A. (1999). *Development as freedom*. Oxford University Press.

Termas de Caldas da Rainha. (2023). *Relatório Clínico: Época Termal 2023*.

Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom: A survey of household resources and standards of living*. Penguin Books.

UDS - Unidade de Desenvolvimento Social. (2024, abril). *Relatório de Prestação de Contas 2023*. Caldas da Rainha.

UDS - Unidade de Desenvolvimento Social. (2024, junho). *Relatório Mensal*. Caldas da Rainha.

UNICEF. (2005). *The state of the world's children 2005: Childhood under threat*. UNICEF.

Webgrafia

ACNUR. (2015, 1 de outubro). *Refugiado ou migrante? O ACNUR incentiva a usar o termo correto*. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>

Centro Cultural de Congressos das Caldas da Rainha. (n.d.). *Serviço Educativo*. Disponível em <https://www.ccc.com.pt/agenda/servico-educativo>

Câmara Municipal das Caldas da Rainha. (n.d.). *Transporte Municipal*. Disponível em https://www.cm-caldas-rainha.pt/webcenter/portal/oracle/webcenter/page/scopedMD/s3cb489dd_3d2a_4d93_b095_c496cec0b515/Page241.jsp?wc.contextURL=%2Fspaces%2Fmcr&_adf.ctrl-state=6w9z2s13w_1&_afrLoop=44298538543762085#!%40%40%3F_afrLoop%3D44298538543762085%26wc.contextURL%3D%252Fspaces%252Fmcr%26_afrLoop%3D6w9z2s13w_5

Carta Social. (n.d.). Disponível em <https://www.cartasocial.pt/inicio>

Despacho n.º 31292/2008, de 5 de dezembro

Despacho n.º 6378/2013, de 16 de maio

Direção-Geral de Estatísticas da Justiça. (n.d.). *Crimes registados pelas autoridades policiais*. Disponível em https://estatisticas.justica.gov.pt/sites/siej/pt-pt/Paginas/Crimes_registados_autoridades_policiais.aspx

e-Cultura. (n.d.). *Centro Cultural e de Congressos das Caldas da Rainha reforça relação com a comunidade*. Disponível em <https://www.e-cultura.pt/artigo/30927>

Eurocid. (n.d.). *Breve história da migração na UE*. Disponível em <https://eurocid.mne.gov.pt/breve-historia-da-migracao-na-ue>

GEP. (2023). *Indicadores sobre a deficiência e incapacidade: Contributo para a ENIPD 2021-2025*. Disponível em <https://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/80545/Indicadores+sobre+a+Defici%C3%Aancia+e+Incapacidade+-+Contributo+para+a+ENIPD+2021-2025.pdf/1926e031-1574-4cd8-826e-e064cf80e973>

Instituto do Emprego e Formação Profissional. (n.d.). *Estatísticas*. Disponível em <https://www.iefp.pt/estatisticas>

Instituto Nacional de Estatística. (n.d.). Disponível em <https://www.ine.pt/>

Instituto Nacional de Estatística. (n.d.). *Metainformação*. Disponível em <https://smi.ine.pt/ConceitoPorTema?clear=True>

Jornal das Caldas. (2023, 11 de julho). *Serviço educativo do CCC em atividade*. Disponível em <https://jornaldascaldas.pt/2023/07/11/servico-educativo-do-ccc-em-atividade/>

Lei n.º 27/2008, de 30 de junho

Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro

Pordata. (n.d.). Disponível em <https://www.pordata.pt/pt>

Pordata. (n.d.). Disponível em <https://prod2.pordata.pt/>

Segurança Social. (n.d.). Disponível em <https://www.seg-social.pt/>

Teleassistência da Cruz Vermelha Portuguesa. (n.d.). Disponível em <https://www.cruzvermelha.pt/sa%C3%BAdade/%C3%A2mbito-nacional/teleassist%C3%Aancia.html#como-funciona>